Marion Brepohl

Pangermanismo e Nazismo

A trajetória alemã rumo ao Brasil

samp

Em finais do século XIX, militantes nacionalistas alemães comprometidos com o imperialismo, começaram a elaborar projetos expansionistas para a sua nação, finalmente unificada sob a hegemonia prussiana. Pautados no princípio étnico de coesão social, sonharam poder ampliar seus domínios para diversas regiões de ultramar, dentre as quais o Sul do Brasil mereceu especial destaque. Ali se encontravam seus irmãos de sangue, a população de origem germânica, que bem podia transformar-se em sua aliada. Eram eles os pangermanistas que, por cerca de quarenta anos, lograram colonizar as consciências de muitos dos imigrantes e de seus descendentes, transformando-os em "alemães no exterior".

Quando o nazismo ascendeu ao poder, esses novos cidadãos do Reich se deixaram seduzir por Hitler, enxergando nele o redentor de sua pátria imaginária.

Este livro pretende ser a história desse sentimento: a utopia pangermanista no Brasil.

PANGERMANISMO E NAZISMO

samp

MUSEU PARANAENSE

Marionilde Brepohl de Magalhães

PANGERMANISMO E NAZISMO

A trajetória alemã rumo ao Brasil

samp

MUSEU PARANAENSE

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei n 10.994 de 14 de dezembro de 2004

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Index Consultoria em Informação e Serviços Ltda.
Curitba - PR

M188 Magalhães, Marionilde Brepohl de
Pangermanismo e nazismo: a tragetória alemã rumo ao Brasil / Marionilde Brepohl de Magalhães — Curitiba : SAMP, 2014.
258 p. : il.

ISBN 978-85-67310-11-4
Versão impressa: Campinas, SP : Editora da UNICAMP / FAPESP, 1998.

1. Pangermanismo. 2. Alemães - Brasil. 3. Propaganda política alemã. 4. Nacionalismo - Brasil. I. Título.

CDD (20. ed.) 323.0420943
CDU (2. ed.) 323.2(09)(430)

A Francisco, Maitê e Daniel,
com carinho.

AGRADECIMENTOS

As reflexões contidas neste livro, que foi apresentado originalmente como tese de doutorado no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, exigiram, por parte da autora, uma série de deslocamentos: para Campinas, onde realizou seu curso de pós-graduação; para São Paulo, Porto Alegre e Joinville, visitando arquivos especializados; e, ainda, a Munique, Hamburgo, Eichstätt e Nuremberg.

Outras viagens foram necessárias: para a história política do Brasil e da Alemanha na virada do século; para o universo de representações dos imigrantes de origem germânica, desde sua chegada ao Brasil até a Segunda Guerra Mundial; para um conjunto de reflexões teóricas e metodológicas de autores que eram para mim, até então, desconhecidos.

Esse percurso não seria possível se não tivesse contado com a ajuda de amigos, colegas e instituições, aos quais gostaria de externar meus sinceros agradecimentos.

Ao professor Edgar De Decca, orientador deste trabalho, cujas sugestões e críticas foram decisivas para o desenvolvimento da análise. De igual forma, agradeço pelo carinho com que teceu considerações, no início de meus projetos, num dia chuvoso e frio de 1983, em Curitiba.

Ao Professor Klaus Tenfelde, orientador de minhas pesquisas na Alemanha, com quem discuti também os aspectos teóricos e metodológicos do trabalho.

Maria Stella Bresciani acompanhou de perto as diferentes fases deste estudo; suas perguntas, respostas e observações refletem sua curiosidade intelectual e o prazer com que se relaciona com a História; para mim, é um privilégio tê-la como amiga.

Alcir Lenharo, que participou de meu exame de qualificação e de defesa de tese, elaborou críticas e sugestões de fundamental importância para a revisão deste trabalho. A ele, meus sinceros agradecimentos.

Outros professores leram total ou parcialmente meus escritos, e deles recebi contribuições imprescindíveis. Com Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho e Ellen Drünert, discuti os temas mais intrigantes do trabalho; com René Gertz, o universo cultural e político dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul; com Marise Manoel e Euclides Marchi, os capítulos dedicados à análise dos intelectuais brasileiros em face da imigração alemã. Valdir Raul Steuernagel, Martin Dreher e Martin Weingärtner me auxiliaram na análise sobre a História da Igreja Luterana e do pietismo.

Milda Gevert Brepohl e Ingrid Enke deram uma contribuição de fundamental importância na versão de minha tese para a língua alemã. À Milda Gevert Brepohl tenho de agradecer ainda pelo afeto que me dedica e pela alegria com que acompanha meus caminhos.

À Ianê Nogueira do Vale e Christina Lopreato, amigas queridas, agradeço pelo apoio e hospitalidade em Campinas. E à Jayméa, minha mãe, por sempre estar comigo.

Daniel e Maitê Dias Brepohl, Silêda Silva Steuernagel, Antônio Simão Neto e Renato Carneiro Jr. formaram minha equipe particular de editoração final da tese. Reconheço, sobretudo, a paciência que tiveram em face da minha ansiedade. À Maitê, em particular, agradeço por me emprestar seus conhecimentos de língua alemã na revisão final da tese.

Finalmente, meus reconhecimentos ao Deutsche Akademischer Austauschdienst – DAAD, Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Capes, ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Ipardes e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, pelo financiamento desta pesquisa.

SUMÁRIO

PREFÁCIO........11

INTRODUÇÃO........13

1. Os imigrantes de origem germânica no Sul do Brasil........19
   1.1 Novos imigrantes de um novo país........28
   1.2 A imigração da virada do século até a Segunda Guerra Mundial........35
   1.3 Considerações gerais........44

2. O imigrante alemão pela intelectualidade brasileira........49
   2.1 O alemão como personificação do *Deutschtum*........54
   2.2 O alemão como raça........61
   2.2.1 Os imigrantes de Vianna........64
   2.3 O imigrante alemão e a Segunda Guerra: do sonho e do pesadelo........75

3. Velhos e novos nacionalismos: *Heimat* e *Vaterland*........83
   3.1 O público visto do alto........87
   3.2 O pangermanismo e os "alemães do exterior"........100
   3.2.1 O pangermanismo e o perigo alemão........107
   3.2.2 Os pangermanistas em público: a guerra de 1917........112
   3.3 Considerações gerais: a comunidade por escrito........118

4. Pangermanismo e nacional-socialismo.........125
4.1 A experiência da derrota.........129
4.1.1 A Alemanha de Hitler e o *Auslandsdeutschtum*.........135
4.1.2 A missão dos *Auslandsdeutschen*.........138
4.2 A celebração da vitória.........144
4.3 Um só povo, um só reino...?.........150
4.4 Considerações gerais.........157

5. A conexão religiosa: pietismo, patriotismo e nacional-socialismo.........165
5.1 A Igreja Evangélica de origem alemã no Brasil.........172
5.2 Um intelectual pangermanista: Friedrich Wilhelm Brepohl.........180
5.2.1 O pietismo ou a vitória da religião esclarecida sobre a ciência e o iluminismo.........188
5.2.2 A nova Pátria.........194
5.2.3 Do *Volkstum* ao *Deutschtum*.........199
5.2.4 A abolição das fronteiras.........207
5.2.5 A chegada ao Brasil.........214

Referências bibliográficas.........223

Álbum fotográfico.........243

PREFÁCIO

Lembro-me, perfeitamente, daquele domingo à tarde. A autora deste livro passou pelo meu apartamento e me convidou para um passeio surpresa. Tudo se passou num inverno de janeiro de 1989, em Munique, na Alemanha. Saímos de carro em direção à periferia da cidade e em menos de meia hora estacionamos o carro diante de um conjunto de prédios, que mais pareciam antigos galpões de fábricas. Sem dizer nada, Marion tinha me trazido a Dachau, antigo campo de concentração nazista, próximo de Munique.

Devo confessar, muito tempo depois, que à primeira vista Dachau me decepcionou. Nossos olhos de final de século XX já viram ao vivo ou por imagens televisivas horrores tão grandes ou até maiores do que os campos de concentração nazista. Aliás, o século XX vai entrar para a história como o século em que os crimes contra a humanidade se tornaram uma banalidade. Têm sido tantos, que já perdemos a conta.

Ao entrarmos no campo de concentração a nossa primeira impressão mudou. Tudo era assustadoramente silencioso e frio. Andávamos no interior dos alojamentos e acompanhávamos uma seqüência aterrorizante de fotografias e de vestígios das vítimas do nazismo. Ficamos imaginando como é que no interior de edifícios, que mais pareciam galpões de antigas fábricas, pudessem ter ocorrido assassinatos em massa. Demos conta, naquele momento, da "banalidade do mal", termo utilizado por Hannah Arendt para descrever a repetição assustadora dos crimes cometidos contra a humanidade. Dachau é, sem dúvida, um desses monumentos emblemáticos do século XX. Impede que as vítimas do nazismo sejam esquecidas pela história, pois foram poucos os seus sobreviventes. É um alerta à nossa consciência para o perigo de transformarmos o mal em uma banalidade.

Eu não tenho a intenção de tecer comentários sobre o livro de Marion. Acho que o mesmo não precisa de esclarecimentos para ser avaliado em suas implicações mais profundas. Eu gostaria, apenas, de chamar a atenção para um detalhe: assim como a visita que eu fiz a Dachau, a leitura de um livro sobre a propagação das idéias do nazismo no Brasil decepciona, à primeira vista, porque não encontramos nele os sinais das atrocidades cometidas por aquele regime político. Ao contrário, na leitura do livro, descemos no nível da micro-história do nazismo, para percebermos como foram tecidas as mais intrincadas relações entre idéias religiosas protestantes, idéias pangermanistas e idéias nazistas em comunidades alemãs do Sul do Brasil. Neste livro, não encontramos nazistas comandando campos de concentração, muito menos perseguindo, aprisionando e liquidando os seus inimigos de raça e de credo político. Aqui eles são líderes religiosos luteranos e muitas vezes pessoas comuns, confirmando mais uma vez a tese de que o nazismo foi um movimento político e ideológico que catalisou os sentimentos mais profundos de bons pais de família e não de elementos marginais da sociedade. Por profunda ironia, neste livro instigante de Marion, os membros da comunidade alemã do nazismo transformam-se, inclusive, em vítimas da ditadura de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo. Eles foram perseguidos por uma ditadura cujos líderes acalentaram, durante o período, uma indisfarsável admiração pelo regime político instaurado e comandado por Hitler, na Alemanha.

Poderíamos ser levados a concluir, então, que as idéias nazistas no Brasil foram inofensivas? É claro que não. Justamente, neste ponto, reside a importância do livro de Marion, pois ele tece a rede de relações quotidianas que permitiu a gestação e a propagação das idéias de uma doutrina, que em outro ambiente político e ideológico comandaram a execução de crimes contra a humanidade. Por meio de uma análise histórica minuciosa, este excelente livro apresenta-nos o nazismo não como uma excrescência ideológica do século XX, nem tampouco como uma doutrina tipicamente alemã, mas como uma ideologia assustadoramente sintonizada com angústia e incertezas de homens e mulheres do mundo contemporâneo. Aqui está, portanto, a atualidade do livro de Marion. A autora nos mostra, através de uma investigação no plano da micro-história, pesquisando os arquivos da imigração alemã para o Brasil e as obras de propaganda de um intelectual do nazismo, como é gestado o *ovo da serpente*.

Edgar Salvadori de Decca
Campinas, 16 agosto de 1997.

INTRODUÇÃO

Uma das novidades mais intrigantes da história política recente é, *sem dúvida alguma, o ressurgimento* dos conflitos em torno das nacionalidades. Em diversos países, um sem-número de povos, auto-representados como minorias, desenha, em nome de sua cultura, religião ou etnia, projetos que propugnam pela sua emancipação política e pela criação de novas nações – finalmente, as "suas nações". Revitalizando sentimentos de pertença há muito sufocados por seus opressores, imaginam poder construir um novo pacto social, livre da força política daqueles que, segundo sua compreensão, anexaram um dia seus territórios.

Como no século XIX, tais conflitos, que atingem diretamente a estabilidade dos poderes oficiais, rejeitam as leis e os postulados de ordem racional em favor do exercício da violência e da sabotagem, táticas que viabilizaram, entre outras, a desconcertante experiência do neonazismo.

São eles os novos românticos que, com as mesmas armas de que no passado se serviram aqueles que edificaram os Estados modernos, estão a preparar discursos e palavras de ordem pautados em velhos princípios de unidade nacional. Mas, à diferença de seus inspiradores, que tinham seus olhares firmemente voltados para o passado, vale dizer, nos seus mitos fundadores, os mitos contemporâneos parecem se enunciar como que um sedativo capaz de sublimar a angústia diante do futuro.

De qualquer maneira, seja neste ou naquele final de século, as energias utópicas de que se nutrem tais movimentos são as mesmas:

o nacionalismo. Um sentimento denso, multiforme e irredutível a denominadores comuns. Um sentimento que, segundo Snyder, ao se tornar substrato privilegiado da política, desencadeia forças mobilizadoras que tanto podem atuar em defesa de ideais de paz, fraternidade e igualdade, quanto de segregação, dominação, guerra.

Em plena civilização da técnica, da homogeneização da cultura pelos meios de comunicação de massa, da internacionalização dos padrões de produção e consumo, e do aparente triunfo de uma sociedade intimista, circulam, pelos meandros do espaço público, membros dessas novas tribos, entoando acordes dissonantes das utopias modernizadoras, eles mesmos, uma das múltiplas facetas da modernidade.

Esse conjunto de acontecimentos me chamou a atenção para um fenômeno não tão distante dos atuais: o pangermanismo, tal como se manifestou no Sul do Brasil. Um movimento inspirado num modelo de nacionalismo em que estiveram presentes tanto sonhos separatistas quanto de unificação. Um movimento profundamente comprometido com o romantismo alemão, mas também com o pragmatismo inerente aos projetos imperialistas de expansão de mercados e de territórios; um movimento que se valeu de princípios jurídicos e culturais, mas que não dispensou o ódio e a violência contra seus adversários; e que, à semelhança de seu inspirador na Europa, cooperou para o surgimento de um dos capítulos mais singulares da história alemã: o nazismo.

Como se tornaram os emigrados, gradativamente, fiéis cidadãos da nação alemã, um país a pelo menos dez mil quilômetros de distância, e cujos governos pouco ou nada lhes garantiam em suas ambições cotidianas? Por que nutririam um amor aparentemente desinteressado por líderes que nem sempre puderam escolher?

Foram os meios de comunicação de massa, produzidos com a tecnologia disponível à época, que deram conta de reduzir as distâncias entre esta e aquela pátria. Um conjunto de impressos publicados em língua alemã, que tratavam dos mais variados temas, segundo os mais diversificados gostos e necessidades, com uma circulação cada vez mais difundida, e que irradiavam, implícita ou explicitamente, uma mensagem que pode se resumir num único mote: "Lembra-te de que és um alemão."

Ao torturá-los pela culpa do esquecimento, os pangermanistas garantiram não apenas a consolidação de um imaginário social acerca da nação alemã para além de suas fronteiras; mais do que isto, produziram-lhes a idéia de coesão social entre habitantes de colônias e regiões até então dispersas e isoladas entre si, circunscritas a seu universo local, com suas próprias histórias heroizantes, suas visões parciais acerca da esfera pública, seu lerdo raciocínio intelectual, mas também, como afirmou Walter Benjamin ao se referir ao alemão de província, "uma calorosa intimidade e nobre auto-suficiência".

Nessa condição, não se tornaram necessárias clivagens significativas: de sua condição de isolamento à disposição ao sonho; de sua herança pietista, à apreensão da leitura, não como enunciados a serem julgados, mas como revelação; da ausência de mudanças, olhos receptivos aos jogos de sedução da propaganda; de camponeses, pequenos proprietários ou artesãos, passaram a se conceber prioritariamente como alemães no Brasil.

Mas se a Liga Pangermânica, entidade responsável pelo maior número de iniciativas que objetivavam a difusão do ideário nacionalista alemão, forneceu-lhes o apoio financeiro e a linguagem política, as discriminações que sofreram os imigrantes teutos e seus descendentes em virtude do mito do perigo alemão provocaram neles a convicção de que eram efetivamente estrangeiros neste país. Discriminações que sempre estiveram presentes, ainda que de forma sutil, desde o início do processo migratório, pelo fato de professarem a religião protestante, utilizarem-se de um idioma estrangeiro, ou mesmo por serem trabalhadores braçais.

Com o surgimento do ideário nacionalista das elites brasileiras e, principalmente, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o antigermanismo revelar-se-á de maneira contundente; naqueles anos de guerra, em nome da defesa da pátria, depredaram-se lojas, associações e entidades teutas, quebraram os retratos de seus heróis nacionais, rasgaram suas bandeiras, impediram a circulação de seus periódicos. Nos jornais de consumo difundido, notícias de toda ordem justificavam e estimulavam tais represálias: os teuto-brasileiros eram condenados como espiões, traidores, perversos e inimigos de todos os povos, merecedores, portanto, de uma pena capital – "Viva o Brasil, morte à Alemanha", gritavam os populares nas ruas das cidades.

A partir desta experiência, os imigrantes e seus descendentes se reúnem em torno do mesmo sentimento de derrota de seus "compatriotas alemães": refugiam-se no seu passado, reafirmando seus valores originais e transferindo aos agentes da Liga Pangermânica a missão de representá-los. Consideram-se mal compreendidos e vilipendiados e denunciam o caráter destruidor e homogeneizador da memória oficial, dos assim por eles chamados luso-brasileiros. Homogeneizando sua linguagem sentem, mais do que nunca, a necessidade de extravasar seu discurso interior, de falar, escrever, reescrever. E quanto mais se recordam, tanto mais se distanciam do Brasil, tanto mais anseiam pelo retorno; até que, segundo anunciam os pangermanistas influenciados pelo nazismo, a Alemanha chegará até eles. E, com ela, uma definitiva vitória.

Esses acontecimentos constituem o objeto desta pesquisa: o pangermanismo no Sul do Brasil, desde suas primeiras elaborações até o início da Segunda Guerra Mundial, através da literatura produzida por jornalistas, políticos e escritores comprometidos com tal doutrina. Este material não é, contudo, por mim compreendido como uma mera fonte historiográfica, mas como um acontecimento em si mesmo, decisivo no processo histórico em questão. Entendo, como Jürgen Habermas, que as mudanças por que passou a esfera pública nos dois últimos séculos estão intimamente ligadas à mercantilização e ampliação dos meios de comunicação de massa, dirigidos a um público consumidor cada vez mais ávido pela leitura, e dela dependente para a formulação de seus juízos acerca da política, sociedade e cultura. Por esta razão, afasto-me das interpretações que entendem os impressos produzidos para as massas como mero fenômeno do desenvolvimento político e ideológico. Buscando investigar seus conteúdos particulares, ou seja, a cultura como experiência social, espero estar atenta às diversas solidariedades existentes entre a cultura, a política e a personalidade, que resultam na ação comunicativa, esta, mediatizada pela linguagem.

E a esses objetivos acrescento ainda minhas reflexões em torno de Hannah Arendt e Theodor Adorno, autores profundamente preocupados em desvendar a cultura das massas e um de seus desdobramentos mais importantes: o fenômeno totalitário, em que as utopias iluministas são amordaçadas pela linguagem da sedução.

Na primeira parte do trabalho, dividida em três capítulos, procuro apresentar o surgimento da cultura pangermânica no Sul do Brasil e suas interferências no discurso jornalístico dos teuto-brasileiros.

Os periódicos e textos literários selecionados para esta análise obedecem ao *critério de publicidade, ou seja,* aqueles que foram mais aceitos no mercado de consumidores. Importa-nos também destacar a função exercida por estes impressos nas diferentes conjunturas em que foram divulgados.

Ressalto ainda as imagens elaboradas sobre os imigrantes alemães por parte da intelectualidade brasileira, ainda que me restringindo apenas a autores de maior destaque do pensamento erudito no Brasil. Este capítulo objetiva analisar os desdobramentos do mito do perigo alemão em face das elaborações discursivas que ambicionavam a construção da identidade nacional, peça importante para a afirmação de uma política integradora que visava colocar o Estado como centro de disputa dos interesses privados.

Observa-se neste processo que as diferentes culturas e convicções políticas oriundas dos diversos grupos de imigrantes são preteridas como o "outro" desta sociedade, por eles denominada de luso-brasileira, um conceito homogeneizador com o qual se pretendeu recobrir todo o campo cultural, peça importante da política oficial que se pretendia legitimar.

Na segunda parte do trabalho, estudo a interferência do movimento nacional-socialista sobre o pangermanismo no Sul do Brasil. Nesse momento, procuro avaliar o papel da imprensa como instrumento de propaganda política e também da propaganda política transformada em literatura, secular e religiosa. Analiso ainda as estratégias adotadas pelos nazistas para a irradiação de sua doutrina, e suas múltiplas recepções junto ao público leitor. Para o desenvolvimento desta unidade, investiguei os periódicos e demais impressos publicados no Brasil, e bem como aqueles que provinham diretamente do partido nazista alemão, os quais atuavam como porta-vozes da vontade do regime para com seus "governados" deste país. Esta documentação integra o conjunto de correspondências e publicações oficiais da Organização para o Exterior do NSDAP para a América Latina.

Finalmente, analiso os vínculos estabelecidos entre a linguagem religiosa (o protestantismo), o pangermanismo e o nazismo, a partir de um procedimento metodológico distinto dos capítulos anteriores. Deixo-me conduzir pelos escritos de um único autor, um pastor protestante que vivenciou, de maneira singular, diversos momentos da história política alemã, e que migrou para o Brasil em 1925, onde atuou como jornalista, sacerdote, escritor e representante voluntário dos interesses "nacionais" de seu país entre os emigrados. Trata-se de um intelectual pangermanista, que procurou organizar as idéias daquele movimento no Brasil, inspirando-se em diversos outros autores, e, principalmente, nos acontecimentos relativos à política alemã.

Com ele, procuro observar a interação entre a linguagem secular e religiosa, os conflitos entre os nazistas e os pangermanistas, o processo de secularização do pietismo e da sacralização de valores seculares. Mas, sobretudo, à diferença das análises precedentes, em que se procurou evidenciar as relações entre a imprensa, a imagética e a opinião pública, importa-me compreender os múltiplos fios que ligam o indivíduo à sociedade em que ele se insere, as motivações para suas ações, as relações de seu discurso interior com o discurso proferido, sua mentalidade cultural, tornada, num momento de conflito, em sentimento político. Tais mecanismos, segundo meu entendimento, são sobremaneira importantes para a compreensão dos indivíduos que se deixaram seduzir por movimentos e linguagens de inspiração totalitária.

1

OS IMIGRANTES DE ORIGEM GERMÂNICA NO SUL DO BRASIL

Wir riefen Arbeitskräfte und Menschen kamen.[*]
Max Frisch

Durante todo o século XIX, cerca de 57 milhões de europeus deixam suas terras e se estabelecem nas Américas com o intento de aí permanecerem e constituírem um novo espaço de sobrevivência. Camponeses e artífices, trabalhadores assalariados e intelectuais discriminados por razões políticas ou religiosas, são levados para o "Novo Mundo", reiniciando suas próprias histórias de vida e inaugurando um novo capítulo da história social.

Tais iniciativas foram favorecidas por uma intensa propaganda motivada pelo interesse das elites nas regiões receptoras em atrair novos contingentes populacionais para o incremento da produção agrícola, a ocupação efetiva do território e o suprimento da força de trabalho qualificada para as indústrias nascentes.

As primeiras levas de emigração em massa para o Brasil se destinaram, em sua grande maioria, ao trabalho assalariado, de contratação de serviços ou em regime de colonato para as grandes lavouras. Para os centros urbanos emergentes, vinham também imigrantes que se dedicavam ao setor de serviços, ao artesanato ou ainda, ao trabalho fabril, nos quais a industrialização começava a se processar.

Na Região Sul, todavia, os imigrantes desenvolveram explorações relativamente independentes da economia central, dedicandose quase que exclusivamente à produção agrícola em pequenas propriedades. Esses novos núcleos de povoamento visavam o preenchimento de vazios demográficos em regiões de fronteira, garantindo assim a integridade do território, bem como o suprimento de bens alimentares para o mercado interno.

---

[*] Nós chamamos mão-de-obra, e homens vieram.

Por estas razões, a política migratória ligada ao assentamento de colonos em pequenas propriedades confundiu-se com a colonização, pois tratava-se não de um deslocamento autônomo, mas dirigido sob a tutela dos poderes oficiais, fosse o governo central ou provincial (Roche, 1969). Os imigrantes adquiriam, via de regra, um lote de 25 hectares em média, em zonas praticamente desabitadas, para ali se dedicarem à atividade agrícola, não lhes sendo permitido o uso de mão-de-obra escrava.

No que se refere aos imigrantes de língua alemã, o Brasil se destaca como o segundo país das Américas a receber tais contingentes, precedido apenas pelos Estados Unidos, conforme atesta a tabela seguinte:

TABELA 1: Região de destino dos imigrantes de língua alemã – 1820-1910 (milhar)*

Período	Saídas	Entradas			
	Alemanha	EUA	Brasil	Canadá	Argentina
1820-29	28.0	7.0	7.0	--	--
1830-39	172.3	152.5	12.0	--	--
1840-49	469.3	343.6	--	--	--
1850-59	1.075.0	951.7	18.0	26.7	--
1860-69	832.9	787.5	13.7	25.7	1.3
1870-79	622.8	718.2	17.0	1.3	3.8
1880-89	1.342.5	1.453.0	21.6	3.9	14.2
1890-99	529.8	505.2	12.5	12.9	8.7
1900-09	279.7	341.5	17.5	18.6	19.3
TOTAL	5.352.3	5.260.2	119.3	89.1	47.3

Fonte: Marschalck, 1973, p. 50

---

* O número de saídas da Alemanha não coincide com a soma dos diversos países de destino pela imprecisão de seus registros. No caso dos Estados Unidos, nas décadas de 1870, 1880 e 1900, o número de imigrantes registrados é superior ao de emigrados. Isto se deve ao fato de que nos Estados Unidos registraram-se os imigrantes segundo o idioma, e não a nacionalidade, resultando, portanto, numa estimativa que indiscriminava alemães, austríacos, suíços e outros. Além destas distorções, ressalte-se a existência de um pequeno contingente populacional que se dirigiu para a Ásia e África do Sul, não sendo considerado nessas estatísticas pela sua inexpressividade numérica.

Embora o Brasil ocupasse o segundo lugar como país de destino de imigrantes de língua alemã nas Américas, eles não se destacaram no conjunto de outros grupos europeus que aqui se instalaram no período das grandes imigrações transcontinentais. Em que pese ser este o primeiro grupo a se deslocar em massa para o Brasil, ele representará apenas 9% do total de emigrados. Em Curitiba, à guisa de exemplo, enquanto os poloneses perfaziam um contingente de 49% do total de imigrantes, entre 1886 e 1939, apenas 13,3% eram de origem teuta (Bideau & Nadalin, 1988). Em Porto Alegre, no ano de 1920, eles perfazem apenas 12% da população total. E no Rio Grande do Sul como um todo, estado que recebeu o maior número de imigrantes desta origem, eles representavam, na década de 1930, apenas 19,3% da população (Gertz, 1987, p. 20).

Entretanto, se o contingente numérico é pequeno quando comparado a outros grupos de imigrantes, de outra parte, eles se distinguem pela sua concentração demográfica em determinados territórios, somada a uma alta taxa de fecundidade (média de 8 a 9 filhos para mulheres que se casam entre 15 e 19 anos e de 7 filhos para as que se casam entre 20 e 24 anos) (Bideau e Nadalin, 1988, p. 1049). Tal crescimento determinou a ampliação das colônias, bem como novos deslocamentos de curta e média distância em diversas regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.[1]

Se o governo imperial estimulou a imigração de origem teuta e italiana, entre outras razões, para incentivar a pequena propriedade e por não terem tais países um império colonial nas Américas, não representando assim um risco à hegemonia portuguesa, o mesmo não ocorria com as classes dominantes vinculadas à exploração de grandes parcelas de terra. Estas enxergavam na política migratória um prenúncio da abolição, e na distribuição de terras, uma ameaça ao sistema de exploração em grande escala. Da parte do governo prussiano, tampouco se observou uma posição favorável à emigração para o Brasil. Seu interesse se limitava tão-somente ao comércio de matérias-primas, pois as fronteiras brasileiras ainda não estavam consolidadas, o que significava um sério risco para o estabelecimento de uma política colonial estável. As notícias sobre o tratamento dispensado aos trabalhadores livres, veiculadas na imprensa européia por escritores como Davatz,[2] e a manutenção do regime escravista eram razões suficientes para que se criassem obstáculos para a emigração. Ainda, a manutenção da fé católica como religião oficial restringia os direitos dos imigrantes de outras confissões religiosas, impedindo a legitimação dos casamentos e, conseqüentemente, a regulamentação das heranças. Essas foram, entre outras, as razões que levaram a que se editasse, em 1859, o Restrito Von Heydt, que proibia aos agentes da emigração angariar cidadãos prussianos para o Brasil (Brunn, 1971).

Na era Bismarck, as posições oficiais praticamente não se alteraram. Para o chanceler, o Brasil pertencia à esfera de influência dos Estados Unidos, com os quais interessava manter boas relações diplomáticas para garantir um melhor desempenho em suas transações comerciais. Além disto, entendia que os alemães que deixassem seu país eram verdadeiros traidores:

> Para mim, um alemão que abandona o seu país, como um velho casaco, não é mais um alemão, e eu não tenho mais interesse nele como um homem de minha terra. (Apud Brunn, 1971, p. 127)*

A despeito das restrições oficiais, vários contingentes de origem teuta migraram para o Brasil, quer por iniciativa do governo brasileiro – que trouxe, até 1830, cerca de seis mil teutos para São Leopoldo, no Rio Grande do Sul e para pequenos núcleos de outras províncias –, quer por iniciativas privadas (Brunn, 1971, p. 4).

Para contornar a oposição que lhe faziam as elites brasileiras, o governo imperial transferiu, por meio de um Ato Adicional em 1824, aos poderes provinciais a iniciativa de fomentar a imigração por conta própria. Nas décadas que se sucederiam, Santa Catarina e Rio Grande do Sul passariam a contar com um conjunto de leis que favoreciam a vinda de trabalhadores estrangeiros para seus territórios, em caráter oficial. Além dos governos provinciais, a partir de 1882 era dado também aos poderes municipais o direito à colonização autônoma de seus territórios (Dreher, 1984, p. 34).

A província do Rio Grande do Sul foi a que mais promoveu a imigração oficial de origem teuta, devido, em primeiro lugar, ao sucesso das primeiras experiências. Em segundo, porque esta medida ia ao encontro dos interesses de pecuaristas gaúchos, que se situavam, em sua maior parte, no Sul da província. Dado que o mercado consumidor de seus produtos estava ao Norte do país, a ocupação deste espaço intermediário lhes garantia uma melhor infra-estrutura para o transporte de seus produtos; assim, a mata era devastada e os caminhos eram abertos pelos imigrantes, que se constituiriam, eles também, num mercado consumidor. Além disto, a ocupação plena do território assegurava a integridade de suas fronteiras (Gertz, 1987, p. 21). Por essas razões, o governo riograndense fundaria, entre 1849 e 1918, 22 colônias com população de língua alemã.

---

* Tradução livre da autora. Todas as citações e menções em língua alemã, ao longo deste trabalho, serão vertidas para a língua portuguesa para facilitar a compreensão de tais análises, sem citação do texto no original, a menos quando se fizer necessário.

Em Santa Catarina, a iniciativa oficial foi bem menos pronunciada, destacando-se apenas a Colônia São Pedro de Alcântara – fundada em 1829, ainda pelo governo central –, e a de Brusque, em 1861, que trouxe nove mil colonos para a região (Seyferth, 1984). As principais colônias deste estado se devem à iniciativa privada, como é o caso das ações de Hermann Blumenau, que em 1848 fundou uma colônia agrícola que levaria o seu nome. A colônia, que contou também com o apoio de organizações alemãs, depois foi transformada em oficial a pedido de Hermann Blumenau.

A mais importante iniciativa em Santa Catarina nessa época, tanto pelo aspecto econômico quanto político, foi oriunda de Hamburgo. Ali, a iniciativa privada, ao contrário da política oficial prussiana, promoveu atividades para a introdução de colonos no Brasil, as quais não foram interrompidas nem mesmo com a unificação alemã. Trata-se da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que de 1850 a 1888 se dedicou a encaminhar para Joinville e arredores 17.408 colonos. A partir de 1887, a Sociedade se consorciou com banqueiros e industriais da Renânia e de Berlim, sob a gerência de Carl Fabri, entusiástico nacionalista, que representava a utopia de se criar em Santa Catarina uma república teuto-brasileira, garantindo a presença germânica na América Latina. Para tanto, segundo ele, os imigrantes desta origem já tinham formado um grupo autônomo da sociedade receptora, e possuíam, conforme sua leitura, uma supremacia cultural sobre outras populações ali existentes. Esperava que eles se vinculassem "naturalmente" aos interesses do império alemão, criando-se assim um mercado consumidor de expressiva relevância.

A *Norddeutsche Lloyd* de Bremen, maior companhia de navegação transatlântica da Alemanha, responsabilizou-se, por sua vez, pela emigração de 47 mil pessoas, a partir de 1890. Tratava-se de um alto negócio, que era estimulado por meio da propaganda e por inúmeras interferências junto aos poderes públicos. Resultou daí a fusão da Sociedade Colonizadora de Hamburgo com a *Norddeutsche Lloyd* e a *Südamerikanische Dampfschiffahrtsgesellschaft*, criando-se a Sociedade

Colonizadora Hanseática, empresa que se encarregaria não apenas do transporte de imigrantes, mas da compra de terras e organização das colônias em Santa Catarina (Richter, 1986).

Esses são os exemplos mais expressivos das iniciativas que impulsionaram a imigração germânica para o Brasil. Elas fazem parte de um conjunto de medidas encetadas pelas iniciativas pública e privada nas Américas e na Europa, as quais transformariam a população numa cara mercadoria de um negócio que envolvia bancos, empresas de transportes e comerciantes de terras, resolvendo, ao mesmo tempo, o problema do excedente da força de trabalho na Europa e de sua escassez nas Américas.

Todavia, o ato de migrar nem sempre é rigorosamente compulsório. Muitos europeus deixaram seu país de origem em busca de novas e melhores condições de vida, dada a expectativa de incremento do patrimônio fundiário ou, como fica especialmente evidente no caso de muitos imigrantes alemães, o deslocamento se constituía numa estratégia de resistência à proletarização. Dirk Hoerder (1988, p. 391-425) assinala que vários trabalhadores com certa especialização deixaram os estados alemães para recriarem, nas Américas, formas de subsistência autônomas do mundo fabril. Segundo o autor, não se trata de migrações entre países, mas entre mercados de trabalho, os quais se caracterizavam, desde aquela época, por serem necessariamente internacionalizados.

As conclusões de Hoerder são confirmadas pela investigação empírica acerca dos primeiros imigrantes de São Leopoldo. Embora tivessem emigrado para lá desenvolverem exclusivamente atividades agrícolas, observa-se que mais de 60% exerciam uma outra atividade além da de agricultor. Essas funções eram deliberadamente declaradas, com o intuito de se explicitar sua identidade original. As técnicas por eles desenvolvidas eram transmitidas de pai para filho, uma sobrevivência medieval da cultura alemã e que aqui lhes valia uma renda complementar, ao mesmo tempo em que lhes emprestava um certo *status* destacado dos demais. Essas especializações, tais como a de açougueiro, carpinteiro, tecelão, moleiro etc., facilitou-lhes, seguramente, um acesso à vida urbana, quando muitos, em virtude da fragmentação de terras por motivos de herança, foram levados a remigrar (Weimer, 1979).

Na documentação relativa aos primeiros imigrantes que se deslocaram para o Brasil, observa-se que tais grupos provinham, em sua maioria, de regiões rurais ameaçadas pela concentração fundiária. Viam nas Américas a concretização das utopias do "Novo Mundo", onde não havia reis, senhores feudais e servidão, mas terras abundantes e oportunidade de trabalho:

Aqui não podemos ficar
Aqui não podemos viver
Pois os Hussiers e os notários
Nos tiram a maior parte [3]

Vamos partir agora
Para o belo país América
Cada qual arrume sua trouxa
Só as dívidas deixamos aqui [4]

Adeus pátria mal-agradecida
Vamos para uma outra terra
Vamos para o Brasil

Partimos com a mulher e a filharada
Emigramos para a terra prometida
Ali se encontra ouro como areia
Logo, logo, estaremos no Brasil [5]

Estas canções ilustram sua posição diante da região de origem e suas expectativas com relação à região de destino, as quais eram elaboradas de acordo com a propaganda das empresas colonizadoras ou pelas notícias que recebiam de parentes e amigos que já haviam migrado. Elas evidenciam também, ao contrário da literatura que se dedica ao imigrante pioneiro, que o amor à pátria de origem e a consciência de sua tarefa de dar continuidade à raça germânica não estavam presentes entre aqueles grupos sociais, o que não impediu que fossem chamados do passado para prestarem uma homenagem ao nacionalismo de seus herdeiros.[6] Como camponeses, em sua grande maioria, dificilmente estavam ligados à vida estatal. Ainda que venerassem o rei e seus emblemas, se neles havia algum sentimento patriótico, este estava associado à gleba e à aldeia, à sua família e vizinhos, e não a um amplo território a que chamassem de nação.

Quando se deslocam para outra região, recriam, de maneira autônoma, suas tradições originais, as quais vão se mesclando aos hábitos da sociedade receptora, como bem simboliza o poema de Goethe:

Ficar, ir, ir, ficar
Seja igual para o homem capaz
Onde produzimos algo útil
Este é o lugar que melhor nos sirva [7]

A partir de 1848, aos grupos de imigrantes que deixaram suas terras por razões econômicas associaram-se aqueles que foram exilados ou escolheram deliberadamente a emigração por razões políticas. Foram os assim chamados *1848er. Kinder* (filhos de 1848), os homens dos *Märztage* (dos dias de março), ou, mais popularmente, os *Brummer* (mosqueteiros, no vocabulário popular). Além de suas frustrações com o insucesso em relação aos desdobramentos daquele movimento político, estes liberais, nacionalistas românticos ou socialistas se distinguiram dos pioneiros pelas suas atividades profissionais: eram, na maioria, artesãos, intelectuais ou, em pequena escala, operários. O fato de aparecerem nas estatísticas oficiais como camponeses explica-se pelas condições que se impunham aos imigrantes; deviam ser prioritariamente trabalhadores agrícolas. Inscreviam-se, para obter os direitos de migrar, como camponeses; e, tão logo chegavam, remigravam para as cidades mais próximas da colônia. Quando isto não era possível, associavam à atividade de agricultor um pequeno artesanato, o qual seria gradativamente responsável pelo surgimento dos primeiros núcleos urbanos de pequeno e médio porte naquelas regiões.

Na documentação que encontrei sobre os primeiros imigrantes da Colônia Dona Francisca, organizada pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, observa-se a existência de pelo menos quarenta profissões vinculadas ao meio urbano. Marceneiros, alfaiates, sapateiros, mecânicos, açougueiros, cervejeiros, moleiros, padeiros, funileiros, tipógrafos e outros foram atividades exercidas, entre 1852 e 1864, por mais da metade dos imigrantes dessa colônia.[8] Na referida documentação, constata-se que tais profissionais não ficavam na região mais do que um ou dois anos, remigrando para Curitiba, Porto Alegre ou São Paulo.

Weimer estudou mais exaustivamente a composição socio-profissional dos imigrantes de São Leopoldo. Constatou que, entre 1845 e 1899, 46,1% dedicavam-se ao meio rural, enquanto 53,9% ao meio urbano, sendo as qualificações profissionais deste período mais especializadas, e favorecidas pelo crescimento relativo e diversificação do mercado consumidor. Ainda que o autor intitule seu artigo de "Profissões dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul", ele mesmo arrola neste universo indivíduos procedentes da Holanda, Suíça, Suécia, Dinamarca, Áustria, Sérvia, Morávia e Rússia, observação importante para contestar as análises homogeneizadoras que se fizeram sobre esta população (Weimer,1979, p. 307-19).

O relacionamento dos *Brummer* com os primeiros imigrantes não foi naturalmente tranqüilo. Eram vistos como homens da cidade e intelectuais, cuja fala era talvez tão incompreensível quanto a língua portuguesa. Diferenciavam-se gradativamente uns dos outros também pelo poder aquisitivo e, logo, por uma maior capacidade de integração na esfera pública local. Em que pesem tais diferenças, logo se tornaram os representantes deste grupo, como bem exemplifica o papel desempenhado por homens como Karl von Koseritz, em Porto Alegre, e Ottokar Dörffel, em Joinville. O primeiro foi jornalista, editor, deputado estadual e representante de vários interesses relativos à questão fundiária entre os camponeses de origem teuta. O segundo, fundador do jornal *Kolonie*, primeiro periódico em língua alemã no Brasil, foi ainda o primeiro prefeito da cidade.

Esses dois períodos da imigração compõem a *primeira fase* de ocupação da Região Sul com populações européias que utilizavam *a língua alemã, mas que, não obstante a isto, possuíam* diferenças internas significativas, as quais se atenuaram, com o tempo, pela sua convivência social. O tratamento genérico de "alemães" ou "agricultores" deve ser desmistificado à luz de uma investigação empírica mais cuidadosa, que não procure projetar no passado uma imagem que só teria sentido nos discursos de defensores ou críticos da sua organização cultural a partir do século XX .[9]

À diferença também das afirmativas correntes da historiografia tradicional, esses grupos da primeira fase da imigração não se mantiveram isolados da política. Pelo contrário, dela participaram, como era possível à sua época, ou seja, na esfera local. Fundaram associações de auxílio mútuo e de defesa de suas aldeias, como as *Schützenvereine* (Sociedades de Tiro) para protegerem suas colônias, tais como quaisquer outros proprietários rurais da época. Criaram escolas e igrejas com recursos próprios, bem como estabelecimentos de lazer, como a venda, o bar, a cervejaria (Amado, 1978). Organizaram inclusive conselhos comunitários, os quais deviam arbitrar os conflitos internos e representá-los junto às autoridades da Província. Mantinham-se relativamente isolados da sociedade receptora, dado o desconhecimento da língua portuguesa, mas também pela localização geográfica de suas parcelas. Quando migravam para os centros maiores, integravam-se às classes sociais que lhes eram correspondentes, enfrentando, com maior ou menor dificuldade, as discriminações de origem cultural. Como os imigrantes de outras etnias, mantinham um certo vínculo com a pátria de origem, por meio de correspondências com amigos e parentes, mas não sonhavam com o regresso, porque, no caso específico do governo prussiano e dos *junkers*, sua classe dirigente, seriam vistos como traidores, desertores e avessos ao trabalho assalariado. Deviam se adaptar, e aos seus olhos se adaptaram bem, à América ou à colônia, ao Imperador ou ao prefeito, ao clima e ao trabalho; enfim, à sua nova pátria, se a ela não atrelarmos o conceito de nação e de governo.

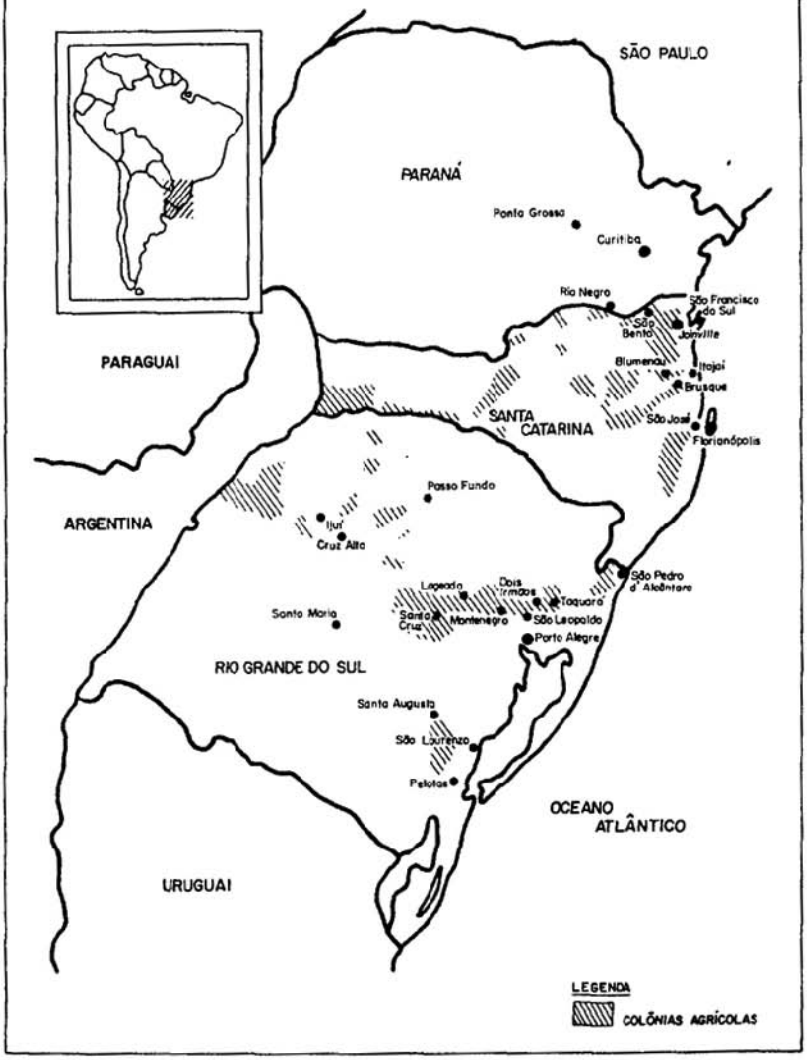
1.1 Novos imigrantes de um novo país

A partir de 1870, outros grupos de trabalhadores se deslocam para o Brasil e com eles, a experiência da nação. No caso dos alemães, não são apenas ex-camponeses de pequenas aldeias ou trabalhadores urbanos que fogem da proletarização; tornaram-se cidadãos do *Reich*, de uma Alemanha unificada que, apesar de continuar expulsando mão-de-obra, neles incutirá um forte sentimento de pertença, veiculado pela escola primária e pela literatura, que conquista um mercado consumidor cada vez mais amplo e fiel.

Segundo as estatísticas, no último terço do século XIX o número de imigrantes é bem mais expressivo do que nas décadas anteriores. Este novo impulso se deve ao desenvolvimento econômico e político de ambos os países. A industrialização mais acelerada na Alemanha, o sucesso relativo do discurso imigrantista no Brasil e a propaganda, seja oficial, de empresas, ou dos próprios colonos, através de correspondências, atraíram novos grupos para a região. Some-se a isto o alto crescimento vegetativo e a diversificação de suas atividades, próprias do crescimento econômico ali observados. Foi nesse período também que Curitiba e seus municípios vizinhos começaram a receber um maior número de remigrantes, os quais se somam aos pioneiros.

O Mapa 1 e o Quadro 1 nos permitem uma melhor visualização desse processo de crescimento das zonas de colonização:

MAPA 1
ÁREAS DE COLONIZAÇÃO GERMÂNICA NO SUL DO BRASIL - SÉCULO XIX


SÃO PAULO
PARANÁ
Ponta Grossa
Curitiba
Rio Negro
São Francisco do Sul
São Bento
Joinville
PARAGUAI
Blumenau
Itajaí
Brusque
SANTA CATARINA
São José
Florianópolis
Passo Fundo
ARGENTINA
Ijuí
Cruz Alta
São Pedro d' Alcântara
Lageado
Dois Irmãos
Taquara
Santo Maria
Santa Cruz
Montenegro
São Leopoldo
Porto Alegre
RIO GRANDE DO SUL
Santa Augusta
São Lourenço
Pelotas
OCEANO ATLÂNTICO
URUGUAI
LEGENDA
▨ COLÔNIAS AGRÍCOLAS

Quadro 1: Principais núcleos de colonização de língua alemã no Sul do Brasil – Século XIX•

Localidade	Data de fundação	Iniciativa	Procedência
São Leopoldo (RS)	1824	Governo imperial e provincial	Hunsrück, Saxônia, Würtemberg
Rio Negro (PR) e Mafra (SC)	1829	Governo provincial	Diversas regiões de São Paulo
São Pedro de Alcântara (SC)	1829	Governo imperial	Bremmen
Montenegro (RS)	1840	Governo imperial	São Leopoldo
Feliz	1845	Governo provincial	São Leopoldo
Mundo Novo (RS)	1847	Governo provincial	São Leopoldo
São Sebastião do Caí (RS)	1848	Governo provincial	Renânia, Pomerânia, Silésia
Santa Cruz (RS)	1849	Governo provincial	Renânia, Pomerânia, Silésia, Holstein, Saxônia
Blumenau (SC)	1850	Privada (Brasil)	Hannover, Braunschweig, Suíça, Prússia, Oldenburgo
Dona Francisca (SC)	1851	Privada (Hamburg)	Hannover, Schlewisg-Holstein, Prússia, Oldenburgo, Suíça
Santo Ângelo (RS)	1857	Governo provincial	Renânia, Saxônia, Pomerânia
São Lourenço (RS)	1857	Governo provincial	Pomerânia e Renânia
Nova Petrópolis (RS)	1859	Governo provincial	Pomerânia, Boêmia, Saxônia
Monte Alverne (RS)	1860	Governo provincial	Santa Cruz
Pomerode (SC)	1860	Remigrantes	Blumenau
Teutônia (RS)	1860	Governo provincial	São Leopoldo e Santa Cruz
Brusque (SC)	1861	Governo imperial	Oldenburgo, Bade, Braunschweig
Indaial (RS)	1863	Remigrantes	Blumenau
Candelária (RS)	1863	Remigrantes	Santo Ângelo e Santa Cruz
Santa Emília (RS)	1865	Remigrantes	Teutônia e Santa Cruz
Nova Berlim (RS)	1868	Remigrantes	Teutônia, Santa Cruz e outras
Nova Teutônia (RS)	1868	Governo provincial	Westfália, Blumenau e outras
Timbó (SC)	1868	Remigrantes	Blumenau
Rússia (RS)	1870	Remigrantes	Diversas regiões
São Bento do Sul (SC)	1871	Privada (Hamburg)	Suíça, Schlewsg-Holstein, Prússia, Hannover, Oldenburgo
Estrela (RS)	1872	Remigrantes	Teutônia e outras
Poço das Antas (RS)	1875	Remigrantes	Teutônia e outras
Serra Branca (RS)	1875	Remigrantes	Santo Ângelo e Santa Cruz

•Não são considerados os núcleos de povoamento misto, como o de italianos e alemães, resultantes de uma política que buscaria, mais tarde, evitar a concentração regional de uma mesma etnia.

Localidade	Data de fundação	Iniciativa	Procedência
Nova Pátria (PR)[•]	1877	Privada	Volga (Rússia)
Campestre (RS)	1885	Remigrantes	Teutônia e outras
Botucaraí (RS)	1890	Federal	Santo Ângelo e Santa Cruz
Serra Ijuí (RS)	1890	Governo estadual	Santo Ângelo, Santa Cruz e outras
Canoas (SC)	1890	Remigrantes	São Leopoldo e Teutônia
Barra do Colorado (RS)	1897	Governo estadual	Diversas
Boi Preto (RS)	1897	Governo estadual	Diversas
Hansa-Humbold (SC)	1899	Governo estadual	Diversas
Hansa (SC)	1899	Remigrantes	Blumenau

Fontes: Dreher, 1984, Entres, 1929, Fouquet, 1974, Fugmann, 1929, Gertz, 1987, Seyfferth, 1988, Willems,1980.

Com essas novas levas, virão também membros de vários movimentos protestantes, agora preocupados com seus fiéis da diáspora. Se, até este período, as missões protestantes se dedicavam principalmente aos alemães emigrados dentro do continente e para os Estados Unidos, dos anos 70 em diante o Brasil passará também a ser alvo de sua atenção, motivados, em boa medida, pela doutrina pietista e sua ênfase na tarefa evangelizadora. Segundo sua leitura, os teuto-estadunidenses já estavam integrados à sociedade receptora, e, devido à industrialização daquele país, sua prática religiosa tradicional encontrava-se enfraquecida. Os objetivos religiosos eram consoantes com os dos protestantes nacionalistas ou nacionalistas protestantes, como o já mencionado Carl Fabri, gerente da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, para quem as populações germânicas do sul da América Latina eram vistas como "adubos culturais", ou seja, agentes potenciais de um imperialismo que dispensava a conquista de territórios, em favor da conquista de homens fiéis e submissos a seus interesses (Prien, 1989).

Os imigrantes pioneiros e os *Brummer* (os fugitivos de 1848), ao receberem esses novos grupos, não se harmonizaram, de pronto, com os por eles mesmos denominados *Reichsdeutsche* (alemães do Império). Consideravam-nos eruditos demais, excessivamente apegados à região de origem e defensores de um país que não dizia respeito à sua história. Além disto, utilizavam o alto alemão, uma linguagem de difícil entendimento, pois, até 1870, os habitantes das diversas regiões que formavam a Alemanha falavam apenas dialetos.

[•] Este não é o nome oficial da colônia, mas a forma como tais imigrantes denominavam sua região de destino.

Para os *Reichsdeutsche*, os *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiros) eram ignorantes, bêbados, excessivamente assimilados e, segundo o julgamento dos pastores com formação acadêmica que passariam a servir no Brasil, pouco afeitos à disciplina religiosa. Ao contrário dos primeiros pastores, eleitos no seio de cada comunidade, estes se colocavam como autoridades comprometidas apenas com a Igreja Alemã, provocando inúmeras resistências por parte dos colonos. Os pastores os viam como indisciplinados, pouco devotos e preocupados apenas com o aspecto formal da religiosidade. Os colonos, por sua vez, entendiam-nos como censores de suas práticas festivas e mesmo de seus hábitos cotidianos.

Além da resistência das camadas populares, os pastores sofriam oposição dos ateus e liberais, que viam na sua presença uma influência do imperialismo alemão e o reforço à religiosidade que contestavam (Seyfferth, 1981, p. 51).

Mas a notícia da Alemanha unificada conquistou muitos admiradores, principalmente os liberais que saíram de lá em virtude do movimento de 1848 (Kuder, 1937). Estes se reconciliam sentimentalmente com seu país de origem ou se deixam, em parte, conquistar pela possibilidade de receberem vantagens de caráter econômico ou político. E, de fato, comprovaram terem alguma razão, pois, na virada do século, das importações realizadas no Rio Grande do Sul, 45% provinham da Alemanha, estando em segundo lugar a Inglaterra, com apenas 17%. Este mesmo estado exportaria para a Alemanha 19% de seus produtos, ainda que o mercado interno se mantivesse como principal consumidor (Brunn, 1971, p. 151).

Não podemos generalizar esta tendência como absoluta, nem considerar todos os *Reichsdeutsche* como entusiásticos nacionalistas. Há que se ressaltar que a denominada unificação alemã de Bismarck foi produto de uma revolução "de cima", que impôs a hegemonia prussiana sobre outros estados alemães, provocando inúmeras tensões na sociedade em questão, dividindo-a, no seu estágio militar, entre dois grupos distintos: os inimigos e os amigos do império (*Reichsfeinde e Reichsfreunde*) (Wehler, 1970, p. 122). Destes, naturalmente, seria o primeiro grupo a emigrar com maior intensidade e a não manter, pelas mesmas razões, os mesmos sentimentos que os demais.

A documentação que menciona a existência de movimentos de inspiração social-democrata ou de outras tendências de esquerda é extremamente escassa nos arquivos do Brasil, não tendo sido preservada, possivelmente, porque os primeiros estudiosos da imigração os de outras atividades, desde que integrassem o universo dos que "detinham o domínio sobre a língua alemã".[10] Estas e outras entidades atuavam, portanto, como efetivos representantes de um Estado intervencionista, zelando pelos seus "governados", ocupando-se de sua segurança, educação, saúde ou trabalho. Assim procedeu também a Sociedade Germania de Curitiba, fundada em 1869, com finalidades recreativas, mas que assumiu funções beneficentes a partir de 1880. Em seus estatutos, previa-se um auxílio financeiro de até doze meses para membros que adoecessem ou para os que ficassem sem trabalho. Estes auxílios estavam, entretanto, condicionados a um comportamento disciplinado, previsto no seu próprio estatuto:

> ... Não gozará de auxílio ... o membro que estiver atrazado em suas mensalidades, de quatro meses para mais e o enfermo cuja enfermidade provier de embriaguez ou de brigas. (Apud Nadalin, 1972, p. 9)

As sociedades ligadas ao lazer mantinham estas mesmas ênfases, como bem ilustra o estatuto da mesma Sociedade Germania, no que se refere ao estímulo da música:

> A Sociedade Germania tem por fim oferecer a seus membros ocasião de passar as horas de descanso em aprasível e moralisadora companhia, por meio da música vocal, de leitura e de divertimento, que enobrece os que se tornarem necessitados. (Idem, p. 9)

Como a Germania, outras sociedades de canto, de teatro ou de esportes, tanto em Curitiba como em outras regiões, favoreceriam uma convivência moralizadora, estimulada pela introjeção de um sentimento de coesão harmoniosa entre seus membros, como partes de um mesmo organismo:

> ... Canta-se e faz-se música por toda a parte. Nas Igrejas cantam os fiéis, nos seus convívios os estudantes, nas marchas os soldados, nas suas migrações os artífices.[11]

Além dessas práticas, observa-se também a existência de associações de caráter corporativo, que congregavam profissionais de origem alemã para defenderem seus interesses junto à sociedade mais ampla, ao mesmo tempo em que garantiam a lealdade do público consumidor desta mesma origem.

Pequenos governos, corporações, associações de lazer onde os participantes vêem e são vistos pelos demais, escolarização na língua dos antepassados, são invenções próprias deste período, caracterizado por uma experiência trazida da Alemanha, e que pôde ser simplesmente traduzida e reeditada, em nível local, em torno da idéia de que "a união faz a força".[12] Mesmo com a interferência dos pastores da Igreja Luterana Alemã, todas estas iniciativas são, neste período, de autoria da própria comunidade de imigrantes. Somente um pouco mais tarde elas serão auxiliadas por entidades do exterior, cujas práticas ganham maior relevância após a proclamação da República. Com elas, o governo brasileiro e a Alemanha irão descobrir e disputar o Sul do Brasil, ambos, em nome de um mesmo ideário, a saber, o nacionalismo.

1.2 A imigração da virada do século até a Segunda Guerra Mundial

A partir da década de 1870, segundo Maria Stella Bresciani (1992), o debate político que se desenvolveu no Brasil se deixou nortear pelos princípios do liberalismo inglês e pelo pensamento ilustrado francês, à semelhança de outros países considerados "parte do mundo civilizado". Segundo a autora, tratou-se de um projeto civilizador que se responsabilizou por questionar, entre outras temáticas, as restrições à participação política, circunscritas aos grandes proprietários. No conjunto destes debates, a preocupação com o trabalho livre, aliada ao direito à cidadania para o trabalhador começaram a adquirir conexão de sentido com a defesa da política de imigração européia. Daí resultou uma série de iniciativas que buscaram atrair imigrantes de diversas origens para os centros econômicos mais importantes do país. Em virtude do adensamento populacional daí decorrente, somado à urbanização já em curso, o problema do abastecimento interno apresentou-se como uma nova questão política, a ser superada, de igual modo, pela imigração. Ao trabalho nas lavouras associar-se-ia a distribuição de lotes para a produção agrícola de bens alimentares, no interior ou preferencialmente à margem das regiões onde se estabeleciam as grandes fazendas especializadas na monocultura. Desta forma, diminuíam-se os custos de reprodução da força de trabalho, incrementando-se ainda, quando necessário, o contingente de mão-de-obra naquelas unidades produtivas (Stolcke e Hall, 1983, p. 80-120).

Foi neste contexto que o sistema de colonização nos estados do Sul passou a ser valorizado, pois o trabalhador branco e livre trouxe consigo "a regeneração para uma atividade degradada por três séculos de escravidão" (Apud Bresciani, 1992, p. 7). A defesa da implantação de pequenas propriedades atendia ainda à necessidade de suprimento de bens destinados ao mercado consumidor dos centros urbanos, além de se constituir numa reserva de mão-de-obra, por meio de movimentos migratórios inter-regionais, para as empresas de maior porte, fossem agrícolas ou industriais.

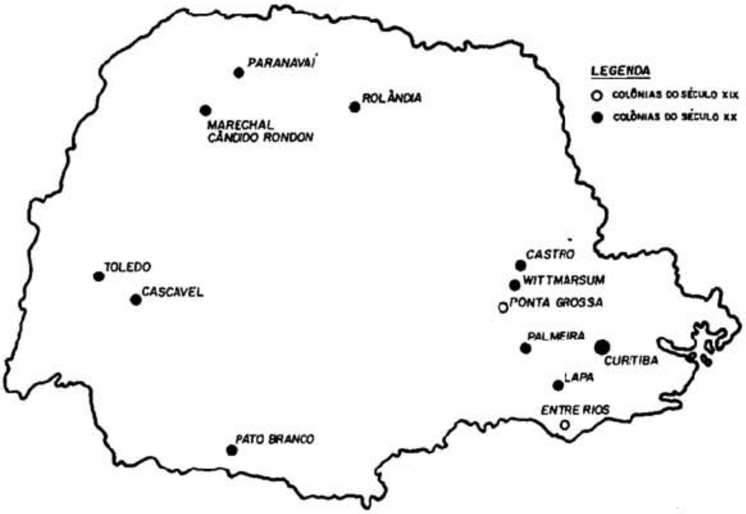
Coube, aos governos dos estados, a tarefa de instalar estes núcleos coloniais em seus territórios, sofrendo estes uma única intervenção federal importante a partir de finais do século XIX; proibiu-se de forma mais rígida a concentração étnica em uma mesma região, recomendando-se a colonização mista com ênfase na combinação entre os elementos estrangeiro e nacional. Tal medida se explicava, entre outras razões, como um dos desdobramentos do "perigo alemão", cujos adeptos enxergariam no "enquistamento étnico" um risco à integridade cultural, política e territorial do país.

As advertências contra este risco não resultaram, todavia, no refluxo da imigração de indivíduos desta origem. Se o ritmo se reduz, isto pode ser explicado muito mais pelas contingências econômicas a que estavam subordinados aqueles governos do que pela eficácia dos discursos antigermanistas; no Rio Grande do Sul, o esgotamento das reservas florestais foi a principal causa da redução do orçamento público destinado a subsidiar a importação de mão-de-obra. Em Santa Catarina, algumas novas colônias foram fundadas, mas, por razões semelhantes, os poderes oficiais se orientaram a favor da distribuição de lotes entre os descendentes dos primeiros imigrantes, devido a seu considerável crescimento vegetativo. O Paraná, pelo contrário, passou a envidar esforços para o povoamento do seu território, adotando, de início, a política imigratória transcontinental.

No século XX, o número mais significativo de imigrantes europeus e asiáticos a se dirigirem para o Brasil, com exceção de italianos, espanhóis e portugueses, se estabeleceu neste estado; eram trabalhadores ucranianos, russos, japoneses, poloneses e alemães, principalmente do Leste Europeu, que se deslocaram daquela região por razões econômicas, políticas e religiosas. Somem-se a eles os egressos de outras regiões coloniais mais antigas do Brasil, os quais, devido ao fracionamento de terras por motivo de herança, remigraram para o norte da Região Sul.

Quanto aos imigrantes de origem alemã, eles foram responsáveis pela criação, no Paraná, desde a virada do século até 1953, de treze colônias agrícolas, distribuídas em várias regiões do estado, conforme se evidencia no Mapa 2.

MAPA 2
REGIÕES DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO PARANÁ


PARANAVAÍ
ROLÂNDIA
MARECHAL CÂNDIDO RONDON
LEGENDA
○ COLÔNIAS DO SÉCULO XIX
● COLÔNIAS DO SÉCULO XX
TOLEDO
CASCAVEL
CASTRO
WITTMARSUM
PONTA GROSSA
PALMEIRA
CURITIBA
LAPA
ENTRE RIOS
PATO BRANCO

Ao observarmos a formação destes núcleos coloniais, constatamos que a ocupação do território é um imperativo para estes governos, que só se transfere para um segundo plano quando a máquina administrativa precisa assumir outros encargos que concorram em seus orçamentos com a ocupação demográfica; quando isto acontece, uma série de discursos procura justificar tais posições, dentre eles, o da preferência por "trabalhadores nacionais". Nesta linha de raciocínio, julgamos incorreta a interpretação de Wilson Martins, para quem tal reorientação se deveu a uma intenção patriótica dos governantes em favor dos seus próprios cidadãos. Citamos o mesmo exemplo de Martins, que enxerga, nas palavras de Caetano Munhoz da Rocha, do Paraná, em discurso proferido no ano de 1922, uma posição nacionalista e xenofóbica. O presidente do estado se declara contrário à imigração estipendiada pelos cofres públicos,

> por não lhe parecer justo nem razoável que se gaste com o estrangeiro o que poderia ser aplicado em escolas e estradas, em benefício dos nacionais, os verdadeiros povoadores e desbravadores dos sertões. (Apud Martins, 1989, p. 91)

Ora, nesta mesma conjuntura, e na que se segue, outros políticos e intelectuais do Paraná estarão a realizar uma intensa propaganda para atrair imigrantes europeus, sejam oriundos do exterior, sejam de outras regiões do país, filhos de estrangeiros e pouco afeitos ao ideário nacionalista; tal prática se efetiva tão-somente pelo fato de ser sua instalação menos onerosa do que aquela procedente da Europa. Assim, por meio de uma retórica patriótica, circunstancial e oportuna, o governo deste estado supriu sua necessidade de mão-de-obra sem arcar com o mesmo volume de recursos de seus estados vizinhos, o que cooperou para o aumento, dado o desenvolvimento econômico daí decorrente, de suas receitas orçamentárias.

Nem mesmo a Primeira Guerra Mundial afetou os políticos dos estados sulinos favoráveis à imigração européia e, especificamente, dos indivíduos de origem teuta. Segundo a Tabela 2, quando comparada aos números dos anos anteriores, verifica-se um crescimento absoluto de imigrantes desta origem no Brasil.

Tabela 2: Imigrantes de origem alemã no Brasil – 1900-39

Anos	nº de imigrantes
1900-09	13.848
1910-19	25.902
1920-29	75.839
1930-39	27.629
TOTAL	143.218

Fonte: Gertz, 1987, p. 15

Estes dados demonstram que, também para o século XX, o grupo de origem germânica continua a ocupar o quarto lugar dentre os imigrantes divididos pelo critério da nacionalidade, precedido por italianos, portugueses e espanhóis.

No período que antecede a Primeira Guerra Mundial, quando o mito do perigo alemão é veiculado com maior intensidade pela imprensa e pelos intelectuais e políticos nacionalistas, os três governos estaduais se limitam apenas a intensificar as campanhas que objetivavam o incentivo da língua portuguesa e a restrição de seu acesso ao serviço público, medidas que se afrouxam no pós-guerra. As maiores discriminações, até 1932,[13] procedem da sociedade civil, que os vê como estrangeiros. Tais atitudes cooperariam para a emergência de um clima de repúdio para com estas camadas, o qual só levaria a medidas mais drásticas, por parte dos poderes oficiais, durante o Estado Novo. Mas até lá, o número de imigrantes e descendentes de alemães continua a aumentar e a gozar de relativa autonomia em suas práticas políticas. Seu ritmo de crescimento oscila, como os de outros, conforme as vicissitudes das economias regionais.

Precisar o número de alemães no Sul e, de resto, em todo o país, é uma tarefa bastante difícil, pois os dados disponíveis foram produzidos, na maioria das vezes, por intelectuais e estudiosos influenciados pela noção romântica de nacionalidade, e pelo conceito de *Grossdeutschland* (grande Alemanha), o que os levou a indiscriminarem aqueles que já eram netos ou bisnetos de alemães, plenamente assimilados, dos que se autocompreendiam como tais e dos que efetivamente procediam da Alemanha.

Citem-se as constatações do geógrafo Reinhard Maack, que estudou mais cuidadosamente a população de origem alemã no Paraná, estado de colonização mais recente; constatou que, dos 126 mil teutos aí residentes, quarenta mil já não dominavam mais o idioma alemão (Maack, 1939, p. 8-28). Ao contrário, o pangermanista Gehse (1931) concluiu haverem neste mesmo período, um milhão e duzentos mil alemães apenas no Sul do Brasil, todos harmonizados aos interesses de seu país de origem.

A despeito destas imprecisões, podemos aceitar, pela convergência das fontes, os números reunidos por Gertz, cujas estimativas para o ano de 1935 se evidenciam no Quadro 2.

Quadro 2: Distribuição regional dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil – 1935

Estado	nº de imigrantes e descendentes
Rio Grande do Sul	600.000
Santa Catarina	220.000
São Paulo	90.000
Paraná	70.000
Rio de Janeiro	25.000
Espírito Santo	15.000
TOTAL	1.020.000

Fonte: Gertz, 1987, p. 14

No que se refere à Região Sul, tais números representam 19,62% da população total do Rio Grande do Sul, 22,34% de Santa Catarina e 6,9% do Paraná.

As regiões de procedência dos imigrantes no século XX são também de difícil avaliação, pois são mais diversificadas do que as do período anterior, como variadas são as razões de emigrar, podendo ser comentadas apenas a partir dos estudos monográficos realizados. Não poucos alemães vieram de antigas colônias africanas, transferidas para o domínio dos aliados após a Primeira Guerra (Willems, p. 65). Outros vieram da Rússia, da região do Volga, exilados ou fugitivos da revolução, num processo de continuidade daqueles que migraram devido às perseguições religiosas decorrentes do pan-eslavismo no século XIX (Fugmann e Brepohl, 1927 e Fugmann, 1929). A Sociedade Colonizadora Hanseática, antiga Sociedade Colonizadora de Hamburgo, prossegue suas atividades no primeiro terço deste século, conseguindo, em 1924, firmar um acordo com o governo brasileiro que destina 600 mil hectares do estado de Santa Catarina para a colonização, resultando na formação da colônia Ibirama (Richter, 1986). Sobretudo, e independentemente da intervenção estatal, as duas guerras se configuraram o principal fator de expulsão destes indivíduos, oriundos de todas as regiões da Alemanha.

Os recém-emigrados, chamados pelos demais de *Neudeutsche* ou *Deutschländer* (novos alemães ou cidadãos da Alemanha), e os descendentes dos pioneiros, *Brummer* e *Reichsdeutsche*, se encontram num período de mudanças ainda mais aceleradas na estrutura socioeconômica da Região Sul; dado o fracionamento das terras e conseqüente êxodo rural ou, por outro lado, a ascensão social de alguns teutos, desenvolve-se uma série de centros urbanos de pequeno e médio porte. Além de Curitiba e Porto Alegre, cidades como Blumenau, Joinville, Ponta Grossa, São Leopoldo e Novo Hamburgo passam a se caracterizar como centros produtores de manufaturados, e não somente como entrepostos comerciais das mercadorias coloniais.[14]

É neste período também que a prática associativa e o número de impressos de origem teuta passam a adquirir maior expressividade. Sociedades de canto, recreativas, desportivas, religiosas, beneficentes, de assistência técnica e de operários se organizam de forma mais sistemática em quase todos os municípios do sul onde houvesse imigrantes e descendentes de alemães. Escolas e igrejas são fundadas, em nome da preservação da identidade religiosa e lingüística, sob o princípio da manutenção da germanidade. Os periódicos se ampliam numericamente e seus conteúdos se diversificam: noticiosos ligados aos acontecimentos do Brasil e da Alemanha, manuais de orientação religiosa ou ligados à vida familiar, para a juventude, o lazer e de instruções técnicas, bem como livros didáticos, passam a conquistar um público cada vez mais interessado na leitura. Além de periódicos e livros didáticos, publicados para atenderem às escolas privadas de ensino primário, citem-se boletins informativos das associações e os alusivos a diversas comemorações festivas, bem como livros de história e literatura inspirados na vida dos imigrantes, os quais passam a integrar este conjunto de impressos (Brepohl de Magalhães, 1989, p. 77-112).

Um novo caráter pode ser observado em quase todas estas formas de sociabilidade e de publicações. Diferentemente daquelas existentes no período anterior à República, elas possuem um outro denominador comum, para além do uso do idioma alemão: trata-se da defesa e da divulgação da necessidade de preservação da identidade étnica. Fossem textos religiosos ou seculares, todos concordavam, guardadas as diferentes proporções e os objetivos, com a importância de coesão deste grupo em torno do princípio étnico, visto não apenas como um fator cultural, mas político.[15]

Estas práticas devem ter se fortalecido pela experiência com a Primeira Guerra Mundial, como uma estratégia de defesa daquelas camadas, em virtude das represálias de que foram alvo pelo fato de seu país de origem estar em guerra com o Brasil. Desempenha também um papel importante a intensificação de seus contatos com a sociedade receptora, resultantes da urbanização, o que revelaria diferenças até então latentes entre as duas categorias. Mas é fundamental nesta análise a compreensão da influência dos membros de várias sociedades alemãs, interessadas na emigração e nos alemães residentes no exterior, como a *Alldeutscher Verband* (Liga Pangermânica), a principal delas, a *Deutsche Kolonial Gesellschaft* (Sociedade Colonial Alemã), a *Evangelischer Hauptverein für Ansiedler und Auswanderer* (Sociedade Evangélica Central para Residentes no Exterior e Emigrantes) e a *Hanseatische Kolonisationsgesellschaft* (Sociedade Hanseática de Colonização). São elas as principais propulsoras do movimento colonialista alemão, fruto do desenvolvimento de seu imperialismo tardio, cuja concepção sobre a preservação da identidade é vista como uma importante estratégia de expansão de seu domínio econômico.

Segundo Mercedes Kothe, tais organizações se interessaram

> ... em dirigir a corrente migratória para o sul do Brasil, para uma região onde o imigrante se tornasse um consumidor dos produtos alemães, e não um concorrente, como acontecia com os que emigravam para os Estados Unidos ... dirigir os imigrantes para áreas onde preservassem os usos e costumes e ainda consumissem produtos alemães, torna-se a política governamental a partir dos anos 90 do século XIX; ou seja, a partir do período Caprivi, época em que a Alemanha tem que assegurar mercados consumidores para seus produtos. (1990, p. 7)

Inspiradas nesta ideologia, tais sociedades influenciaram outras, ligadas ao ensino, à igreja, ao esporte e à recreação, tanto na Alemanha como no Brasil. Para se ter uma idéia de sua importância, em 1910, 106 entidades alemãs se fazem representar num congresso sobre política colonial, promovido pela Associação da Germanidade no Exterior (*Verein für das Deutschtum in Auslande*).[16]

A Liga Pangermânica e a Sociedade de Ensino no Exterior (*Schulverein*) financiaram a construção de escolas, igrejas e periódicos, veiculando neles suas teorias acerca da *Grossdeutschland*, em que a endogamia, superioridade racial e o desenvolvimento econômico de seu país constituíam-se nos seus principais conteúdos. Norteavam suas ações em conceitos de nação e cultura que remontavam à época da invasão napoleônica, quando o movimento romântico emergiu em favor das lutas pela libertação de seu país. Capturadas pelo pangermanismo, as idéias de autores como Herder, Fichte e Jahn foram reorientadas para legitimar táticas imperialistas que prescindissem da conquista territorial. Alguns destes idealizadores do nacionalismo tribal,[17] oriundos das classes médias, também se deslocaram para o Brasil, para aí fundarem novas empresas, pois contariam, segundo sua interpretação, com a fidelidade de seus compatriotas. Freqüentemente associavam-se às camadas mais abastadas dos teuto-brasileiros, firmando com eles acordos econômicos que incluíam a cooperação com as publicações em língua alemã e com as sociedades teutas já existentes no Brasil desde o século anterior.

Estas atividades despertaram a atenção dos intelectuais brasileiros, que viram nelas a confirmação de suas suspeitas acerca do perigo alemão, e de suas estratégias de anexação territorial, em médio prazo, da Região Sul. Quando o sentimento nacionalista no Brasil se torna um dos principais *leit motive* das elites, principalmente na época que antecederia a Segunda Guerra Mundial, a campanha de nacionalização atingirá intensamente estas camadas, no que se refere às suas representações culturais e políticas.

Mas, como já afirmamos, o fluxo imigratório de origem alemã não se interrompe nem mesmo nesta conjuntura. Em 1930, a proibição da imigração se deveu à crise econômica por que passou o país, e não a qualquer razão de ordem política. Em 1934, quando se estabelece o sistema de cotas, a saber, o dispositivo legal que só permitia o ingresso de 2% de cada etnia emigrada para o Brasil nos últimos cinqüenta anos, esta medida prejudicaria apenas o imigrante asiático ou africano – o que não representava um resultado indesejado ou fortuito – pois o número de imigrantes europeus que se deslocavam anualmente para o Brasil dificilmente ultrapassaria este percentual.

Nem mesmo a regulamentação de atividades dos estrangeiros, em 1937, que vedava o exercício de funções públicas e que dava preferência a trabalhadores do setor agrícola (80% de cada grupo), afetou ou desestimulou o ingresso destes indivíduos. Afinal, se estrangeiros e pobres, dificilmente dedicar-se-iam ao serviço público; e o fato de se inscreverem como agricultores não os impediria, mais tarde, de exercerem outras atividades.

Em que pesasse o nacionalismo vigente e a aceitação dos discursos antigermanistas, o fato é que, ao fim e ao cabo, eles eram brancos, disciplinados e trabalhadores, características que se harmonizavam com a política eugenista da época (Lenharo, 1986). Restava apenas abrasileirá-los, o que se faria por meio do ensino fundamental, cujos conteúdos os instruiriam não apenas para o uso do idioma português, como também para o culto dos valores cívicos da nação a qual passariam a servir.

A significativa adesão dos teuto-brasileiros à cultura pangermânica neste período, bem como seu entusiasmo pelo nacional-socialismo, podem ser, em parte, explicados como uma forma de resistência a esta política. Ela adquire sincronia com este momento histórico, mas não se esgota aí. Impõe-se portanto um recorte diacrônico, que dê conta de explicitar como os mitos de unidade irracionais, a imagem do salvador e a consciência de raça eleita se fazem presentes neste mesmo momento no Brasil, intensificando suas formas de resistência à assimilação pretendida e sugerindo, em seus limites, um tipo de cidadania diferente daquela pensada pelos articuladores do Estado Novo, a qual, embora radicalmente contrária dos movimentos anarquistas e socialistas, presentes no Brasil desta época, pressupunha, como aqueles, uma maior participação na esfera pública. Diferenciavam-se deles, contudo, por não possuírem um projeto para toda a nação; viam-se como um corpo dentro de outro, o qual, ainda que diferente, deveria usufruir do direito de existir, de pensar e agir de acordo com seus valores originais. Encontraram nesta reivindicação seu momento de maior mobilização, rompendo com seu isolamento político, inaugurado desde a Primeira Guerra Mundial. Reclamaram o fato de terem sido ignorados quando se tratava de política, mas elogiados como trabalhadores disciplinados e ordeiros. Nos limites de suas representações, acreditaram na hipótese de uma remigração ou da anexação das regiões em que residiam à Alemanha, de um retorno definitivo à sua pátria de origem. Deste sonho resultou a diluição de suas inúmeras práticas associativas, bem como de sua cultura, pois, em virtude da contrapropaganda exercida pelos nacionalistas do país, suas ações e discursos foram drasticamente reprimidos. A partir do final da Segunda Guerra, alguns ex-combatentes e outros refugiados vieram do exterior para se somarem àqueles que continuariam a remigrar até os finais da década de 1950, para outros "vazios demográficos" e para incrementarem o contingente do mercado de trabalho fabril. Mas dali por diante, guardariam um silêncio tácito com respeito à sua participação nos principais acontecimentos da política que norteou as ações de diversos países nos meados deste século.

1.3 Considerações gerais

Neste capítulo discorremos sobre a política migratória que resultou no afluxo de, entre outros, milhares de indivíduos de língua alemã para o Brasil, condicionados pelas utopias da sociedade do trabalho, a qual inspirou a formulação de representações como o "Novo Mundo", "a abundância de terras" e o "enriquecimento por meio da coragem, disciplina e submissão".

Vimos que estes novos habitantes das Américas para aí se deslocaram, trazendo em suas bagagens a determinação de resistirem à proletarização e à perda de sua cultura original; eram, em sua maioria, camponeses, artesãos e intelectuais que fugiram de um sistema econômico e político igualmente autoritário e que recriaram, em suas colônias, formas de sobrevivência e de manifestações culturais inspiradas em suas memórias, às quais se somaram as experiências de seu novo universo. Dispersos em diversas localidades de um território bem maior do que seu país de origem, mas que, para os daqui, representaria apenas uma irrelevante região de fronteira, não seria absurdo imaginá-la como sua, e estruturá-la segundo seus próprios valores, costumes e formas de ordenação da vida material. Organizaram-se politicamente, como a política era possível naquele período, ou seja, tendo em vista o universo local, distintos entre si de acordo com as experiências de cada grupo de colonos.

Estas constatações nos levaram a discordar de alguns autores ligados à bibliografia acadêmica tradicional, representados aqui por Willems (1980), que afirmou serem os imigrantes germânicos um grupo homogêneo e distinto dos demais por se manterem marginalizados e isolados da sociedade mais ampla. Ora, o isolamento, a preservação de costumes e o suposto desinteresse pela vida nacional valiam também para quaisquer outras camadas subalternas do país, sobretudo os "estrangeiros naturalizados", que não tinham o direito legal à participação política. Ainda, sua resistência à assimilação não era verdadeira nem absoluta para todo o período em questão; era provável que se adaptassem muito mais ao trabalho que realizavam aqui, dada a semelhança ao exercido em seu país de origem, do que aqueles oferecidos pelo mundo da fábrica. O deslocamento transcontinental lhes permitia a manutenção de uma sociabilidade menos "estrangeira" do que a emigração de uma pequena aldeia para uma cidade como Hamburgo ou Berlim, onde formas de organização societária levavam a alterações radicais em seu cotidiano.

A endogamia, enfatizada, entre outros, por Nadalin (1977), só foi significativa para o século XIX, quando em suas colônias existiam apenas indivíduos da mesma origem, e seu espaço de circulação, como é característico nas sociedades tradicionais, não ultrapassava um raio de cinco ou dez quilômetros. No século XX, quando tal isolamento começou a se romper, o comportamento endogâmico não foi mantido de forma irrestrita e, gradativamente, os descendentes de imigrantes germânicos passaram a contrair matrimônio com outros membros da sociedade receptora, exceto, é claro, aqueles que se deixaram influenciar pelo discurso eugenista da Liga Pangermânica. Ressalte-se ainda que, mesmo com as mudanças econômicas observadas nesta conjuntura, muitas colônias mantiveram, dada sua situação geográfica, o mesmo isolamento do período anterior.

Constatamos também que o caráter homogêneo que se imprime a estes segmentos (Roche, 1969; Oberacker, 1968) só pode ser aceitável quando pensado anacronicamente, com as lentes do nacionalismo que caracterizou a virada do século e as décadas sucedâneas, admitindo-se ainda que tal sentimento atingiu a todos igualmente e com os mesmos objetivos, o que permite entendê-los como, desde sempre, pangermanistas. Esta leitura obscurece a compreensão de seus conflitos internos, em que as manifestações de socialistas, anarquistas, liberais, nacionalistas são todas reduzidas a um sintoma neurótico de resistência à adaptação.

Diferentes entre si, segundo seu próprio julgamento, foram tratados como "iguais" pelos políticos e intelectuais brasileiros, tanto quanto por boa parte da literatura em língua alemã, a partir da virada do século. Quando esta se consolidou, eles se tornaram um público leitor fiel e, se acreditaram ou não naqueles conteúdos, ou se foram seduzidos por uma mídia, débil aos sofisticados padrões atuais, mas extremamente eficaz naquela época, não nos é possível avaliar. O certo é que liam e liam muito, publicações de uns poucos que escreviam e escreviam cada vez mais. E, a despeito de sua recepção, compreensão e aceitação daquelas idéias, estas se transformaram em uma prova inconteste de que um nacionalismo estrangeiro, cristalizado na literatura pioneira, no pangermanismo e no nazismo, estava a ameaçar a integração política do país. E contra este nacionalismo interpôs-se um outro, que a eles se dirigiria com um único imperativo: o da integração à cultura, à política e à economia brasileira.

NOTAS

[1] Além da Região Sul, mencione-se a existência de pequenos núcleos isolados em outras localidades, como Santa Izabel e Santa Leopoldina, no Espírito Santo, fundadas respectivamente em 1847 e 1857; Nova Friburgo e Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1819 e 1845; Teófilo Otoni e Juiz de Fora, em Minas Gerais, em 1847 e 1852; e São Jorge dos Ilhéus, em 1818, na Bahia. Destas, as únicas que preservaram sua identidade germânica, inclusive até os dias atuais, foram as do Espírito Santo.

[2] Thomas Davatz foi um imigrante suíço que liderou o levante na fazenda de Ibicaba, na província de São Paulo, em 1857, contra o tratamento recebido pelos seus patrões. Considere-se que o governo provincial paulista estimulava a vinda de imigrantes europeus para incrementarem a força de trabalho nas lavouras cafeeiras, o que já não ocorria na Região Sul. Esta diferença levou a que, em 1896, o Decreto von Heydt se tornasse sem efeito para os três estados sulinos. (Davatz, 1941 [1858] e Kothe, 1991, p. 4 e ss.)

[3] Elsenthal, "Canção dos Imigrantes", apud Fouquet, 1974, p. 68.

[4] Idem, p. 68.

[5] Dos alemães do Volga, apud Dreher, 1984, p. 35.

[6] Referimo-nos aqui a autores como Fouquet (1974), Carlos Hunsche (1975), e Oberacker Jr. (1968), que reescrevem a memória destes imigrantes como membros, desde sempre, da "nação alemã".

[7] Apud Fouquet, 1974, p. 85.

[8] Arquivo Histórico de Joinville. Lista de Passageiros dos navios contratados pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo para transportarem imigrantes à Colônia Dona Francisca, 1852-62. Anos selecionados para a amostragem: 1852, 1853, 1854, 1860, 1861, 1862.

[9] Além de autores descendentes destas camadas, que se dedicaram a celebrar a colonização e seu sucesso econômico e cultural, referimo-nos também a autores ligados à historiografia acadêmica, como Roche, 1969, Balhana, 1963 e Martins, W., 1951. Dos que condenaram estas camadas pelos mesmos

motivos pelos quais os outros a elogiavam, ou seja, por serem alemães, cite-se Romero, 1906, Darcanchy, 1914, Vianna, 1991 [1931].

[10] *Handwerker-Unterstützung-Verein*: Gedenk und Festschrift zum 50 jährigen Stifungsfeste am 19. Juli. Curitiba, 1934.

[11] Poema de Richard Freienfels, *As canções*, apud "Os allemães" (1929, p. 30).

[12] *Handwerker-Unterstützung-Verein*, ..., p. 6.

[13] A partir do ano de 1932 se inicia uma série de medidas contra o uso da língua alemã nas escolas teuto-brasileiras. Esta se explica, de um lado, como uma resposta aos reclamos de políticos e intelectuais nacionalistas, que se filiariam, em 1937, ao governo estado-novista, e, de outro, às recomendações de políticos liberais, que enxergavam na instrução e no uso de um único idioma em todo o país, uma condição *sine qua non* para o exercício da cidadania.

[14] Em que pese o reconhecimento desta evolução, não concordamos com Balhana (1973) e Hering (1985), que vêem este processo como um produto exclusivo da operosidade e do caráter inovador dos imigrantes. Em primeiro lugar, há que se levar em conta o desenvolvimento econômico do país como um todo, o qual viabilizou a urbanização e o crescimento industrial do Sul. Em segundo, não foi apenas e nem majoritariamente o imigrante quem mais prosperou neste setor. Os fatores decisivos para o surgimento de um empresariado ligado à indústria foram, como é a lógica do sistema capitalista, a capacidade de acumulação prévia de capital, a disponibilidade de mão-de-obra e a existência de um mercado consumidor para aqueles produtos. (Contra tais correntes interpretativas, ver: Seyfferth, 1974 e Gertz, 1990, p. 606-17.)

[15] De todos os documentos consultados, conseguimos encontrar apenas duas entidades que se diferenciaram de tais tendências, fazendo-lhes inclusive uma acirrada oposição. Trata-se do já mencionado *Allgemeiner Arbeiterverein* (Associação Geral de Trabalhadores), criada em 1892, sob os moldes de entidades similares na Alemanha, com tendência social-democrata, extinta apenas durante a Segunda Guerra Mundial; e o *Sozialistischer Arbeiterverein* (Associação de Trabalhadores Socialistas), de orientação anarquista, criada em 1920 e responsável pela edição do jornal *Der Freie Arbeiter* (O Trabalhador Livre), que sobreviveu até 1930, editado também em língua alemã. (A este respeito, ver: Gertz, 1985, p. 75-84 e 1990, p. 606-17 e Kniestedt, 1989.)

[16] Entidades signatárias do panfleto de divulgação do referido Congresso. Hamburgo, 1910.

[17] Sobre o pangermanismo, Hannah Arendt afirmou que, tanto quanto o paneslavismo, seu surgimento coincide com a emergência dos movimentos de unificação étnica na Europa oriental, nutridos pela noção de nacionalismo tribal, cujo princípio unificador é a raça, a cultura e a história. (Arendt, 1978, p. 95 e ss.)

2

O IMIGRANTE ALEMÃO PELA INTELECTUALIDADE BRASILEIRA

Em 1902, Graça Aranha publica *Canaã*, obra literária que o destacaria como um dos precursores do modernismo no Brasil.

O romance versa sobre a experiência de dois imigrantes alemães que vieram para o Brasil em busca da "terra prometida", estabelecendo-se em uma região de colonização agrícola, no município de Porto Cachoeiro, estado do Espírito Santo.

O cenário em que se desenvolve a narrativa permite uma aproximação com a história do século XIX: imigração européia, eliminação do trabalho escravo, formação da nação brasileira, as preocupações com o progresso econômico do país.

Contudo, as atenções de Aranha não se voltam para a trajetória de vida daqueles trabalhadores rurais, suas lutas pela sobrevivência ou seu cotidiano. Trata-se de um romance de idéias, com indagações próprias a seu tempo; é o homem consciente de ser um "indivíduo em si", um abrigo de sua própria consciência, que coloca em causa se o progresso da humanidade, visto como fatal, percorrerá o caminho da razão ou da paixão, da liberdade ou da opressão, da arte ou da guerra (Aranha, 1954, p. 50 e ss.).

Estas inquietudes foram elaboradas por um escritor que nutria profundas admirações pela alta cultura alemã, por encontrar nela suas principais referências filosóficas, seguindo a mesma orientação de seu mestre Tobias Barreto, da Escola de Recife.[1]

A representação da cultura alemã não lhe seria difícil ainda por uma outra razão: como juiz, serviu por oito anos no município de Porto Cachoeiro, uma região que recebera diversas levas migratórias de origem germânica, o que lhe possibilitou a convivência cotidiana com aquele segmento social.

Os dois alemães que protagonizam o romance não provêm, entretanto, das mesmas classes sociais da maioria dos emigrados, nem estão presos às preocupações a eles inerentes. Aranha os reveste de uma bagagem cultural profundamente intelectualizada, através da qual vivenciam a realidade que os circunscreve, ao mesmo tempo em que refletem criticamente acerca de seu passado na Europa.

Milkau, figura central de *Canaã*, é oriundo de Heidelberg, filho de um intelectual, tendo exercido a atividade de crítico literário. Idealista e contemplativo, abandona sua terra natal por desiludir-se com a Europa, uma civilização excessivamente presa ao passado e orientada por valores decadentes. Viera para o Brasil em busca de um novo mundo, "a sua Canaã", descoberta num país onde integração harmoniosa entre os povos ainda era possível. Seu sonho de encontrar aqui a paz e sua ternura para com os "homens simples" manifesta-se não apenas nos longos diálogos com o amigo Lentz, com quem ele freqüentemente discute sobre os aspectos positivos de uma cultura mestiça, mas com outros interlocutores. Neste tocante, chama-nos a atenção sua conversa com o juiz local Paulo Maciel, um luso-brasileiro que exprime seu pessimismo acerca do aspecto de decrepitude e infantilidade da sociedade brasileira. Herdeiros de diversas raças, tais indivíduos vêem-se incapazes de produzir uma cultura que lhes estimulasse a coesão social, passível de orientá-los em torno de uma única vontade; em virtude de sua débil formação intelectual, tornam-se uma massa disforme, submetida aos projetos de suas elites dirigentes; "esta é uma nação preparada para receber governos autoritários e despóticos", receia o juiz.[2]

Milkau, o alemão, é quem se coloca a favor dos destinos do país:

> , No Brasil, fique certo, a cultura se fará regularmente sobre este mesmo fundo de população mestiça, porque já houve o toque divino da fusão criadora. Nada mais pode embaraçar o seu vôo (...) E no futuro remoto, a época dos mulatos passará (...) (p. 203)

Milkau representa também o alemão que com seu idealismo constrói uma colônia limpa e organizada, ao contrário dos nativos, regidos por instintos, como se percebe na descrição de uma mulata da localidade:

> No batente da porta sentava-se uma mulata moça. Toda ela era a própria indolência. Os cabelos não penteados faziam pontas como chifres, a camisa suja caía à toda no colo desencarnado e os peitos de muxiba pendiam moles sobre o ventre. (Aranha, 1902, p.32)

Já entre os camponeses alemães, tenazes e obedientes, ainda que "empobrecidos espiritualmente" pela dureza e monotonia do trabalho,

> Via-se estampado o pensamento único de cumprir o dever prático, de caminhar para a frente no conjunto harmonioso de um só corpo. (p. 39)

Imagens como estas conduziram vários leitores de Aranha a identificá-lo como um admirador da cultura germânica e defensor da imigração deste povo para o Brasil. Mas há um outro personagem neste romance que nos leva a duvidar de tais conclusões, e que nos permite entender com menos estranheza a adesão do autor, em 1915, à "Liga de Defesa Nacional",[3] entidade inspirada no pan-americanismo e reconhecidamente antigermanista. Trata-se do segundo personagem, o amigo Lentz, que encarna uma outra espécie de germânico, orgulhoso de sua própria raça, cujo sonho de vitória sobre o mestiço provoca, às vezes, atitudes de desespero diante da humilhação a que se submete em suas tarefas cotidianas de trabalhador. Enquanto Milkau se dedica à arte e ao bem, Lentz pensa em construir um império branco no Brasil, pois, segundo ele,

> Há que se aceitar a lei da vida, em que o mais forte atrai o mais fraco: o senhor arrasta o escravo, o homem, a mulher. Tudo é subordinação e governo. (p. 63)

Filho de um general prussiano, homem de status e fortuna, Lentz abandona seu país de origem por recusar-se ao casamento; decepciona-se com a amante quando esta lhe exige o nome, para atender à moral cristã e para fazê-lo, segundo ele, seu escravo (p. 58). Refugiando-se em Porto Cachoeiro, tenciona desenvolver atividades no comércio, mas acaba decidindo-se pela lavoura, sob a influência de Milkau, com quem passa a dividir um lote de terras concedido pelo governo.

Lentz, como Milkau, ama sua terra natal e vê nela o paradigma da civilização; como o amigo, distingue-se dos demais imigrantes por ser um aventureiro solitário e possuir um espírito mais elevado do que os seus compatriotas de Porto Cachoeiro – homens que sacrificam a liberdade do espírito pela ambição material (p. 39). Professam, ambos, uma fé irrestrita nas concepções evolucionistas da história, bem como na supremacia da raça branca. Distanciam-se, porém, um do outro pela forma como entendem verem cumpridas suas utopias: para Milkau, a civilização é um estágio que só será atingido com o acréscimo constante da solidariedade e amor entre os homens, constituindo-se o progresso uma condição para a liberdade:

> Quando a humanidade partiu do silêncio das florestas para o tumulto das cidades, veio descrevendo uma longa parábola da maior escravidão à maior liberdade. Todo o alvo humano é o aumento da solidariedade, é a ligação do homem ao homem, diminuídas as causas da separação. (p. 54)

Já em Lentz, é somente no exercício do poder dos mais fortes sobre os mais fracos que se cumpre a missão civilizadora dos alemães no Brasil.

Para ele, a cultura dos mulatos será sempre inferior, pois o negro traz em seu sangue a bestialidade e o servilismo, necessitando sempre de um líder que o conduza. Recusa a solidariedade como finalidade mesma do progresso:

> O fim de toda a sua vida não é a ligação vulgar e mesquinha entre os homens, o que ele busca no mundo é realizar as expressões, as inspirações da arte, as nobres, indomáveis energias, os sonhos e as visões do poeta, para conduzir como chefe, como pastor, o rebanho. Que importam a solidariedade e o amor? Viver a vida na igualdade é apodrecer num charco (...) (p. 54)

O conflito existente entre Milkau e Lentz – amor e poder – percorrerá todos os capítulos de *Canaã*, um microcosmo por onde caminham os dois imigrantes e cujas impressões e relatos dão conta de realizar a urdidura do romance. Mas se pensarmos nos dois alemães como dois corpos de uma única consciência a refletir sobre si mesma, isso nos possibilita perceber um outro dialogismo, seja ele, do homem civilizado e o seu outro – uma sociedade ainda primitiva, infantil e imune aos artificialismos da vida mecânica moderna. Diante dela, coloca-se o estrangeiro:

> Realmente é um belo quadro esse que vemos, e o espetáculo de um trabalho livre e individual nos embriaga de prazer, mas no fundo assistimos a um começo de civilização; é o homem que ainda

> não venceu grande parte das forças da natureza e está ao lado dela numa postura humilde e servil. (p. 66)

O distanciamento que se impõe o protagonista-narrador da realidade que permanentemente visita permite a Aranha – e aí reside o caráter de modernidade de sua obra – exprimir o mundo interior de seus personagens, cujo processo de intercomunicação subjetiva não se realiza por meio de experiências sentidas ou de sensações disformes, mas pelo pensamento articulado, que é a forma mesma de registrarem a história que os afeta e que os transforma (Paes, 1989, p. 169).

Todavia, a condição de imigrantes e de trabalhadores rurais força-lhes adentrar neste mundo. São estrangeiros que habitam em caráter definitivo este país. Nesta condição, realizam diversos contatos com a população nativa, e destas experiências, por vezes conflituosas, podemos vislumbrar alguns aspectos do imaginário coletivo construído na virada do século acerca do imigrante alemão, uma condição histórica que por muito tempo foi interpretada como imutável, universal e válida para todos os indivíduos desta origem.

Ao elaborar diversas situações contrastivas entre este grupo e o outro, Aranha desenha alteridades irredutíveis, não consentindo em qualquer sorte de amalgamentos. Assim, o mulato, para sempre preguiçoso, antepõe-se à operosidade inata do germânico; a estatura pequena e frágil do cearense torna-se mais nítida diante daqueles homens "gigantescos e fortes" (p. 73); a simplicidade do povo nativo impossibilita sua comunicabilidade com o complexo raciocínio do europeu; ainda, a malícia e a sensualidade na economia de gestos do brasileiro escandalizam a postura quase assexuada daqueles protestantes, cujo rigor ascético lhes determina um pragmático desenvolvimento econômico.

Temos, assim, um conjunto de sentimentos e atitudes ambíguas diante do "alemão", fosse ele um imigrante, simples trabalhador ou mesmo um intelectual; forte, disciplinado, membro de uma raça superior, despertaria a admiração nas elites ávidas pelo progresso, mas causaria-lhes também uma espécie de aversão, por sufocar, em nome da razão científica, sua própria sensibilidade. Além disso, esse alemão estava isolado, segundo os olhares de uma cultura pensada como mestiça, em seus próprios valores e costumes; era, enfim, o eterno estrangeiro em cujas fronteiras imaginárias se colocava uma série de denegações – e, ao fitarem-nas, ser brasileiro tornou-se, para muitos, uma noção menos vaga do que simplesmente compartilhar um mesmo território e obedecer a um mesmo conjunto de regras e leis.

Neste capítulo, pretendo reconhecer as imagens construídas sobre o imigrante alemão, realizadas tanto no território da literatura como por alguns cientistas sociais. Tal procedimento se explica pelo período mesmo em que o conjunto de textos aqui analisado foi produzido, ou seja, do início do século até a Segunda Guerra Mundial, uma conjuntura em que a Alemanha desempenhará um papel privilegiado na política internacional. Particularmente no Brasil, os alemães e seus descendentes, vistos até então como portadores de um *ethos* destinado ao progresso, passam a ser, por parte do discurso erudito, revalorados à luz da política encetada pelo seu país de origem.

Através destes discursos, pretendo ainda desvendar aspectos da identidade coletiva tanto dos segmentos designados como luso-brasileiros, quanto daqueles designados como teuto-brasileiros, identidades construídas no momento mesmo em que diversas disputas por significações deram conta de confirmar alteridades e convicções de ordem cultural e política. Importa-me também perscrutar em que medida as imagens aí delineadas cooperaram, em sua irredutibilidade, para a elaboração de estratégias que se aproximariam, consciente ou inconscientemente, do pensamento de caráter autoritário no Brasil.

2.1 O alemão como personificação do Deutschtum

> *O nosso contingente tem que ser brasileiro. O dia em que nós formos inteiramente brasileiros e só brasileiros, a humanidade estará rica de mais uma raça, rica duma nova combinação de qualidades humanas (...) avanço mesmo que enquanto o brasileiro não se abrasileirar, é um selvagem.*
>
> Mário de Andrade, 1922

A figura do imigrante alemão não foi praticamente tematizada no campo da literatura à época imperial. No que se refere aos debates políticos, ao contrário, ela foi sobremaneira enfatizada no conjunto dos discursos favoráveis ou contrários à substituição da mão-de-obra escrava pela livre e européia. No que diz respeito ao discurso imigrantista, a operosidade e disciplina dos germânicos (decorrente em parte, segundo aquelas leituras, da ética protestante), constituía-se num dos principais argumentos para que se adotassem medidas favoráveis àqueles imigrantes. Por outro lado, observa-se um determinado estranhamento com relação ao europeu não-católico, em defesa dos valores culturais trazidos pelos primeiros colonizadores. Tais preocupações estavam associadas a um sentimento nativista de inspiração patriótica, despertados entre outros segmentos da sociedade. Delas, emergiu uma série de escritores que, ao regressarem de seus estudos em Coimbra ou Paris, elaboraram tematizações pautadas nos mesmos modelos românticos de seus mestres: um passadismo sentimental, a elevação da natureza, a busca de uma origem mítica e heróica da pátria. Esta era representada pela figura do índio, que não fazia senão reeditar "o bom selvagem" de Jean-Jacques Rousseau.

A literatura tinha o seu mecenas, a saber, o próprio Imperador, que incentivava a formação de uma cultura nacional, por meio das artes e da historiografia,[4] uma iniciativa devida menos à política e mais ao seu gosto pessoal, num desejo de conhecer o "corpo" da pátria da qual era soberano.

O romance romântico brasileiro, característico dessa época, era dirigido a um público bem restrito, jovens das classes altas ou profissionais da corte e das províncias, atraídos pelo prazer da leitura e pela busca de entretenimento, ao que logo se associou o desejo de auto-realização da terra natal (Bosi, s/d, p. 142).

Esse sentimento nativista, ainda que fomentado pela política oficial, não a influenciou de forma expressiva; no tocante ao discurso imigrantista, ele jogou muitas vezes ao seu favor, pois estes "homens laboriosos" contribuiriam para o engrandecimento das riquezas do país.

Importa ressaltar que tanto os textos históricos como os literários eram, a essa época, de caráter regional, como regionalizadas eram a cultura e a política. Desta forma, quando os escritos se dedicam ao país, limitam-se a celebrar a nação, com noções vagas e ufanistas de povo, pátria e língua nacional.

É somente no final do século XIX e no início do XX que o imigrante alemão será representado no cenário cultural brasileiro, em que a já referida obra de Graça Aranha se coloca, por assim dizer, como uma referência arquetípica. A partir dela, a literatura brasileira passou a expressar de múltiplas formas o universo de significações com que se estigmatizava o alemão, trazidas tanto da Europa como da América do Norte, ao que se somavam as imagens construídas no interior da sociedade brasileira. Meticulosidade, disciplina no trabalho, espírito racional, o alemão como antônimo do latino são, entre outras, as leituras que nortearão as primeiras aproximações daqueles intelectuais com os imigrantes e sua cultura.

É o caso do romance de Mário de Andrade, publicado em 1927, intitulado *Amar, verbo intransitivo*, em que o autor, à diferença de

Aranha, participa ativamente da narrativa, fixando sua própria autonomia e manifestando ao leitor sua perplexidade diante da psiquê alemã, tão distinta da sua, ele, brasileiro.

Em *Amar, verbo intransitivo*, a personagem *Fräulein*, de nome Elza, é uma imigrante de 35 anos contratada como governanta na casa de uma família luso-brasileira, representante da burguesia ascendente de São Paulo.

Ao descrevê-la em seus primeiros contatos com os demais personagens, o narrador a apresenta como uma mulher culta, de gestos precisos e frases previsíveis, com uma sobriedade tal que não se permite a manifestação de quaisquer sentimentos.

Dividida entre dois "eus", o "homem-do-sonho", romântico e idealista, porém oculto em si mesmo, e o "homem-da-vida", espécie prática que se adapta a qualquer situação, Elza nos parece encarnar o mesmo "espírito alemão" construído por Aranha nos dois personagens Lentz e Milkau.

Fräulein chega à casa dos Souza Costa trazendo em suas bagagens os retratos de Wagner e de Bismarck, além de "uma penca de *livros*". Ao entrar, assume imediatamente seu papel, sem perguntas ou rodeios, indiferente a quaisquer movimentos e ações que não lhe digam respeito. Incapaz de perceber sutilezas, não existe para ela qualquer metonímia. Nem ri, nem chora; seu ritmo é calmo e compassado; ao exercer regularmente suas funções, fá-lo com um único intuito, que é o de acumular alguma renda para poder retornar à Alemanha.

A mulher ariana, metaforizada na imigrante Elza, é a heroína da narrativa – figura antitética da imagem feminina romântica, representação recorrente na obra de Andrade, um autor profundamente inspirado na estética expressionista. Nem feia, nem bonita, porém saudável, limpa e possivelmente fecunda, nela não se presencia qualquer atitude fragilizada; em público, comporta-se com uma rigidez militar, estando seu homem-do-sonho encarcerado, a rondar apenas a sua própria imaginação, falando-lhe de amor, da pátria de origem, da natureza, de um lar para si.

Fräulein tem uma outra tarefa a desempenhar naquela residência, um segredo mantido somente entre ela e o pai da família: em que pese seu preparo intelectual, na condição de mulher e imigrante, torna-se a responsável pela iniciação sexual do adolescente Carlos, o filho mais velho, o que realizará, em princípio, com o mesmo senso prático com que ministra as aulas de piano ou de alemão. Mas, aos poucos, ela se deixa envolver pelo garoto, e quase cede aos seus jogos de sedução. Nesses momentos de delírio, o autor a descreve como uma criatura dilacerada, diferente de si, em suas próprias palavras,

> Estava muito pouco *Fräulein* neste momento. Porque *Fräulein*, a Elza que principiou este idílio, era uma mulher feita, que não estava disposta a sofrer. E a *Fräulein* deste minuto é uma mulher desfeita, uma *Fräulein* que sofre. E porque sofre está além de *Fräulein*, além de alemã: é um pequenino ser humano.

Quanto ao prazer sexual, até então desconhecido, transforma-a numa figura grotesca, uma caricatura de Elza:

> Os olhos dela pouco a pouco se fecharam, cega duma vez (...) Das partes profundas do ser lhe vinham apelos vagos e decretos fracionados. Se misturavam animalidades e invenções geniais. E o orgasmo. Adquiria enfim uma alma vegetal. E assim perdida, assim vibrando, as narinas se alastraram, os lábios se partiram, contrações, rugas, esgar, numa expressão dolorosa de gozo, ficou feia. (p. 120)

Contudo, findo o idílio, *Fräulein* sublima seus sentimentos mais íntimos, e seu eu exterior triunfa em toda a sua germanidade; Elza recusa-se à miscigenação. É Bismarck (o homem-da-vida) e não Wagner (o homem-do-sonho) quem a conduz para fora daquela casa, e para dentro de outras, para ministrar a outrem as mesmas lições de amor.

A imagem do alemão como a personificação do *Deutschtum* (germanidade),[5] como um indivíduo exatamente idêntico a outros membros de sua cultura, forte, guerreiro, desprovido de sensibilidade, um autêntico filho de Odin, permeará outras narrativas, quer na literatura,[6] quer no discurso jornalístico, ou mesmo na crônica popular. Mas é no território das Ciências Sociais, ou melhor, entre os intelectuais preocupados em refletir a sociedade brasileira e os problemas que ela enfrenta para se constituir numa nação civilizada, que a imigração alemã será contemplada com maior espírito analítico. Refiro-me em especial ao surgimento do pensamento crítico, gestado durante o Império e consolidado na República.

Neste contexto, importa-nos destacar Sylvio Romero, um escritor que se dedicou à temática do imigrante alemão e da imigração em geral.

Romero foi um intelectual profundamente comprometido com o nacionalismo e com a busca de uma identidade autóctone para a sociedade brasileira. Iniciou suas atividades na década de 70 do século

XIX como crítico literário, desde aí preocupado com a função analítica da literatura. Rejeitou os modelos românticos e propôs a elaboração do estudo da cultura brasileira com bases modernas, calcadas, segundo sua ótica, nas concepções evolucionistas de Haeckel e Büchner.

Romero pertenceu também à Escola de Recife; entretanto, segundo Antonio Candido (1988, p. 31 e ss.), seu conhecimento dos teóricos alemães não era tão profundo como o de Tobias Barreto. Tratava-se de leituras mediatizadas pelos intelectuais franceses, com quem mantinha, aí sim, mais estreitos contatos. Esta observação é importante para compreendermos sua proximidade com Gobineau, e mesmo alguns lugares vazios entre o seu pensamento e o de teóricos alemães por quem professava admiração. Sobretudo, para entendermos sua identificação política com o "mito do perigo alemão", tal qual ele foi elaborado pelos franceses, tornando-se, como veremos, um de seus principais divulgadores no Brasil.

Alicerçado em Gobineau, mas adaptando-o ao nacionalismo programático característico dos países recém-emancipados, Romero partiu da teoria das desigualdades das raças para pensar a formação do povo brasileiro.[7] Estudioso da etnologia, interpretou a cultura brasileira como um reflexo do processo de miscigenação, resultado da fusão de três raças fundamentais, a branca, a negra e a vermelha. Esta raça, cujo espírito ainda estava por ser desvendado, seria responsável pela coesão social de que o país necessitava, e lhe conferiria também sua individualidade histórica.

Estas reflexões, que seriam retrabalhadas por Gilberto Freyre na década de 30 deste século,[8] atenuavam, ainda que não recusassem, o pensamento racista de seus inspiradores. Coerente com eles, Romero admitia a inferioridade dos negros e dos índios, mas acreditava que, por meio da constante miscigenação – consorciada ao adensamento populacional garantido pela imigração européia –, os caracteres da raça superior prevaleceriam sobre os demais. Como que aceitando o moreno e negando o mulato, Romero é, segundo nossa leitura, o genuíno autor da tese do branqueamento da raça brasileira, freqüentemente atribuída a Oliveira Vianna. À diferença deste, Romero relevou a herança biológica das raças entendidas como inferiores em favor do enriquecimento que propiciou a fusão de diversas culturas num mesmo país.

Ora, se a utopia do branqueamento da raça brasileira, condição necessária para a formação de um *ethos* destinado ao progresso, seria garantida pela vinda de imigrantes europeus, e se a condição de mestiço só seria positiva com a predominância do branco, o que levaria esse autor a preterir o imigrante alemão, um ariano por excelência? Tratava-se de colocar em causa, conforme veremos a seguir, o caráter desordenado com que se permitia que tal contingente emigrasse para o Brasil, bem como a definição de seu papel enquanto formador da população brasileira; dele, reivindicar-se-iam tão-somente suas características biológicas e seu trabalho produtivo, mas não sua participação política ou cultural. Não compartilhava do passado desta nação (ou seja, da história) e também não pertenceria ao seu futuro, por ser portador de uma cultura estrangeira. Devia, portanto, permanecer como um simples elo intermediário na formação *biológica do povo* brasileiro.

Senão, vejamos: em um dos textos em que faz referência ao imigrante alemão,[9] o autor disserta sobre uma carta etnográfica que ele próprio desenha, em que assinala quatro zonas de influência étnica no Brasil. As duas primeiras, ao Norte e Centro-Oeste, são, para ele, pouco habitadas e selvagens, estando à mercê do desbravador norte-americano. O Sul (do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul) está sob a influência de italianos e alemães, responsáveis por um crescimento demográfico considerável. Já na zona intermediária (Nordeste e Sudeste), que se estende do Maranhão ao Espírito Santo, o elemento predominante é o português, cujo principal problema reside em sua inclinação à mestiçagem.

A concentração de alemães nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, segundo o autor, apresenta-se como um duplo perigo: o primeiro se refere ao crescimento desequilibrado entre esta e outras regiões, dadas as características intrínsecas deste povo. O segundo diz respeito ao risco de se perder a unidade lingüística, uma vez que o idioma alemão é de uso corrente entre aquelas populações.

De fato, na virada do século, esta região sofreu um progresso considerável em comparação às outras, pois o regime de pequena propriedade ali existente facilitou a criação de um mercado interno e a ascensão de uma classe média bem mais expressiva do que no resto do país. Ainda, a manutenção do idioma alemão estava presente em vários núcleos povoados com indivíduos de origem teuta. Tais características concorreriam, segundo Romero, para que uma série de rivalidades de ordem política se estabelecesse entre as diversas regiões do país.

Para ele, a superação destes problemas residia na melhor distribuição espacial dos alemães, uma vez que

> A política tem mais próximos parentescos com a biologia, que é uma visinha que lhe fica mais perto. Parece-me que os bons calculos e as fortes propagandas podem dirigir as vontades das massas num sentido determinado e prestar na sciencia social o mesmo serviço das culturas e creações artificiaes da biologia. (1904, p. 313)

Em outras palavras, o autor recomenda que se espalhem os arianos pelas diversas regiões para que eles mesmos produzam uma nova população – ao lado de uma propaganda que atrairia novos imigrantes portugueses, também brancos, que garantiriam a hegemonia da língua nacional (1904, p. 161 e ss.).

As idéias de Romero sobre os alemães ficam mais claras no opúsculo *O allemanismo no sul do Brasil*, publicado num jornal do Rio de Janeiro. Aí, ele inicia uma análise da história alemã, remontando à Antigüidade, para provar a inclinação quase que genética deste povo ao expansionismo; tal característica é entendida como uma virtude, segundo se depreende de suas considerações sobre a era Bismarck:

> Aquelle é que é um povo. Vejam a grandeza, a audácia dos planos, o desassombro com que falla; alli os governos ouvem os chefes intellectuaes da nação e tomam-lhes conselhos. (1906, p. 17)

Em que pesem estes elogios, Romero teme que o princípio étnico e lingüístico em que se baseiam os alemães ao definirem a nacionalidade (princípio ao qual ele não se opõe sob o ponto de vista teórico, mas em termos práticos) seja válido para as zonas de colonização alemã; pois, se o conceito de territorialidade não for respeitado, a região Sul do Brasil estará seguramente incluída nas ambições expansionistas dos alemães, o que só não se efetivou ainda, devido à força política do pan-americanismo, liderado pelos Estados Unidos.

Com informações retiradas de jornais franceses, dos membros da Liga Pangermânica e mesmo de teuto-brasileiros,[10] comprova o perigo de se criar no Brasil Meridional um novo estado independente diretamente ligado à Alemanha, que lhe daria proteção militar.

Por outro lado, critica os imigrantes por desprezarem a vida pública (leia-se, os partidos políticos), por não saberem o idioma nacional e por criticarem o governo, enxergando nesta posição um complexo de superioridade em relação aos demais. Opõe-se também aos políticos sulinos, pois, segundo ele, são estes que, por dependerem do voto dos imigrantes, consentem com tal situação. Mesmo esta tímida participação na política, qual seja – o voto – deveria ser-lhes proibida, segundo o julgamento de um discípulo de Romero, Romário Martins, para quem tal direito deveria ser-lhes vedado até que provassem o seu amor pela pátria e se nacionalizassem definitivamente. De acordo com Martins, enquanto isto não ocorresse, "eles só estariam autorizados a trabalhar" (Martins, 1900, p. 67).

Nessa linha de raciocínio, seria imperativo que se proibisse o uso de qualquer idioma que não o nacional, a venda de grandes parcelas de terras a elementos de origem estrangeira, e que se obrigasse o ensino da língua portuguesa. Seria necessário ainda o estímulo de uma política demográfica que os levasse compulsoriamente à miscigenação.

Autores como Romero, Martins e outros não teriam, apesar de seus esforços, grande penetração na vida política do país. Não que seus opositores fossem mais fortes, mas pela natureza mesma da administração pública daquele período. Além de ouvirem "pouco os intelectuais", como já se queixava Romero, a relativa autonomia de que gozavam os governos estaduais impedia que se tomassem medidas de caráter mais amplo (Luebke, 1987). Assim, a importância de seus escritos, em especial sua preocupação com a nacionalidade, só encontraria ressonância entre outros intelectuais. Tais idéias aguardariam pelo menos vinte anos para verem suas aspirações concretizadas; foi necessário que os homens cultos se solidarizassem com um governo preocupado em amar o Brasil, valorizá-lo e zelar pelo seu futuro, para que o nacionalismo cultural se traduzisse em ação.

2.2 O alemão como raça

Numa curta passagem do livro *Um lugar ao sol,*[11] de Érico Veríssimo, um dos autores mais lidos no Brasil a partir da década de 1930, há um episódio em que um dos protagonistas mantém um rápido relacionamento amoroso com uma mulher alemã, chamada Annelise, cuja profissão e situação social não são reveladas. Como os dois outros personagens da mesma origem, atores coadjuvantes da trama, seu passado é desconhecido, tanto quanto os detalhes de sua vida presente.

Pelas ruas de Porto Alegre, tumultuadas pelo barulho, luzes e cenários próprios de uma cidade moderna, transitam os pequeno-burgueses de Veríssimo, que dividem sua atenção entre as vitrinas, os carros, os salões de chá, cassinos, mulheres, sons e odores.

Vasco, um desempregado vindo do interior, encontra acidentalmente Annelise, uma mulher que "parecia de mármore, de gêlo, de gêsso, de qualquer coisa, menos da matéria de que êle fora feito" (1966, [1936], p. 667). Embora a deseje instantaneamente, é ela, a loura de olhos azuis, quem o conduz à relação amorosa. Sem que ao menos soubesse uma única palavra em língua portuguesa, Annelise o chama para si com gestos, olhares, abraços, incitando-o à aventura. Após alguns dias de tensos e rápidos encontros, ela o leva à sua casa, uma edificação tipicamente alemã que, embora espaçosa, parecia habitada somente por ela.

No quarto da amante, à sua espera,

> Vasco apanhou distraidamente uma revista (...) eram prospetos das olimpiadas de Berlim. Folheou a revista. Vistas da Colônia, de Francofort, de cidades das margens do Reno (...) Tudo aquilo pertencia a um mundo sonhado mas nunca visto. Annelise pertencia a êsse mundo: a sua figura esbelta, os seus cabelos louros eram produto daquela paisagem fria, daquela terra onde caía neve no inverno. Vasco sentiu-se estrangeiro. (p. 714)

Desta experiência de um rapaz de 22 anos que acabara de chegar à capital ele guardaria um estranho sentimento, em que se mesclavam sensações eróticas, paixão e culpa, ódio e vergonha por pertencer a uma condição social inferior à de sua amante. Após aquele encontro, Vasco se sente um traidor de seu povo, de seu clã, do espírito de seu grupo (p. 714). Apaixonado, não resiste em procurá-la mais vezes, e talvez até ficasse para sempre em sua companhia, não tivesse a moça, a despeito da agradável aventura com aquele por ela chamado "*mein* selvagem", retornado à Alemanha, desiludida com este país.

Vidas sem passado, incomunicabilidade entre pessoas por desconhecerem o idioma de seus interlocutores, o exílio voluntário de Annelise, os sentimentos de paixão e culpa de Vasco, configuram cenas secundárias de um romance maior, escritas como que para um roteiro cinematográfico, uma linguagem que fascinava Veríssimo desde a infância. E como um menino que assiste um filme proibido, o autor nos fala de pessoas que circulavam à noite por lugares às vezes suspeitos e sombrios, onde as mulheres, quando presentes, despertavam desejos necessariamente fugazes. Logo, a narrativa retoma seu curso privilegiado, que é o da monótona vida de pessoas honestas e convencionais.

Mas a familiaridade de Veríssimo com a grande cidade não corresponde à sua própria experiência histórica, nem é o cenário constante de suas narrativas.[12] Ao lado de Graciliano Ramos, Jorge Amado, Lins do Rego, Veríssimo integra um grupo de literatos responsáveis pela ficção regionalista no romance brasileiro, em que temas universais se revestem dos costumes e do cotidiano das diferentes culturas locais. A ele lhe interessam os aspectos mais íntimos de seus personagens, bem como suas experiências com o contexto social em que estão inseridos.

Veríssimo se afasta de escritores como Aranha e Andrade não apenas pelo seu enfoque regionalista, mas também no que se refere às suas visões do imigrante alemão; como gaúcho, aprendera desde cedo a entendê-lo como co-cidadão, ao lado de outros emigrados. Estava acostumado a vê-lo em sua diversidade cultural, política e econômica, como bem retratará em alguns personagens d' *O tempo e o vento.* E reconheceria ainda, com maior facilidade, a diferença entre teuto-gaúchos e alemães residentes no Rio Grande do Sul.

Contudo, o livro estava sendo escrito nos anos de 1935 e 1936, motivo pelo qual nos parece impossível que Annelise fosse casualmente alemã, e Vasco, um personagem de nível social inferior, amigo de alguns companheiros de sua própria classe que se revoltariam com a ordem econômica e política vigente. Não seria ainda imponderável supor que este pequeno excerto de *Um lugar ao sol* pretendesse simbolizar o "exílio voluntário" de muitos teuto-brasileiros, seduzidos pelo nacional-socialismo,[13] nem tampouco o choque entre as duas culturas que, embora convivessem lado a lado por quase um século, passaram a se estranhar como rigidamente distintas. Ou ainda, um sentimento que refletisse a utopia do branqueamento, elaborado por intelectuais que não despertavam a admiração do autor; o desejo de ser branco, a sensação de inferioridade de uma cultura mestiça, a paixão e o ódio pelo alemão são possíveis representações submersas nas almas daqueles personagens, e que manifestam a perplexidade do autor em face do cenário cultural brasileiro à década de 1930. E se este terceiro nível de leitura esteve presente nas elaborações do narrador, chegaremos ao eugenismo de Oliveira Vianna, o cientista social que representará as idéias de Romero no período entre guerras.

2.2.1 Os imigrantes de Vianna

Se percorrermos as mesmas correntes intelectuais que se preocuparam com a superação do atraso econômico e cultural vigente no Brasil, orientadas pelas concepções evolucionistas e pelas teorias raciais, não encontraremos inovações consideráveis na obra de Oliveira Vianna, um autor que também tematizou o imigrante alemão e a imigração européia em geral. Como Sylvio Romero, Nina Rodrigues, João Batista de Lacerda, Romário Martins e outros, Vianna defendia a necessidade do branqueamento da raça brasileira e a inviabilidade do regime democrático em virtude da inexistência de um povo plenamente consciente de sua identidade nacional, rejeitando ainda os modelos românticos, por considerá-los um mero enaltecimento do passado e das riquezas naturais. Como outros pensadores dessa época, Vianna compreendia a política como uma ciência passível de ser orientada por critérios "objetivos" e determinada por fatores que escapavam à mera vontade dos indivíduos, donde sua recusa aos princípios universalizantes do Liberalismo.[14]

O próprio Vianna se coloca como um herdeiro do pensamento científico, utilizando-se dos instrumentais metodológicos da sociologia e da etnologia, bem como da história, para identificar as pressões que o passado exerce sobre a sociedade, tal qual o fizeram os autores inspirados na Escola de Recife. Mas, à diferença daqueles, cujos interlocutores eram formados por um círculo restrito a seus pares, Vianna falará, a partir do ano de 1934, de um outro lugar, bem mais próximo e solidário aos poderes oficiais. Além disso, os acontecimentos contemporâneos à sua obra responsabilizar-se-ão pelo deslocamento daqueles debates: do mero contemplar erudito, esses produtores da memória coletiva estarão estreitamente vinculados ao conjunto de práticas e discursos responsáveis pelo exercício efetivo do poder político institucionalizado (De Decca, 1981, p. 72 e ss.).

O ideário nacionalista, há muito enunciado como um dos principais *leit motive* da alta cultura no Brasil, sofrerá um impulso decisivo a partir da Primeira Guerra Mundial; com o alinhamento diplomático e militar deste país em favor dos aliados, o pan-americanismo e o conseqüente anseio pelo estabelecimento de valores autóctones que definem o caráter nacional passam a inscrever-se como um tema de fundamental importância.

A campanha pró-aliados, a criação da Liga de Defesa Nacional e a afirmação dos emblemas unificadores da pátria são os exemplos mais significativos. Mas é extremamente importante se levar também em conta aquilo que as inúmeras teses de historiadores das décadas de 1970 e 1980 colocaram em evidência: este é um período em que a classe trabalhadora está a adquirir expressividade numérica nos principais centros do país, recrutada tanto do meio rural brasileiro quanto de outros países, para empregar-se nas indústrias e no setor de serviços. Trata-se de um contingente formado por migrantes pobres, que não aceitarão tacitamente o processo de utilização crescente da maquinaria, da intensificação das horas de trabalho, os baixos salários e o aumento da vigilância e da disciplina em seu cotidiano. As greves de 1907, 1913 e 1917, os conflitos com os contramestres, contra os maus-tratos ou a exploração do trabalho infantil, bem como o questionamento do próprio processo de trabalho estarão a assumir um lugar privilegiado junto à opinião pública (De Decca, 1983, p. 47 e ss.).

Dentre esses trabalhadores perplexos com o seu novo mundo, era nitidamente perceptível às elites a presença do imigrante europeu, designado doravante, nos discursos relativos ao conjunto da população, como "estrangeiro", "população imigrante", "alemães", "italianos", "forasteiros" etc.

Maria Stella Bresciani (1975, p. 284-300) analisa detalhadamente os esforços envidados pelas elites dirigentes no sentido de enfrentar as manifestações populares contra a exploração econômica a que estavam sujeitos os trabalhadores. Deles engendrou-se um conjunto de estratégias de controle social, cujo gerenciamento foi delegado à administração pública, já desde os finais do século XIX. Dentre elas, cite-se a ênfase na instrução pública, como parte integrante do projeto civilizador: a preocupação de igualar juridicamente os homens, peça importante do Liberalismo, pressupunha, conforme a autora, uma pré-condição, qual fosse, um aprendizado que tanto preparasse profissionalmente os trabalhadores como neles introjetasse os seus deveres cívicos. Quanto aos imigrantes, este esforço em favor da introjeção do sentimento patriótico era ainda mais premente; portadores de uma cultura forasteira, logo suas atividades seriam identificadas como adversas aos interesses da nação.

No que se refere especificamente ao imigrante de origem alemã, ressalte-se que o contingente numericamente mais expressivo deste grupo não se situava nos principais centros urbanos do país e, segundo a leitura oficial, tais grupos não estavam comprometidos com os principais movimentos contestatórios à ordem burguesa – imagem cristalizada principalmente no de origem italiana.[15]

Entretanto, a resistência à assimilação, a propaganda antigermanista dos militantes do pan-americanismo e mesmo o fato de uma parcela significativa deste grupo pertencer à classe média indicarão, de *per se*, um risco à homogeneidade cultural pretendida.

Além destes fatores, há que se levar em conta que os teuto-brasileiros professavam, em sua maioria, a religião protestante, uma condição que os colocava como estrangeiros para além do critério de nacionalidade. A Igreja Católica, ainda que não se constituísse mais como religião oficial, era uma instituição forte, tanto cultural como politicamente. É certo que a relativa convivência pacífica entre católicos e protestantes históricos, vigente desde o Império, era ainda um compromisso mantido pelo clero, em nome da mútua tolerância. Mas, no final do século XIX, e principalmente a partir do XX, o ingresso no Brasil de líderes de movimentos filo-pietistas, fundamentalistas e pentecostais, procedentes da Europa e dos Estados Unidos, despertará as atenções da Igreja, que passa a concebê-los como um perigo tão grave quanto o socialismo e as sociedades secretas.[16]

Em nome dessas posições, seus líderes se organizam para combater essas novas denominações religiosas, não apenas em nome da "verdadeira fé cristã", mas também em defesa da pátria, cuja alma era, por herança, compreendida como católica.

À guisa de ilustração, citamos um longo pronunciamento do Frei Celestino de Pedalovi no Congresso Católico de Pernambuco:

> De Storchon e Muncer vieram os anabaptistas, communistas de profissão, e furibundos anarchistas – de Zwinglio os sacramentários, os quaes negaram o peccado original, o baptismo, o celibato catholico etc – os calvinistas de Calvino, os quaes impugnando temerariamente o livre arbítrio no homem, fizeram de Deus um despota, um tyrano, um assassino das suas creaturas – os anglicanos de Henrique VIII, hybrido e ridiculo amalgama do protestantismo lutherano com a hierarchia episcopal – D'ahi vêm os presbyterianos (...) que energicamente protestam não só contra o catholicismo, senão e também muito mais contra os 39 artigos do Symbolo anglicano-episcopal, recusando-os e execrando-os furiosamente. D'ahi os quakers ou tremedores, os quaes regeitam e repellem com horror tanto os episcopaes como aos presbyterianos. D'ahi os

> methodistas ladradores, methodistas primmitivos wesleyanos, reformados, calvinistas methodicos, primeiros cannexistas, novos cannexistas, christãos rebaptisados, mormões, mormões kallistas, os caminhadores, os amigos livres, os protestantes francezes, os reformadores alemães (...)![17]

Se estas críticas e advertências não eram diretamente dirigidas aos imigrantes teutos e seus descendentes do Sul, elas serviriam para reforçar sua imagem de indivíduos estranhos à cultura brasileira. Acrescente-se ainda que movimentos desta natureza passam a realizar suas práticas proselitistas inclusive entre os luteranos, uma iniciativa que encontrará resistência, por parte da própria Igreja Luterana, conforme veremos nos capítulos seguintes deste trabalho.

As preocupações da Igreja Católica com a homogeneidade religiosa no Brasil, em seu processo de secularização, resultariam, gradativamente, em movimentos patrióticos e nacionalistas, os quais, ao lado de outras entidades, como a Ação Nacionalista, Partido Nacionalista Regenerador e Legião Cruzeiro do Sul, integrar-se-iam, em meados da década de 1920, às premissas defendidas pela Ação Integralista Brasileira (Seitenfuss, 1985, p. 70 e ss.; Oliveira, 1990, p. 157 e *ss.*).

A década de 1920 é, portanto, extremamente fértil em acontecimentos que colocarão a nação e a questão da identidade cultural no centro dos debates. Neste período emerge também o movimento modernista, que abrirá o caminho para uma postura crítica em relação ao mimetismo e passadismo romântico na literatura e nas artes, afirmando a necessidade de uma renovação estética e temática que projetasse a imagem da civilização da técnica e do mundo urbano-industrial, associada à busca de valores culturais autenticamente nacionais.

Destas formulações ideológicas – as ações dos imigrantes e o perigo da desnacionalização, o atraso econômico e tecnológico e a necessidade de autoctonia, as greves e a necessidade da ordem – surgiria, segundo Adalberto Marson (1979), um ideário nacionalista de caráter defensivo, que objetivava enfrentar as adversidades inerentes a uma economia dependente do estrangeiro, e que propunha a adoção de uma série de mecanismos que incentivassem o desenvolvimento tecnológico e educacional.[18] Por outro lado, paralelamente a esta concepção pragmática, um outro nacionalismo, calcado em mitos de unidades irracionais, cujo pressuposto era a coesão social e, por conseguinte, a eliminação do diferente, estava sendo gestado no interior de diversos discursos relativos à cultura e à política. Eram pensadores que se iam gradativamente solidarizando com as idéias do pensamento contra-revolucionário da Europa e suas novas teorias de governo, que deram conta de enfrentar os conflitos entre o capital e o trabalho, tendo como seu instrumento principal o Estado, que assumiria um caráter tutelar sobre a sociedade. Decorre daí todo um campo simbólico, cujo suporte passava a ser o mito da nação, vista como portadora de interesses universais, em nome do que todos os demais interesses privados deveriam se subordinar.

É neste contexto político e cultural que o pensamento de Oliveira Vianna irá se desenvolver. Sociólogo, jurista, colaborador de jornais importantes para a formação da opinião pública como *A Manhã*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de S. Paulo*, Vianna tornou-se consultor jurídico do governo provisório e foi um dos principais arquitetos da Constituição de 1934, notadamente nas áreas trabalhista, da distribuição dos poderes entre a União e os estados, da política imigratória e da educação.

Como já afirmamos, em linhas gerais, as teses de Vianna acerca da formação da população brasileira não diferem muito daquelas formuladas pelos intelectuais que o precederam. Mas tais concordâncias não são nem absolutas nem irrestritas; àquelas idéias, Vianna incorpora, dentre outras, as reflexões de dois importantes autores, os quais gostaríamos de comentar com maior atenção, dados os interesses desta pesquisa: Gustave Le Bon e Francis Galton.

Embora pertencessem ao domínio cultural do século XIX, já sendo relativamente conhecidos no Brasil, é Vianna quem os explora com maior zelo; idéias convenientes ao seu pensamento. Le Bon, por exemplo, livrara-o dos grilhões do Liberalismo, autorizando-lhe discutir a questão da desigualdade dos cidadãos perante a nação, uma vez que Le Bon, atento aos riscos do ideário revolucionário, elaborou os mais variados e flexíveis critérios para o estabelecimento de ordens de inferioridade entre os seres humanos: os raciais, entre homens e mulheres ou crianças, dos sãos e os degenerados, socialistas ou primitivos e os indivíduos moralizados e obedientes; e, sobretudo, seres humanos agregados em multidão, regidos, nesta condição, segundo ele, pela irracionalidade e pelos instintos (cf. Hobsbawm, 1988a). Segundo seu raciocínio, a ação das massas, ainda que sempre destrutiva e violenta, era contudo determinada de acordo com o seu caráter coletivo, este condicionado, por sua vez, pela raça (Le Bon, 1920, p. 37).[19]

A psicologia social de Le Bon em Vianna propiciaria a justaposição entre desordem social e origem racial, donde uma de suas conclusões, elaboradas sob o clima das greves nos principais centros urbanos do país:

> Esta função superior (de governo) cabe aos arianos; (...) são estes os que, de posse dos aparelhos de disciplina e de educação, dominam esta turba informe pululante de mestiços inferiores e, mantendo-a, pela compreensão social e jurídica, dentro das normas da moral ariana, e vão afeiçoando lentamente à mentalidade da raça branca, (...) (1954, [1918], 1º vol., p. 65)

Já de Francis Galton Vianna emprestará o conceito de eugenia, um termo inventado e desenvolvido por esse autor. Tanto o mestre como o discípulo eram homens das Américas, e puderam perceber a utilidade da divisão das raças segundo o critério da cor, empregada primeiramente por teóricos do imperialismo na Europa. Nas Américas, semelhantemente, ela serviria como uma luva para os propósitos de estratificação de classe, e, ainda, para a incorporação do seu passado escravista, bem como para legitimar a simples eliminação dos povos indígenas.

Nos Estados Unidos, a sentença da Suprema Corte permitiu, em 1896, a oferta de bens e serviços públicos em caráter discriminatório, ainda que com a retórica eufemística *separated but equal*. Ainda, a criação das *poll taxes* (cobrança de taxa para o alistamento eleitoral e exercício do voto), o que, na prática, excluiu os negros do processo político nos estados onde eram numericamente expressivos. E a miscigenação era severamente condenada, tendo sido restringida não apenas pelos efeitos que provocava no imaginário social, mas também pela repressão violenta da população branca contra relações desta natureza (Styron, 1985).

É sob a inspiração de Galton que se organiza, nos Estados Unidos, em 1906, a "Sociedade Eugênica", com vistas a impedir a imigração de asiáticos. Em São Paulo, praticamente no mesmo período, é criada uma entidade idêntica àquela, com objetivos similares, a qual contou com a filiação de Vianna. Por meio dela, as elites passaram a exercer pressões sobre os poderes públicos contra o possível ingresso de imigrantes asiáticos, africanos e judeus no país (Luizietto, 1975).

Foram estes os primeiros caminhos de Vianna: selecionar autores brasileiros, americanos e europeus, cooperar na formação da opinião pública, interferir nas sociedades organizadas para defesa de interesses corporativos ou políticos.

Para melhor conhecermos as diversas interações entre este autor, os teóricos do racismo, o pensamento político no Brasil e a imagem do imigrante alemão, gostaríamos de assinalar alguns aspectos de sua obra enquanto cientista social.

No livro *Populações meridionais*, publicado em 1918, Vianna propõe-se ao estudo da formação da nacionalidade para demonstrar, com bases científicas, a heterogeneidade da população brasileira. Menos preocupado com os fatores políticos e mais com os etnológicos e antropológicos, interessa-lhe investigar particularmente as origens da aristocracia rural brasileira, com o intuito de desvendar sua missão civilizadora no Brasil.

Nesta linha de pensamento, enfatiza os caracteres físicos do gaúcho (o que também fará com relação aos bandeirantes paulistas), apontando para o seu espírito desbravador e guerreiro e afirmando serem estas características hereditárias, o que legitimaria seu papel de governantes. Encontramos aí uma espécie de citação à tese de Gobineau. Como os francos, altos, fortes e loiros, conquistam o território francês e nele exercem, por herança, seu domínio, assim eram os primeiros brancos que vieram para o Brasil.

Nesse livro, elaborado à mesma época em que o pensamento anarquista informa diversos movimentos sociais no Brasil, encontra-se uma epígrafe altamente sugestiva:

> Um país governado pelos proprietários está no estado social; aquele onde os não proprietários governam, está no estado da natureza. (Cf. Boissy D'Anglas, 1954, [1918], 1º vol., p. 51)

Ao dissertar sobre o povo gaúcho, Vianna não enfatiza o imigrante alemão, ali estabelecido desde o Império. O mito ariano, ao contrário, está permanentemente presente, como ideal a ser alcançado na construção do *ethos* nacional.

Sobre os gaúchos, considera que

> Os elementos brancos tiveram a preponderância; e os elementos arianos (...) eram mais puros do que qualquer núcleo nacional (...) tudo indica no gaúcho (...) o homem dotado de uma pretora de vida, um equilibrado, um forte, um eugênico, enfim. (2º vol., p. 333-5)

Ainda, ao fazer referência à aristocracia das populações setentrionais, em outra parte do livro, Vianna indica ser o português nórdico, e não o mestiço do sul, bem como os elementos arianos de outros estados europeus, os que colonizaram o país;

> Em Pernambuco (...) a nobreza local é inumerável, como procedida de nobilíssimas casas de Portugal, Castella, França, Itália e Alemanha. (1º vol., p. 33)

Nessa obra, sua única referência aos teuto-brasileiros é modesta, porém sugestiva: limita-se a comparar a prática associativa dos teutos no Paraná e Santa Catarina a partir do século XX, identificando nela sua cultura política de origem, pautada no solidarismo.[20] Contrapõe a esta mentalidade o individualismo do luso-brasileiro, motivo pelo qual concluirá pela impraticabilidade da democracia no Brasil.

Como se pode depreender destes comentários, não se tratava de menosprezar ou mesmo ignorar a presença do elemento germânico, mas de colocar em evidência apenas as camadas que exerciam, e deveriam continuar exercendo o poder, desde a época colonial.

Claro está que, à semelhança de Romero, Vianna preferia o imigrante luso, pois, além de branco, possuía o domínio sobre a língua nacional; não obstante, as características raciais do germânico desempenhariam um papel de peso na tarefa de arianização, bem como para o desenvolvimento econômico do país, em virtude de sua inata operosidade.

A figura do imigrante alemão é retomada com maior atenção na década de 1930, momento em que Vianna encontrará um clima ainda mais propício para seus estudos acerca do branqueamento da população brasileira.

Ao verificar a desejada predominância do elemento branco no Sul e Sudeste, reitera a necessidade de se forçar uma política migratória que evite a concentração regional desta etnia, em favor do caldeamento das raças em todas as regiões do país, numa clara reedição da carta etnográfica de Romero.

Num ensaio intitulado *O tipo brasileiro e seus elementos formadores* (1991 [1931], p. 15 e ss.), o autor demonstra seu otimismo em vista dos desdobramentos do processo imigratório, apesar de seu caráter até então espontâneo e desordenado; constata que, naqueles anos, o ingresso de imigrantes de origem italiana e alemã (cuja nobreza étnica é, para ele, indiscutível) perfaz o contingente mais expressivo sobre as demais levas. Estes números representam uma enorme vantagem: segundo ele, o tipo alemão se caracteriza pela aversão ao trabalho subalterno e pela tendência ao expansionismo e dominação. Embora enclausurado no meio rural, seus filhos, já adaptados ao novo país, quando emigrassem para as cidades, logo exerceriam as funções que exigissem tais características, entendidas por ele como inerentes à raça germânica.[21]

Em virtude do processo imigratório e da maior taxa de fecundidade dos brancos, segundo seu raciocínio, em um tempo muito breve o país possuiria uma população totalmente branca. Para comprovar suas idéias, contrasta as taxas de crescimento vegetativo das camadas brancas com as outras, em que diferenças centesimais já lhe são suficientes para comprovar suas conclusões, como se pode verificar no quadro que segue, por ele mesmo apresentado:

Quadro 3: Taxa de mortalidade e natalidade por grupos étnicos – Brasil – 1821

Grupos étnicos	Natalidade %	Mortalidade %
Brancos	4.04	2.83
Mulatos	3.67	2.75
Índios	4.08	3.70
Negros	4.76	5.38

Fonte: Eschwege, 1821, apud Vianna, 1991, p. 33.

Torna-se até banal apontar para a fragilidade de seu raciocínio em face de dados como estes; além das irrelevantes diferenças das taxas de natalidade entre os grupos mencionados e da imprecisão dos registros demográficos no Brasil à década de 20 do século XIX, mencione-se que a taxa de mortalidade dos escravos era obviamente maior do que a dos homens livres, devido a fatores de ordem econômica, e não biológica ou climática, como considerou o autor.

Em um outro quadro estatístico, Vianna se vale novamente da demografia para comprovar que a miscigenação já se tornou uma realidade:

Quadro 4: número de casamentos conforme a nacionalidade dos contraentes no Rio Grande do Sul – 1918-1920

Nacionalidade	1918	1920
Alemães com alemãs	22	29
Alemães com brasileiras	63	91
Italianos com italianas	38	60
Italianos com brasileiras	138	167
Espanhóis com espanhóis	4	7
Espanhóis com brasileiras	38	59
Portugueses com portuguesas	9	12
Portugueses com brasileiras	108	97

Fonte: Relatório da Repartição Estatística do Rio Grande do Sul, apud Vianna, 1991, p. 37.

Estes dados estatísticos são igualmente questionáveis; em primeiro lugar, o critério de nacionalidade adotado pela Repartição Estatística do Rio Grande do Sul não permite que se evidencie um comportamento necessariamente exogâmico, pois todos os filhos de imigrantes nascidos em território nacional são considerados brasileiros, mesmo que se casem com membros de sua etnia; em segundo, os casamentos endogâmicos registrados continuam a perfazer um percentual praticamente idêntico aos compreendidos como mistos. Contudo, ainda que considerando tais equívocos, o quadro semiotiza uma tendência com certo efeito de verdade: na medida em que o único elemento constante a ser permutável é o brasileiro, os casamentos mistos indicam, para leitores de boa vontade, o sucesso da política de branqueamento por meio da miscigenação. Restava, portanto, aos poderes públicos, não adotar senão medidas que favorecessem este comportamento, como a campanha de nacionalização e a proibição de concentração regional de uma mesma etnia – o que se regulamentaria tanto na Constituição de 1934, quanto em legislação ordinária ou decretos-lei, alguns dos quais de autoria do próprio Vianna.

Embora não se explicite aí o tipo de brasileiro a se miscigenar, em outra passagem do mesmo texto o autor critica o casamento com mestiços resultantes do casamento de brancos com negros, dadas as características psicológicas de tais indivíduos:

> O mulato (...) é explosivo, rebelde, desordenado e agressivo: é ele que se faz o fator principal da desordem e da anarquia em nossa história (...) (isto se explica porque) a servilidade, característica do negro, não se transmite ao mulato. Este, ao contrário, é extremamente susceptível e altivo; mas, a sua altivez reveste um caráter altaneiro, cheio de arrogância e insolência, sem esse traço de gravidade e nobreza, próprio à altivez do selvagem e do mameluco. (1991, [1931], p. 49)

Por este conjunto de razões – a servilidade do negro, a indolência e arrogância do mulato, a inaptidão do índio ao mundo civilizado (p. 46) – tais elementos não deveriam compartilhar do espaço da cidadania brasileira. Mas tampouco o imigrante, pois que lhe faltava o sentimento de brasilidade; somente seus filhos e netos, quando plenamente amalgamados, graças aos contatos com a população de origem lusa (p. 61-2). Aí, sim, com uma sociedade que refletisse o modelo norte-americano, o país poderia ingressar no universo das nações civilizadas.

Realizo esta cansativa exposição sobre as reflexões de Vianna não apenas para evidenciar sua semelhança com Romero, Aranha e outros, ou para ressaltar a atitude ambígua com que se vislumbrava a imigração de origem germânica, mas também para colocar em questão as interpretações que afirmaram ser a política de miscigenação uma alternativa ao racismo norte-americano, postura uma vez compartilhada inclusive por Eric Hobsbawm (1988a). Ainda que, em suas origens, esteja presente a idéia de incorporação da cultura vivenciada pelas etnias negra e indígena, em seus desdobramentos, a teoria da miscigenação não constituiu senão uma variante do princípio eugenista, uma acomodação à realidade existente. Afinal, os mulatos já se faziam presentes em grande número; alguns, como Machado de Assis, Tobias Barreto, Nilo Peçanha e o próprio Oliveira Vianna chegaram a ascender social e intelectualmente e, de resto, o país não dispunha de uma população branca que, como nos Estados Unidos, se sentisse plenamente nacional.

Em face destas incômodas constatações, impunha-se uma série de tensões, as quais, em suas situações-limite, levariam à perversão dos conceitos de povo e de cidadania; a nação nada garante ao indivíduo, mas dele exige seu sangue, seu trabalho, sua obediência. Para um universo de sonhos como este, a existência de um grupo que resistisse à assimilação – como os pangermanistas no Sul do Brasil – levaria, por si só, a uma série de conflitos de ordem cultural; menos pelos seus princípios reitores, e mais pelo fato de que, em se tratando de eugenia, torna-se insuportável a presença de um ariano de classe inferior frente a um outro, ainda que embranquecido, mas membro de classe superior.

2.3 O imigrante alemão e a Segunda Guerra: do sonho e do pesadelo

> *(...) Mas eu não posso me sentir negro nem vermelho!*
> *De certo que essas cores também tecem minha roupa arlequinal,*
> *Mas eu não me sinto negro, mas eu não me sinto vermelho,*
> *Me sinto só branco, relumeando a caridade e acolhimento,*
> *Purificando na revolta contra os brancos, as pátrias, as guerras, as preguiças, as ignorâncias!*
> *Me sinto só branco agora, sem ar neste ar livre da América!*
> *Me sinto só branco, só branco em minha alma crivada de raças!*
>
> Mário de Andrade, 1930

> *Devo confessar que após um estudo mais profundo dos problemas da raça (...) renovei profundamente minhas idéias (...) a questão do dólico-louro e da sua superioridade acabou saindo do horizonte das minhas preocupações.*
>
> Oliveira Vianna, 1938

Numa fecunda discussão sobre as distinções entre a narrativa ficcional e a história, José A. M. Pessanha recorda Heráclito, para quem a oposição fantasia/ciência ou falsidade/verdade foi proclamada como a oposição entre o sonho e a vigília, eqüivalendo o primeiro ao estado da ilusão (o sonho) e a segunda, ao estado da razão. Como que inquirindo o próprio Heráclito, Pessanha argumenta: "Qual a garantia de que sua pretensão de luminosa e vigilante unidade não é o sonho mais profundo e o mais perverso?" (Pessanha, *in:* Riedel, p. 283).

Neste capítulo, selecionei alguns fragmentos do falar literário e do discurso científico dedicados à construção de uma determinada imagem dos imigrantes teuto-brasileiros, entendidos como um corpo harmonioso e coeso, estando a reproduzir permanentemente sua identidade de origem.

Ao analisá-los como autores profundamente solidários com o imaginário coletivo de sua época, notadamente no que se refere às suas leituras sobre a cultura alemã, detectamos alguns elementos recorrentes em seus discursos, os quais, quer revestidos da linguagem científica, quer da ficção, passaram a ser introjetados como verdadeiros, não porque autênticos, mas por serem continuamente repetidos.

De um modo geral, podemos afirmar que em diversas situações a figura do imigrante alemão é representada como um elemento estrangeiro, para além do significado imediato deste termo. Ao designá-los como "alemães", "teutos", "germânicos", tais autores não tencionavam apenas enunciar sua origem histórica, mas também sua condição de "outro" da cultura brasileira. Assim, a despeito de sua hostilidade ou afeição pelo Brasil, Milkau, Lentz, Elza e Annelise eram personagens descritos como indivíduos desenraizados, incapazes de se integrar ao seu novo ambiente social, distanciados emocionalmente dos acontecimentos que vivenciavam. Excessivamente apegados à sua pátria de origem, presentificavam seu passado por meio da leitura, do emprego do idioma alemão, da preservação de usos e costumes e da endogamia.

A carga do passado sobre o cotidiano do imigrante alemão é representada também pelo recorte diacrônico com que tais autores reconstroem a sua história; compreendendo o alemão como sinônimo de germânico, religam-nos a seus ancestrais, como se tivessem todos "realizado um acordo preestabelecido com seu passado pré-histórico", para citar uma polêmica afirmação de Georges Dumézil (1959).[22] Esta longuíssima continuidade cultural é reinterpretada e aplicada aos imigrantes, principalmente por Romero e Vianna; neste sentido, assim como o alemão se vincula aos seus mitos fundadores, o teuto-brasileiro estaria para sempre ligado à sua terra natal, donde a propriedade de concebê-lo como portador de um espírito militarista, num determinado sentido, como um simulacro de Bismarck – cristalizado, a exemplo, nos personagens Elza e Lentz.

Não podemos deixar de levar em conta que a imagem do imigrante alemão é quase sempre elaborada em contraposição à do brasileiro, cuja identidade coletiva ainda estava, segundo eles, por se definir. Interessava, portanto, esquadrinhar as características de um e de outro grupo, buscando, em suas diferenças, a essência mesma de seu caráter. E, independentemente dos supostos amalgamentos, previam ou desejavam uma assimilação em favor da cultura luso-brasileira.

Todavia, o futuro por eles imaginado não se concretizaria de forma tão harmoniosa. Com a Segunda Guerra, o mito do perigo alemão e a imagem do imigrante desta origem como um arauto do *Reich* são "confirmados" pelos acontecimentos.

Aranha e Romero não sobreviveram a essa época, mas suas "advertências" foram reinterpretadas em favor de uma política que colocaria todos os teuto-brasileiros sob suspeita. Mário de Andrade reedita *Amar, verbo intransitivo* em 1944, acrescentando ao discurso do narrador uma frase de denúncia e indignação diante da guerra: "Bárbaro, tedesco, infra terno germano infraterno." (cf. Lopez, p. 37, in: Andrade, p. 60). Érico Veríssimo, atordoado com o nazismo e com o stalinismo, conduz Vasco à guerra civil espanhola, ao lado da Brigada Internacional Anti-franquista, em *Saga*, um romance publicado em 1940, que sugere também sua repugnância em face das tendências direitistas de seu próprio governo (Veríssimo, 1966a, p. 15). E Vianna, um dos arquitetos do nacionalismo estado-novista, vê-se obrigado a redirecionar suas análises sobre o imigrante alemão; reitera sua irretorquível condição de subalternidade e recomenda uma política de nacionalização que os levasse compulsoriamente à assimilação (Vianna, 1991, p. 383 e ss.).

Mas, enquanto os brasileiros escreviam, os teutos, que não se viram seriamente afetados pelos desdobramentos do mito do perigo alemão na política brasileira, continuavam a ler as notícias e informações sobre um mundo que passariam a entender como seu, com narrativas igualmente verdadeiras, não porque autênticas, mas por serem continuamente repetidas. Refiro-me aqui aos impressos publicados em língua alemã no Sul do Brasil, objeto de nossa atenção no capítulo seguinte.

NOTAS

[1] Graça Aranha (1868-1931) nasceu em São Luís do Maranhão e formou-se em Direito em Recife, onde conheceu Tobias Barreto, um dos precursores de Haeckel e da filosofia alemã no Brasil. Segundo João Paulo Paes (1989, p. 169-75), estão presentes no pensamento de Aranha obras de autores como o próprio Haeckel, Schopenhauer, Hartmann e Nietzsche.

[2] Coincidentemente ou não, é interessante apontar para a semelhança entre o pensamento deste personagem e o de Tobias Barreto, ao discorrer sobre a necessidade de uma cidadania ativa, como condição imprescindível para a democracia, aquela viabilizada por meio das artes e da cultura. (Ver: Barreto, 1966.)

[3] A Liga de Defesa Nacional surgiu na segunda década deste século, inspirada na campanha de fortalecimento do nacionalismo brasileiro e pela integração da intelectualidade deste país à doutrina Monroe, sob a liderança de Olavo Bilac. Seus objetivos principais eram o voto secreto e obrigatório, a efetiva aplicação da lei de obrigatoriedade do serviço militar e a difusão da instrução pública para o desenvolvimento da educação em todo o país. (Ver: Moreira, 1982.)

[4] É devido ao estímulo de D. Pedro II que se cria, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um organismo que se dedicava à realização de pesquisas voltadas principalmente ao período colonial, enfatizando-se freqüentemente o papel do desbravador português. (Ver: Rodrigues, 1969, p. 33 e ss.)

[5] Encontramos nestas elaborações uma certa semelhança para com o pensamento de Herder, para quem as culturas são indivíduos coletivos, e os indivíduos, em boa medida, reflexos delas. Assim, ao individualismo universalista de Voltaire e dos enciclopedistas, Herder contrapõe a noção de identidade coletiva, determinada pelo *Volkgsgeist* (espírito popular), um modelo de interpretação holística das sociedades, o que norteou sua teoria étnica das nacionalidades; retomada pela Liga Pangermânica, tal noção seria pervertida em favor de um nacionalismo baseado na unidade racial, em que

o termo *Volk*, mais precisamente *Volkstum*, torna-se sinônimo de raça. (Dumont, 1985, p. 123-39)

No que se refere principalmente a Mário de Andrade, a semelhança com os pressupostos herderianos não nos parece casual; Andrade, como tantos autores de sua época, preocupou-se em definir a identidade coletiva do povo brasileiro, o que se explicita principalmente em *Macunaíma*, sua obra mais importante. Esta proximidade com o pensamento romântico alemão não supôs, todavia, qualquer adesão às idéias postuladas pelo pangermanismo, condenadas veemente e publicamente por ele no período entre guerras. (Lopez, *in*: Andrade, 1982, p. 36-7)

[6] Apesar de não se inserir no período que estamos analisando, mencionamos, à guisa de ilustração, uma outra obra que discorre sobre o alemão no Brasil, *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, escrita durante a Segunda Guerra Mundial. Neste romance, o autor descreve dois personagens coletivos, a saber, os descendentes de alemães e os luso-brasileiros, que se antagonizam entre si. O romance é encenado no Rio Grande do Sul, na cidade imaginária de Blumental, para onde se desloca o mestiço Geraldo, com a finalidade de coordenar a construção de uma hidráulica. Apaixona-se por Lore, um membro da elite teuto-brasileira, de personalidade romântica e idealista. Seu relacionamento com o jovem engenheiro é proibido pela sua mãe, uma senhora que encarna a germanidade guerreira, pragmática e racista, plenamente identificada com o nazismo. Nesta obra, tanto os personagens que representam as questões atinentes à coletividade quanto os que tecem a trama individual são conduzidos pelos mesmos conflitos, resultantes do germanismo irredutível dos alemães, em anteposição à maleável cultura mestiça dos brasileiros.

[7] Segundo Giralda Seyferth (1989, p. 113-55), Romero, em que pese sua admiração por Gobineau, teria reagido às afirmativas desse autor, que, ao visitar o Brasil, demonstrou-se pessimista em face da superação de seu passado arcaico, em virtude da presença de raças inferiores como o negro e o índio.

[8] É necessário observar que tanto em Romero quanto em Freyre, apesar do caráter positivo que conferem à fusão racial, o elemento branco desejado é invariavelmente o português, que deve, ao mesmo tempo, prevalecer sobre os demais. Em *Casa grande e senzala* (1975 [1933]), Freyre considera que o europeu nórdico não se adapta ao clima dos trópicos, tornando-se indolente, susceptível a doenças e inclinado ao crime contra a pessoa (p. 13 e ss.) Por estas razões, não considerou positiva a vinda de alemães para o Brasil, um julgamento que pode ser equiparado às mesmas teorias racistas que ele pretendia contestar. (Acerca desta posição de Freyre, ver: Weimer, 1980.)

[9] Os textos consultados para esta análise foram *A imigração e o futuro do povo brasileiro*, redigido no final do século XIX, *O elemento portuguez*, de 1902 e *O allemanismo no sul do Brasil*, de 1906.

[10] Os jornais franceses estavam havia muito a denunciar o "perigo alemão" na América Latina, fosse em virtude do expansionismo econômico daquele país, fosse pelas afirmativas da Liga Pangermânica acerca da necessidade de conquistar mercados e novos territórios. Com relação aos teuto-brasileiros, Romero se refere às críticas dirigidas por estes segmentos ao governo brasileiro, vistas por ele como um indício de seu antipatriotismo.

[11] O romance narra a vida de uma família pequeno-burguesa que deixa a cidadezinha imaginária de Jacarecanga e se fixa em Porto Alegre, instalando-se na pensão de propriedade de uma parenta afastada. Após a morte do chefe da casa, seus filhos estão à procura de emprego, pretendendo o auxílio de vários amigos e parentes, melhor situados econômica e socialmente. Esta luta pela manutenção de um certo padrão de vida, que constitui o foco narrativo, é entremeada por diversos acontecimentos, dos quais o episódio aqui mencionado é um exemplo. De certa maneira, esta obra é a continuidade de dois outros romances, *Clarissa*, publicado em 1933, e *Caminhos cruzados*, de 1934, ao mesmo tempo em que prepara alguns personagens da futura e mais conhecida obra de Veríssimo, *O tempo e o vento*.

[12] O próprio Veríssimo, ao prefaciar a reedição do referido livro, comenta jocosamente sua ambição de transformar Porto Alegre, à época uma cidade que não ultrapassava o limite de 250 mil habitantes, numa metrópole como Nova York, por ele conhecida provavelmente através dos filmes que assistia quando adolescente em Cruz Alta, cidade do interior do Rio Grande do Sul, onde nasceu. (Veríssimo, 1966, p. 577-8)

[13] Por exílio voluntário entendemos não apenas a atitude de teuto-brasileiros que remigraram para a Alemanha à época da euforia nacional-socialista, mas também aqueles que, entusiasmados com a vitória de Hitler, radicalizaram suas posições em favor de seus valores de origem.

[14] Acerca do ceticismo de Vianna com relação aos princípios liberais como um modelo viável para as instituições brasileiras, bem como sua solidariedade com pensadores e políticos europeus dessa conjuntura, ver: Bresciani 1992a.

[15] Esta situação é verdadeira se não levarmos em conta as remigrações de diversos trabalhadores desta origem para São Paulo ou Rio de Janeiro, cujas proporções são de difícil mensuração, dada a inexistência de fontes desta natureza. Entretanto, nos periódicos de língua alemã observa-se, por informações indiretas, a presença de um fluxo remigratório para os grandes centros, composto por profissionais qualificados insatisfeitos com suas atividades no meio rural, e que se dedicarão ao pequeno e médio artesanato, bem como ao setor de serviços. Ou então trabalhadores expulsos do campo pela concentração fundiária no Sul e na própria Alemanha, e que se integrarão ao mercado de trabalho industrial.

[16] I Congresso Catholico Diocesano de São Paulo; actas e documentos. São Paulo, Typografia Salesiana, 1901, p. 136.

[17] Anaes do I Congresso Catholico Diocesano de Pernambuco. Recife, Empreza d'A *Província*, 1902, p. 99-100. (Agradeço estas duas citações à especial deferência do Professor Euclides Marchi.)

[18] Esta corrente, conforme Marson, foi defendida principalmente por Alberto Torres, um pensador que não se filiaria às correntes inspiradas nas teorias raciais. Contudo, na década de 30 e especialmente com a instauração do Estado Novo, tanto as premissas do nacionalismo econômico quanto aquelas pautadas nas noções integralistas serão conjugadas em favor de uma mesma política oficial.

[19] Quando Le Bon se refere às raças nesse livro, não se observa aí uma preocupação com a hierarquização das mesmas segundo o critério étnico; é Vianna quem adapta tais idéias às suas, provavelmente, em nome das noções eugenistas que defende.

[20] Vianna se declara, nesta e em outras passagens, um admirador da cultura anglo-saxônica e alemã, cujas tradições legendárias determinam suas instituições políticas, e, de resto, seu destino em face de outras nações. (Ver: Vianna, 1991, p. 271 e ss. e Vianna, 1974)

[21] Estas idéias, elaboradas à época da ascensão do nacional-socialismo, só seriam por ele mesmo rejeitadas na década de 1940, com o advento da Segunda Guerra. Neste momento ele recupera o mito do perigo alemão, referindo-se à hipótese de anexação do Sul do país à Alemanha hitlerista, em virtude da força daquele exército, contraposta à fragilidade do povo brasileiro, ainda não regenerado pela "grande raça" (...). (Vianna, 1991 [1943], p. 119-20)

[22] A obra de Dumézil, *Les dieux des germains*, foi discutida em um recente ensaio de Carlo Ginzburg, em que o autor analisa as relações entre a mitologia germânica, concebida por Dumézil como portadora de uma característica singular, qual seja, a hipertrofia da função guerreira, e as organizações militares da Alemanha nazista, apresentando ainda a figura de Hitler como uma reedição mitificada de Odhin. (Ginzburg, 1989, p. 181-217)

3

VELHOS E NOVOS NACIONALISMOS: *HEIMAT* E *VATERLAND*[*]

Desde os primórdios da imigração germânica, observa-se a criação de inúmeros impressos em língua alemã, uma prática que se estenderá em todas as regiões de colonização durante um longo período, interrompida apenas com o advento da Segunda Guerra Mundial.

Esta literatura foi produzida, pelo menos até a década de 70 do século XIX, por autores que se dedicavam a discorrer sobre um universo restrito regionalmente, com uma temática que não ultrapassava os limites de sua própria comunidade local. Eram pequenas tiragens, que variavam de região para região, e, se houve alguma circulação daqueles conteúdos, isto se deveu muito mais ao público leitor, em seus contatos com amigos e parentes de outras localidades, do que à intenção de seus autores. Tratava-se de um conjunto de textos de caráter diletante, patrocinados por associações recreativas e de caráter religioso, ou de noticiosos com informações práticas para os colonos. Segundo Kuder (1937), tratava-se de uma literatura mercenária e de baixa qualidade, fabricada como um pequeno negócio semi-artesanal.

---

[*] Embora estes dois termos apareçam nos dicionários de "alemão-português" como sinônimos, eles possuem diferenças semânticas significativas: *Heimat* denota os sentimentos pessoais que se nutre pela terra natal (uma aldeia ou um município) ou, mais simplesmente, o lugar em que se nasceu; *Vaterland* é um termo emprestado das línguas latinas e utilizado no vocabulário jurídico pelo nacionalismo oficial, para designar o país de origem de um determinado cidadão. À época do nazismo, as relações emocionais com a terra natal (*Heimatgefühl*) são transferidas para a nação politicamente organizada, donde o termo *Vaterland* passa a ser sobrevalorizado para além de seu conteúdo meramente formal. Nos dias atuais, ambos os termos caíram em desuso; quando se faz referência ao país de origem, utiliza-se simplesmente *Deutschland*.

Detecta-se nela um certo patriotismo citadino, que se nutria da história comemorativa local. O ato de migrar era valorizado e idealizado em narrativas que versavam sobre a vida na terra natal, as dificuldades da viagem, a chegada, o início da ocupação do território; seus autores eram filhos e netos de imigrantes, que reproduziam as memórias e relatos de seus ascendentes, vistos como desbravadores desse novo mundo, pioneiros que exerciam sobre o passado uma autoridade inquestionável. Em que pese ser a região para onde migraram uma selva – uma das designações recorrentes é precisamente *Urwald* – lograram um relativo sucesso, pois pelo menos aí não havia senhores feudais nem altos impostos ou invernos rigorosos. De uma certa forma, estas memórias produziam um efeito psicológico de distanciamento com relação ao passado, uma vez organizadas como histórias a serem relembradas.

Além dessas biografias e relatos inspirados em mitos fundadores, mencionem-se as histórias de amor, de crime, de aventuras e anedóticas. Distração, evasão, viagens imaginárias, comparações entre o Velho e o Novo Mundo, constituíam-se certamente em artefatos culturais importantes na elaboração cotidiana dos seus leitores, principalmente quando se levam em conta as radicais mudanças que impõe o ato de imigrar. A estes, somavam-se ainda aqueles que tratavam de querelas religiosas, como as de protestantes contra católicos e dos devotos contra os irreligiosos ou mesmo agnósticos.

Os autores destes escritos emergiam da própria comunidade: desempenhavam simultaneamente o papel de livreiros, editores e redatores, e se tornavam, em virtude destas atividades, professores autodidatas ou pastores leigos, escolhidos como tais pela sua inaptidão ao trabalho manual ou por se destacarem como "eruditos" entre os demais. A maioria exercia funções externas ao meio rural: telegrafistas, cartógrafos, padeiros, comerciantes ou carpinteiros, como no caso de João Jorge Maurer e João Jorge Klein, o primeiro exercendo a função de curandeiro e o segundo a de pastor, nomes que se destacaram por liderarem o movimento messiânico dos *Mucker* (Amado, 1978). O caixeiro-viajante, figura popular conhecida entre os imigrantes como *Musterreiter*, tornou-se, com o tempo, não apenas um comerciante de mercadorias, mas também de notícias, conselhos e informações.

Os escritos informativos e relatórios sobre o andamento das colônias destacam-se dos demais por objetivarem, ao lado da orientação prática, a propaganda em favor da colonização. É o que se evidencia no jornal *Kolonie*, de Joinville, uma iniciativa de Ottokar Dörffel, imigrante do *Vormärz*, tesoureiro da diretoria da colônia e primeiro prefeito da cidade.[1] Além de orientar os recém-imigrados, seus escritos eram enviados para Hamburgo com o objetivo de influenciar o emigrante, apresentando-se como uma espécie de guia para o futuro colono (Seyferth, 1988, p. 11).

Segundo Mercedes Kothe (1991, p. 2), muitos indivíduos de tendência socialista, frustrados com a repressão de que foram vítimas em 1848, desempenharam um importante papel na produção de impressos desta primeira fase. Enxergaram as colônias como utopias concretizadas de liberdade e progresso, e o Brasil como uma parcela do Eldorado. De tal otimismo não compartilhavam, por exemplo, alguns homens como Sellin, um dos poucos autores da Região Sul a criticar, na época, pela imprensa, o tratamento dispensado pelo governo brasileiro a seus compatriotas.[2] Tais manifestações eram, todavia, muito fragmentadas e limitadas em sua capacidade de organização política mais ampla, o que se explica pelo isolamento geográfico das colônias, o desconhecimento da língua portuguesa e pelas precárias vias de comunicação existentes.[3]

O nome dos periódicos dessa fase demonstram seu caráter regionalista e seu atrelamento à cultura de origem, como ilustra o Quadro 5.

Esta dispersa e variada literatura nos impede de realizar uma análise de conjunto, pois ela se orientava de acordo com as tendências de cada autor, sendo seu denominador comum o uso da língua alemã, a ênfase regionalista e a indiferença com relação ao Brasil – identificado, quando a ele se fazia referência, como o governo –, bom ou mau, segundo as decisões que afetassem os imigrantes.

Os primeiros periódicos a atingirem um público mais amplo e a discorrerem sobre temas que dissessem respeito ao conjunto da

Quadro 5: Periódicos em língua alemã existentes no Sul do Brasil, criados nas quatro primeiras décadas da imigração

a) Jornais

Nome	Local de publicação	Periodicidade na semana	Período de existência
Kolonie (Colônia)	Joinville	1 x até 1887 2 x – 1887-39	1862-1939
Der Kolonist (O Colono)	Porto Alegre	2 x	1852-53
Der Einwanderer (O Imigrante)	Porto Alegre	2 x	1854-61
Deutsche Zeitung (Jornal Alemão)	Porto Alegre	6 x	1905-42
Der Bote von São Leopoldo (O Mensageiro)	São Leopoldo	3 x	1867-75

b) Almanaques

Nome	Local	Autor	Ano de edição
Deutscher Kalender (Almanaque Alemão)	Porto Alegre	Fischer	1855 e 56
Der neue hinkende Teufel (O Novo Diabo Manco)	Porto Alegre	T. Jäger	1856
Deutscher Volkskalender für Provinz S. Pedro (Almanaque Popular Alemão)	Porto Alegre	O. Stieher	1861
Deutsche-Kolonie Kalender (Almanaque da Colônia Alemã)	São Leopoldo	T. Brüggen	1868

Fonte: Kuder, 1937, p. 404 e ss.

população de língua alemã no Brasil datam da década de 1870. Deles, destacaremos aqueles produzidos pelas iniciativas de Karl von Koseritz e Wilhelm Rotermund, por serem os mais vendidos e por reunirem, pelo menos de início, uma série de posições que rivalizavam entre si.

3.1 O público visto do alto

A emergência dos jornais *Deutsche Zeitung* (Jornal Alemão) e *Deutsche Post* (Correio Alemão) e dos almanaques *Koseritz Volkskalender* – KVK (Almanaque Popular de Koseritz) e *Kalender für die Deutschen in Brasilien* – KDB (Almanaque para os Alemães no Brasil), respectivamente sob a direção dos primeiro e segundo autores, impressos destinados ao público "teuto-brasileiro", não se deve naturalmente ao acaso. Este é um período em que novas levas migratórias se deslocam para o Brasil, procedentes de uma nação recém-unificada e vitoriosa sobre a França. O adensamento da população, em virtude da imigração e das altas taxas de fecundidade observadas entre aquelas camadas, bem como o debate sobre o regime escravista, sua substituição pela mão-de-obra européia e ainda o exemplo da colonização sulina como um modelo a ser ou não seguido, são fatores que contribuem para que o isolamento regional, pelo menos nos centros mais importantes daqueles estados, comece a se romper. Mencione-se também a influência da "Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes da América do Norte e Sul", a qual, a partir de 1864, inicia uma atividade missionária entre os teutos, passando a enviar para o Brasil pastores formados, o que resultou na redução da autonomia e dispersão das paróquias locais, bem como na perda da importância social desempenhada pelos pastores leigos.

Contudo, estas tendências de caráter mais geral não são as únicas que podem explicar a ampliação do universo literário em língua alemã, pois ele possui sua própria dinâmica interna, mantendo, até certo ponto, uma relação de autonomia com estes acontecimentos. Em primeiro lugar, a ascensão socioeconômica de parte dos teuto-brasileiros, acompanhada pelo surgimento de novos núcleos urbanos, o que os leva a demandarem um maior número de informações sobre seus negócios, bem como a ampliação de seu universo de sociabilidade. Em segundo lugar, e talvez o mais importante, os escritos de

Koseritz e Rotermund, os quais passarão a se constituir nos primeiros impressos destinados a todos os indivíduos de origem alemã, quer pela variada temática que abordam, quer pelos agentes que os apóiam: o Partido Liberal e a Igreja Evangélica, respectivamente.

Como já afirmamos, o surgimento de impressos destinados a um público consumidor mais amplo data da década de 70 do século XIX, coincidentemente ou não, a mesma época da unificação da Alemanha. Como lá, aqui, os teuto-brasileiros deveriam superar suas divergências internas para se unirem em torno de uma identidade comum que lhes permitisse a defesa de seus interesses coletivos. Esta mudança se define, num primeiro momento, pelas premissas do Iluminismo, tal qual este movimento foi pensado na Alemanha. Diferentemente da França, seus idealizadores provinham das camadas médias e populares, motivo pelo qual inscreviam as camadas mais simples em suas utopias de emancipação política e cultural. Para eles, por meio da educação e do esclarecimento os homens superariam o medo introjetado pela religião, o poder absolutista e a dominação senhorial ou estrangeira. Libertos de sua própria minoridade, integrar-se-iam à sociedade, regidos por uma vontade geral e homogênea, resultante, por sua vez, de uma identidade nacional previamente elaborada no universo da cultura (Kocka, 1989, p. 140 e ss.). A autodeterminação dos povos, cara aos primeiros românticos, também ilustrados, seria alcançada pelo solidarismo, expresso na nação, e não, como em Hobbes, pelo contrato social.

O primeiro dos mais expressivos almanaques teuto-brasileiros, bem como um dos mais duradouros jornais em língua alemã, é elaborado por um imigrante profundamente marcado pela história intelectual de seu país de origem. Karl von Koseritz, filho de um membro da pequena nobreza alemã, nasceu em Dassau, em 1830, e veio para o Brasil em 1851, para servir no exército mercenário que lutaria na guerra do Império contra o ditador Rosas, da Argentina. Abandonou logo em seguida a legião, preferindo se instalar como civil em Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde iniciou sua carreira como professor particular, guarda-livros e jornalista. Casou-se com uma brasileira, filha de um estancieiro gaúcho, mudando-se para a capital da província, onde prosseguiu como jornalista, comerciante e político, eleito deputado pelo Partido Liberal em 1883, onde atuou até 1889.

Fiel à disciplina da leitura, manteve-se ligado à cultura erudita de seu país, mas também aos movimentos intelectuais no Brasil. Ao lado de Tobias Barreto, Sylvio Romero e outros,[4] opôs-se criticamente à "excessiva influência da cultura francesa entre as elites brasileiras", e, como o período o impunha, dedicou-se a pensar sobre a nação, a cidadania e o progresso.

Admirador de Feuerbach e Haeckel, anticlerical e agnóstico, defensor das teorias evolucionistas, Koseritz escreveu vários livros, sendo já os primeiros dedicados à instrução do povo simples, com temas como o pequeno resumo da história universal, o geocentrismo e os indígenas brasileiros.[5] De suas obras, a mais conhecida é *Imagens do Brasil*, traduzida em língua portuguesa apenas na década de 1940, a qual objetiva tornarem públicas suas impressões sobre a vida da corte e da capital do país. Fundou a "Sociedade Feuerbach" em Porto Alegre, manteve correspondências com inúmeros literatos, escreveu também para jornais de língua portuguesa e opúsculos que visavam a vulgarização das teses evolucionistas e do anticlericalismo. Editou ainda alguns romances de inspiração romântica, o que o tornaria extremamente popular entre os imigrantes (Carneiro, 1959).

Koseritz ingressou na vida pública com o apoio dos liberais riograndenses e do eleitorado teuto-brasileiro, cujos interesses buscava representar; mas não o fazia baseado num princípio étnico, como seus sucessores, e sim por razões pragmáticas e políticas. Afinal, segundo seu julgamento, este grupo representava pelo menos um sexto da população gaúcha e respondia por quase a metade da arrecadação fiscal da província. Apesar de sua importância econômica, não usufruía plenamente de seus direitos de cidadão. Conforme a constituição do Império, aos estrangeiros naturalizados acatólicos vedava-se o direito de serem eleitos deputados e senadores e de ocuparem cargos importantes nos órgãos oficiais (Ato Constitucional de 1834, artigo 95, II e III e art. 136). Para contra-restar tais dispositivos, exerce influência sobre o político Silveira Martins, que intercederá a favor da elegibilidade dos protestantes, o que é levado a efeito em 1881 com a Lei Saraiva, permitindo o acesso de Koseritz e de outros estrangeiros naturalizados na política institucional.

Como deputado, postula ainda a institucionalização do casamento civil, a extinção da religião de Estado, a construção de estradas que facilitassem a comercialização dos produtos coloniais para o resto do país e a redução da tributação que incidia sobre os colonos. Para além dos interesses imediatos de seus eleitores, Koseritz defende a abolição da escravidão e a instrução pública. No que se refere à política de povoamento do território, defende a imigração para a colonização, e não como forma de prover mão-de-obra para a lavoura cafeeira, antepondo-se assim aos interesses dos latifundiários. Em nome desta posição, condenou a imigração asiática, pois esta, além de *constituir uma população mais atrasada, representaria a continuidade do sistema*. Segundo ele,

> Os barões de café pretendem continuar a sua vida de vagabundos e se esforçam por isto na procura de novos escravos, de cor amarela, em substituição aos antigos pretos. (Apud Carneiro, 1959, p. 33)

Ou, de forma mais branda, refere-se à imigração como um bom negócio, mesmo para as elites, a quem se dirige:

> Deixai que se libertem os vossos escravos, consenti e fazei mesmo com que se parcelem vossas imensas fazendas; chamai imigrantes e colonizai. Estes problemas que vos são um terrível pesadelo, a substituição do trabalho escravo, a transformação da grande propriedade e a emigração já estão aqui resolvidos. (Idem, p. 41-2)

A interferência na política do país se reflete também em seus discursos sobre a economia nacional, em que defende os "dogmas" da Economia Política, "essa ciência que é quase uma religião", citando que, como Smith, Say, Mill e Wirth, para quem o livre comércio e a indústria são as únicas formas de se garantir o progresso, assim dever-se-ia orientar a economia brasileira, para que o ideal de civilização fosse alcançado (Koseritz, 1870).

Ao discorrer sobre o Brasil, utiliza o desenvolvimento político da Alemanha como paradigma de uma nação civilizada, atraindo assim a atenção dos imigrantes mais instruídos ou interessados no progresso do país de seus ancestrais. Estes se lembrariam desta fase como "a era Koseritz", um período em que a integração destas camadas à nação brasileira era pensada de acordo com os princípios liberais, ou seja, pela institucionalização do debate político sobre os interesses privados, em que a dominação devia ser reduzida em nome do "racionalmente correto", convertido ao justo.

As pretensões de Koseritz se encerram com o advento da República. Como defensor da monarquia parlamentar, é perseguido e preso pelos seus opositores, no ano de 1889, o que praticamente coincide com sua morte, no ano seguinte. Mas até então, Koseritz levaria a seu público leitor e eleitor uma série dos conhecimentos e opiniões acerca da modernidade, do ordenamento da vida material e da vitória da ciência sobre a religião, idéias contra as quais um outro pensador faria rígida oposição.

Rotermund não vem para o Brasil por razões políticas ou econômicas, nem intenciona, originalmente, fixar-se definitivamente neste país. Entende ser imperativa a união dos teuto-brasileiros, mas não pelos mesmos fundamentos de Koseritz. Foi também editor e jornalista, mas, ao contrário de seu opositor, incentivava a influência de entidades alemãs entre os imigrantes no Brasil.

Nasceu em Hannover, no ano de 1843, filho de agricultores; em virtude de não gozar de boa saúde, tornou-se professor, para depois formar-se em Teologia pela Universidade de Göttingen. Em 1874, foi enviado ao Brasil, a convite de Friedrich Fabri, presidente do "Comitê dos Protestantes Alemães no Sul do Brasil", diretor da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e inspetor de missões.

A prática missionária para com os evangélicos de língua alemã no exterior se desenvolveu na Europa desde o início das migrações transcontinentais, estando suas atenções voltadas principalmente para os Estados Unidos. No Brasil, ela só atuaria com maior expressividade a partir de 1860, graças à Sociedade Missionária da Renânia e à Missão da Basiléia. Se durante os primeiros quarenta anos de imigração só vieram dezoito pastores para todo o Brasil, entre 1864 e 1866 cinqüenta e nove novos pastores se instalam na Região Sul, motivados pelos representantes daqueles movimentos.

Friedrich Fabri era um teólogo ligado à concepção missiológica da Igreja, fundador e professor de escolas especializadas na formação de pastores para o exterior, e defensor da preservação da germanidade como parte integrante de sua doutrina. Filho de Carl Fabri, diretor da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, Friedrich aprendera, provavelmente desde cedo, a importância da preservação do *Deutschtum*, como uma estratégia indireta de imperialismo, ou, por outro lado, e não excludentemente, como uma maneira eficaz de cooperar para a manutenção da religião protestante a despeito da hegemonia da Igreja Católica nos países latinos.

Rotermund veio ao Brasil a pedido de Fabri para substituir Hermann Borchard, pastor que tentara, sem grande êxito, reduzir o independentismo das comunidades evangélicas e criar o primeiro sínodo luterano.[6] Quando ele chega ao Rio Grande, encontra um clima adverso para suas atividades: a oposição sistemática dos jesuítas adeptos do ultramontanismo contra os protestantes, em resposta ao *Kulturkampf* (luta cultural), campanha desencadeada na era Bismarck contra a interferência da Igreja Católica nos negócios do Estado; a liderança de Koseritz, que atacava todas as atividades e idéias religiosas, em nome do materialismo; finalmente, o impacto do movimento dos *Mucker*, interpretado pela opinião pública como decorrência do fanatismo protestante (Prien, 1989, p. 133). Some-se a isto a indisciplina das paróquias, já identificada por seu predecessor.

As paróquias organizadas de forma autônoma pelos primeiros imigrantes contratavam pseudopastores (aqueles que não possuíam formação acadêmica) e exerciam controle sobre suas funções. Não lhes era permitido, por exemplo, oficiar serviços a fiéis que estivessem em débito com a comunidade. Eram chamados para realizar casamentos, batizados e funerais, não exercendo, em contrapartida, a influência espiritual, própria da tradição religiosa. Esta era vista como uma coisa de crianças e mulheres ou como um pretexto para comemorações festivas; além disto, tanto pastores formados como pseudopastores possuíam o mesmo *status* jurídico e, conseqüentemente, social. Nem sempre dominavam muito bem o alto alemão, e muito menos os textos da teologia sistemática. Bebiam, jogavam e misturavam-se com a população nativa (Borchard, apud Dreher, 1986, p. 23-33).

Para superar esta situação, Rotermund procura se dedicar a seus fiéis com uma zelosa assistência pastoral, incentivando-os à religiosidade por meio da prática da leitura. Cria o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, em 1881, e, mais tarde, o jornal *Deutsche Post*. Como editor e livreiro, antepunha-se ao ateísmo dos textos de Koseritz, a respeito de quem teceria mais tarde o seguinte comentário:

> O maior obstáculo em nosso trabalho evangélico e eclesiástico era o senhor Karl von Koseritz, através de seu jornal *Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre, que, pelo materialismo superficial ridicularizava e debochava de tudo o que se referisse à fé em Deus e à vida no além.
>
> Também a mim não poupava, tachando-me de "o pastor que virou jornalista"... Nisto ele era ajudado por muitos *Brummer* que atuavam nas colônias como professores e artesãos, onde procuravam obstaculizar, na medida do possível, o trabalho dos pastores locais... Além disto, Koseritz aproveitou-se de seu Almanaque para propagar o ateísmo... Era evidente que nosso trabalho pastoral não poderia propagar-se e crescer com vigor, enquanto não tivéssemos os mesmos recursos e meios. (Apud Rotermund, 1978, p. 198-9)

Atuou ainda como professor e conselheiro, contando, para a divulgação de suas idéias, com o apoio de outros pastores recémegressos da Alemanha. Fundou o Sínodo Riograndense, já em 1886, do qual foi líder até 1919. Nesta condição, assumiu a posição de um dos principais defensores dos evangélicos, o que significava também, segundo sua ótica, o fortalecimento da germanidade. Não se tratava, contudo, da organização deste segmento para a defesa de seus interesses políticos, mas para mantê-los fiéis à sua cultura e religião originais. Por este motivo, Rotermund condenava os casamentos mistos, pois o internacionalismo inerente à fé católica provocaria, em médio prazo, a assimilação à sociedade brasileira. Pregava, pois, a manutenção da língua alemã e a endogamia, pois, segundo ele,

> *O cultivo da germanidade está no sangue e na alma da Igreja* Evangélica, que, com razão, foi designada de fruto da união *do Evangelho com o germanismo... Quem deixa de sentir e pensar* evangelicamente, deixa de ser alemão, e vice-versa; quem nega a *língua* e a *índole alemã, também se perderá para nossa* Igreja. (Apud Dreher, 1984, p. 93-4)

Nesta linha de raciocínio, estimulou a criação e manutenção de escolas em língua alemã, ressaltando ainda o ensino da história da Alemanha, pois

> É certo que nossas crianças venham a conhecer, *nas escolas, a língua* e a história do país, mas antes de tudo devem conhecer a língua e a história do próprio clã. (Idem, p. 91)

Enviou ainda membros das paróquias a que assistia para estudarem teologia na Alemanha e manteve estreitas relações com entidades seculares e religiosas do seu país de origem. À época da Primeira Guerra Mundial, procura e consegue atenuar as medidas restritivas ao uso da língua alemã, com um interessante argumento. Se a livre manifestação religiosa era garantida, segundo a Constituição Brasileira, e se a língua de Lutero, como o latim, *era uma recorrência sagrada* na liturgia, os cultos não poderiam ser ministrados em português (Luebke, 1987, p. 81 e ss.).

Faleceu aos setenta anos de idade, sendo celebrado pelos evangélicos e pelos teuto-brasileiros em geral como um mentor de suas almas e defensor de seus interesses culturais, a quem deviam não apenas as publicações de sua editora e a fundação do Sínodo, mas também o estímulo à preservação de suas origens.

Estes comentários sobre a vida de Koseritz e Rotermund nos permitem constatar que ambos mantinham estreitas relações com a sociedade em que se inseriam, o que pode ser válido também para outros editores e redatores da época. Seus escritos eram, por esta razão, inspirados nas múltiplas experiências que compartilhavam com seus leitores. Como político e como pastor, estes dois representantes da comunidade de escritores desempenhavam um papel destacado entre os demais; sendo homens públicos e instruídos, sua autoridade era favorecida por seu *status* privilegiado de "produtores de verdades".

Os textos de Koseritz se distinguem pela sua linguagem enfaticamente argumentativa e orientada pelo pensamento erudito europeu. Por meio dela, ele buscava persuadir seus leitores a abandonarem a tradição religiosa e a pautarem suas ações pelos princípios liberais. Desde sua fundação, o *Koseritz' Deutscher Volkskalender* (KVK) objetivava, segundo seu próprio idealizador, "ser uma arma na guerra a favor da luz e do esclarecimento". Como tal, deveria levar as conquistas e a luz da germanidade de ultra-mar para os colonos, denominados por ele de comunidade teuto-riograndense.

Já nos primeiros volumes deste anuário, Koseritz publica um ensaio, dividido em três artigos, intitulado "A vitória da ciência sobre a religião".[7] Neste, ele afirma que, nos tempos primitivos, os homens, em face de sua incapacidade de entenderem os fenômenos da natureza, inventavam deuses e lendas que justificassem e confortassem o seu medo diante do desconhecido; tal mentalidade permaneceu praticamente intata, em suas estruturas básicas, pelo menos até o advento da reforma protestante. Ao lutarem contra os dogmas e a infalibilidade papal, seus precursores abriram as portas para aquilo que esgarçaria o cristianismo, a saber, o livre exame e a crítica. Tal movimento conduziria, ainda que involuntariamente, ao pensamento racional.

Ao discorrer sobre a era do esclarecimento, que se inicia, segundo ele, no século XVII, Koseritz cita pelo menos uma vintena de autores da alta cultura européia, tais como Giordano Bruno, Descartes, Spinoza, John Locke, Herder, Hegel e Feuerbach. Organiza-os de forma a harmonizá-los todos com as teses evolucionistas e com a negação da fé religiosa. Destaca a obra de Darwin como um autor que completa a trajetória percorrida pelos filósofos e pensadores do mundo moderno.

Sua erudição se evidencia nestas inúmeras citações, que são acompanhadas por complexas reflexões sobre a humanidade, bem ao gosto dos homens cultos de sua época, para quem o mundo das idéias refletia a sociedade como um todo. Sua peculiar capacidade de síntese (os três artigos não têm mais do que sessenta páginas) sugere-nos que, ou os leitores já conheciam tais pensadores ou que os aceitariam, pelo menos nas pretensões do autor, por serem por ele aprovados. Dadas as origens sociais da maioria dos imigrantes, a segunda alternativa nos parece mais plausível, em que pese duvidarmos da eficácia pedagógica destes conteúdos.

O almanaque de Koseritz não trataria apenas de matérias desta natureza. Noticiar o andamento da política econômica brasileira e divulgar informações práticas, como o preço das tarifas de correio, os tributos a serem pagos, bem como sobre os insumos necessários à produção agrícola – com finalidades publicitárias, e outros, são matérias que preenchiam as demais páginas do livreto.

Este material convivia com uma literatura mais acessível e popular; tomemos aqui dois contos como exemplos, o *Musterreiter* (KVK, 1875, p. 132-5) e *Der Coronel* (KVK, 1874, p. 100-10), também de autoria de Koseritz. O primeiro descreve de forma anedótica as características do almanaque. Este gênero é personificado na figura-título do "caixeiro-viajante", um homem bem apessoado, elegante, que gosta de fumar charutos, de dançar e de mulheres; não recusa um bom vinho ou, às vezes, um chimarrão. Viaja a cavalo por todas as vilas, levando, com seu humor ácido, notícias, opiniões e críticas a todos os seus interlocutores. Ele é conhecido também como *Kalendermann* (almanaqueiro), "que usa sempre a cabeça, um esclarecido, enfim". Caracteriza-se por estar em todos os lugares e em lugar nenhum, uma virtude própria de sua identidade real, qual seja, a de um livro; seu estilo de vida deve ser seguido como um modelo de sociabilidade.

O "Coronel" é em parte um personagem fictício, e em parte real; alguns elementos deste conto podem ser considerados autobiográficos, dadas as semelhanças com a vida do autor. O coronel, uma alusão ao protótipo do líder brasileiro, segundo o julgamento de Koseritz, é também um líder dos teutos, cuja autoridade não é contudo conquistada pela força, mas pela razão. Trata-se de um codinome do médico Daniel Hillebrand, que se integrou ao exército prussiano em suas guerras contra as tropas de Napoleão, em 1815, e que emigrou para o Brasil para exercer simultaneamente as funções de médico e de explorador. Com seus estudos, selecionou as zonas favoráveis para o estabelecimento de colônias e trabalhou, posteriormente, ao lado dos camponeses. Quando eclodiu a Revolução Farroupilha, ele organizou os imigrantes para enfrentarem o movimento. Seu exemplo de tenacidade e desprendimento reflete a cultura a que pertence, configurando-se uma referência de seu povo.

No jornal *Deutsche Zeitung* Koseritz se dedica a criticar a política brasileira e a Igreja de forma mais direta. Pelo menos duas passagens ilustram esta tendência; a primeira descreve suas impressões sobre a Corte brasileira, definindo-a como inútil, quer em suas representações do poder aristocrático, quer em seu exercício da política administrativa.[8] Em outras matérias, aproveita-se do episódio dos *Mucker* para tecer comentários contra o espírito religioso; o desenrolar daqueles acontecimentos denuncia, não o verdadeiro espírito alemão, mas uma experiência-limite de fanatismo, inerente a todos os crentes.[9] Com relação à Igreja Católica não é menos severo: enxerga na ação dos jesuítas um poder político que se esconde atrás da religião, uma artimanha já superada na Prússia graças ao *Kulturkampf*, que afastou a Igreja dos negócios do Estado, o que deveria ser feito também no Brasil.

Com a chegada de Rotermund, os ataques de Koseritz à religião protestante passam a ter um alvo mais definido. Segundo a *Deutsche Zeitung*, Rotermund era um pastor que "virou jornalista" para propagar o medo e as mercadorias alemãs entre os teuto-brasileiros. A influência da Igreja Luterana Alemã só prejudicaria sua organização autóctone.

Enquanto seus artigos se dedicam a realizar aberta oposição ao clero protestante e ao católico, Rotermund, ao iniciar suas atividades editoriais, praticamente não faz menção a seu opositor, nem procura polemizar com tais idéias. Ao contrário, escreve pequenos contos, ou narrativas baseadas em fatos reais, permeadas com aforismos e conselhos de natureza moral. Recorrendo enfaticamente à poesia, versículos bíblicos, ditados populares, e inspirado numa linguagem normativa, de fácil compreensão e rápida leitura, o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* – KDB logo alcançará a mesma popularidade do anterior. As histórias de Rotermund são inspiradas em pessoas simples e em situações cotidianas; seu aspecto folhetinesco era apropriado como uma distração saudável, bem ao gosto dos pietistas alemães.[10] Não gastava tempo com argumentações complicadas como Koseritz, nem centralizava suas mensagens nos objetivos mais densos que as inspiravam. Mesmo porque não era ali que ele tecia suas relações com os segmentos detentores de um saber erudito, mas sim no Sínodo, o qual presidia.

No conto *Die beiden Nachbarn* (Os dois vizinhos) (KDB, 1884, p. 40-4), Rotermund interpreta a oposição entre um homem religioso e um descrente. Enquanto que o primeiro trabalha no meio rural, o segundo é comerciante na cidade (*Vendist*). Os filhos do camponês se casam entre os seus, são felizes, prósperos e mantêm-se fiéis à sua fé; os do citadino casam-se com pessoas ricas, mas tornam-se profunda e subjetivamente infelizes. Este texto é interessante também porque nele aparece a figura do deputado gaúcho Gaspar Silveira Martins. Neste conto, o próprio Martins discursa para os teuto-riograndenses, recomendando-lhes a preservação de sua etnia e a manutenção da língua alemã. Desta maneira, Rotermund "articula" o apoio de um líder caro aos teutos para suas idéias, demonstrando ainda a possibilidade de convivência harmoniosa entre a sociedade brasileira – ou, como prefere o autor, gaúcha – e a alemã.

Outro tema recorrente nos opúsculos publicados no almanaque de Rotermund são as aventuras, formas idealizadas de se narrar a emigração para o Brasil. Os índios e caboclos, vistos como indolentes, bem como a natureza e clima hostis contrastam-se com a tenacidade e inteligência dos imigrantes. Já os negros são apresentados como vítimas de um sistema de exploração que não estava muito distante daquilo que se objetivava com a imigração européia, motivo pelo qual a luta pela manutenção do *status* de camponês, ou seja, proprietário de terras, era uma garantia contra o risco de dominação. Mas o que melhor caracteriza este periódico é a presença constante de trechos de poesias, aforismos, ditados populares e versículos bíblicos, inscritos nas páginas em branco que se destinavam às anotações das tarefas cotidianas do leitor. As páginas eram diagramadas apenas com o dia da semana, uma gravura alusiva à estação do ano e, no rodapé, a mencionada epígrafe, ali colocada como "o pensamento do dia"; tais marcas seriam mantidas até o fim de sua edição.

Rotermund se preocupava também com o desenvolvimento de uma literatura autóctone que refletisse a cultura dos teuto-brasileiros, em que os valores de origem fossem traduzidos para suas novas realidades enquanto imigrantes, opondo-se assim à influência da cultura secular alemã em sua comunidade; a cultura religiosa, ao contrário, devia ser tutelada pela Igreja Luterana Alemã, da qual era um fiel representante.

Por estas razões, inclui no seu almanaque e no jornal *Deutsche Post* artigos de inúmeros autores, como, por exemplo, o professor Georg Knoll e os poetas Ernst Niemeyer e Wolfgang Ammon, autores dedicados à cultura e história dos imigrantes, e que, como tantos outros, procediam de outras regiões do Sul do Brasil. Com o tempo, o número de matérias sobre os teuto-brasileiros de outras regiões praticamente se equiparou aos do Rio Grande do Sul.

A rivalidade entre Koseritz e Rotermund não ultrapassava o campo das idéias, segundo a documentação consultada. Como bom político, Koseritz chegou inclusive a reduzir suas críticas e a aproximar-se do pastor, quando os interesses dos seus eleitores assim o requisitaram. Não se pode afirmar ainda até que ponto aquelas opiniões dividiram o público leitor, mesmo porque as ênfases dadas nos periódicos de Koseritz não se mantiveram por muito tempo. Logo após a morte de Koseritz, tanto seu jornal quanto seu almanaque passariam a ser coordenados por editores pangermanistas, assemelhando-se, *pari passu,* aos conteúdos dos periódicos que lhes faziam oposição.

É certo que a querela entre os liberais agnósticos e os protestantes identificados com o nacionalismo de Bismarck era freqüente, inclusive em outros jornais e demais periódicos de caráter local. Segundo Giralda Seyfferth (1982), estas tendências se confirmam em Santa Catarina e Paraná, bem como no interior do Rio Grande do Sul. Ressalte-se ainda a existência de periódicos católicos, mais moderados do que os de influência protestante ou liberal, como o *Der Kompass* (A Bússola), fundado em 1890 em Curitiba, e o *Deutsches Volksblatt* (Folha Popular Alemã), no interior do Rio Grande do Sul.

Mas as diferenças internas vão, em maior ou menor grau, atenuando-se, gradativamente, até que, na virada do século, praticamente não se reconhecem mais significativas distinções entre ambas as tendências. Quando existem, não se caracterizam por fazerem oposição entre si, mas por sua natureza histórica, como as usuais distinções entre as tônicas da religião católica e protestante, ou da literatura leiga e religiosa. Inicia-se aí uma defesa da germanidade como forma privilegiada de se fazer frente a um adversário que passa a lhes ser comum, a saber, a denominada cultura luso-brasileira. Tanto da parte dos liberais, que enxergam nesta identidade um direito individual inerente a um conjunto de cidadãos, como da parte dos protestantes, que vêem nela um elemento integrante de sua fé, a questão da germanidade passa a ocupar um papel fundamental, merecedor de primazia sobre quaisquer outras opiniões. Este entendimento comum levou a que a imprensa se orientasse a favor de uma posição defensiva e arreglasse para si o papel de organizadora e representante daquele grupo. No caso dos católicos, observa-se uma atitude ambígua: se, em parte, o alto clero recomenda a integração daquela sub-sociedade à cultura brasileira, expressa principalmente no uso da língua portuguesa, em nome do universalismo cristão, o baixo clero e os líderes leigos das paróquias fundavam instituições de caráter étnico-religioso, como orfanatos, asilos e sociedades beneficentes de senhoras. Estas se empenhavam prioritariamente no serviço assistencial, mas mantinham a preferência pelos seus. Ainda, a imprensa católica em língua alemã era mantida como uma forma de conquistar os leitores (Luebke, 1987, p. 38 e ss.).

De qualquer maneira, observa-se que a partir da década de 1890 a pluralidade de linhas editoriais é praticamente superada, à exceção de algumas iniciativas de tendências social-democratas e anarquistas. O que se constata na leitura de diversos impressos da época é um processo de homogeneização dos seus conteúdos.

Com o advento da Primeira Guerra, esta tendência é reforçada tanto por fatores culturais, como econômicos e políticos. Iniciativas que não contassem com um sólido apoio financeiro desapareceriam, devido aos danos sofridos com os boicotes e quebra-quebras ocorridos em represália a seu país de origem. Além disto, muitos leitores e membros de associações que sustentavam tais publicações abandonaram tal prática por medo de serem identificados com os interesses da Alemanha. Houve também aqueles que assumiram deliberadamente o discurso patriótico de seu novo país e, em nome dele, assimilaram-se.

Mas o que interessa ressaltar é que o antigermanismo e a guerra causaram um certo efeito de destilação entre os segmentos de origem germânica; se uma boa parcela alinhou-se voluntária ou involuntariamente do lado dos interesses do Brasil, e outra simplesmente deixou de manifestar em público suas preferências pela Alemanha, os que se mantiveram comprometidos com a germanidade radicalizaram ainda mais suas posições, criticando as autoridades oficiais e as discriminações oriundas da sociedade em geral, esta, concebida ainda como receptora. Assim procedendo, comportavam-se como uma minoria étnica e se auto-representavam como membros de uma nação oprimida "por um estado autoritário".[11] Semelhantemente ao modo como as minorias do império austro-húngaro e alemão reagiram aos seus governantes. Em parte, este comportamento pode ser considerado, para determinados subgrupos, como uma reedição da experiência que alguns deles sofreram na Europa, como é o caso dos imigrantes que provinham do Volga, na Rússia (Fugmann e

Brepohl, 1927), ou de outros que conheceram a discriminação étnica por terem se originado de regiões de fronteira. Mas o discurso sobre a defesa da germanidade não se limitava àqueles; pelo contrário, afirmava-se como uma força política que devia envolver a todos, mesmo as famílias que já estavam há mais tempo no país. O fato de esta experiência ser conhecida abriu o caminho para que alguns sinceramente se solidarizassem com a idéia de uma necessidade de defesa; a noção de "rebanho", característica nos discursos dos pastores protestantes, contribuiria também para fortalecer neles o sentimento de minoria. Se, porém, estes comportamentos não tivessem contado com outros estímulos que não o de seus próprios líderes, dificilmente teriam ultrapassado os seus próprios limites. Para sua consolidação foi necessário que a eles se mesclassem os discursos e práticas de entidades cujas experiências lhes eram externas, mas que se combinaram intencionalmente às suas, para produzir um novo sentido a suas falas.

Esta homogeneização é devida, portanto, como já se afirmou nos capítulos anteriores, a fatores externos que podem ser explicados pelo desenvolvimento e pelo caráter do imperialismo alemão; o advento da República desempenha igualmente um papel relevante na reorientação das formas de representação cultural e política dos imigrantes e de seus descendentes. Esta confluência de acontecimentos não só atuou como um rolo compressor nas tradições originais dos teutos, como reorientou as leituras que se faziam sobre seu papel no Brasil, mudanças que procuraremos, a seguir, analisar.

3.2 O pangermanismo e os "alemães do exterior"

> *Segundo a lenda, Pan era uma divindade grega, filho de Hermes e guardião de rebanhos. Ele se destacava por seus chifres, nariz arrebitado e pernas de bode; vagava pelas montanhas da Arcádia, conduzindo a dança das ninfas com a música de sua flauta. Eventualmente, aparecia para ser olhado como a personificação da natureza, incluindo tudo na ordem existente das coisas.*

Dos anos 90 do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, os continentes asiático e africano foram retalhados entre diversos países europeus, uma operação que desconhecia quaisquer limites, regida pela sede do lucro e a ambição expansionista. As Américas, mesmo protegidas pela força política da doutrina Monroe, não deixaram de ser disputadas entre as grandes potências. Para estes países recém-emancipados, dispensava-se, na maioria dos casos, a conquista territorial, sendo utilizada a estratégia de dominação de seus mercados, ou a influência política por meio de bem remunerados representantes de seus interesses. Tal interferência era estrategicamente dividida com a economia líder deste continente, os Estados Unidos, uma nação que desde cedo colocou-se em condições de igualdade com as economias dos países industrializados da Europa. Segundo Hobsbawm (1988, p. 87 e ss.), inaugurava-se um novo tipo de imperialismo, que tragou os antigos impérios pré-industriais, por meio da violência, passando a dividir o restante do mundo em colônias informais ou em zonas de influência econômica, política e cultural.

Neste mesmo período, o nacionalismo, que inspirara os movimentos de emancipação nas antigas colônias do século XVIII, é capturado pelo Estado, com o consenso das classes médias e parcela das camadas eruditas, sendo destituído de um dos seus princípios mais caros, qual seja, a liberdade individual e o conseqüente direito de autodeterminação dos povos. Este nacionalismo de caráter oficial é fruto também de uma reação política contra os movimentos sociais no interior de cada país, sejam eles determinados por interesses de classe, ou, associados a estes, pela extensão dos direitos civis às minorias étnicas. Como resposta, principalmente às organizações dos trabalhadores, os interesses da nação passariam a se constituir, pelo menos aos olhos dos poderes oficiais, numa cunha entre o interesse individual e o coletivo.

Por mais que o conceito de nacionalismo tenha sofrido mudanças que o afastasse de seus princípios liberais, ainda assim ele continuava a ser formalmente incompatível com os objetivos precípuos do imperialismo. Pois, se a nacionalidade é definida pela igualdade dos cidadãos perante o Estado, que deve inclusive protegê-los e garantir-lhes os direitos fundamentais, e pelo respeito à soberania nacional, como admitir a violenta opressão que se exerceu sobre outros povos? Segundo Hannah Arendt (1978), o que tornou possível esta coexistência foi uma prática igualmente desprovida de plausibilidade racional, qual seja, a ideologia racista. Sua fraqueza no plano teórico é inversamente proporcional ao número de seus adeptos, em particular, entre os cientistas sociais, dos quais o Brasil dispôs de um número considerável de discípulos. A conjugação do ideário nacionalista com o racismo tornou aceitável a hierarquização da humanidade entre camadas biologicamente inferiores e superiores, de tal forma que se legitimasse desde o mero genocídio até a proteção e educação de povos que jamais tinham reivindicado tais serviços. Integravam ainda esta lógica os deslocamentos populacionais, fosse para eliminar os excedentes de mão-de-obra nos países industrializados, fosse para estimular o crescimento econômico na periferia do sistema, com vistas à expansão dos seus mercados.

Mas, ainda que o expediente de exportar homens e capitais supérfluos para regiões que fossem potencialmente lucrativas estivesse presente nas estratégias expansionistas, no que se refere à Alemanha ele se desenvolveu, inicialmente, de forma mais branda do que em outros países industrializados, devido às opções de política econômica ali adotadas.

Na era Bismarck (1862-90), como já se comentou, a estratégia da conquista territorial não estava contemplada nos planos oficiais, nem tampouco a emigração dirigida pelo Estado. A opção por zonas de influência exclusiva fora igualmente evitada, em nome de uma posição mais pragmática. Bismarck considerava dispendioso o investimento bélico necessário à conquista territorial de ultramar e à montagem de uma burocracia que lhe garantisse a dominação na região conquistada, motivo pelo qual tais práticas deveriam ser preteridas em favor do livre comércio, dadas as vantagens comparativas das mercadorias alemãs. Conforme Wehler,

> Ele seguiu sua política de ultramar com determinados objetivos, o que permite designá-la como um expansionismo pragmático, sendo ele mesmo um protagonizador deste pragmatismo. À diferença do imperialismo que era determinado por idéias de prestígio, de auto-afirmação nacionalista e de senso de missão, ou pelo desejo de reconhecimento como potência mundial, o expansionismo pragmático resultou, em primeira instância, de uma avaliação de interesses econômicos e políticos. (1970, p. 130)

Esta posição oficial não impediu que empresários interessados no imperialismo direto e indireto deixassem de sonhar e militar em favor de suas pretensões de expansão territorial, o que mais tarde seria incorporado ao nazismo sob a justificativa de necessidade de ampliação do espaço vital (*Lebensraum*). Tais grupos, que se agregariam, uns poucos anos depois, na Liga Pangermânica, investiram, como já se destacou no capítulo anterior, em países da América Latina, onde ambicionavam estabelecer, em longo prazo, uma república teuto-brasileira.

Em que pese seus opositores, a política colonial alemã se inicia tardiamente, se comparada à de outras potências; ela foi empreendida apenas a partir dos meados da década de 1880. Segundo Wehler (p. 132 e ss.), tratava-se de uma medida anticíclica, que, dentre outras, objetivava atenuar os efeitos das crises econômicas sofridas pela Alemanha. Somente nesta conjuntura é que este país disputaria parcelas dos territórios asiático e africano com as outras nações, exercendo neles a mesma ou maior violência do que seus concorrentes.

No que se refere à América Latina, foi adotada a tática do imperialismo informal, e mesmo assim, somente a partir de 1890, na era Caprivi, ainda que seus principais mecanismos já estivessem acionados desde havia mais tempo. Com o apoio institucional, os agentes do imperialismo alemão passariam a conquistar mercados em países como Chile, Peru, Argentina e Brasil. Além da expansão comercial, ressalte-se a sua influência na formação dos exércitos chileno e argentino; nestes, a exportação de armamentos e o envio de uma série de instrutores – entre 1891 e 1914, somente no Chile, foram enviados 300 oficiais alemães –, o que se fez acompanhar ainda pelo envio de oficiais nativos para estudarem na Alemanha. São também alemães muitos proprietários de firmas portuárias de exportação e importação, que contavam com o apoio dos emigrados para seus investimentos (Blancpain, 1990, p. 433-82). No Brasil, dada a maior relevância política da doutrina Monroe, os agentes do imperialismo alemão limitavam-se às exportações de mercadorias e à doutrinação pangermanista entre as colônias em que o número de imigrantes alemães e seus descendentes fosse expressivo.

Karl Peters (1856-1918) se destaca neste contexto como um militante nacionalista que defendeu tanto o imperialismo direto como o indireto; administrou várias colônias na África e influenciou politicamente no parlamento para que se estabelecesse um programa de defesa dos alemães no exterior. A tirania e a violência, exercidas como único conteúdo de sua política na África, valiam para um povo estrangeiro e inferior, mas não para seus companheiros de etnia (*Volksgenossen*), como ele próprio se manifestaria em diversas ocasiões. Peters se opôs à doutrina Monroe, pois avaliava que a América Latina era, sob o ponto de vista cultural, mais distinta dos Estados Unidos do que da Europa; segundo ele, por esta razão, o pan-americanismo devia ser considerado um artifício ideológico para interferir nos negócios de outros países, uma ameaça à sua soberania.[12] Soberania que tinha os seus limites, e não deveria ser aplicada a conflitos que envolvessem alemães. Ele foi abertamente favorável, por exemplo, a uma intervenção de seu país no Brasil, quando alguns teutos foram perseguidos por participarem de agitações ocorridas no Rio Grande do Sul, em 1891; nesta ocasião, insistiu para que Caprivi enviasse forças militares para a região, para lutarem a favor da causa daqueles compatriotas (Snyder, 1984, p. 51).

Peters e seus seguidores puderam agir mais livremente após a demissão de Bismarck, que não levava muito a sério suas idéias de *Grossdeutschland*.[13] Na era Caprivi, seu conceito de nação passou a ser contemplado nas políticas oficiais; uma idéia como esta, que levava a noção de transterritorialidade às últimas conseqüências, carecia, obviamente, de uma definição aceitável. A identidade nacional era concebida de forma mais ou menos aleatória; dependendo da conjuntura e das conveniências políticas de seus adeptos, seus critérios podiam ser a religião, ou o regime político, ou o espaço geográfico, a história ou a cultura. Logo, a idéia de unidade que prevaleceu foi a de raça e língua, ao que se ajustou a noção de superioridade étnica, válida somente para os arianos puros, e não para qualquer tipo de branco. Sua finalidade última passou a ser vencer o inimigo, fosse este outras nações, como a França, a Inglaterra e a Rússia, outros povos, como os judeus, ciganos e eslavos, ou outras idéias, como o Liberalismo e o Socialismo (Snyder, 1984).

O movimento, antes e depois de se organizar, teve mais simpatizantes do que adeptos. Fascinava as classes médias por sua xenofobia e por alimentar-lhes o sentimento de ameaça, mas causava-lhes temor por sua avidez pelo poder político. Ele se desenvolveu primeiramente na Áustria, a partir de 1860, caracterizando-se pela sua franca oposição ao governo, em face de suas posturas liberais. Seus idealizadores elegeram Bismarck seu líder (posição que não dependeu de seu empenho pessoal) e catalizaram o descontentamento da pequena burguesia, assustada com o risco de secessão que o sionismo ou o eslavismo, também emergentes, se lhes representavam. Suas lideranças foram responsáveis, segundo Schorske (1988, p. 127), por se definirem como arautos de uma "nova cultura política em que o poder e a responsabilidade se integravam de forma diversa da cultura do liberalismo racional". Destes personagens, o mais destacado foi Schönerer, por sistematizar as idéias ligadas ao anti-semitismo e por sua habilidade em articular uma militância extra-parlamentar, posições que inspiraram sobremaneira seu discípulo mais conhecido, Adolf Hitler.

O pangermanismo dos austríacos,[14] forma de nacionalismo em nível macro, que, distintamente dos demais, não pressupunha a reunião de diferentes etnias, como o pan-eslavismo na Rússia, surtiria maiores efeitos na Alemanha, onde o movimento se organiza com ambições políticas mais definidas a partir da década de 90 do século XIX, em torno da "Liga Pangermânica" – *Alldeutscher Verband*. Esta entidade atraiu nacionalistas de todos os matizes, fossem intelectuais, como Max Weber, Haeckel e Theodor Fischer, ou militantes, como Hugenberg, Haase e Class, que se apoiavam em idéias dos românticos do início do século, associando-as ao nacionalismo estatal. Contavam ainda com o apoio de outras entidades, das quais interessa-nos destacar a já mencionada *Deutsche Kolonialgesellschaft* (Sociedade Alemã Colonial) e o *Verein für das Deutschtum im Ausland* (Liga pela Germanidade no Exterior) – VDA, a qual mantinha um departamento denominado *Allgemeiner Deutscher Schulverein* (Liga das Escolas Alemãs) – ADS. Alguns partidos nacionalistas, como a *Deutsche Nationale Volkspartei* (Partido Popular Nacional Alemão) emprestaram-lhe apoio, lutando para aprovar diversas medidas de seu interesse no parlamento. Seus principais objetivos, expressos em seus estatutos, eram:

> -Divulgação e propagação dos planos expansionistas da germanidade;
> -Luta pelo fortalecimento da frota naval;
> -União integral da germanidade em todo o mundo;
> -Campanha em favor da germanidade no exterior;
> -Luta contra as minorias nacionais (Lexikon, 1983, p. 19)

No século XX, a estes objetivos soma-se ainda a exigência de estender os direitos de cidadania aos alemães do exterior, sob argumentos baseados no princípio do *jus sangüinis*. Coerentemente, recusava-se a concessão de cidadania aos indivíduos de outras etnias residentes no país. Reforçaram ainda sua postura anti-semitista e estimularam propagandas favoráveis ao conflito armado.

Suas idéias foram divulgadas rapidamente em alguns periódicos em língua alemã no Brasil, tais como o *Urwaldsbote*, de Blumenau, que passou a receber, a partir de então, apoio financeiro da Liga. Além dele, diversos outros recebiam artigos de autores que estavam direta ou indiretamente comprometidos com essa entidade. Mas a influência mais sistemática proveio da VDA, que, através do auxílio às escolas particulares de língua alemã, preparava as crianças e os jovens para o pangermanismo do futuro. Financiava construções, doava equipamentos e livros didáticos e enviava professores formados na Alemanha para se integrarem no quadro docente. Sob o lema *Gedenke dass du ein Deutscher bist* – "Lembra-te de que tu és um alemão" –, patrocinava ainda os estudos de alguns teuto-brasileiros no seu país.

Segundo Paiva, seu apoio financeiro foi pouco expressivo e sua influência, na prática, ineficaz (1984). Tais conclusões são, ao nosso ver, questionáveis, pois ele parte do pressuposto de que aquele material circulava prioritariamente nos centros urbanos, e não entre os camponeses, parcela mais representativa daquela camada. Ora, já tivemos a oportunidade de comentar que a tese da preponderância dos camponeses sobre os demais grupos de imigrantes no Brasil não corresponde às evidências empíricas, e que o meio rural mantinha estreitas relações com os núcleos urbanos, salvo raras exceções, dadas as inúmeras entidades associativas locais. As manifestações contrárias à influência externa, nas quais o autor se baseia, provêm de professores das colônias e de pastores leigos, mas não estamos seguros de que sua oposição se concentrava nas idéias veiculadas pela Liga; para aqueles, o que estava em questão eram os conflitos entre campo e cidade – presentes desde o início da colonização –, a concorrência entre o ensino formal e o seu, as imposições da legislação brasileira sobre a matéria e as suas próprias tendências. Além disto, o efeito dessa literatura não pode ser mensurado pelo seu valor monetário, ou pelo público que atinge inicialmente, mas por sua maior ou menor eficácia de circularidade e comunicação. Neste caso, é necessário se levar em conta que ela atingia os teutos desde a infância e os acompanhava até a idade adulta, notadamente os que possuíam condições de acesso a esse material. Dada sua regularidade, ela pôde interferir constantemente em seu cotidiano, constituindo-se, em várias localidades, no único material escrito à disposição dos leitores, bem como inspiração para novos escritores.[15] Ainda não consideramos irrisório o volume de recursos enviado para as escolas; em 1927, eles perfaziam, por exemplo, o montante de 18 mil marcos (ou 45 mil marcos nos valores de hoje), provenientes apenas do grupo de Hamburgo e destinados à realização de reparos nas escolas já existentes, bem como à aquisição de livros didáticos.[16]

Ao lado do material didático e das inúmeras contribuições nos periódicos, quer sob a forma de artigos, quer pelo auxílio financeiro, cite-se ainda a criação da *Zentralstelle für die Forschung des Deutschtums im Ausland* (Central de Pesquisa da Germanidade no Exterior) – ZDA, órgão que subsidiará os programas de pesquisa que apóiam a emigração e o fomento à cultura pangermânica no exterior, esta, transformada em uma nova ciência. Seus membros preparavam estudos sobre a política brasileira, as regiões mais propícias para a instalação de imigrantes e forneciam ainda subsídios para os pangermanistas do Brasil. Divulgavam a situação da germanidade no Brasil para ambos os países e entendiam ser sua tarefa precípua a formação de uma elite que garantisse a preservação cultural de todos os descendentes teutos. Segundo Kuder (1937), um membro desta instituição, a preservação do *Deutschtum* por meio da literatura era uma tarefa da comunidade nacional alemã. Tais pesquisas e livros eram igualmente veiculados entre a população teuta, sendo cuidadosamente escolhidos para este fim.

Para os membros da Liga e de outras entidades afins, os emigrados se constituíam em grupos que deviam ser não apenas apoiados, mas também preparados para representarem a nação alemã e seus interesses. Em 1900, vinte mil teuto-brasileiros foram identificados pelo ZDA como pangermanistas, e este número só tenderia a crescer até a Primeira Guerra. Deles emergiam os que ascendiam socialmente e se incumbiam de manter os vínculos com a germanidade, reduzindo, por meio da imprensa e das associações, ensino e igreja, as distâncias geográficas que os separavam de seus líderes.

3.2.1 O pangermanismo e o perigo alemão

> *O que os olhos são para o amante – aqueles olhos comuns especiais com que ele ou ela nasceu – a língua é para o patriota – qualquer que seja a língua que a história tenha feito a sua língua materna. Por meio desta língua, que se encontra no colo da mãe e se abandona apenas no túmulo, reconstituem-se os passados, imaginam-se solidariedades, sonham-se futuros.*
>
> Benedict Andersen

Na mesma época em que a Liga Pangermânica passa a atuar com maior intensidade nas zonas de colonização alemã, observa-se a emergência de um forte ideário nacionalista no Brasil, o qual defenderá uma maior integração regional e a formação de um povo identificado com os interesses do país. Para tanto, impunha-se que *os emblemas da nova ordem fossem incorporadas*, por toda a população, idéias que não seriam aceitas tacitamente pelos imigrantes e seus descendentes.

Estas resistências podem ser explicadas em parte pela forma mesma com que a República foi proclamada, em 1889. Ela se reduziu a um movimento de elites, sem contar com uma participação significativa de outros segmentos sociais. Houve regiões onde se levou até dois meses para que se soubesse que o antigo regime caíra por terra. E, particularmente entre os imigrantes alemães mais pobres, a queda de D. Pedro II simbolizou a perda de seu principal protetor, agora "banido de seu próprio reino", segundo as palavras de um colono da Lapa no Paraná.[17]

Para os imigrantes e seus descendentes da classe média urbana, a República não representou tampouco um avanço em suas aspirações relativas a uma maior integração à esfera política. Nesta conjuntura, a maioria dos membros do Partido Conservador passou para o Partido Republicano e, sendo os alemães identificados como monarquistas (uma vez que pertenciam ao Partido Liberal, que compôs os últimos ministérios do Império), foram julgados como inimigos da nova ordem.

No Rio Grande do Sul, em particular, esta situação agravou-se com a revolução federalista de 1893, liderada por Gaspar Silveira Martins, que havia tido como um dos seus principais aliados o representante dos interesses dos teutos, o falecido Karl von Koseritz. O sistema federalista atraiu uma boa parcela dos imigrantes por assemelhar-se às suas organizações tradicionais, que previam uma maior autonomia dos poderes municipais, e por cooperar também para o fortalecimento da classe média gaúcha, contra os interesses das oligarquias latifundiárias. Com a vitória dos republicanos, as medidas tomadas contra os derrotados implicaram sérias frustrações e alijamentos aos teuto-brasileiros (Dreher, 1984, p. 30 e ss.).

Mas a proclamação da República ensejou também algumas vantagens para os imigrantes: a liberdade de culto e a naturalização em massa[18] são os exemplos mais significativos. Além disto, o pensamento positivista, que fora particularmente importante entre as elites do Rio Grande do Sul, ao não admitir a interferência do Estado na vida intelectual da sociedade, facilitaria aos imigrantes a difusão de sua literatutra e do ensino em língua alemã. Assim, mesmo formalmente distanciados da política institucional, eles podiam fazer circular suas idéias e posições, as quais se traduziriam, pelo menos, no voto.

O positivismo atuou, entretanto, como uma faca de dois gumes, causando novos problemas às colônias. Se, de um lado, estimulou o ensino laico e a livre associação, por outro, fortaleceu, dada a sua ênfase no progresso, o ideário nacionalista, mesclando-se assim com as ambições integracionistas e homogeneizadoras dos animadores da República, das quais o pensamento do intelectual Pereira Barreto é um bom exemplo. Segundo ele, não era a vontade individual que garantia uma sociedade politicamente organizada, mas sim a educação da massa, a partir de critérios científicos, estes, os reais viabilizadores do progresso:

> Sem o preparo intelectual nada se pode fazer. São as idéias que governam o mundo (...) não é bastante que uma meia dúzia de cidadãos emancipados deseje uma pátria grande; é preciso que toda a massa nacional, unida, compacta, concorra para a efetividade do intento. (...) precisamos educar, precisamos revolucionar a nossa massa popular.[19]

Estas idéias, que adquirem gradativamente um maior número de adeptos entre as camadas cultas, antagonizam-se, obviamente, com as noções da Liga Pangermânica, que pretendia estender o princípio da *Grossdeutschland* para o sul da América Latina. E antagonizava-se também com a cultura política dos imigrantes, que não desejavam ser educados por esta nação.

Tais adversidades, que se intensificam até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, estarão presentes em seus impressos e serão traduzidas por diversos autores, a partir de duas ênfases principais: a manutenção da língua alemã e o cultivo do sentimento patriótico, vistos como o núcleo central de sua identidade germânica, ou o *Deutschtum*. Este termo, utilizado até então para designar o conjunto de cidadãos dessa origem, passa gradativamente a simbolizar a ideologia étnica, transformando-se, praticamente, num sinônimo de *Volkstum* (comunidade étnica).

Este sentimento de pertença denota uma noção orgânica de comunidade, em que imagens da família, do corpo, do sangue, não são utilizados como uma metáfora, mas constituem a essência mesma de suas premissas: a língua materna, por exemplo, desempenha para o indivíduo o mesmo papel que uma mãe para seu filho:

> O que significa a tua língua mãe,
> Que a ti tua mãe ofereceu?
> Já te colocaste esta difícil pergunta
> Em tuas horas solitárias?
> Tenta, pois, dizer numa língua estranha,
> O que vai em teu coração
> Só a língua mãe, que chora,
> Pode alcançar o que teu peito alcança
> (KDB, 1907, p. 42).

O escritor Hans Tolten lembra-se desta mesma intimidade familiar para compreender suas saudades da pátria, a qual não conheceu:

> A saudade que minha mãe tinha da pátria era tão grande e tão vivamente narrada que ela fazia com que eu me sentisse em minha fantasia muito mais na terra distante do que no mundo de hoje, em que estou eu. (Tolten, 1934, p. 12)

Ou, de forma mais pedagógica, Rotermund recomenda:

> Como cada família tem suas virtudes e defeitos, assim é um povo; cada um tem sua etnia, e é melhor para todos que eles se mantenham assim divididos. (KDB, 1923, p.17-35)

Ao lado desta linguagem passional, quase religiosa, observa-se um conjunto de outros escritos, de igual tendência, diferindo apenas no seu estilo. Seu interlocutor privilegiado não é mais o próprio imigrante, mas a sociedade receptora; mesmo que o idioma utilizado seja o alemão, ela semiotiza uma discussão com o outro, objetivando instrumentalizar seus leitores para a defesa de suas convicções. Por este motivo, orienta-se por uma linguagem apologética, fundamentada no direito. Contrapõe o *jus soli*, vigente no Brasil, ao *jus sangüinis*, de sua própria tradição, em nome do que seus precursores iniciam uma polêmica que só será concluída com a Segunda Guerra Mundial. Este princípio lhes permite conceber a sociedade em que vivem como dividida entre várias etnias, logo, várias nacionalidades. Neste debate, a população majoritária da sociedade receptora é por eles denominada de "luso-brasileira", o que não apenas exclui as demais, mas enuncia seu caráter histórico de camada dominante. Caracterizam-nos como seus principais adversários, desqualificando-nos como vadios, inclinados à miscigenação, corruptos e escravocratas, ainda que hospitaleiros e sentimentais. Em relação aos outros grupos, reconhecem o direito à manutenção de sua cultura, desde que não se misturem entre si.

Para eles, os idealizadores da cultura brasileira tinham de admitir o pluralismo étnico, pois todos os povos, unidos organicamente, gozavam do direito à livre expressão. Argumentavam ainda que o Brasil não se constituía uma nação, segundo o conceito romântico deste termo, pois era composto de várias culturas. Se amalgamados, como queria João Batista de Lacerda, um dos primeiros cientistas sociais a defender a miscigenação como estratégia de branqueamento da raça brasileira (Seyferth, 1985), perderiam suas melhores características inatas (como, no caso dos germânicos, a operosidade); mantendo seu comportamento endogâmico, contribuiriam mais eficazmente para o progresso do Estado.

Este racismo ainda em fase de conformação e esta necessidade de desfigurar o outro para garantir sua própria ordem interna deve muito aos discursos da Liga Pangermânica. Contudo, uma segunda leitura de tais escritos nos permite inferir que eles revelam um outro conflito, baseado na experiência política do seu público leitor. Após quase cem anos de sua instalação no Brasil, suas memórias denunciavam um governo que lhes tirou a terra,[20] cerceou-lhes a manifestação religiosa e que possuía uma administração suspeita quando se tratava de cumprir seus compromissos políticos; pois, segundo eles,

> O Brasil não é capaz de produzir uma administração que garanta a justiça e segurança econômica, nem mesmo de construir estradas para a comercialização de nossos bens. (*Deutsche Zeitung*, 1906)

Sobre este mesmo governo, comentavam jocosamente,

> Como formigam, os bandalhos e ladrões, isso que chamamos em alemão de militares, esses que deviam defender a pátria (...) os pequenos garotos são presos, os grandes vivem às soltas, e têm até títulos pomposos (...) temos três partidos, ó miséria! Esses amargam a vida, e dívidas e dívidas, (Brasil), sugam-te os cofres – de um todo, estás dirigido a um abismo. (*Deutsche Post*, 1886)

Ao contrário deste Estado, o outro, renovado pela nação, oferecia-lhes um modelo de disciplina, ordem e progresso, além de homogeneizado sob o ponto de vista racial, uma vez que, em virtude do *jus sangüinis*, ele negava a estrangeiros o direito à cidadania, ao mesmo tempo em que os acolhia, a partir de 1893, como cidadãos do *Reich*.[21] E este patriotismo exacerbado os seduzia e conclamava para ingressarem numa guerra para a qual foram chamados, também pela propaganda, a participar.

3.2.2 Os pangermanistas em público: a guerra de 1917

Quando a Primeira Guerra Mundial foi declarada na Europa, um anúncio no jornal *Deutsche Zeitung*, em 1914, convocou os reservistas residentes no Brasil a retornarem imediatamente a seu país e apresentarem-se em seu distrito militar; aos que não pertenciam a esta categoria, era solicitado contribuir com seus bens para a Cruz Vermelha ou por meio da compra de bônus de guerra (Luebke, 1987, p. 86-7). Nos cultos protestantes, eram feitas orações em favor do imperador e pela vitória da Alemanha, intercedendo-se ainda pelos soldados, parentes e amigos da terra natal (Dreher, 1984). Por meio do *Auswärtiges Amt* (Ministério das Relações Exteriores), que instalara, desde 1901, um cabo para a transmissão telegráfica de notícias, diretamente da Alemanha para o Brasil, o número de baixas e conquistas e os discursos de autoridades oficiais eram divulgados pela imprensa teuto-brasileira (Brunn, 1971, p. 177).

Embora o Brasil mantivesse até 1917 uma política oficial de neutralidade, na imprensa de língua portuguesa expressavam-se simpatias pelos aliados, denunciando-se, com relativa freqüência, as atrocidades cometidas pelos adversários contra os prisioneiros de guerra, crianças e mulheres. Em resposta a tais acusações, a imprensa em língua alemã, tanto liberal quanto conservadora, radicalizaria seus discursos em nome da unidade do *Deutschtum*, acusando os franceses de responsáveis pela divulgação de calúnias sobre seu país. Estas afirmações apaixonadas levaram a que, entre outras atitudes, os membros das sociedades de ginástica e de tiro passassem a utilizar a primeira pessoa do plural quando se referiam à Alemanha e à conflagração. A Igreja Evangélica recomendava que os teutos deixassem de realizar negócios com aqueles que se demonstrassem favoráveis aos aliados; e, num momento de extrema irritação, o pastor Rotermund se indaga, a propósito da campanha pela obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, por que os brasileiros não começavam a aprender o alemão, se é que queriam se comunicar com os seus (Luebke, 1987, p. 93). A Igreja Católica, embora mantendo sua tradicional moderação, postulava a inocência de seus fiéis, se bem que recomendava que não utilizassem o idioma alemão em público (*Der Kompass*, 14/2/1915).

Em 1915, é criada no Brasil a Liga pelos Aliados, mais tarde Liga de Defesa Nacional (LDN), entidade ultranacionalista, liderada por intelectuais como Ruy Barbosa, Olavo Bilac, José Veríssimo e Graça Aranha, este, um dos responsáveis pela divulgação sobre a ameaça de, em caso de vitória da Alemanha, ser o Sul do Brasil anexado por aquele país.[22] Em contrapartida, funda-se a *Germanischer Bund* (Aliança Germânica), em 1916, entidade que congregou seis mil membros e que se apresentava como vinculada à Cruz Vermelha alemã, mas que na verdade se destinava a dar proteção aos negócios de seus associados, ajudar escolas em língua alemã e veicular propagandas a favor da guerra. Ela era composta principalmente por jornalistas, pastores e empresários, preocupados com o futuro de suas atividades, caso a Alemanha saísse derrotada.

Com a evolução destes conflitos, observa-se um deslocamento do cenário da guerra, da Europa para o Brasil, favorecido, em boa medida, pela onda de greves lideradas pelos movimentos de tendência socialista e anarquista nas principais cidades do país. Em fevereiro de 1917, os jornais noticiam que os assaltos e furtos a lojas e estabelecimentos de teutos são praticados, com toda a certeza, como uma medida preventiva, caso o Brasil fosse agredido pela Alemanha. Divulga-se, cada vez mais, a existência do pangermanismo e de seus principais objetivos, bem como a descoberta de espiões nas principais capitais dos estados.

Quando, em 5 de abril desse mesmo ano, o mercante "Paraná" é bombardeado na costa francesa pelas belonaves do *Reich*, o governo brasileiro rompe relações diplomáticas com a Alemanha, para em outubro, devido às sucessivas pressões dos aliados e da LDN, declarar definitivamente guerra à Alemanha. A partir daí, as agressões e manifestações de repúdio se ampliam, de um e de outro lado, tornando-se o imigrante um dos alvos daqueles conflitos, passando a ser visto (como, aliás, sempre fora, de forma latente) como um inimigo estrangeiro.

O jornal *Deutsche Zeitung* critica o governo por ter descumprido a Constituição, uma vez que, segundo ela, a guerra só era admitida em caso de defesa. Logo em seguida, o jornal é empastelado por populares e, um pouco mais tarde, proibida a sua circulação. As sociedades de tiro são acusadas de se tratarem, na verdade, de organizações militares que planejavam clandestinamente aliar-se aos adversários dos aliados para lograrem a separação do Sul do Brasil e sua anexação ao país inimigo. Vinculada a esta suposta conspiração, e em nome da defesa do território, o Hotel Schmidt e a firma Bomberg, dois importantes estabelecimentos das camadas abastadas gaúchas, são incendiados, sob o pretexto de armazenarem ali armas e munições para os compatriotas.

Nessa mesma conjuntura, a LDN do Paraná, inspirada nas práticas de seus adversários, organiza a sua Sociedade de Tiro, e, coerentemente a esta iniciativa, divulga livros como "Culto ao heroísmo militar e cívico", "Importância do esporte na vida nacional", "Idéia de pátria" e outros (Curitiba, Diário da Tarde, 17/7/1917). Os alemães são acusados ainda de denegrir a imagem do povo brasileiro, identificando-os, nos jornais da Alemanha, como mulatos descalços e maltrapilhos, incapazes de saírem vitoriosos (São Paulo, A Platéia, 13/8/1917).

Em São Paulo, os estudantes de direito da Faculdade São Francisco organizam uma manifestação, reclamando a cassação do *exequatur* concedido a todos os cônsules alemães (São Paulo, O Combate, 11/4/1917). Neste mesmo jornal, veicula-se, para o pânico da população, que os alemães teriam envenenado os reservatórios de água em Porto Alegre, como uma tática criminosa de genocídio (2/5/1917).

As escolas de língua alemã são colocadas sob suspeita e inúmeros artigos sugerem opiniões como esta:

> Si bem que de longe venham as reclamações contra o abuso do ensino do allemão em nosso paiz, trabalho habilmente feito para a germanisação do Brasil, só agora procuram dar um combate decisivo ao mal que até aqui apenas se pediam ou suggeriam providencias contra o que se passava em Santa Catarina; mas agora já se sabe que a obra satanica dos allemães é ativissima em toda a parte (...) cantar (diariamente) treis hymnos em allemão, não ha melhor, nem mais suggestiva propaganda, de resultados duplos: ao mesmo tempo em que se germanisam, tendo atravez desses hymnos apenas a imagem da patria de seus paes, as creanças vão se desaffeiçoando da verdadeira patria. (São Paulo, A Platéia, 2/11/1917)

Versões como esta instigam a indignação dos mais diversos segmentos sociais, que passam da aversão ao ódio pela figura do alemão, enxergando nele uma inclinação hereditária à agressividade.

Em represália a cada evento bem ou mal-sucedido dos aliados, surge uma onda de quebra-quebras, comícios e propagandas nas principais cidades do Sul e Sudeste do país. Na capital do Paraná, por exemplo, o público organiza uma passeata ao som do Hino Nacional e da Marselhesa, deslocando-se do centro da cidade para a

Sociedade Germânica Thalia, hasteando ali a bandeira nacional e retirando de sua sede alguns retratos de personalidades como Wilhelm II e Bismarck. Em seguida, dirigem-se à Sociedade de Esportes Teuto-Brasileira, onde

> apesar da opposição de alguns socios (...) a turba não vacilou e em poucos momentos invadiu todos os compartimentos da referida sociedade alemã, retirando o retrato do *Kaiser* (...) dalli se afastou arrastando a bandeira allemã,(...) no theatro Hauer (...) danificaram objetos e solicitaram a bandeira allemã (...) à rua, quebraram quadros e objectos (...) Incendiaram ainda a sede do jornal católico *Der Kompass* e emquanto as labaredas tomavam vulto, a multidão cheia de justa colera, empastelava typografia. (Curitiba, O Commercio do Paraná, 30/10/1917)

Durante tais comícios, os teutos eram acusados de fomentarem inclusive o movimento anarquista dos italianos em São Paulo, porque assim desestabilizariam os governos e poderiam implantar facilmente o seu domínio, uma "denúncia" que reinventava, ironicamente, algumas das acusações de que eram alvo os judeus, nos "Protocolos dos Sábios de Sião".

Uma contravenção banal em Curitiba, de um descendente de alemães que surrou uma criança na rua, por motivo desconhecido, é assim interpretada pela imprensa sensacionalista:

> É preciso que o teutão máo sofra as conseqüencias de seus atos de requintada maldade (...) pois, o teuto feroz, não podendo exercer vingança contra o nosso povo, personifica este naquella fragil creança, sobre quem faz desabar todo o seu ódio (...) Elle, seviciando brutalmente aquella infeliz creança, afrontou a nossa dignidade de povo (...) pela dor que nos causou o facto isolado, a gente póde avaliar o suplício das populações flageladas pelo vandalismo germanico. Emquanto nós aqui cultuamos o dia da creança, o allemão dá espansão aos seus sentimentos de hiena enjaulada e besta fera. (Curitiba, Diário da Tarde, 27/11/1917)

Se a participação da sociedade é expressiva numericamente e sua reação desproporcional em relação ao efetivos acontecimentos, da parte dos poderes oficiais as medidas são moderadas e, em alguns casos, conciliadoras. Em Santa Catarina, a partir de 5 de outubro proibiu-se o uso da língua alemã nas escolas, medida de difícil controle, pois elas já ultrapassavam uma centena de estabelecimentos; por outro lado, os motins foram evitados, uma vez que algumas autoridades públicas (inclusive o governador Felipe Schmidt, primo de Lauro Müller) eram descendentes de alemães. Dada a alta concentração demográfica de teutos em algumas localidades do estado, as manifestações se restringiram à realização de comícios em Florianópolis, cidade com um menor número de teutos, ou tímidas passeatas no interior. No Rio Grande do Sul, o governador Borges de Medeiros recomendou apenas a inserção da língua portuguesa, da história e geografia do Brasil no currículo das mais de setecentas escolas teuto-brasileiras. As polícias de Porto Alegre e de Curitiba, por sua vez, exigiram o cadastramento dos alemães do *Reich*, não tendo tal medida maiores conseqüências. Quando a imprensa acusa, em Santa Maria, serem as greves uma obra de alemães, o governador os defende, dizendo serem justas reivindicações por melhores salários. O relaxamento ou o rigor das investigações ligadas às denúncias contra os alemães, ou aos pedidos de indenização pelos prejuízos que estes sofreram com a depredação de seus estabelecimentos, variava e dependia muito mais das iniciativas isoladas dos funcionários da polícia, que agiam de acordo com seus próprios critérios, do que de uma política oficial previamente estabelecida.

No governo central, a atitude simbólica de se demitir o Ministro Lauro Müller, das Relações Exteriores, por ser um descendente de alemães, é tomada apenas em função das pressões exercidas pela imprensa e pelo parlamento. O presidente Wenceslau Braz mantinha relações diplomáticas satisfatórias com o governo alemão, e somente em 1917, em virtude do rompimento oficial com aquele país, é que a Lista Negra, elaborada pelos aliados, passou a ser aplicada no Brasil. Esta consistia na proibição de se realizarem acordos comerciais com determinadas firmas alemãs.

Da parte do governo, proibiu-se ainda a comemoração do Dia da Reforma Protestante, manifestações públicas a favor do *Reich*, bem como a circulação dos jornais no idioma alemão, medida que só viria a confirmar o que a sociedade já conseguira, em diversos centros, com incêndios, boicotes e empastelamentos. Já em 1918, com o final da guerra, tais proibições seriam suspensas, e, aquelas associações e periódicos que sobreviveram aos tumultos voltariam a exercer suas atividades.

Se os poderes oficiais, mesmo quando declararam guerra, não realizaram punições radicais sobre aquelas camadas, isto não significa, entretanto, que um poder surpreendentemente repressivo estivesse fora de questão. Ao contrário, a leitura imaginária daqueles fatos, seus usos sociais junto às mais diferenciadas organizações, a circulação intermitente de notícias, falsas ou não, acerca dos teutos e de suas atividades, percorreram de ponta a ponta a sociedade brasileira, transformando os imigrantes em indivíduos estrangeiros, no pleno sentido deste termo. Passaram a ser vistos como um corpo exógeno, submetidos apenas às suas leis e interesses, dotados de um poder amendrontador e clandestino.

Atores de uma conspiração sinistra, articuladores de táticas que iam desde a mera perturbação da ordem até o envenenamento da população civil, falsos, comportando-se como bestas-feras, descendentes de homens biologicamente predispostos à agressão, são designações e imagens que desvendam um processo de demonização do adversário, cujo poder só será destruído pela violência e pelo Bem Absoluto.

Ao constatarmos este clima de desnorteamento coletivo, e analisando os acontecimentos que se sucederiam, somos levados, como Girardet, a indagar sobre os desejos que motivam, de forma mais ou menos inconsciente, a construção do mito da conspiração e, neste caso particular, do imigrante como um indivíduo sob suspeita ou, em seus limites, e válido para os dois lados, do Outro como intolerável:

> O poder que se atribui ao inimigo, não é da mesma natureza daquele que se sonha possuir? Essa capacidade sempre mais expandida de controle social, esse domínio dos acontecimentos e dos espíritos que ele supostamente exerce, não correspondem a essa forma de poderio reivindicada para o serviço da sua própria causa? Esse papel que se lhe atribui de ator determinante da história e daquela que se prepara não é aquele mesmo de que se sente tragicamente a frustração? (Girardet, 1987, p. 62)

Ruy Barbosa, um dos líderes da Liga de Defesa Nacional, declara que aquela guerra era verdadeiramente um conflito do Bem contra o Mal. Quando os alemães foram derrotados, dentre os vitoriosos estaria presente um sentimento patriótico fortalecido entre os brasileiros, o que cooperaria, ainda que indiretamente, para o enfraquecimento das vontades particulares, sempre inimigas da unidade nacional. Já os teutos, humilhados e derrotados, sentir-se-iam simbolicamente expulsos deste país, e como tais, ansiariam por uma nova remigração.

3.3 Considerações gerais: a comunidade por escrito

> *Ao Estado Brasileiro, lealdade; à nação alemã, amor.*
> Karl Heinrich Oberacker

> *Maldito o povo que subjugar outro povo.*
> Ernst Moritz Arndt

Nas anedotas do almanaque "O Diabo Manco" *(Der neue hinkede Teufel)*, provocavam-se risos e com eles despertava-se a dúvida sobre quaisquer formas de autoridade.

Sellin, mais disciplinado nas suas relações com a esfera pública, ocupou-se em denunciar o governo brasileiro e suas reais intenções com a propaganda acerca do "Novo Mundo".

Dörffel, um administrador pragmático, distribuiu informações para candidatos à emigração em seu país de origem, ao mesmo tempo em que prometeu estar sempre ao lado deles quando surgissem as primeiras dificuldades.

Koseritz viajava muito, e trouxe em suas bagagens diversas experiências, das quais o pensamento iluminista e suas impressões sobre a política brasileira foram as mais intensamente utilizadas, com o intuito de introjetar nos leitores pequenas e grandes convicções, que deveriam auxiliar na formação de sua cultura política – arma indispensável para emancipá-los de sua minoridade enquanto cidadãos.

Rotermund só viajava para locais próximos de sua cidade, São Leopoldo, para encontrar-se com seus párocos; buscava ouvi-los e protegê-los como todo bom pastor faz com seu rebanho. Defendia-os em ocasiões de perigo, como nos momentos em que foram ameaçados pela morte ou desunião.

Os pangermanistas, românticos ou pragmáticos, estavam sempre a lembrá-los de que seus interlocutores eram alemães, e não só isto, que pertenciam a outra nação, como se fossem eternos hóspedes num território estrangeiro.

Estes homens conferiram às suas falas um determinado caráter de permanência, pois as escreveram em livros e periódicos que viriam a conformar-se no principal testemunho de sua história. Eles cooperaram também para que o uso do idioma alemão fosse preservado como linguagem privilegiada, contribuindo ainda para a secularização do hábito de leitura, seja como passatempo, seja como um guia de suas ações.

A despeito de suas diferenças internas, a existência prolongada de tais escritos pareceu reforçar uma determinada identidade coletiva, pois em que pese a diversidade dos temas divulgados nesses impressos (diversidade que constituía sua principal característica, pelo menos até a virada do século),[23] eles foram responsáveis pela formação de um determinado público leitor cujo denominador comum era o domínio da língua alemã. Este domínio lhes conferia um determinado estatuto que os diferenciava de outros segmentos da sociedade receptora; além disto, permitia que cada indivíduo se autoconcebesse como cravado numa sociedade específica, para a qual interessavam os diversos juízos acerca do "objeto lido", as interações e multiplicidade de opiniões. Fossem estas quais fossem, eram os temas ali inscritos que selecionavam, em virtude de sua publicidade, aquilo que passaria a ser considerado relevante, e com o que o público leitor tendia a se identificar.

Os produtores desses impressos eram, na primeira fase, em boa medida, herdeiros do *movimento romântico alemão*. Como já se mencionou, seus principais idealizadores não pertenciam às camadas abastadas da população, e pretendiam representar e instrumentalizar as classes populares em favor da resistência à dominação francesa e à aristocracia de seu próprio país. Tais sentimentos e atitudes chegaram, através daquelas publicações, aos imigrantes, indivíduos que viviam entre dois mundos, aquele que deixaram e o que passariam a chamar de seu. Para estes, o apego às tradições não era apenas uma imagem idílica do passado, mas uma fonte de energia contra suas frustrações materiais ou psicológicas.[24] Além disto, elas referenciavam talvez as únicas formas de solidariedade possível naquele universo; numa nova e isolada região, era mais fácil contar com o apoio de seus compatriotas do que dos outros membros daquela sociedade, cujos contatos se restringiam, muitas vezes, ao governo e à lei.

Quando os conflitos mais sérios entre a sociedade receptora e os imigrantes aparecem de forma contundente, motivados pelo "perigo alemão" e pela Primeira Guerra, estas atitudes e linguagens passam por um efeito de refração, em que, aí sim, os discursos da Liga Pangermânica desempenham um papel de destaque particular.

Neste contexto, a doutrina racista se torna uma arma contra os casamentos mistos, bem como uma reação contra sua condição de subalternidade. O apoio aos alemães do império durante a guerra, reivindicado pela Liga, desperta nos mais entusiastas o sonho de secessão e, nos brasileiros, a desconfiança de que suas suspeitas fossem procedentes. A língua não é mais mantida como um instrumento de comunicação, mas transforma-se num símbolo de resistência à cultura dominante. Finalmente, a existência de duas histórias para uma mesma região revela o conflito entre duas concepções de nacionalismo: o primeiro, das elites republicanas, que se projetava no futuro, apresentando uma nação que abria à sociedade as possibilidades históricas de sua própria construção; o outro, dos imigrantes, que se projetava no passado e fazia com que a história assumisse uma dimensão de lenda. Nestes conflitos, quando radicalizados, podem se detectar alguns indícios da fragilidade das utopias que postulavam a convivência harmoniosa entre os diferentes e que enxergavam a política como o cenário privilegiado do dicurso racional.

NOTAS

[1] Ottokar Dörffel (1818-1906) era formado em Ciências Jurídicas e foi burgomestre da cidade de Glauchau, na Alemanha. Político de tendências liberais, foi co-responsabilizado na Justiça pelas agitações políticas ocorridas em sua cidade no ano de 1849. Em virtude de ter sido condenado por crime de alta traição, ainda em liberdade, decidiu-se por migrar para o Brasil em 1854.

[2] Sellin foi um dos líderes da Colônia Dona Francisca, atualmente Joinville, sucessor de Dörffel, e, além de representar os imigrantes junto à Sociedade Colonizadora de Hamburgo, divulgava na imprensa local uma propaganda contra a política brasileira. Semelhante postura observar-se-á em Davatz, um cronista viajante de maior expressividade, que publicou em jornais da Prússia suas críticas a respeito do tratamento dos imigrantes europeus nas fazendas de café de São Paulo.

[3] Além das denúncias acima citadas, mencione-se a existência de conflitos relativos à regulamentação da propriedade dos lotes, condição preestabelecida para a emigração e dificultada em seu cumprimento pela legislação fundiária do Brasil. As dimensões assumidas por tais disputas não levaram, segundo a documentação consultada, a organizações representativas duradouras, pelo menos até a década de 80 do século XIX. (Ver: Fouquet, 1974, Seyferth, 1988b, Dreher, 1984, Amado, 1978.)

[4] A amizade de Koseritz por Tobias Barreto não causou, pelo menos de forma explícita, qualquer estranhamento a Sylvio Romero. Para ele, Tobias emprestara do imigrante teuto-gaúcho o sentimento nacionalista, ainda por nascer no Brasil, bem como seus conhecimentos acerca das concepções evolucionistas da história. Contudo, à época em que divulgou *O allemanismo no Sul do Brasil*, Romero atribuiria, num posfácio daquela obra, também a Koseritz, a responsabilidade pela divulgação do pangermanismo no Sul do Brasil, destacando que Tobias estivera, desde o início de sua vida intelectual, familiarizado com o "perigo alemão", e que pretendia substituir o germanismo dos imigrantes pelo "da ciência, da cultura e da educação, único capaz de

nos aparelhar para resistir ao primeiro". (Ver: posfácio, op. cit., 1906, e Barreto, 1892.)

[5] Os livros se intitulam respectivamente, *Resumo da história universal*, de 1856, *A terra e o homem à luz da moderna ciência*, de 1884, e *Bosquejos etnológicos*, de 1884.

[6] Hermann Borchard foi, segundo Dreher (1984), o primeiro entre os pastores a sonhar com o fortalecimento da nacionalidade germânica no Brasil. Tendo servido anteriormente nos Estados Unidos, avaliava que naquele país os imigrantes se assimilavam muito rapidamente à raça anglo-saxônica; já no Brasil, devido às profundas diferenças entre o elemento português e o germânico, a preservação da raça e cultura alemãs seria mais efetiva. Sofre contudo uma acirrada resistência das comunidades dirigidas pelos pastores leigos, o que não permitiu que o "Sínodo Evangélico Alemão na Província do Rio Grande do Sul", por ele criado, durasse mais do que alguns poucos anos.

[7] Os três artigos, que levam o mesmo título, foram publicados, em seu calendário, respectivamente, nos anos de 1874, 1875 e 1876.

[8] Estes e outros comentários foram reunidos no livro *Bilden aus Brasilien* (Imagens do Brasil), em 1890.

[9] As mesmas idéias são desenvolvidas com um maior detalhamento em outro artigo, publicado no almanaque. (*Der Mucker Prozess*, KVK, 1879, p. 133-41.)

[10] Sobre a importância do pietismo no processo de institucionalização de uma privacidade ligada ao público, ver: Habermas, 1984, p. 60 e ss.

[11] O despertamento para o caráter autoritário do Estado brasileiro, presente nos textos que antecederam a eclosão da Primeira Guerra, não se deve, segundo nosso entendimento, a uma mudança radical das relações entre os poderes oficiais e aquelas camadas, pelo menos até o ano de 1917. Em que pese serem eles sempre desfavoráveis ao imigrante, como de resto, às demais camadas subalternas do país, no que se refere aos estados sulinos, este é um período em que tais segmentos experimentam inclusive uma certa ascensão social e política; se as críticas às elites dirigentes se ampliam e extrapolam as querelas locais, isto pode ser considerado um efeito do próprio desenvolvimento dos meios de comunicação, dos quais a imprensa em língua alemã é um exemplo. Neste sentido, discordamos de Seyferth (1982), que sobrevaloriza, já para a primeira década do século XX, as repercussões dos discursos antigermanistas e sua capacidade de interferir junto à política institucional.

[12] Ver, entre outros, *O fim da doutrina Monroe* e *Os alemães e os estrangeiros*, in: Peters, 1930 [1915 e 1917].

[13] Este princípio, que só devia ser válido para a Europa, passaria a ser aplicado pela Liga Pangermânica aos alemães residentes em todo o mundo.

[14] O termo utilizado em alemão não é *Pangermanismus*, como o utilizavam, por exemplo, os escandinavos quando tratavam de estimular a cooperação econômica entre os países que enfrentavam a concorrência das demais potências, mas *Alldeutschen, Deutschtum* ou *Volkstum* , cujos princípios se definiam pelos fundamentos étnicos.

[15] Consideramos que as afirmativas de Paiva, ainda que, no nosso entendimento, tendenciosas quanto à irrelevância das ações da VDA, adquirem sentido

quando se levam em conta os objetivos mais amplos que nortearam seu trabalho; suas análises pretendem evidenciar a desproporcional atenção dedicada às instituições de ensino da língua alemã por parte das autoridades brasileiras, as quais, sob tal pretexto, adotaram medidas extremamente radicalizadas contra este segmento social durante a campanha de nacionalização, iniciada no período estado-novista. Encontramos uma leitura mais detalhada acerca de ambas as políticas, dos pangermanistas e do governo brasileiro, em Jacobsen, 1968, p. 549 e ss.

[16] Relatório da VDA, grupo local de Hamburgo, 1927, Arquivo Público de Hamburgo.

[17] A devoção pelo *Kaiser D. Pedro II, Der Gute* é atestada em vários escritos da imprensa alemã. Ele era idealizado como defensor desse povo, quer por ter iniciado a política imigratória para o Brasil, quer por ser descendente de austríacos, o que o fazia compreender melhor aquela cultura. (Ver: Brepohl, 1933(a) e 1933(b).)

[18] No que se refere à naturalização em massa, há que se ressaltar que tal medida só foi relevante para os alemães residentes nos centros urbanos. Segundo a legislação, todos os estrangeiros ganhariam automaticamente a cidadania brasileira, a menos que, no prazo de seis meses, se manifestassem desfavoráveis a ela; dada a precariedade dos meios de comunicação, principalmentre nas cidades do interior ou na zona rural, o fato de terem se tornado "brasileiros" nem sequer foi conhecido. Esta nova condição só seria importante à época das eleições, quando os políticos começaram a incorporá-los aos seus redutos eleitorais.

[19] Pereira Barreto, 1901, "O século XX sob o ponto de vista brasileiro", apud Vita, 1968, p. 236.

[20] A perda de terras não se deveu somente às dívidas que os imigrantes contraíram e que não foram capazes, por diversas razões, de saldar. Além das propagandas que os atraíam para o Brasil, oferecendo-lhes facilidades que não se verificariam na prática, com a lei de terras, a partir de 1850, muitos lotes vendidos aos colonos ficaram ameaçados de terem de ser devolvidos, uma vez que a legitimidade de sua propriedade foi contestada.

[21] Essa lei, apresentada por políticos como Hasse, da Liga Pangermânica, permitia que residentes no estrangeiro ou mesmo imigrantes mantivessem a cidadania alemã, admitindo ainda uma segunda e simultânea nacionalidade. Para Mercedes Kothe (1991, p. 18), essa medida, que vigorou até 1913, e que retornaria no período nazista, possibilitava que, em caso de conflito bélico, pudessem ser recrutados soldados entre os milhares de alemães que residissem no exterior.

[22] Graça Aranha declarou, após o término da guerra, que "se ainda algum incrédulo duvidar das vantagens obtidas pelo Brasil em combater a Alemanha, se perguntar o que lucramos materialmente, a melhor resposta a esta indagação utilitária seria aquela muito simples do obscuro, mas arguto jornal de província: ganhamos Santa Catarina e o Rio Grande do Sul". (Apud Gertz, 1991, p. 12.)

[23] Escapa aos objetivos deste trabalho uma análise minuciosa dos impressos que circularam no Sul do Brasil em língua alemã até o ano de 1870. Entretanto, ainda que escassos, os documentos encontrados atestam tal

diversidade: receitas de remédios caseiros, anedotário, contos eróticos, manuais de higiene pessoal e familiar, memórias, "segredos" da colônia e descrição da vida de bandidos, curandeiros e prostitutas, são exemplos que revelam um universo literário que reflete as crenças e convicções das comunidades acerca do poder, da política e da cultura.

[24] Eric Hobsbawm (1988, p. 218 e ss.), ao discutir o sentimento nacionalista dos imigrantes, ressalta seus efeitos na prática, ou seja, o de tecer uma rede *de solidariedade* entre *patrícios* que comungavam não apenas uma mesma tradição num país estrangeiro, mas principalmente as mesmas necessidades.

4

PANGERMANISMO E NACIONAL-SOCIALISMO

> *Eu vejo no nacionalismo o primeiro e até agora o único e autêntico movimento democrático do povo alemão.*
>
> *Nós conhecemos um único interesse, e esse é o interesse de nosso povo.*
>
> Adolf Hitler

O ano de 1918 possui, para a história européia, um significado bem mais profundo do que o final da Primeira Guerra. Este é um período em que novos estados são criados e as fronteiras de diversos países são retraçadas.

Para alguns estudiosos, como Joachim Fest (1976), o fim da guerra representa um momento decisivo para o ideal democrático, uma vez que dez novas repúblicas são instauradas, somando-se às três únicas existentes antes de 1914 e, mesmo no interior dos estados monárquicos, a tendência à democratização se apresenta como geral.

Os anos ulteriores demonstrariam, entretanto, que tal evolução não resistiria à carga do seu próprio passado. Segundo Karl Bracher (1973, p. 96 e ss.), a Primeira Guerra desencadeou uma série de movimentos democráticos, mas marcou simultaneamente o ponto de partida para a sua contestação. São contramovimentos que afetam o sistema em países como a Rússia, Hungria, Polônia, Itália, Áustria, Espanha e Portugal, chegando a ameaçar inclusive o equilíbrio político da Inglaterra e da França.

Neste sentido, a conjuntura que precede a tomada de poder pelos nacional-socialistas não deixa de se configurar um exemplo típico deste processo. Contudo, ela se reveste de peculiaridades extremamente importantes, explicáveis tanto pelo desenvolvimento político e cultural de que é herdeira a Alemanha, quanto pela sua derrota econômica e militar.

O Tratado de Versalhes mutilou aquele país de diversos territórios, privou-o de suas colônias e impôs uma grande dívida de reparação, ônus que dificultaria sua recuperação econômica. Por outro lado, a guerra desmoralizou o imperador e seus adeptos, ameaçando, nos últimos meses, a disciplina interna do exército.

Para responder à política externa desenhada pelos aliados e superar os danos sociais e psicológicos de seus cidadãos, a Assembléia promulga uma nova constituição, de caráter republicano, democrático e parlamentar, ainda que, à diferença de outros regimes como este, ao presidente atribuía-se um poder bem mais amplo, como o de nomear e demitir o chanceler, representar o país no estrangeiro, dissolver o *Reichstag* e tomar a liderança em situações excepcionais (Gay, 1978, p. 169).

O Partido Social Democrata, que já era a agremiação majoritária desde antes do final da guerra, assumia finalmente a liderança da política institucional, em coalizão com os democratas, uma tendência eleitoral que perduraria, salvo algumas exceções, pelo menos até 1932. Contudo, essa representatividade não retratava um quadro estável e hegemônico; além das tensões existentes no interior das esquerdas e do próprio partido, uma série de movimentos de oposição extraparlamentar, bem como o surgimento de inúmeros partidos anti-republicanos e nacionalistas, estarão a preparar um clima de violência interna e de intolerância para com a política externa.

Weimar se assentara, segundo Gay, sobre uma cultura cosmopolita, humanística e pacifista, um conjunto de valores éticos e políticos que, embora inquestionáveis aos olhos de seus articuladores, eram estranhos aos herdeiros do *II Reich*; o nacionalismo baseado no princípio étnico, a reivindicação pelo status de grande potência imperialista e a defesa de um Estado forte, bem aparelhado e moderno, à revelia da modernização de outras instituições, constituíam-se ainda em fortes anseios da sociedade civil.

Por estas razões, as luzes lançadas pelos intelectuais e artistas de Weimar iam sendo gradativamente eclipsadas por uma onda de pessimismo e sentimento de derrota moral e psicológica, que passaria a incitar o desejo de vingança, inconformismo e nostalgia.

Tais sentimentos eram alimentados em inúmeras associações, compostas de pequeno-burgueses ameaçados pela proletarização, comerciantes e ex-combatentes que se organizavam em torno de diversos objetivos, mais ou menos políticos, mais ou menos explícitos, mais ou menos explicitados, mais ou menos (por eles mesmos) conhecidos. Estes membros provinham dos restos dos partidos existentes antes da guerra, ou, em muitos casos, eram pessoas que até então nunca haviam se interessado pela política. Segundo Joachim Fest (1976, p. 101), somente em Munique, havia, em 1919, quase cinqüenta associações com este caráter, com denominações como "Pátria Nova", "Conselho do Trabalho Espiritual", "Siegfriedring", "Liga Universal", "Associação Livre dos Estudantes Sociais", "Liga Social Feminina", "Liga Ostara". Segundo ele, seu único denominador comum passou a ser um profundo sentimento de angústia. Sentiam-se humilhados, no plano internacional, pelo Tratado de Versalhes e, no plano interno, nutriam um enorme temor pelas manifestações revolucionárias ali presentes, vendo nelas um sintoma da Revolução Russa, a qual os ameaçava tanto quanto os judeus, uma raça vista como inimiga de todas as nações. Para Annelise Thimme (1969), eles não queriam ainda ser considerados lacaios dos *junkers*, grupo que, junto aos intelectuais de esquerda, ameaçavam-nos de cima.[1] Assim, ao bolchevismo e aos judeus atribuía-se a culpa pela sua derrota pessoal e coletiva, contra quem deviam, em sua fragilidade, pelo menos, protestar.

Essas associações sustentaram movimentos que se gabavam por estarem acima dos partidos políticos, estes, excessivamente comprometidos com a "mesquinhez" dos interesses de classe (Arendt, 1978, p. 329 e ss.). E elas forneceram também um número considerável de novos adeptos e novas idéias à causa pangermanista.

Segundo Hannah Arendt (1978, p. 338 e ss.), para os dirigentes da Liga a "vantagem" do movimento sobre o partido residia no fato de ser ele precisamente um movimento, não precisando, portanto, submeter-se a um programa preestabelecido em intermináveis horas de reuniões com os seus membros. Com isto, podia modificar suas posições de um momento para outro e apresentar propostas gerais que, dado seu caráter quase sempre redentor, tendiam a seduzir as massas sedentas por soluções, independentemente de sua viabilidade prática.

Este espírito de inquietação e pessimismo, aliado a uma hostilidade em face das instituições políticas democráticas, será tematizado também na literatura em língua alemã no Brasil, uma vez que as empresas por ela reponsáveis continuam a manter estreitos contatos com suas correlatas ou similares alemãs. Assinale-se ainda que na década de 1920 novas levas migratórias se deslocam da Alemanha para o Brasil, compostas por grupos egressos de uma Alemanha humilhada politicamente e profundamente afetada em sua vida econômica. Muitos deles vieram para trabalhar especificamente como operários, um fato inédito e indesejado, segundo a avaliação dos representantes daquele grupo. Outros foram expulsos ou decidiram abandonar os territórios amputados de sua nação, fato que provocaria neles um duplo sentimento de perda. Dentre eles, vieram os que pertenciam a movimentos e partidos de orientação socialista, os quais dariam continuidade à sua militância no Brasil, para desgosto dos pangermanistas.

Por outro lado, nesta mesma conjuntura, a imprensa como empresa mercantil sofre um processo de desenvolvimento bastante acelerado, permitindo assim um intercâmbio ainda maior entre jornalistas de todo o mundo; some-se a este veículo de comunicação a generalização do rádio e do cinema, especialmente importantes para o desenvolvimento da indústria cultural.

Os impressos desta fase guardam, portanto, uma relação de similitude com tais gêneros na Europa, passando pelas mesmas mudanças que aqueles, não necessariamente e nem sempre no que se refere ao seu conteúdo, mas principalmente em suas funções junto ao público leitor. Desde o século XIX, na Europa, e com maior expressividade no início do XX, no Brasil, a literatura diletante, erudita ou popular, passa gradativamente a concorrer com o discurso jornalístico politizado, sob o patrocínio dos partidos, associações e grupos de interesse, que objetivam conquistar a adesão de diversos segmentos sociais às suas causas.[2] É o caso dos impressos divulgados por partidos e associações de esquerda, mas também e principalmente da Liga Pangermânica no Sul do Brasil. Além destes dois agentes, ressalte-se a existência de grupos ligados ao pensamento eclesiástico, os quais serão objeto de análise no capítulo seguinte.

Esta tendência não logrou substituir, até a década de 1930, os temas inspirados na literatura diletante ou de fundo moral e religioso. Pelo contrário, eles são mantidos como uma forma de se preservar o hábito da leitura em língua alemã, com o intuito de preservá-la, bem como à sua cultura original, e continuam a motivar o público leitor pelas mesmas razões de sempre, quais sejam, a distração e a necessidade de obterem informações úteis para o seu cotidiano. Entretanto, durante a década de 1930, a linguagem, o conteúdo e a finalidade da maioria daqueles impressos se alteram drasticamente: a literatura diletante cede um espaço cada vez maior para os escritos que versam sobre acontecimentos políticos, ao mesmo tempo em que assume sua linguagem; as histórias locais, nacionais e internacionais, bem como as biografias, passam a convergir para uma única temática, apresentando-se como um simulacro da cultura política alemã; as anedotas, epígrafes e caricaturas são inspiradas preponderantemente nos personagens relativos à política européia; ao mesmo tempo, as palavras vão sendo gradativamente substituídas por fotografias, ícones, desenhos e estatísticas. Fragmentam-se deliberadamente as informações e sacralizam-se eventos seculares, por vezes banais, como se eles estivessem carregados de um poder transformador. Além destas alterações, ocorridas no interior dos periódicos mais tradicionais, e da criação de novos jornais e almanaques, mencione-se a proliferação de uma infinidade de outros impressos; volantes, panfletos, brochuras, cartazes, livros didáticos são distribuídos gratuitamente ou comercializados nos mais variados estabelecimentos onde se reunissem teuto-brasileiros. Como se tudo merecesse ser escrito, os impressos circulam como mercadorias de primeira necessidade, ao mesmo tempo em que perdem sua densidade anterior, pois, também como mercadorias de consumo difundido, devem se uniformizar para obterem os mesmos resultados em todos os seus usuários. Ao analisarmos estes escritos, destacamos, num primeiro momento, aqueles produzidos ainda sob o efeito da Primeira Guerra; e, num segundo momento, os que sofreram a influência do movimento nacional-socialista.

4.1 A experiência da derrota

Logo após o término da Primeira Guerra Mundial, os periódicos em língua alemã que sobreviveram às perdas materiais causadas pelos boicotes e depredações de seus adversários, bem como as associações, igrejas e escolas, voltam a desenvolver suas atividades cotidianas. Nesta literatura, observa-se, de início, um certo arrefecimento no que se refere à questão do *Deutschtum* e de seu posicionamento crítico em relação aos luso-brasileiros. Entretanto, já nos primeiros editoriais do KDB e do KVK, pode-se observar o prenúncio do clima de desforra que nortearia os impressos dessa década, tão logo seus jornalistas e colaboradores se sentissem mais seguros para manifestar suas conclusões sobre os conflitos decorrentes da guerra. Nestes textos, o *Kalendermann*[3] considera que a situação política no Brasil está mais tranqüila, mas que a "flâmula vermelha" e a propaganda antigermanista dos aliados ainda subsistem, instigando os habitantes de diversos países contra os teutos; todavia, o ódio generalizado que todos sentem por eles deve lhes ser um motivo de orgulho, pois tal atitude reflete o reconhecimento de ser o povo germânico uma comunidade étnica (*Volksgemeinschaft*), solidária e unida, independentemente dos estados a que pertença (KDB, 1918, 1921 e 1922).

Um outro indício destas atitudes defensivas é a criação, em 1919, do *Deutscher Schutzbund für die Grenz – und Auslandsdeutschen*, uma federação que reunia diversas organizações para a proteção dos alemães residentes em regiões fronteiriças e no exterior, uma iniciativa da VDA, que contou com recursos do governo alemão para auxiliar seus compatriotas prejudicados com o advento da guerra.

Conforme já havíamos assinalado, a guerra provocara um certo efeito de destilação na comunidade teuta e, em especial, na comunidade de escritores. Se uma parcela deste segmento se assimila compulsória ou deliberadamente, abandonando suas práticas associativas usuais, deixando inclusive de utilizar o idioma alemão, aqueles que se mantêm unidos em torno do *Deutschtum* fazem-no com maior vigor e interesse, o que se infere pelo aumento do número de associações e das tiragens dos periódicos.[4] Além do aumento numérico das tiragens, novos periódicos são criados e se somam àqueles existentes antes da Primeira Guerra Mundial, conforme ilustra o Quadro 6:

Quadro 6: Principais jornais em circulação no Sul do Brasil – 1920-1942

Título	Local de publicação	Periodicidade semanal	Ano de extinção
Koseritz Neue Deutsche Zeitung (Novo Diário Alemão)	Porto Alegre (RS)	6x	1942
Deutsches Volksblatt (Folha Popular Alemã)	Porto Alegre (RS)	6x	1942
Kolonie (A Colônia)	Santa Cruz (RS)	2x	--
Vaterland (O País)	Porto Alegre (RS)	2x	--
Serra Post (Correio da Serra)	Ijuí (RS)	2x	--
Der Freie Arbeiter (O Trabalhador Livre)	Porto Alegre (RS)	1x	1930
Deutscher Anzeiger (O Informativo Alemão)	N. Würtemberg (RS)	1x	1927
Kolonie Zeitung (Jornal da Colônia)	Joinville (SC)	2x	1942
Blumenauer Zeitung (Jornal de Blumenau)	Blumenau (SC)	2x	1938
Joinvillenser Zeitung (Jornal de Joinville)	Joinville (SC)	1x	--
Urwalsbote (O Mensageiro da Floresta)	Blumenau (SC)	2x	1941
Rundschau (Panorama)	Brusque (SC)	1x	1939
Der Kompass (A Bússola)	Curitiba (PR)	3x	1942
Die Zeit (O Tempo)	Curitiba (PR)	3x	1925
Deutsche Tages Zeitung (Diário Alemão)	Curitiba (PR)	6x	1928

Fonte: Gehse, 1927 e Seyferth, 1981.

Com relação à política institucional, suas críticas continuam as mesmas, introduzindo-se aí apenas uma novidade: o governo alemão passa também a ser criticado e, em dados momentos, equiparado, em sua ineficiência, ao brasileiro. Este é visto como um grupo de oligarcas que só fazem se perpetuar no poder e endividar o país. Como não têm mais crédito junto aos bancos estrangeiros, tais políticos aumentam os impostos sobre o consumo, encarecendo o custo de vida das classes médias e pobres. Lamenta-se o fato de que os brasileiros sejam tão pacientes e se indaga se o sistema democrático é o mais adequado para o país (KVK, 1924). A estas observações, juntam-se críticas semelhantes feitas à República de Weimar, vista como uma sociedade governada por partidos que não honravam suas promessas (KDB, 1923). Diante de tal decepção, estes escritores reforçam suas recomendações no que se refere à organização desta subsociedade de maneira autônoma do país em que vivem. Quando se expressam sobre a vida pública, não o fazem para fomentar uma determinada forma de ação coletiva, mas como um argumento adicional que favorecesse seu auto-enclausuramento.

Segundo Giralda Seyferth (1981), os anos imediatamente posteriores à guerra se caracterizam por uma busca pela redefinição dos ideais do *Deutschbrasilianertum*, em nome do qual se postulava a defesa dos seguintes princípios:

> Os direitos do cidadão teuto-brasileiro seriam, no caso: a utilização da língua alemã na vida privada; manutenção das escolas privadas que ensinavam em alemão, "onde em muitos lugares as crianças luso-brasileiras e até afro-brasileiras estudam à custa dos alemães"; dispor do direito do voto que lhes dá a constituição do país, e não aceitar, portanto, a condição de cidadão de segunda classe...; e, auxiliar os irmãos de origem na Velha Pátria. (Seyferth, 1981, p. 83)

Tratava-se de perseguir um acordo tácito entre a sociedade "luso-brasileira" e sua comunidade. Eles não participariam, senão com o voto, da vida política do país e obedeceriam às suas leis, mas se manteriam livres de quaisquer pressões que visassem sua assimilação cultural. "Para os brasileiros, os imigrantes alemães e seus descendentes serão sempre alemães", constatava a *Blumenauer Zeitung* em 1929 (apud Seyferth, 1981, p. 87), numa atitude que parecia encerrar as tentativas de se integrarem à sociedade como um grupo com suas especificidades culturais.

As reclamações desse jornal adquirem um sentido mais claro quando se leva em consideração o local em que ele foi produzido: Blumenau sempre fora considerada o símbolo da imigração e da cultura alemã no Brasil, uma cidade povoada majoritariamente por alemães, onde só se falava tal idioma, todos eram protestantes etc. Tal estigma teve seus efeitos positivos, principalmente quando dele se utilizavam os políticos e intelectuais favoráveis à colonização como política de povoamento e suprimento da mão-de-obra. Contudo, para os antigermanistas, Blumenau era considerada o protótipo do "perigo alemão" e símbolo dos riscos que causavam o enquistamento étnico. Além disto, o peso econômico relativo da população teuta em Santa Catarina era maior do que no Rio Grande do Sul e no Paraná, o que levava a que eles pudessem responder por uma significativa representação política na administração pública estadual e municipal. Todavia, é curioso que exatamente em Santa Catarina tenham sido tomadas as primeiras medidas contra o uso exclusivo da língua alemã nas escolas privadas.[5] Esta aparente contradição pode estar associada ao fato de terem os segmentos da classe dirigente de origem teuta a preocupação de elevar seu prestígio nacional por meio de uma demonstração explícita de seu sentimento patriótico com relação ao Brasil. Isto é o que se pode inferir das leituras acerca do episódio Lauro Müller: o fato de ter sido este líder exonerado do seu cargo de Ministro das Relações Exteriores durante a Primeira Guerra deve ter demonstrado o risco do *Deutschtum* para os que ambicionavam a integração à esfera pública institucionalizada.

Já no Rio Grande do Sul, esta suposta resignação podia ser observada desde o início da República, o que se reforçaria após a guerra, em virtude do mito do perigo alemão, mas também pelas especificidades da política riograndense. Ali, as oligarquias latifundiárias, mais articuladas do que nos outros dois estados, estruturaram uma administração pública altamente centralizada, obstaculizando assim o ingresso de representantes das camadas médias aos cargos públicos. Contudo, os líderes gaúchos sempre levaram em consideração, em suas práticas, a representatividade numérica, e portanto eleitoral, dos teutos. Ainda que sua importância econômica relativa fosse menor do que em Santa Catarina, seus interesses eram sempre levados em conta e, pelo resultado nas urnas, este jogo clientelístico parece ter surtido um bom efeito, já que nestas regiões vencia quase que por unanimidade o partido de situação.

Segundo Gertz,

> ...não se pode negar que entre o governo e a população teuta se processava uma barganha política. O governo procurava evitar que forças autônomas, que poderiam constituir-se numa oposição de peso, se desenvolvessem nas zonas coloniais. Em contrapartida, desenvolviam-se ali instituições e organizações que não tinham caráter político expresso, que, no entanto, em situações concretas não podiam ser ignoradas pelo governo. (Gertz, 1987, p. 54)

No Paraná, seu isolamento em relação à esfera política estadual era uma decorrência lógica da sua própria história; os imigrantes pioneiros de Rio Negro e dos arredores de Ponta Grossa mantinham-se, desde suas origens, isolados de outros segmentos da população. Os que emigraram de Joinville para Curitiba, bem como os que vieram após a Primeira Guerra, perfaziam uma minoria da população (cerca de 5 a 6 %), num espaço que eles dividiam com imigrantes de várias origens, tais como italianos, portugueses, ucranianos, poloneses, russos, japoneses, lituanos e outros. Por estas razões, só despertariam a atenção dos governos e da intelectualidade local à época das duas guerras. De resto, eram considerados laboriosos e morigerados, como toda a mão-de-obra européia; seu trabalho disciplinado e suposto isolamento da coisa pública lhes permitiu, sem maiores problemas, o ingresso na história comemorativa do estado, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial.

Uma leitura conjunta dos impressos desta década nos pemite constatar que o discurso sobre o *Deutschtum* pauta-se pela recomendação à obediência em face das autoridades brasileiras, como uma estratégia mais ou menos consciente para garantir seus valores mais caros, como a escola, a língua e suas associações culturais. Aceita-se e recomenda-se o aprendizado da língua portuguesa e da História e Geografia do Brasil, mas como uma "técnica" que lhes servisse apenas para auxiliá-los no trabalho e nos seus contatos comerciais com outros segmentos da sociedade (KDB, 1921 e 1923). Ainda, para "que não fossem enganados ou servissem de massa de manobra pelos políticos brasileiros" (KVK, 1926). Em sua vida privada, que incluía não apenas o convívio familiar, mas quaisquer outros espaços de sociabilidade, a cultura e a língua alemã deviam ser preservadas.

Esta atitude de resignação não pode ser compreendida apenas como um resultado dos conflitos ocorridos em virtude da Primeira Guerra, ou de suas próprias experiências com a política interna. Ela é também resultado da emergência de uma linguagem de natureza totalitária, a qual já se presenciava na Europa desde o final do século XIX, com elaborações que enunciavam o ocaso das utopias liberais e o ceticismo com relação à democracia. Mas é no início do século XX, quando os conteúdos utópicos da sociedade do trabalho ameaçam ser colocados em questão pelos movimentos revolucionários, que o pensamento iluminista começa a perder sua relevância política, principalmente entre as classes médias. Neste momento, os apóstolos da nação recorrerão a passados exemplares nos quais o presente possa confiantemente se orientar.

Já tivemos a oportunidade de assinalar que a circulação de publicações com esta tendência reflete uma solidariedade política e emocional com os acontecimentos posteriores à Primeira Guerra, que afetaram os alemães tanto em seu país como fora dele. Discorremos também sobre os efeitos do mito do perigo alemão sobre os políticos e intelectuais brasileiros, cujas reflexões e posicionamentos resultaram numa série de discriminações contra os imigrantes desta origem. Era portanto previsível que, diante de tal experiência, os teutos se aproximassem ainda mais de sua cultura original, afastando-se, conseqüentemente, das propostas de integração à cultura receptora. Mas além desta disposição deliberada de resistência à assimilação, tais sentimentos serão estimulados por novos (ou rejuvenescidos) agentes do imperialismo cultural alemão, sobre os quais, ainda que sumariamente, importa tecer algumas considerações.

4.1.1 A Alemanha de Hitler e o *Auslandsdeutschtum*

Com a ascensão do movimento nacional-socialista, uma série de entidades interessadas na preservação da germanidade no exterior serão reanimadas com objetivos tanto pragmáticos (ou seja, visando interesses econômicos de curto e médio prazo) quanto subjetivos, como a necessidade de divulgar a doutrina pelo mero desejo de vê-la conhecida e admirada.

A influência da ideologia nazista nas colônias germânicas do Sul do Brasil já estava presente desde o início da década de 1920, através do *Volksbund für das Deutschtum im Ausland*, bem como por uma parcela de novos imigrantes (*Neudeutsche*) que se deslocam para o Brasil nesta mesma década. Contudo, à medida que o movimento nacional-socialista se fortalece, ela assume uma importância maior, pois seus correligionários e simpatizantes passarão a contar também com o apoio de novas e mais fortalecidas organizações, como o *Deutsches Auslands-Institut* – Instituto Alemão para o Exterior (DAI) e, a partir de 1928, com a *Auslandsorganisation der NSDAP* – Organização do Partido Nacional-Socialista para o Exterior – A.O., entidade que incorporaria o DAI, e se sobreporia, em termos de importância, à primeira, criada pela VDA. A A.O. é organizada pelo partido com o objetivo de realizar uma contrapropaganda sobre os discursos dos adversários do movimento nacional-socialista. Dentre os primeiros grupos do exterior, destacam-se os do Paraguai, fundado em 1929, da Suíça, em 1930, e da Argentina e Brasil, em 1931.[6]

No estatuto do grupo local do Paraguai podem-se obter informações que nos permitem precisar suas linhas diretivas de curto prazo; queriam captar recursos para serem enviados ao partido, quando em fase de ascensão, bem como conquistar um apoio informal à sua política externa, quando já no poder. Além disto, a A.O. se constituía num órgão de informações sobre as possibilidades de realização de transações comerciais favoráveis ao seu país; a nazificação de alemães no exterior atendia ainda a um outro objetivo, qual seja, o de formar um reservatório de cidadãos do *Reich* para o caso de necessitarem recrutá-los em um eventual conflito militar. Cooperaria para a sua criação um fato por eles mesmos observado no decorrer dos anos que precederiam a ascensão do *III Reich*: os simpatizantes de sua doutrina no exterior se haviam responsabilizado por um número expressivo de votos nas eleições de 1930, resultado que é analisado por eles como um sintoma do descontentamento daqueles compatriotas para com as práticas políticas dos social-democratas e comunistas.[7]

Estes dois últimos fatores, ou seja, a possibilidade de recrutamento militar e o seu apoio eleitoral, levaram a que esta entidade só admitisse nos seus quadros os *Reichsdeutsche*, aos quais era também reservada a extensão de alguns direitos sobre as políticas sociais então criadas ou já existentes na Alemanha, mesmo se residissem em caráter definitivo no exterior.[8]

Para que os simpatizantes do movimento que não possuíssem a cidadania alemã também fossem incorporados nestes grupos de apoio, criou-se o *Bund der Freunde der Hitler-Bewegung* (Federação dos Amigos do Movimento Hitlerista), entidade particularmente importante no que se refere à circulação daquelas idéias entre as associações, escolas e igrejas teuto-brasileiras.

A A.O. recomendava a seus membros e simpatizantes que não participassem da política local de seus países de hospedagem (*Gastländer*). Aliás, eles nem deviam propagar suas idéias a estrangeiros (recomendação nem sempre atendida), pois, conforme já afirmara Hitler, o "nazismo não era uma mercadoria exportável"; deviam se comportar como uma elite do *Reich*, e servir apenas aos interesses do *Reich*. (Jacobsen, 1968).

Conforme as publicações da A.O., seus membros deveriam obedecer a "dez mandamentos", dos quais se destacam os seguintes:

> 1. Respeita as leis do país em que és hóspede e não te intrometas na política interna;
> 2. Faze-te conhecido como partidário do NSDAP; (...)
> 5. Todo alemão no exterior é um partidário em potencial. Sê como um pastor entre ovelhas; (...)
> 10. Sê calmo, ordeiro e pacífico – não participes de badernas.[9]

Nessas recomendações, observa-se que as práticas dessa organização eram dirigidas apenas aos alemães, ou àqueles "tornados" alemães pela concessão de cidadania; em outros textos, era inclusive solicitado que seus membros mantivessem em segredo suas táticas de ação; a tônica sobre o caráter secreto daquelas práticas parece se configurar em uma das peças recorrentes das regras do jogo de sedução deste sistema, em todos os níveis de suas articulações. Conforme Jacobsen (1968), Hitler e seus homens de confiança freqüentemente deixavam em suspenso as razões que os levavam a tomar determinadas decisões, como se elas fizessem parte de um plano tão decisivo quanto arriscado, caso fosse revelado a seus inimigos, igualmente secretos.[10]

Tal determinação se confrontava com a idéia de *Volksgemeinschaft*, tal como era compreendida entre os teutos no Brasil, notadamente os que aderiram àquelas doutrinas; estes neoconversos sentiam como que um impulso missionário que os impelia a propagar a Nova Alemanha, bem como a realizar inúmeras demonstrações cívicas de adesão ao regime. Estas não visavam apenas, e nem prioritariamente, conquistar novos membros (que poderiam ou não, segundo eles, possuir a cidadania requerida pela A.O.), mas a afirmação pública de seu alistamento àquela *Weltanschauung* (cosmovisão).

Por outro lado, alguns deles, inspirados num darwinismo exacerbado, preocupavam-se em realizar uma espécie de pré-seleção dos indivíduos que teriam o "direito" de pertencer a esta nova comunidade, avaliando em que medida os mais antigos imigrantes desta origem eram efetivamente arianos puros, para o que utilizavam tanto o critério racial (condenação à mestiçagem) quanto cultural (cujo balizamento se dava pela verificação do uso correto do idioma, conhecimento de história, geografia e literatura da pátria de origem) (KDB, *Kalendermannsstandrede*, 1936,1937,1938). Além disto, orgulhavam-se de sua condição de superioridade, quando portadores da cidadania alemã, e nem sempre eram favoráveis à ampliação deste direito a outros imigrantes (Gertz, 1987, p. 92 e ss.).

Tais discriminações não estavam presentes nos sonhos de Bohle, o mais importante coordenador da A.O.; ele afirmara, a propósito de tais conflitos, que todos deviam se transformar em alemães integrais, para o que era imprescindível que se tornassem nazistas integrais.[11] Sua proximidade com o conceito romântico de *Volksgemeinschaft* se revela em uma passagem de seus escritos, em que discorre sobre o prestígio mundial da Alemanha:

> A grande Alemanha tornou-se mundialmente conhecida, em grande parte, pelo exemplo de trabalho pacífico, justiça, amor ao próximo e

> dignidade dos alemães e descendentes de alemães que vivem fora de nosso território desde o século XVII, quando os primeiros alemães emigraram para a América. Seu trabalho duro e sua fibra são a glória da Alemanha e constituem os alicerces da comunidade mundial alemã.[12]

A formação de células da A.O. no Brasil, e com elas o advento de querelas sobre os direitos à pertença à comunidade alemã, é iniciada com a criação de grupos locais e a divulgação de material de propaganda sobre o partido. Ela também ajuda a formar novas associações, tais como a *Hitler Jugend* (Juventude Hitlerista), *Arbeitsgemeinschaft der Deutschen Frauen* (Comunidade de Trabalho Feminino Alemão), *Deutsche Arbeitsfront* (Frente de Trabalho Alemão) e até mesmo a Federação "25 de Julho", que postulava uma maior participação política dos teutos no Brasil, contrariamente ao que se propunha o NSDAP local (KDB,1924 e 1929).[13]

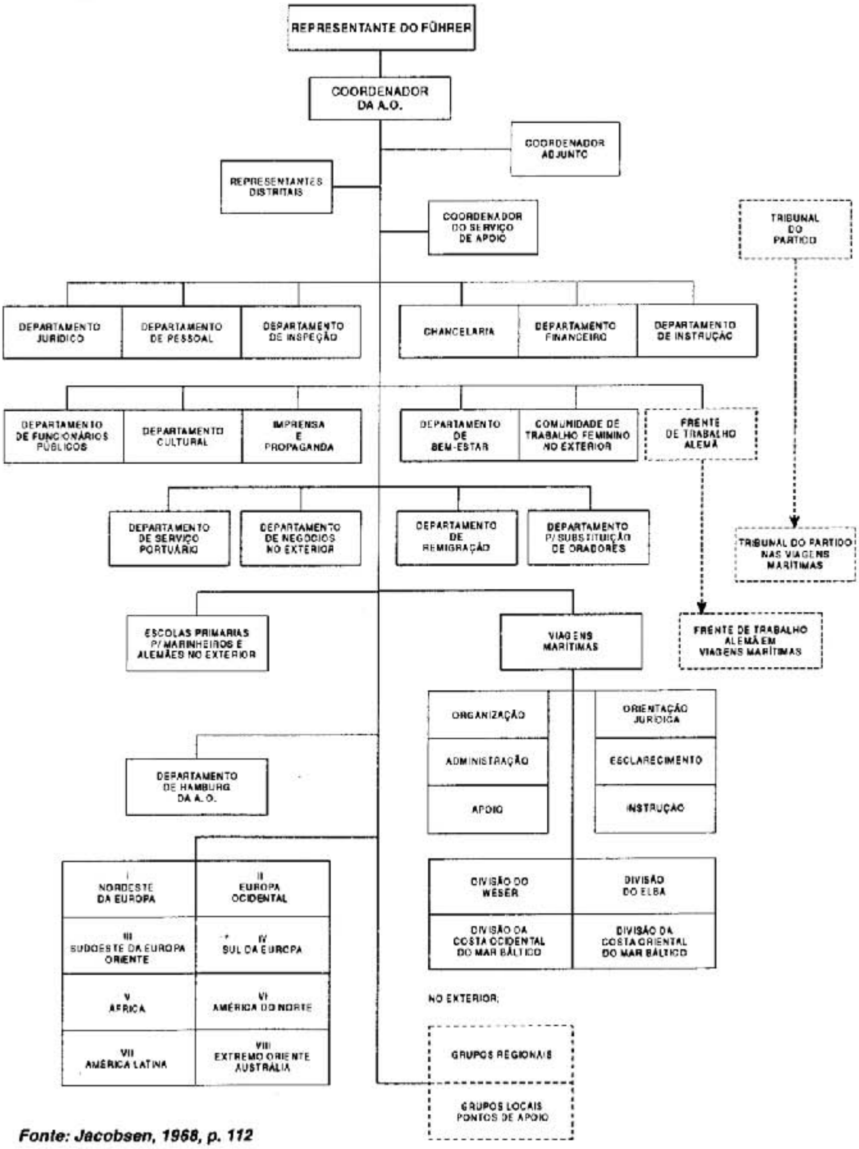
Dados seus inúmeros membros, colaboradores, simpatizantes e divulgadores mais ou menos espontâneos, dispersos em todas as regiões do Sul do Brasil, parece-nos impossível acompanhar o desenvolvimento de suas ações em todo o período em que atuaram (de 1928 a 1942, quando o governo brasileiro inicia uma série de medidas repressivas contra o movimento). Além disto, a documentação existente é rarefeita e profundamente comprometida pelas leituras que dele fizeram seus opositores.[14] Por estas razões, limitarnos-emos a discorrer sobre suas principais formas de organização da propaganda, bem como sobre algumas temáticas por eles veiculadas.

4.1.2 A missão dos *Auslandsdeutschen*

O material selecionado para a análise da influência do nacionalsocialismo sobre os impressos em língua alemã no Brasil permitenos inferir que seus principais articuladores dividiram o público alvo em três grupos distintos, o que condicionaria três níveis de abordagem no campo da linguagem escrita, bem como da circulação do material de propaganda.

O primeiro grupo era formado pela elite do partido, no que dizia respeito às suas atividades no exterior; tratava-se dos funcionários da própria organização e de um pequeno círculo de colaboradores de confiança. Eram os membros do A.O. na Alemanha e os emissários da doutrina em diversos países.[15] A estes, eram distribuídas informações consideradas oficiais, em caráter confidencial, realizando-se uma pré-seleção dos seus quadros por parte da administração interna da entidade[16] (ver Quadro 7).

QUADRO 7: ESTRUTURA INTERNA DA ORGANIZAÇÃO DO NSDAP PARA O EXTERIOR – 1937


REPRESENTANTE DO FÜHRER
COORDENADOR DA A.O.
COORDENADOR ADJUNTO
REPRESENTANTES DISTRITAIS
COORDENADOR DO SERVIÇO DE APOIO
TRIBUNAL DO PARTIDO
DEPARTAMENTO JURIDICO
DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO
CHANCELARIA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DEPARTAMENTO DE INSTRUÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO CULTURAL
IMPRENSA E PROPAGANDA
DEPARTAMENTO DE BEM-ESTAR
COMUNIDADE DE TRABALHO FEMININO NO EXTERIOR
FRENTE DE TRABALHO ALEMÃ
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO PORTUÁRIO
DEPARTAMENTO DE NEGOCIOS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE REMIGRAÇÃO
DEPARTAMENTO P/ SUBSTITUIÇÃO DE ORADORES
TRIBUNAL DO PARTIDO NAS VIAGENS MARÍTIMAS
ESCOLAS PRIMARIAS P/ MARINHEIROS E ALEMÃES NO EXTERIOR
VIAGENS MARÍTIMAS
FRENTE DE TRABALHO ALEMÃ EM VIAGENS MARÍTIMAS
ORGANIZAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO
APOIO
ORIENTAÇÃO JURIDICA
ESCLARECIMENTO
INSTRUÇÃO
DEPARTAMENTO DE HAMBURG DA A. O.
I NORDESTE DA EUROPA
II EUROPA OCIDENTAL
III SUDOESTE DA EUROPA ORIENTE
IV SUL DA EUROPA
V AFRICA
VI AMÉRICA DO NORTE
VII AMÉRICA LATINA
VIII EXTREMO ORIENTE AUSTRÁLIA
DIVISÃO DO WESER
DIVISÃO DO ELBA
DIVISÃO DA COSTA OCIDENTAL DO MAR BÁLTICO
DIVISÃO DA COSTA ORIENTAL DO MAR BÁLTICO
NO EXTERIOR:
GRUPOS REGIONAIS
GRUPOS LOCAIS PONTOS DE APOIO

Fonte: Jacobsen, 1968, p. 112

Podemos distinguir, para o conjunto de textos destinados a esta elite burocrática, duas características principais. A primeira, mais recorrente entre 1932 e 1936, possui um caráter pragmático, orientado por uma necessidade de reconhecer os pontos estratégicos nos locais onde sua tarefa se verificasse mais produtiva. Os textos citavam as regiões de concentração da população teuta do mundo inteiro, traçavam seu perfil socioeconômico, político e cultural, o número de associações étnicas existentes, suas principais datas festivas e periódicos, bem como as dificuldades que enfrentavam em face da legislação vigente no país de hospedagem. Ao mesmo tempo, veiculavam insistentemente os princípios básicos da organização, com ênfase especial ao princípio de não-interferência na política local e na propagação do nazismo somente entre cidadãos do *Reich*.

Segundo Seyfert, um membro da A.O., as células do NSDAP instalar-se-iam em regiões onde se observasse uma homogeneidade cultural, política e ideológica em torno da causa germânica. Para estas regiões seriam enviadas pessoas com variadas especializações profissionais e que pudessem rapidamente conhecer o campo em que iriam atuar. De acordo com o desempenho de cada grupo local, eles poderiam desmembrar-se em novos subgrupos e receber um maior ou menor auxílio financeiro para o desenvolvimento de suas atividades.[17]

A partir de 1936, esta mesma documentação passa gradativamente a perder seu caráter meramente técnico e/ou informativo; a estes discursos somam-se os de divulgação de um maior número de matérias que visavam avaliar o movimento, bem como o arrolamento de cartas e recortes de jornais de diversos periódicos de outros países onde se instalaram suas células: trata-se de comentar, sem deixar de lado o tom triunfalista, as perseguições de que estão sendo alvo, quer pelos governos, quer pela sociedade receptora, quer pelos traidores da causa. Ao se colocarem como vítimas de perseguição, denunciam os "verdadeiros" autores responsáveis por tal situação: os judeus e, em menor grau, os comunistas e os aliados. Cite-se, por exemplo, um relatório de 1935, em que se aponta para a existência de vendedores ambulantes em São Paulo, em quase sua totalidade judeus, os quais não são tributados pelo governo, dada a natureza de seus negócios.[18] O perigo residia no fato de ser sua riqueza canalizada em favor de seus secretos interesses, o que devia preocupar sobremaneira o *Deutschtum*. Numa carta de 1939, um teuto norte-americano denuncia que, dada a ruidosa propaganda dos judeus, os imigrantes teutos estavam sendo proibidos de utilizar a língua alemã em público. Neste mesmo período, o *Wochenspiegel* noticia a existência de uma "fêmea ordinária judaico-inglesa", que estava publicando na imprensa do Rio de Janeiro notícias difamatórias sobre Hitler e o nacional-socialismo.

Nos anos de 1941 e 1942, praticamente todas as medidas oficiais do governo brasileiro contra os imigrantes dessa origem são detalhadamente descritas, dando conta de que, se outrora os filmes (ao todo, trezentos), programas de rádio e panfletos eram facilmente veiculados no Brasil, naquele momento o *Deutschtum* estava praticamente isolado. *Wir sind führenlos* , conclui um dos relatórios dos últimos meses de 1942.

Esta segunda tendência, marcada provavelmente pelas restrições que passaram a sofrer, pareceu-nos, num primeiro momento, até certo ponto ingênua, pois o número de judeus por eles arrolados, pelo menos no Brasil, era bem inexpressivo. Além disto, o fato de desrespeitarem desnecessariamente as regras mais simples dos países em que residiam – como o hastear da bandeira do *Reich* em público, a comemoração da vitória do nacional-socialismo em datas oficiais do país de hospedagem, ou a suposição de que camponeses pobres poderiam doar uma quantia significativa ao partido – soa-nos como expressões de uma atitude ineficaz e não merecedora de ser levada a sério. Mas há que se considerar que tais informações serviam também como um subsídio para a propaganda do regime na própria Alemanha.[19] Notícias sobre manifestações de apreço e aprovação das medidas do governo vindas do exterior, ou o simples fato de existirem grupos da *Grossdeutschland* em regiões distantes, contribuíam para produzir um efeito de reanimação dos sentimentos nacionalistas, necessários à reprodução cotidiana do poder de sedução do regime. Coopera para a afirmação de nossa hipótese a recorrência ao "mito da conspiração judaica", mesmo em regiões onde esta etnia não fosse numérica e politicamente significativa; aí, a veracidade dos fatos é menos importante do que sua solidariedade ideológica com os discursos produzidos pelos nazistas na Alemanha. De resto, tais elaborações cooperariam provavelmente ainda para que a A.O. legitimasse sua própria existência junto aos seus superiores e cativasse um grupo de apoio numericamente mais expressivo em seu próprio país.

O segundo grupo de textos foi por nós compreendido como destinado aos membros das células do partido no exterior e aos virtuais líderes emergentes. Tratava-se de uma segunda esfera de irradiação da propaganda; se a primeira se dedicava ao auto-convencimento sobre a necessidade de uma política desta natureza, esta, ao produzir um conjunto de textos com uma tiragem maior, ainda que também restringida a membros confiáveis, deveria instrumentalizar seus leitores para a ação junto às diversas zonas de colonização alemã. Para ilustrar, citaremos alguns exemplos. Schmidt Decker, coordenador regional de propaganda, num texto intitulado "O trabalho da seção cultural",[20] instrui os leitores para que os *Auslandsdeutschen* mantenham estreitos e permanentes contatos com a cultura do *Reich*. Para ele, a divulgação da literatura, música, teatro e pintura alemãs está no primeiro plano das atividades daquela organização. Por isto, recomenda a fundação de bibliotecas devidamente aparelhadas para a execução de tal tarefa. Afirma ainda que o número de artistas amadores no exterior cresce "assustadoramente" – e que, através do seu departamento, 72 pronunciamentos do *Führer* foram transmitidos pelo rádio aos alemães do exterior.

Já E. Stempel,[21] no mesmo anuário, coloca que a tarefa precípua da A.O. e do nacional-socialismo no exterior é a de incutir a mentalidade comunitária definida etnicamente, pois onde esta raça se mantivesse pura, ali se encontraria um pedaço do solo alemão.

Wolfgang Haessler,[22] por sua vez, assinala que a tarefa básica da A.O. é dupla: orientação jurídica aos alemães do exterior e aos alemães remigrantes. Refere-se à regularização da cidadania, segundo ele, "uma expressa recomendação do *Führer*". Além de regularizar e conceder a cidadania aos emigrados, organiza a retirada em massa de alemães que desejem retornar à sua pátria, bem como seu treinamento profissional e alocação no mercado de trabalho. Paralelamente a essas atividades, orienta os interessados sobre o direito de família, público, privado, sucessório, tributário etc.

Finalmente, dentre os exemplos escolhidos, constam as afirmativas de Kirchner,[23] para quem a tarefa por excelência da A.O. é a de desenvolver a ciência alemã; segundo seu raciocínio, os melhores e talvez principais cientistas de todo o mundo são de origem alemã. Com a ascensão do nazismo, a ciência alemã estava sofrendo um progresso cada vez maior. Segundo ele, a ciência era tão importante que até os judeus tentavam criar entre si grandes pensadores, para obviamente poderem dominar o mundo. Conclui que é necessário cooptar os alemães desta origem em todo o mundo para a causa nacional-socialista.

O que se pode notar é que as orientações destes inúmeros funcionários refletem uma multiplicidade de posições, as quais nos permitem deduzir ou que pretendiam atuar em diversas instâncias ou (e não excludentemente) que não tinham claro para si próprios qual era a finalidade última deste departamento do partido.

Se tal raciocínio estiver correto, é plausível supor que o mesmo quadro policrático que evidenciou Peter Hüttenberger (1976), quando analisou as diversas relações entre os diferentes organismos que atuavam no interior do sistema,[24] é válido também em nível micro e para atuação dos alemães no exterior. Aí, poderes fragmentados e nem sempre plenamente consoantes às intenções do núcleo central do regime desenvolviam suas atividades de forma anárquica e descoordenada, uma situação que pode ser comparada com o que viriam a ser as burocracias pós-modernas.

Esta observação me pareceu importante por auxiliar no entendimento dos diversos discursos e práticas dos pangermanistas e nazistas no Brasil; se, para alguns, a participação na política local devia ser evitada, para homens como Brühl, por exemplo, o Partido Nazista deveria ajudar os colonos a ingressarem na política dos estados em que residiam, em nome do sangue e raça comuns, lutando pela preservação de seus interesses (*Volk und Heimat*, 1935) p. 38-40). Se alguns chegavam a proibir o apoio de teutos que não possuíssem a cidadania, outros, como o próprio Bohle, esforçavam-se para que todos fossem incorporados por esta organização. Para um grupo, a tática deveria se pautar pelo fomento ao lazer, festas e comemorações cívicas; outros atuavam de forma agressiva, e outros julgavam imprescindível o alistamento no partido. E quase todos, como já se comentou, esperavam que seu desempenho fosse reconhecido pelos seus imediatamente superiores.

O terceiro grupo, que merecerá uma atenção maior, diz respeito à comunidade de leitores, restrita obviamente aos que dominavam a língua alemã. Este conjunto de textos, que podemos chamar, ainda que impropriamente, de vulgarização da doutrina, era veiculado principalmente num almanaque criado naqueles anos, o *Volk und Heimat*, da editora *Deutscher Morgen* de São Paulo, onde o antissemitismo, o antibolchevismo e a vitória de Hitler (vista como um fato diariamente renovado) são os destaques permanentes. Mas importa também verificar os artigos, fotos e gravuras que surgem nos periódicos mais tradicionais, bem como alguns textos extraídos de livros, brochuras e panfletos publicados nesse período, já que principalmente os primeiros possuíam um público leitor mais fiel e constante. Não pretendemos obviamente analisar a totalidade daquele material, mas apenas algumas tematizações que julgamos mais ilustrativas e que guardam um certo dialogismo com os conteúdos que os precederam.

4.2 A celebração da vitória

A década de 1930 são motivo de inúmeras comemorações e celebrações nos almanaques e outras publicações da sociedade teuto-brasileira. Em 1924, a imigração alemã para o Brasil completa seu centenário, mas somente em 1934, dez anos depois, é que a data de 25 de julho é declarada feriado estadual no Rio Grande do Sul. Em 1929, falece Wilhem Rotermund, um dos símbolos da cultura germânica no Brasil, e, nas homenagens póstumas, rememora-se a importância de sua atuação enquanto pastor e homem de letras (KDB, 1930). Nesse mesmo ano, seu sucessor, Hermann Dohms, consegue a filiação da Igreja Luterana Alemã no Brasil à Federação das Igrejas da Alemanha. Em 1931, o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* completa cinqüenta anos de existência, e em 1934 o *Koseritz' Volkskalender,* sessenta anos.

Nessa mesma década, torna-se chefe supremo da nação brasileira Getúlio Vargas, um gaúcho que gozava de profundas simpatias entre os teutos, e que renovava, com seus discursos, as esperanças destes segmentos com relação às suas atividades econômicas.

Em 1933, Adolf Hitler torna-se o chanceler da Alemanha e proclama que restaurará a nação graças à operosidade e vontade de seu povo, e que, sob sua liderança, funda-se o *III Reich* .

A notícia sobre o ascenso do *Führer* é veiculada em quase todos os impressos como uma revolução que efetivamente colocara a *Volksgemeinschaft* no poder. "Enquanto que na democracia o estado não era senão um instrumento das classes sociais, com o nacional-socialismo, é o povo que assume o estado e o coloca a seu serviço" (KDB, 1934). A vitória de Hitler é anunciada também como o triunfo da vontade de um povo sob a liderança do *Führer,* e que, a partir de agora, tudo o que lá ocorrer será sinônimo desta vontade (KVK, 1934, p. 97-8).

O espírito de celebração, motivado tanto pelas comemorações alusivas aos imigrantes e seus descendentes quanto pela vitória do nacional-socialismo, inspira uma infinidade de jornalistas e escritores a reprocessarem a memória da imigração, a produzirem, com uma intensidade até então desconhecida, uma determinada "história oficial" que estimulasse a coesão interna do grupo e comprovasse o caráter heróico deste segmento no Brasil. Fossem histórias particulares (de uma pequena colônia ou de um indivíduo), ou fosse uma história de toda a população germânica neste país, elas não se caracterizariam mais como meras narrativas episódicas fundamentadas no patriotismo local. Delas se exigia que orientassem o presente daquela coletividade e que *permitissem que todos se reconhecessem a si mesmos* como portadores de um passado comum. Eram escritos que se pretendiam científicos, para o que utilizavam rigorosos métodos de arrolamento e classificação dos documentos, bem como o registro preciso de nomes e datas; tratava-se de colocar em evidência o "elemento germânico", um espírito que reinava em todos os membros desta etnia e que lhes determinava um destino de grandes realizações.

Como toda a história moldada pela concepção antropogônica, o aspecto subjetivo era ainda mais evidente: perseguiam suas origens e, ao fazê-lo, encontravam mitos fundadores, que podiam ser os pioneiros, o rei, a igreja ou o próprio ato de migrar. Seu estilo se caracterizava por trazer marcas nos modos da narração que eram semelhantes às do discurso religioso – uma linguagem solene, com remissões ao passado, entremeada por poemas e citações de grandes vultos.

Destas narrativas, interessa-nos enfatizar três exemplos significativos, por ilustrarem de forma particularmente interessante tais formulações.

Maria Kahle, autora do livro *Siedler am Itajahi*, (O colono do Itajaí), não era imigrante nem morou todo o tempo no Brasil. Chegou em 1913 para atuar como representante da Firma Bayer & Cia, no Rio de Janeiro. Durante a Primeira Guerra, estabeleceu-se em Blumenau, onde angariou, pela Cruz Vermelha, 400 mil marcos para auxiliar seus compatriotas. Em 1920, retornou à Alemanha, voltando ao Brasil somente em 1934, encarregada de dar palestras sobre o *Neue Deutschland*, cooperando ainda para a elaboração das linhas editoriais de alguns periódicos teuto-brasileiros.

No seu romance, ela narra a história de três gerações de uma mesma família que migra para Blumenau em 1852, e cujas experiências, que vão até a década de 1920, retratam os principais acontecimentos relacionados aos imigrantes desta origem. Nele, apresenta-se uma estrutura cronológica linear, em que homens simples, pobres, trabalhadores e corajosos, inspirados no espírito comunitário e tradicionalista, enfrentam as diversas conjunturas políticas do seu tempo.

O livro relata a vida de seus primeiros personagens ainda na Alemanha; um deles, de nome Hans, fora perseguido por lutar pela unidade alemã no movimento revolucionário de 1848. Decepcionado com os rumos da política, decidiu-se migrar para Blumenau, apesar da resistência de sua esposa Margareth, que simboliza em toda a narrativa o amor e a saudade da pátria. O segundo, Phillip, decidiu afastar-se de seu país por ter se apaixonado pela madrasta, um amor proibido cuja frustração ele carregará para o resto de sua vida.

A principal característica de Margareth, como já dissemos, era o amor que nutria pela pátria, e também pelo seu marido e filhos. Foi sua herança que permitiu à família arcar com as despesas de viagem; sua operosidade nos serviços domésticos auxiliava sobremaneira as atividades do esposo. Ao narrar contos infantis e histórias para os filhos, cooperava para a manutenção do uso da língua original e, apesar da saudade, animava todos para enfrentarem o trabalho e as dificuldades cotidianas.

Os homens trabalhavam incansavelmente na lavoura, um esforço que, após vinte anos, foi recompensado. A colônia prosperou e logo se tornou uma vila com escolas e igreja. No mesmo momento em que sua família colhe os frutos semeados, a Alemanha é unificada por Bismarck, e todos se identificam com os ideais da *Grossdeutschland.*

A terceira geração acompanha os acontecimentos relativos à Primeira Guerra Mundial; nestes capítulos, Maria Kahle se preocupa em descrever detalhadamente os fatos e suas conseqüências para ambos os países.[25] Dois membros da família alistam-se voluntariamente no exército alemão, e quando retornam da guerra, em 1919, relatam os efeitos da derrota na Europa. Tal experiência os faz constatar que o sonho alemão havia sido destruído, e que não adiantava mais defendê-lo no Brasil. Contudo, após alguns anos, as constantes notícias sobre as dificuldades de seu país os inspiram a lutarem também pela restauração da honra de seu povo, uma vez que foram até então poupados das atrocidades cometidas contra seus irmãos. Esta conscientização se dá no momento em que o membro mais novo da família, neto de Hans, descobre, ao mexer em suas relíquias, que o avô pertencera ao movimento de 1848; sente, então, que ele é o herdeiro da missão de seu ancestral, e decide migrar para a Alemanha, pois desta vez eles dispunham de um líder para conduzi-los rumo à unidade.

Conclui:

> A Alemanha tem direito a seus filhos, mesmo aqueles distantes; ela será sempre a nossa mãe, pois nos deu a alma, o sangue e o nosso caráter... uma mãe que tem o poder sobre nossos sonhos ... e neles, ela nos chama. (p. 166)

O garoto viaja no ano de 1924, período em que se encerra a narrativa.

O segundo autor a ser comentado, Karl Heinrich Oberacker Jr., filho de um pastor que se estabelecera em caráter definitivo no Brasil. Diferentemente de Maria Kahle, preocupou-se em dar um tratamento científico à sua história da imigração alemã. Lido por pessoas interessadas no tema, tanto na Alemanha quanto no Brasil, ele interpretou a imigração como um fenômeno cultural e se dedicou, de maneira mais metódica do que Kahle, ao registro do passado.[26]

O marco cronológico a partir do qual sua história se inicia é 1824, quando a primeira colônia imperial se estabeleceu em São Leopoldo. Em suas considerações acerca do perfil social e das tendências políticas deste grupo, Oberacker Jr. afirma serem eles conservadores, endogâmicos e isolados da sociedade receptora, características próprias da mentalidade camponesa, consideradas positivas pelo autor.

Recorda que os imigrantes sempre foram favoráveis ao regime monárquico, posição coerente com seu conservadorismo; não obstante a isto, durante o Império, foram discriminados por serem estrangeiros e por professarem a religião evangélica; faz referências elogiosas aos papéis desempenhados por Koseritz e Rotermund, líderes desta comunidade naquela época.

No texto relativo à comemoração do cinqüentenário da República brasileira, avalia que este evento foi muito importante para a comunidade em estudo, pois, com o novo regime, eles adquiriram o direito de ingressar na política institucional. Este ingresso é por ele comprovado com a menção de vários elementos desta origem que ocuparam cargos públicos de relevante destaque, como Lauro Müller e Felinto Müller, sendo este último distinguido por combater a extrema direita e a extrema esquerda. Sua narrativa marca sempre um distanciamento entre a comunidade teuto-brasileira e os demais segmentos do país; aqueles, embora amigos ou vizinhos dos outros, dispostos a colaborar a favor do desenvolvimento econômico, em nenhum momento, são colocados como compatriotas.

As obras deste autor, tanto científicas quanto literárias, foram importantes para a elaboração da história regional sulina; ele coletou inúmeras informações e sistematizou-as segundo os critérios metodológicos da etnologia, tal qual ela era pensada à época. Dedicou-se a comentar o caráter operoso dos alemães na imprensa de língua alemã e portuguesa, e a conduzir seus leitores de origem teuta a refletirem sobre o papel da cultura no desenvolvimento econômico. Karl Oberacker Jr. foi também autor de um dos clássicos acerca da imigração (1968), despertando a atenção de intelectuais como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, por considerarem sua obra uma importante contribuição para o entendimento da diversidade cultural do povo brasileiro. Diversidade esta que, aos seus próprios olhos, não deveria jamais subscrever a recomendação de amalgamento das raças e das culturas, idéias preconizadas principalmente por Freyre.

Oberacker Jr. revela sua resistência a qualquer sorte de miscigenação e seu compromisso com o *Deutschtum* em vários momentos, como num ácido comentário que formulou acerca de Koseritz;[27] este, a despeito de sua importância política, não havia compreendido o significado do sangue e da raça. Excessivamente liberal, tinha se casado com uma brasileira, e de seus herdeiros nada se podia esperar que se comparasse à grandeza de seu ancestral (apud Gertz, 1987, p. 92).

O mais curioso dos três escritores selecionados é Friedrich Sommer,[28] um pangermanista menos discreto do que Oberacker. Enquanto Maria Kahle inaugura a história do *Deutschtum* no Brasil em 1848 e Oberacker em 1824, esta a data mais aceita por outros estudiosos, Sommer a identifica em 1419, quando o Império romano-germânico inicia seus contatos com Portugal.[29] Os deslocamentos destas famílias para Portugal, e posteriormente para o Brasil, são interpretados pelo autor como um fato inerente a seu caráter, qual seja, a ânsia por ampliação de seu espaço vital.

Em seguida, Sommer faz um exaustivo arrolamento de nomes alemães que se destacaram nas mais diversas atividades da sociedade brasileira, desde o descobrimentro até a época contemporânea. Apresenta uma estatística que lhe autoriza afirmar que, para cada quarenta brasileiros, pelo menos um possuía algum elemento germânico em sua essência, e que pelo menos 20% da população residente no Brasil era puramente alemã.

Acredita que os bandeirantes foram também elementos desta origem, tanto quanto os cientistas que vieram com Maurício de Nassau, ele também um alemão a serviço do governo holandês. Recorre à autoridade de Oliveira Vianna para comprovar suas teses, pois segundo esse autor, a aristocracia brasileira possuía um crâni dolicocéfalo, logo, ariano. A premissa de que o sangue determina raça, e a raça, o destino coletivo, pode ser ilustrada numa da passagens deste artigo:

> O que são os Auslandsdeutschen (alemães no exterior) senão como ilhas de sangue no mar dos povos, prepostos e pontos de apoio, portadores de uma herança cultural de antiqüíssimos elementos? Isto não se esvai nem por décadas ou séculos de estada no exterior... (1936, p. 44)

Essas três narrativas, analisadas como um conjunto de memorizações heroizantes, permitem-nos realizar algumas consideraçõe interessantes, pois revelam os diferentes enfoques de cada autor, condicionados também pelas imagens que constroem sobre seu público leitor.

Maria Kahle, uma imigrante temporária, se assim podemos dizer, pressente nos leitores um desejo de retorno, uma saudade idealizada da pátria, agora restaurada. É provavelmente por esta razão que ela identifica os revolucionários de 1848 – presentes na colonização alemã para o Brasil – com os nacionalistas que preparariam a ascensão de Hitler em 1933, como se o intervalo entre estas duas balizas cronológicas representasse, para os colonos, um tempo vazio, desprovido de qualquer significado real, na medida em que nada ocorrera em suas vidas enquanto membros de uma comunidade nacional. Oberacker Jr. é um um cientista social, e portanto mais distanciado do público quando escreve, se bem que mais ambicioso no que se refere aos possíveis efeitos de seus escritos sobre a realidade. Além disto, era um teuto-brasileiro, e estava consciente de que o retorno à Alemanha não era possível a todos os membros de sua etnia. Mais pragmático, considerava a hipótese de se manterem unidos num Estado que deles necessitava para caminhar em direção ao progresso. Possivelmente estava seguro de que, como já concluíra Arthur de Gobineau,[30] as raças superiores lograriam naturalmente a supremacia sobre as demais. E a proximidade do ideário nacionalista dos alemães no exterior com o seu país de origem poderia resultar numa proximidade maior entre ambos os estados, como já haviam sugerido seus antecessores pangermanistas de Hamburgo.

Em Sommer, as idéias sobre as origens do povo germânico nos parecem as mais próximas das concepções nacional-socialistas acerca do mito ariano. Para ele, a raça, *ergo*, uma nação, forma-se pelo parentesco de sangue e não pela semelhança do caráter ou a identidade lingüística.[31] É o sangue que estabelece o vínculo real e indissolúvel que assegura a coesão das células individuais das quais se compõe o organismo social. Tal noção, elaborada por Voigt,[32] um dos inspiradores da política eugenista durante o regime nazista, permite que Sommer identifique a história germânica a partir do momento em que o primeiro alemão se aproximou do país que colonizaria o Brasil.

Sommer era declaradamente pangermanista, mas em nenhum dos documentos consultados pudemos verificar se ele se filiou a organizações nazistas. Como Oberacker, estava neste país havia muito tempo, e não tencionava provavelmente retornar em definitivo à Alemanha. Mas estava próximo dela pela leitura de seus livros e periódicos, bem como pela sua solidariedade em face das novas doutrinas raciais. Ao seu público leitor não realiza nenhuma recomendação, nem explicita seus objetivos como "historiador". Afinal, a mera narrativa sobre as origens dos teutos deveria remetê-los a um passado exemplar que seria, de *per se*, capaz de orientá-los plenamente nas suas ações presentes e futuras.

Os escritos de poetas e literatos como Kahle e de cientistas como Oberacker e Sommer, ao retraçarem a história deste grupo, mais uma vez unificado, sugerem a seus leitores a possibilidade de se tornarem efetivamente membros de um outro reino, para o que importava atender a uma única exigência: a de aceitarem, em definitivo, sua condição de hóspedes do país em que viviam.

4.3 Um só povo, um só reino...?

Ao se afirmar que a década de 1930 representa um período em que a homogeneização do discurso em língua alemã no Brasil atingiu sua experiência limite, é necessário considerar que essa mesma imprensa, responsável por tal processo, não eliminou as diferenças internas e as tensões entre os líderes do pangermanismo, escritores e público leitor. Por esta razão, uma das questões que passa a ocupar as atenções dos jornais e almanaques refere-se ao processo de assimilação, vivenciado principalmente por membros das camadas jovens daquele subgrupo. Na realidade, este processo sempre guardou uma relação de autonomia frente aos representantes do *Deutschtum*, exceto à época da Primeira Guerra, quando muitos se viram constrangidos ao auto-enclausuramento em virtude das discriminações que sofreram. Mas geralmente a tendência natural entre netos ou bisnetos de imigrantes era a de procurarem integrar-se às escolas brasileiras e de se inserirem no mercado de trabalho da sociedade receptora, uma vez que as chances de se manterem ligados às atividades econômicas oferecidas por sua própria comunidade de origem eram cada vez mais restritas. A própria necessidade de aquisição de *status* (por parte daqueles que ascendiam aos estratos mais elevados) ou do convívio solidário (para os que se inseriam no mercado de trabalho menos qualificado) exigia novas formas de sociabilidade que não as originais, e levava naturalmente a uma mudança de hábitos, dentre os quais, a utilização do idioma português.

A assimilação dos teutos é confirmada por outros estudos que se dedicaram a esta temática[33] e está evidente no interior dos próprios discursos pangermanistas, uma vez que eles passam a insistir, recorrentemente, à necessidade de se conquistar a juventude para o *Deutschtum*.[34]

Para analisarmos as tensões que os adeptos do ideário nacional-socialista tiveram de enfrentar junto à comunidade de leitores, selecionamos uma coluna do almanaque intitulada *Kalendermannsstandrede* (O Almanaqueiro em Prosa), o qual, através de um artifício literário, procura "dialogar" com as diferentes tendências e posições dos subgrupos desta subsociedade.

O *Kalendermann*, editor do almanaque, é um personagem fictício que representa o papel de um caixeiro-viajante; como tal, ele visita de tempos em tempos (mais precisamente, uma vez por ano) a venda de uma antiga colônia teuta,[35] onde dá conselhos, notícias e informações aos seus interlocutores, na forma de um diálogo informal.[36] Ao discutir com os portadores de opiniões divergentes ou consoantes às suas, utiliza-se de nomes e profissões igualmente fictícios, mas que elaboram, em seu conjunto, uma determinada tipologia dos diversos comportamentos ali encontrados.

Os riscos que ameaçam a integridade do grupo são, segundo o *Kalendermann*, além da assimilação já presenciada entre os jovens, "que se deixam seduzir pela moda" (KDB, 1933, p. 19-26), o próprio ritmo e intensidade do trabalho a que estão sujeitos. Para ele, a excessiva preocupação com as necessidades cotidianas afasta os homens das esferas mais elevadas da vida.[37]

Uma outra tensão existente é por ele mesmo levantada: as querelas entre os *Neudeutschen* e os *Deutschbrasilianer* (os teutos há mais tempo residentes no Brasil e os novos imigrantes). Isto se faz representar numa conversa realizada na venda, em que um personagem apresentado como professor se queixa a um pastor sobre o comportamento dos novos moradores, pois eles o humilham pelo seu desconhecimento do alto alemão. Fala ainda de sua arrogância e desrespeito para com os hábitos do povo simples. O caixeiro-viajante interfere, exortando para a necessidade de se manterem unidos, pois existe um inimigo comum aos dois grupos, a saber,

> O materialismo, o qual só vos mostra uma fria, inconsolável e feia careta, e que não vos traz nenhuma promessa de conforto. (KDB, 1931, p. 45)

Em outra passagem, este mesmo perigo é mencionado por um trabalhador (operário), único momento em que esta atividade é aí representada:

> Aprendemos com Hitler a rejeitar os terríveis comunistas,... nada de internacionalismo, fora com o ódio às classes, nada de comunismo em nossa colônia. (KDB, 1935, p. 32)

A menção deste inimigo interno e suas formas de designá-lo estão seguramente associadas a discursos de orientação fascista, cuja influência se verifica naqueles impressos desde 1925. Não se trata, contudo, de um mero empréstimo daquela linguagem, mas é dirigido aos líderes do movimento sindical de Porto Alegre, que fundaram, na década de 1920, a Federação Operária, contando com o apoio dos social-democratas e anarquistas.

Nessa mesma década, o *Sozialistischer Arbeiterverein* (Associação de Trabalhadores Socialistas), de inspiração anarquista, inicia uma aberta oposição aos nazistas e suas atividades no Sul do Brasil (Kniestedt, 1989, p. 144). Se, para as esquerdas, o que lhes preocupava até então era a apatia dos imigrantes, agora o *Deutschtum* nazificado encontrava ressonâncias no conservadorismo de seus parceiros de imigração.

No *Kalendermannsstandrede* reclamava-se ainda da indiferença dos teutos para com a história alemã (KDB, 1933, p. 19-26); para o pastor Rothmann, era necessário lembrá-los da Primeira Guerra e de seus efeitos nocivos nas colônias, bem como de sua inexpressiva atuação no auxílio a seus irmãos de ultramar.[38]

Ao fazer referência à juventude e seu possível desligamento da cultura de origem, o referido pastor valoriza a figura do camponês, guardião das tradições e símbolo da cultura romântica, inocente e pouco vulnerável a influências externas.[39] Ao contrapor o jovem ao camponês, recorre a um ditado popular que tanto podia sugerir a fugacidade das paixões do mundo moderno, quanto o "perigo vermelho" – *Heute rot, morgen tot* (Hoje vermelho, amanhã morto), exortava ele ao concluir sua fala.

Ao corroborar as afirmativas do pastor, o *Kalendermann* adverte:

> Somos um milhão de alemães no Brasil. Somos um exército sem soldados, uma Igreja sem torre, aceitem o desafio agora... – vós fostes chamados para serem líderes deste povo, pois sois o povo mais inteligente desta terra. (KDB, 1933, p. 26)

No KDB publicado em janeiro de 1934, as querelas internas que enfrentavam a comunidade teuta parecem, pelo menos aos olhos do *Kalendermann*, encontrar um caminho para sua solução. Já na primeira página do almanaque a vitória de Hitler é anunciada. Na seção *Kalendermannsstandrede* o viajante chega à venda e comenta às gargalhadas: "Agora temos um líder de lá de cima", fato já conhecido pelos demais, à exceção da única mulher presente, a esposa do vendeiro. De todos, o único que parece menos entusiasmado é o representante da Igreja Católica, Padre Nicolaus, que se recorda do *Kulturkampf* da era Bismarck,[40] e de suas perseguições ao clero.

Kalendermann o tranqüiliza:

> Somos todos cristãos, não haverá perseguições... o que nos ensinam os acontecimentos de lá? Que um líder emergiu de um movimento, não pertencente à camada dos letrados, os quais não amam o povo. Ele é um homem simples que viveu com o povo e que tem os mesmos sentimentos dele. Se nós nos mobilizarmos, um líder como este surgirá aqui. Sejam nossos jornais e almanaques o nosso efetivo líder. (KDB, 1934, p. 33)

É interessante observar nesta passagem que o *Kalendermann* não evoca a presença de um líder político, mas sim a imprensa, a qual se atribui o papel de condutora das ações de seus leitores. Se esta é uma forma de chamar para si a função de liderança – ele, responsável por uma editora que fabricava um jornal, um almanaque e diversos livros didáticos – ou se esta recomendação desvenda o desejo de não se possuir a imagem de outro líder que não o dirigente da Alemanha, não nos é possível responder. Mas o fato de se pretender conduzir a cultura germânica no Brasil, agora tornada um movimento, por meio da indústria cultural, sugere-nos a aposta que se fez na propaganda, qual seja, a de manter os corpos livres contanto que as almas estivessem seguramente presas (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 125 e ss.).

Assim, ao lado de fotos de comícios no *Reich*, de bandeiras, de Hitler cumprimentando o povo nas ruas, de novos emblemas da nação alemã, caricaturas dos adversários europeus, anúncios de xaropes, máquinas e implementos agrícolas, gráficas, sabonetes etc., os almanaques e jornais insistiam na organização política dos teuto-brasileiros, justificada pela necessidade de resistir aos seus adversários.

O primeiro inimigo apontado é, como já se mencionou, o materialismo, tanto pelo seu caráter ateu quanto como sistema político anteposto ao nacionalismo popular. E de fato, as memórias de Kniestedt, um líder anarquista de Porto Alegre, descrevem os conflitos advindos das iniciativas bem-sucedidas do *Sozialistischer Arbeiterverein*:

> Tudo ia muito bem; por toda a parte a maior colaboração. Isto representava uma trava no olho dos nazistas, que, na época, começaram com suas estrepolias por aqui. Stahlhelm, Ludendörfler, o cônsul, os hitleristas, todos eles tinham seus grupos por aqui. Nós nunca nos havíamos importado com eles, mas tanto mais eles se importavam conosco. Depois de algumas tentativas de unificação destes irmãos revolucionários de direita, os marrons conseguiram impor-se. Fundador do grupo nazista era o especialista em esmaltados Ehricht... ex-jovem combatente comunista... (1989, p. 146-7)

A organização política do *Deutschtum* não se justificava, todavia, apenas pela existência de uma oposição de esquerda, pois, dadas as afirmativas do próprio Kniestedt, estes representavam naquele período,uma minoria do segmento teuto-brasileiro.

A Ação Integralista Brasileira era também uma ameaça à pretendida unidade, e quando o *Kalendermann* mencionava os "nativistas" lusos, é bem possível que se referisse àquele partido. A AIB atraiu diversos membros da comunidade teuta, principalmente em Santa Catarina e no Paraná. Além disto, pregava um nacionalismo que condenava o uso de quaisquer outros idiomas e emblemas que não fossem os nacionais, motivo pelo qual atuou de forma a favorecer medidas que contestassem as atividades de estrangeiros no país. Mas uma outra ameaça nos parece ser ainda mais perigosa para as tradições que os teutos preservavam: a campanha de nacionalização do ensino, que afetou primeiramente os teutos de Santa Catarina e Paraná e mais tarde os do Rio Grande do Sul.[41] Ao lado desta campanha, some-se, a partir de 1934, a proibição de funcionamento de organizações estrangeiras no país, e, finalmente, já na década de 1940, a interdição de periódicos que utilizassem idiomas estrangeiros.

Diante destas medidas oficiais, o discurso pangermanista volta a se radicalizar; como na época da Primeira Guerra, a ênfase na endogamia e na manutenção do idioma alemão se constituem os *leit motive* mais evidenciados. Novamente, recorre-se ao direito de livre expressão, compara-se a miscigenação racial a uma prática inviável até entre animais, e a troca de uma cultura pela outra como uma exigência inaceitável; aos poucos, entretanto, estes discursos vão perdendo o vigor, mantendo suas marcas mais autênticas apenas no almanaque *Volk und Heimat* .

Nos anos de 1936 em diante, fotos de autoridades brasileiras, elogios à sua história e ao seu povo começam a ocupar um número de páginas cada vez maior. Recomendações para que não se utilizasse o idioma alemão em público se tornam cada vez mais freqüentes. Comentários elogiosos às decisões políticas assumidas pelo governo são publicados nos espaços nobres dos periódicos, matérias que indicam, em seu conjunto, o enfraquecimento de suas organizações. Quando a campanha de nacionalização se intensifica, no KDB de 1939, o *Kalendermann* se despede simbolicamente dos seus companheiros de conversa da venda, afirmando que não mais regressaria àquela colônia.

No ano de 1940, esta seção é suprimida do almanaque. Em contrapartida, os colonos recebem uma outra visita no KDB de 1941, aliás, o último volume deste periódico: a de Getúlio Vargas, que vem a Blumenau e dedica a eles uma mensagem, a qual, ainda que resumidamente, passamos a transcrever:

> Não posso deixar de expressar a surpresa e o entusiasmo que senti ao entrar no município de Blumenau... um município no qual se diz ser a língua portuguesa desconhecida e onde o sentimento de brasilidade está morto. Mas eu tenho observado o contrário; por todos os lados, sinto o mesmo entusiasmo, um sentimento de fraternidade e amor ao nosso país... culpo o governo pelo fato de não saberdes falar a nossa língua, pois foi ele que vos isolou nesta floresta... vós exigistes apenas duas coisas: escolas e estradas... mas os partidos, outrora regionais, não zelavam pelos interesses

> da nação. Agora isto mudou... o governo não vem ao colono para pedir votos. O governo tem sentimentos paternais para convosco... este povo que por tantos anos desenvolveu suas atividades no solo de nossa terra, é brasileiro... mas só pode se considerar um brasileiro, aquele que obedecer às leis brasileiras e que honrar o serviço público... ser brasileiro significa amar o Brasil... é dizer: "Brasil, tu nos dás o pão, nós te damos o sangue"... (KDB, 1941, p. 44-5)[42]

Nesse mesmo ano, os jornais que utilizavam o idioma alemão teriam a sua circulação proibida; novos quebra-quebras, motins, boicotes contra elementos desta origem seriam realizados; neles estariam presentes não apenas representantes da sociedade civil, mas também autoridades oficiais, que estimulariam aquelas manifestações em nome do fortalecimento dos valores democráticos ocidentais.[43]

Entretanto, ainda que as medidas repressivas acionadas pelo Estado Novo tenham silenciado uma parcela considerável dos pangermanistas que aderiram ao movimento nacional-socialista, elas não são suficientes para explicar o abandono dessas práticas. Recorde-se da experiência de 1917, em que as demonstrações de repúdio por parte de diversos organismos da sociedade receptora provocaram nos teuto-brasileiros um reavivamento de seus sentimentos patrióticos e uma melhor organização de suas atividades.

Há que se levar em consideração que tal ideário se encontrava em processo de desintegração, principalmente a partir de 1933.

A utopia pangermanista, desde suas primeiras formulações na Alemanha, não preparou seus adeptos para que se fizessem representar a partir da lógica da esfera pública burguesa. Não organizaram um partido ou uma associação de interesses e, principalmente, a partir de 1933, com a interferência mais pronunciada dos nazis, não se preocuparam mais com a coesão interna do grupo.

Aliás, sua principal força residia no fato de rejeitarem a ordem imposta pelos parâmetros da Modernidade. Reclamavam seus direitos à participação política, mas rejeitavam o Estado, pelo menos o Estado a cujas leis estavam subordinados.

Por outro lado, a tradicional obediência e o relativo isolamento em face dos poderes constituídos – atitude recomendada pelos líderes da comunidade como tática de barganha política ou como forma de co-existência pacífica – ofuscou-lhes os olhares em direção a uma estratégia de caráter revolucionário. Se queriam mudanças no poder, não sabiam quais seriam elas, e, de resto, qual o poder desejado.

Desta maneira, quando, por recomendação da *Auslandsorganisation*, "ser alemão" passou a significar "deixar de ser brasileiro" (tanto em seu discurso exterior como no interior), iniciam-se as dissensões; de fato, o *nazismo destituiu o caráter utópico da cultura pangermanista*, e o Estado Novo livrou os teuto-brasileiros dos sonhos separatistas.

4.4 Considerações gerais

Ao contemplarmos os principais momentos da trajetória percorrida pelos proselitistas do nazismo e sua influência sobre os impressos de língua alemã, vimo-nos tentados a conceber este processo como um movimento de caráter ideológico, assim como procedemos em nossa análise sobre a difusão do racismo pelos pangermanistas, o qual impregnou a mentalidade dos teuto-brasileiros desde o final do século XIX. E, de fato, se observamos as formas de estruturação da propaganda nazista, seja por parte da *Auslandsorganisation*, seja dos pangermanistas que se converteram ao nazismo ou dos *Neudeutschen*, constatamos que sua lógica se baseou na necessidade de irradiação de um conjunto de idéias-força que visou recobrir todo o campo cultural que se pretendia dominar.

No entanto, ao atentarmos para as reflexões de Hannah Arendt, preferimos deixar-nos conduzir por outro caminho; segundo essa autora, a organização dos movimentos e governos totalitários não pode ser equiparada à estrutura de uma pirâmide, o que vale dizer que ela não implica uma relação de dominação de cima para baixo; para Hannah (1972, p. 136 e ss.), a imagem do totalitarismo pode ser vislumbrada como a de uma cebola, pois o núcleo do sistema não está acima ou fora dele, mas no seu interior. Em sua volta, como círculos concêntricos, situam-se os demais segmentos, que vão desde a elite do partido, sua burocracia, seus efetivos, até os meros simpatizantes. Tal imagem leva à compreensão de que não existem diferenças essenciais entre seus membros, mas nas funções que exercem, como se fossem células de um mesmo organismo.

Estivemos atentos ainda para as afirmações de Dominique Pelassy (1983), para quem, por mais que a ideologia recorra a fatores subjetivos – freqüentemente associados às necessidades imediatas dos indivíduos – e embora o nazismo tenha se utilizado deste mecanismo, a ideologia pressupõe sempre a persuasão, vale dizer, um conjunto de regras que se subordine a algum fundamento de ordem racional; por isso mesmo, ela se torna sempre vulnerável e passível de contestação. À diferença deste processo, o quadro mitológico do qual se nutriu o nazismo não deixou em aberto esta possibilidade, na medida em que seus adeptos não eram apenas elementos passivos do discurso, mas simultaneamente seus produtores.

Mas o que dificulta mesmo a compreensão destes acontecimentos, por parte do pensamento acadêmico, é o fato de que qualquer tentativa de se organizar ou dar ordem intelectual a uma matéria simbólica nos leva a trair a desordem fundamental que lhe é inerente. E esta análise nos parece ainda mais complicada quando se pretende o estudo de seus efeitos numa sociedade que assistiu à distância a emergência e consolidação do movimento, e que por ele foi capturada em alguns momentos. Este distanciamento geográfico, que favoreceu uma maior idealização daqueles eventos, associado à multiplicidade de formulações discursivas, nem sempre harmonizadas entre si, como já foi colocado, levou a formas diferenciadas de recepção, o que provocaria, em seus desdobramentos, inúmeras cissuras naquela cultura política.

Neste sentido, ainda que o movimento nazista, tal qual se manifestou no Sul do Brasil, provocasse entre os teutos um efeito galvanizador, ele não favoreceu a afirmação de sua identidade coletiva, como fez o pangermanismo nas décadas anteriores. Pois, em seus delírios darwinistas, os nazis rejeitavam diversas parcelas deste segmento social, quer por motivos étnicos, culturais ou políticos. Não aceitavam aqueles que não utilizassem corretamente o idioma alemão, os miscigenados, os que não tivessem cidadania alemã, os que participavam da política interna; assim procedendo, seus articuladores se comportaram menos como divulgadores de uma doutrina que se pretendia generalizar, e mais como membros de uma seita, separando-se dos demais e rejeitando tudo o que estivesse "do lado de fora" de seu próprio grupo; renunciavam a este mundo para poderem merecer o que o outro, caso se mantivessem fiéis, poderia lhes favorecer.

Assim, se o pangermanismo levou ao fortalecimento de coesão social, uniformizando-os por dentro (o sangue, a língua, a cultura), o nazismo uniformiza-os por fora, pois, em que pese o caráter sectário de seus líderes, todos foram vistos, como sonhara Bohle, como alemães integrais, logo, como nazistas integrais.

Mas até que se interrompesse a emoção pela unidade que imaginavam ter alcançado, a Alemanha de Hitler lhes inspirava um sentimento muito próximo, senão idêntico àquele que se vivencia em face de uma experiência de natureza religiosa; e a religião, por sua vez, transforma-se num movimento de feições seculares, adentrando o espaço público e nele proclamando sua nação, seu líder e seu povo, elaborações que procuraremos apresentar no capítulo seguinte.

NOTAS

[1] Os judeus e as esquerdas eram odiados por estes grupos, segundo Adorno, por personificarem, respectivamente, as figuras do banqueiro e do intelectual: "dinheiro e espírito, expoentes da circulação, são o sonho renegado daqueles que a dominação mutilou e de que ela se serve para a sua própria perpetuação". (1985, p. 161)

[2] Esta nova função da leitura e obviamente da produção impressa adquire conexão de sentido, conforme Arendt (1983) e Habermas (1974), com o surgimento do social na esfera pública. Para o melhor entendimento sobre este personagem da história política moderna, auxiliam-nos as reflexões de Dieter Prokop, para quem a opinião pública se forma a partir do debate e circulação de informações no "mercado informal" de juízos acerca dos acontecimentos, promovidos por associações e entidades mais ou menos organizadas de acordo com sua competência empresarial e financeira. Estas opiniões se formalizam em eleições das mais variadas instâncias, ocasião em que o recurso argumentativo já não desempenha um papel destacado, mas sim as mensagens com forte apelo emocional, que busquem fixar, pela repetição, uma determinada "verdade" que se pretende legitimar. (Ver Marcondes Fº, 1986, p. 104-13.)

[3] Codinome utilizado pelo responsável na redação da linha editorial dos almanaques.

[4] Segundo as estatísticas do *Deutsches Auslands-Institut* (Instituto Alemão para o Extérior), o número de assinaturas do KDB aumenta de 10 mil, em 1914, para 30 mil, em 1926. Segundo Gehse (1929), a tiragem dos diversos jornais em língua alemã aumenta de 17 mil, em 1910, para 55 mil, em 1928. O mesmo ocorre com as associações: somente no Rio Grande do Sul são 352 entidades desta natureza, e, em Santa Catarina, de 25 passarão a ser 85 (Gertz, 1987, p. 71). Em Curitiba, no ano de 1926, constam pelo menos 25 associações, além da criação de quatro novos periódicos, os quais teriam, por razões diversas, uma curta duração.

[5] Referimo-nos às leis estaduais que atenderam aos primeiros reclamos pela nacionalização do ensino. São elas a Lei 1283, de 1919, que obrigou que

todos os professores fizessem um exame de português, mesmo quando pertencessem às escolas privadas; a Lei 1380, de 1921, que restringiu a permissão de funcionamento de escolas teutas somente a regiões onde não houvesse, num raio de 2 km, uma escola pública; e a Lei 1656, de 1929, que condicionava a criação de novas escolas ao ensino de História e Geografia do Brasil, bem como o uso da língua portuguesa. As duas primeiras leis são promulgadas sob o impacto da Primeira Guerra, e a última, devido à campanha de nacionalização do ensino que já se esboçava em todo o território nacional, mas que não contou com a imediata aceitação por parte das elites do Rio Grande do Sul e do Paraná.

[6] Boletim Informativo *Aussendeutscher Wochenspiegel* da A.O. Correspondência confidencial. Arquivo de História Contemporânea, Munique.

[7] *Geschichte und Ziel der NSDAP*, in: *Jahrbuch der A.O. der NSDAP*, 1939. Arquivo de História Contemporânea, Munique.

[8] Em que pese serem tais direitos dificilmente usufruídos, pois envolviam uma complicada teia burocrática, eles tiveram sua eficácia, pelo menos propagandística; alguns alemães residentes no Exterior e comprometidos com tais grupos foram estimulados a regressar à Alemanha após 1933, para conviverem com o "milagre econômico" ali realizado. Outros retornaram apenas para conhecer a Nova Alemanha ou estudar em escolas alemãs ou mesmo nos cursos oferecidos pelo partido. E outros, ainda, alistaram-se voluntariamente ao exército quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, atendendo aos apelos do Partido. (Curitiba/Entrevista/Kötter, 1987.)

[9] *Zehn Gebote der Auslanddeutsche*, in: *Jahrbuch der A.O. der NSDAP*, 1939. Arquivo de História Contemporânea,...

[10] É importante ressaltar que quando a A.O. se refere ao perigo "estrangeiro", ela não quer mencionar apenas indivíduos que pertençam a outras nacionalidades, mas também aqueles que são estranhos (*Fremde*) às suas causas.

[11] A A.O. chega inclusive a condenar, em suas publicações, a VDA, por julgá-la *excessivamente liberal e por admitir membros excessivamente assimilados* em seus quadros. Correspondência confidencial da A.O., 1937. Arquivo...

[12] E. W. Bohle, Deutschlands Weltgeltung, in: Jahrbuch der A.O., 1939. Arquivo...

[13] A aparente desobediência aos princípios da A.O. pode ser explicada pelo fato de esta federação integrar outros grupos de interesse; além de nazistas, ela congregou uma dissidência da Ação Integralista Brasileira, formada por teutos, e de outros que, embora pangermanistas, não estavam ligados a nenhuma destas duas agremiações mencionadas.

[14] Referimo-nos aqui às publicações de jornalistas e escritores brasileiros que se utilizaram dos documentos apreendidos pela polícia política durante a Segunda Guerra. Profundamente nacionalistas e inspirados no "mito do perigo alemão", suas afirmativas são extremamente parciais e tendenciosas, comprometidas ainda pelo fato de nem sempre conhecerem bem o idioma alemão e a diferença entre associações simplesmente germânicas e as nazistas. (Ver, entre outros, PY, s/d, Ratton, 1943 e Martins, s/d.)

[15] Segundo Brühl, os países privilegiados eram a Tchecoslováquia, Escandinávia, Polônia, Canadá, Estados Unidos, Brasil, Argentina e Paraguai. (Ver: *Besinnung, Volk und Heimat*, 1935. p. 38-40.)

[16] Refiro-me aqui ao *Aussendeutscher Wochenspiegel*, de circulação restringida, e às correspondências confidenciais para o departamento de imprensa da A.O.

[17] Hermann Erich, Seifert, *Die Landerämter der A.O.*, in: *Jahrbuch der A.O.*, 1941, s.10-4. Instituto de História Contemporânea.

[18]*Auslandsdienst der NSDAP, Bericht nr. 253/56*. 18/12/1935. Arquivo de História,...

[19] Estes documentos, até onde pudemos pesquisar, serviam de subsídios para as pesquisas do DAI, cujos textos eram lidos não apenas nas colônias, mas também na Alemanha.

[20] *Die Arbeit des Kulturamtes*, in: *Jahrbuch der A.O. der NSDAP*, 1941, s. 28-32.

[21] *Die Formmung des Auslanddeutschen*, idem, p. 15-7.

[22] *Die Aufgabe der A.O.: neue Wege*, idem, p. 42-7.

[23] *Wissenschaftler im Auslande*, in: *Aussendeutschen Wochenspiegel*, 1940, s. 263-75.

[24] Hüttenberger, partindo das reflexões de Martin Broszat, utiliza o conceito de policracia para caractetrizar as inúmeras disputas por privilégios no interior do sistema, realizadas nas mais diferenciadas instâncias do poder, não exclusivamente o poder institucional. (1976, p. 421 e ss.)

[25] Neste capítulo, o estilo literário é substituído pelo jornalístico, com o intuito de conferir maior veracidade àqueles eventos.

[26] As obras consultadas para esta análise foram *Die völkische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul*, 1936, e *Fünfzig Jahre brasilianische Republik und wir*, 1939.

[27] Segundo René Gertz (1987, p. 149 e ss.), a ideologia étnica de Oberacker Jr. o fez inclusive condenar o integralismo. Mesmo reconhecendo nele uma proximidade com o modo de ser alemão – clamor por justiça social, empenho por lei e ordem e luta contra o comunismo – seu mal residia no fato de postular a indiscriminação das raças e propugnar por uma assimilação progressiva de todos os imigrantes.

[28] Os comentários sobre as idéias deste autor são realizados a partir do texto *Beiträge zur Siedlungs-Sippen und Familiengeschichte der Deutschen in Brasilien*, 1936.

[29] Sommer comenta que este fato não é muito conhecido por terem os alemães aportuguesado seus nomes, como por exemplo, de Ort para Horta, de Wald para Silveira, Erdreich para Terra; um outro problema, segundo ele, refere-se à escassez da documentação, um fato explicado pela época em que teria ocorrido.

[30] Conforme Banton (1987, p. 56 e ss.), Gobineau leu atentamente as obras dos antropólogos alemães sobre a doutrina racial, e Klemm parece ter sido um dos seus principais inspiradores. Para esse autor, as raças superiores eram consideradas geneticamente ativas, enquanto que as outras, passivas. Logo, mesmo se ocorresse um processo de amalgamento, os caracteres das primeiras sobrepor-se-iam às segundas. Ainda que não tenhamos condições para afirmar que Oberacker tenha efetivamente realizado tais leituras, a semelhança de suas idéias sugere uma circularidade interessante, pois se prestaria a

instrumentalizar sua defesa da preservação da identidade étnica, como um meio para assegurar uma mais eficaz contribuição deste segmento ao desenvolvimento do Brasil.

[31] Embora se trate de uma distinção aparentemente irrelevante, ela se destaca como um elemento de peso para a compreensão da leitura dos nazistas acerca do mito ariano, que não coincide exatamente com aquela realizada pelos pangermanistas. Neste sentido, reconhecemos, como Poliakov (1974), que o mito ariano é um fenômeno de longa duração e está presente na história cultural alemã desde a Época Moderna. Discordamos, contudo, deste autor quando ele estabelece uma linha de continuidade entre as primeiras formulações acerca desta identidade e o nacional-socialismo. Entendemos que toda elaboração mítica possui uma natureza polissêmica e independe de uma cultura, se bem que dela faça uso como seu código de comunicabilidade. Além disto, dificilmente os elaboradores de uma determinada linguagem mitológica possuem controle sobre seus efeitos junto aos receptores, sejam eles seus contemporâneos, sejam os que se sucedem na história.

[32] Voigt se afasta das noções de Klemm por negar o caráter biologicamente dominante das raças superiores. Para ele, ao contrário, "o sangue ruim estraga o bom", o que se opera por meio dos contatos sexuais. (Poliakov, 1974, p. 272)

[33] Esta constatação se confirma nas análises de Paiva (1984) e Willems (1980), para quem este é um dos períodos em que o abandono dos hábitos relativos à cultura ancestral é marcadamente evidenciado.

[34] O KDB, por exemplo, afirmou, em um dos editoriais desse período, que essa geração "seria a cova da cultura germânica no Brasil", pois não atentava para a correta educação de seus filhos, nem hierarquizava seus valores de acordo com os ideais alemães. (KDB, 1937, p. 31-6)

[35] A venda é também um bar ou um ponto de encontro para conversas informais.

[36] Este artifício jornalístico pode ser comparado à seção "Cartas do leitor" dos periódicos contemporâneos, em que o editor responde às cartas de alguns leitores e firma suas próprias posições. Trata-se de uma prática usual encontrada em outros almanaques, como, por exemplo, o *Lahrer hinkenden Boten für den Bürger und Landmann* e o *Koseritz Volkskalender*, em seus primeiros anos de publicação. Mas ela pode ser também uma herança dos primeiros almanaques europeus, pois, segundo Mix (1987), os almanaques de Belas Letras, em suas origens, reservavam um pequeno espaço ao leitor para que opinasse sobre os artigos ali publicados; o editor, ao selecionar e publicar os poemas e crônicas em seu livro, levava em consideração tais comentários, mas, em última instância, era ele quem atribuía a si próprio o papel de "juiz da arte", escolhendo, a seu gosto, os melhores dentre os escritores. Esta função pode ter perpassado toda a história deste gênero literário, chegando ao século XX, quando os temas políticos, então presentes naqueles impressos, são similarmente "julgados" pelos responsáveis por sua publicação.

[37] A aversão ao ritmo do trabalho industrial é uma característica do pensamento romântico alemão. Entre os teuto-brasileiros verifica-se uma postura semelhante, como no já mencionado conto *Die beiden Nachbarn* de Rotermund, em que o homem da cidade perde seus valores mais caros em favor dos hábitos próprios do mundo urbano, e nas críticas de Brepohl, num

opúsculo intitulado *Wie gewinnt man die Leute für gute deutsche Literatur?* (1917), em que ele assinala o fato de que o mundo do trabalho mecanizado submetera o homem a uma condição semelhante à dos animais, escravos de seus instintos e não mais orientado por seus mais elevados ideais.

[38] Tais afirmativas, oriundas de um personagem que representa a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, indica seu projeto de associar-se às idéias e política da Igreja Luterana na Alemanha. (Ver: Dreher, 1984)

[39] De fato, o camponês de origem teuto-brasileira ainda mantinha quase que intocáveis seus valores originais; este comportamento só era válido, contudo, quando se tratasse de regiões mais isoladas, onde uma outra postura era impraticável devido à ausência de contatos com o mundo que os circunscrevia.

[40] As restrições expressas pelo Padre Nicolaus fazem parte da postura que a ele se imprime em outras passagens desta mesma seção; representante da posição oficial da Igreja Católica, é mais acessível à assimilação do que, por exemplo, o pastor, dado o caráter universalista daquela confissão religiosa.

[41] Enquanto que nestes estados ela se inicia nos finais da década de 1920, afetando também outros imigrantes, como os de origem italiana e polonesa, no Rio Grande do Sul, seus efeitos só serão mais graves a partir de 1937, quando Flores da Cunha, um governador que mantinha estreitas relações com os imigrantes, é substituído por Cordeiro de Farias. (Ver: Gertz, 1991)

[42] Os excertos deste discurso foram propositalmente extraídos e traduzidos de sua versão em alemão, publicada no KDB, e não de seu texto publicado em língua portuguesa no livro *A nova política no Brasil* (vol. 17, 1940, p. 198).

[43] Nos jornais da época veicula-se uma fotografia do então governador do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, à frente de uma passeata contra a presença de alemães no Brasil, manifestação que, segundo as notícias, ele mesmo organizou.

5

A CONEXÃO RELIGIOSA: PIETISMO, PATRIOTISMO E NACIONAL-SOCIALISMO

> *Visto terem sido os cristãos a mancharem-se com os horrendosos crimes de Auschwitz e Buchenwald, quando a sua obra foi terminada, o seu Deus tornou-se impossível.*
>
> Dietrich Bonhoeffer

Na década de 1930, a região eclesiástica que congregava a maioria das comunidades evangélicas de Santa Catarina e do Paraná[1] filia-se à Federação das Igrejas Evangélicas Alemãs, como o fizera o Sínodo Riograndense em 1928. Esta decisão resultou num maior estreitamento político entre o clero teuto-brasileiro e a igreja-mãe, bem como na expectativa de um auxílio financeiro mais expressivo, tanto para as comunidades emergentes quanto para aquelas que já estavam consolidadas. Tal alinhamento passou a ser coordenado por um representante permanente da Igreja Evangélica Alemã no Brasil, que atuaria ao lado do consulado alemão como um preposto entre aquelas comunidades e a Federação das Igrejas Evangélicas Alemãs.

No ano de 1933, cria-se a Associação dos Teuto-Cristãos (*Deutsche Christen*), uma entidade para-eclesiástica de feições corporativas e praticamente autônoma em relação à liderança formal da igreja, composta por pastores e leigos e orientada como um movimento a realizar pressões sobre o clero e os demais fiéis em favor de sua adesão às teses teológicas informadas pela ideologia nacional-socialista. O movimento dos *Deutsche Christen*, sob a liderança de Erich Knäpper, do NSDAP no Brasil, exerce uma tal influência no Sínodo Riograndense, que ele passará a contar com pelo menos dois terços de seu pastorado identificado com aquela doutrina e filiado ao partido, o mesmo ocorrendo, em maior ou menor medida, com os demais sínodos. Este fato é comprovado também nos periódicos de orientação religiosa da época, como o *Kalender für die Deutschen in Brasilien, Der Junger Kämpfer, Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien, Evangelisches Volksblatt, Synodalkalender* e outros, que declaram em seus editoriais seu entusiasmo em face da vitória do nacional-socialismo em 1933.

Sob a liderança do mesmo Knäpper, a "Juventude Evangélica"[2] sofre um processo de crescimento, passando a contar, em mais ou menos dois anos, com 79 grupos contra os doze até então existentes, os quais integravam pelo menos três mil membros, impregnados da consciência de raça eleita e da sua missão de resgatar as almas para a Alemanha e para Cristo (Dreher, 1984). Em 1936, tal entidade passa a denominar-se *Jungvolk*, assemelhando-se cada vez mais com o movimento leigo *Jugendring* (Círculo Juvenil Teuto-brasileiro), uma entidade organizada nos mesmos moldes da Juventude Hitlerista.

Merece destaque o hino daquela organização, que passa a se constituir no seu principal mote a partir de 1936:

> Nós juramos
> A ti, Deus dos pais
> Tua palavra permanecer santa
> Como sempre o foi,
> Estamos preparados
> Teu é o tempo!
>
> Nós juramos
> A ti, povo dos pais,
> Consagramo-nos completamente
> Teu sangue não perece
> Pois estamos preparados
> Ninguém esmorece
> Sobe para a luz!
>
> Nós juramos
> A ti, pais dos pais
> Dirige-se o solene juramento,
> A terra pátria
> Seja-nos campo santo.
> Nós somos a defesa
> Tua é a honra
> (apud Dreher, 1984, p. 145)

Esta quase instantânea adesão da Igreja Evangélica de origem alemã no Brasil ao nacional-socialismo não pode deixar de ser pensada à luz dos acontecimentos ocorridos na Alemanha nesse mesmo período. Em 1933, um grupo organizado no interior do clero da Igreja Evangélica Alemã, composto de religiosos e leigos e auto-designado *Deutsche Christen*, defende o caráter cristão-nacional da revolução e invoca o partido como base de luta contra o ateísmo marxista, pregando ainda a depuração racial e política entre os membros da igreja – um discurso dirigido contra uma parcela dos adeptos da teologia liberal[3] e outros grupos étnicos que, em seu processo de assimilação, converteram-se ao luteranismo. Desejava ainda a unificação de todas as confissões evangélicas em torno de um único líder, o Bispo do Reino (nos mesmos moldes do *Führer-Prinzip*), a eliminação dos organismos parlamentares da ordem eclesiástica e a união da Igreja com o Estado (Bracher, 1973). Sob o ponto de vista doutrinário, os teólogos deviam reorientar-se no sentido de negar o caráter sacrificial da vida de Jesus Cristo e de reduzir, senão eliminar, a importância do apóstolo Paulo, que defendeu a difusão do evangelho para todas as nações, postulando assim a igualdade de todos os povos perante Deus.

Os filiados ao *Glaubensbewegung Deutsche Christen* (Movimento de Fé dos Cristãos Alemães) entenderam, como os nacional-socialistas, as vantagens do movimento sobre a luta partidária, e a morosidade que o debate de caráter parlamentar imporia à vitória de sua causa. Ao se organizarem, em 1933, tinham pressa em eliminar do corpo pastoral judeus assimilados, social-democratas, membros de outras nacionalidades ou quaisquer idéias que lhes fizessem oposição, para o que se orientam nas teses de Rosenberg e invadem todas as instâncias da ordem eclesiástica, em nome de um cristianismo sem Antigo Testamento, de um Cristo ariano e de um suposto caráter messiânico do povo alemão (Sauberzweig, 1959, p. 302 e ss.).

Uma visão tão avassaladoramente distorcida das tradições evangélicas não poderia, obviamente, ser aceita entre todos os membros do corpo pastoral ou mesmo entre a totalidade dos fiéis, pois aquelas se alicerçavam em princípios e doutrinas impregnados há mais de quatro séculos em sua cultura religiosa. Os adeptos declarados do *Deutsche Christen* representavam apenas 10 a 15% dos protestantes da Alemanha. Se foram tolerados pelo clero, isto se deveu menos ao impacto de suas propostas e mais à relativa simpatia com que foram aceitos, por parte da cúpula da Igreja, alguns aspectos do movimento nacional-socialista. De início, segundo Ayçoberry (1979, p. 45 e ss.), algumas associações populares que representavam a massa de pequeno-burgueses chegaram a celebrar a vitória do nacional-socialismo como uma renovação do patriotismo e da propaganda contra a plutocracia. A mística do trabalho, o anti-individualismo e o conservadorismo moral são outras características, segundo Bracher (1973, p. 126 e ss.), que coincidiam com a ética social e política defendida pela Igreja, motivo pelo qual ela passou a relevar os pontos de divergência entre aquelas e suas práticas. Mas o racismo, a violência e a idolatria ao líder político da nação, bem como as feições ditatoriais que ia assumindo o regime, provocariam, passo a passo, um processo de desencantamento naqueles espectadores da política. E o fascismo na Itália, por sua vez, constituiu-se desde logo num exemplo do que poderia ocorrer à Igreja também na Alemanha, caso os interesses de seus fiéis entrassem em conflito com os do Estado. Ainda assim, a noção das duas ordens (a temporal, a quem se deve irrestrita obediência e a espiritual, "locus" privilegiado da liberdade interior) cooperou, num determinado período, para que boa parte dos fiéis silenciasse diante das ações do governo.

Por outro lado, segundo Sauberzweig, os *Deutsche Christen* não eram senão membros do NSDAP infiltrados nas associações eclesiásticas, não possuindo uma representatividade política relevante. Esta constatação pode ser reforçada pelos resultados eleitorais de 1930 a 1932: dos 22 milhões de protestantes nominais, nove milhões votaram no Partido Social Democrata ou no Partido Comunista (Novak, 1981, p. 296), um percentual explicável, em parte, pela intensa politização por que passaram neste período algumas correntes teológicas, como aquelas pautadas pelo princípio da "Teologia da Revelação".[4] Neste sentido, o próprio movimento *Deutsche Christen* pode ser analisado como uma reação àquelas tendências.

Mais expressiva do que este movimento foi a atuação da Igreja Confessante, uma corrente do protestantismo que englobava, em algumas regiões, até 40% dos pastores, e que realizou uma oposição sistemática aos nazistas. Sob a inspiração do teólogo Karl Barth, o primeiro a desenhar os principais pilares para a resistência ao nacional-socialismo, congregavam-se diversos outros teólogos, membros de múltiplas correntes, dentre os quais destaca-se Dietrich Bonhoeffer, coordenador político e intelectual do movimento.[5] Pregando a secularização do cristianismo, entende o nazismo como uma nova religião, alicerçada no princípio de um chefe supremo e na absolutização do conceito de raça. No momento em que o poder temporal violenta os limites entre as duas ordens, ao cristão se impõe, segundo ele, não apenas a desobediência, mas uma radical intervenção na história.

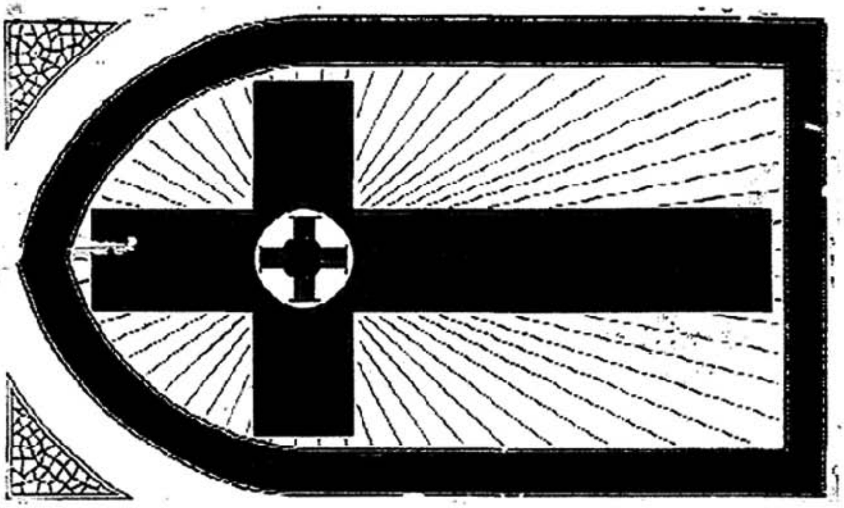
No Brasil, tanto os *Deutsche Christen* quanto os membros da Igreja Confessante participariam dos acontecimentos de ordem política daquela mesma conjuntura; mas, enquanto os primeiros exerceram uma influência acachapante sobre os fiéis, os segundos ficaram à mercê de inúmeras pressões, tanto da parte do clero formal quanto em suas atividades cotidianas; muitos foram enviados para a Alemanha, outros estiveram sujeitos a cortes de recursos que eram destinados às suas paróquias, e outros ainda foram afastados de cargos e funções ligados à direção dos sínodos (Dreher, 1984, p. 149 e ss.).

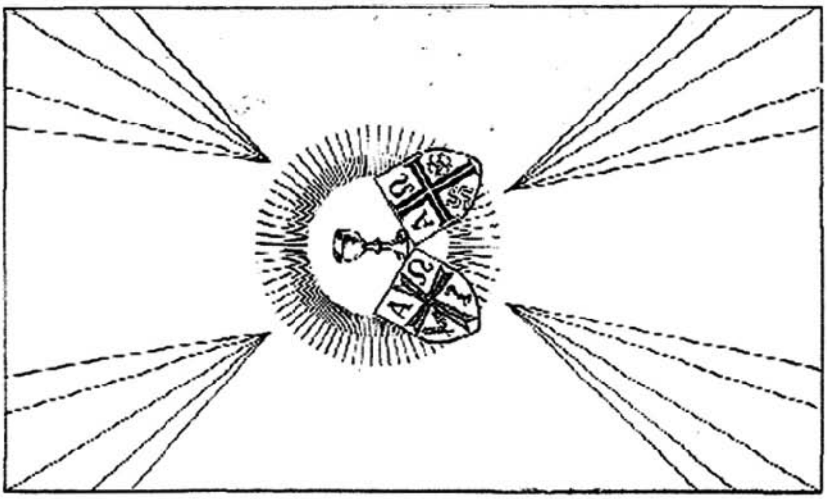
A propósito deste comportamento, é interessante narrar um episódio ocorrido à época, quando o teólogo Karl Barth foi consultado por um pastor teuto-brasileiro sobre a necessidade de preservação do *Deutschtum* como uma tarefa da missão evangélica no Brasil. Como resposta, enviou uma missiva em que procurava ressaltar o primado da Palavra de Deus como única norma de fé e prática, devendo ela sobrepor-se a quaisquer valores de uma cultura. Alertava também para que os crentes ficassem atentos quanto aos dois deuses cultuados pelos teuto-cristãos, declarando ainda que se a liderança do corpo pastoral insistisse nesta doutrina, que eles "pecassem, pecassem fortemente", numa clara citação de Lutero, quando certa vez se pronunciara a propósito dos dogmas de Roma.[6]

Contra suas afirmações, opuseram-se veementemente os membros da Conferência Sinodal de 1934, pois, conforme seu julgamento, "sangue e raça, *Volkstum* e povo, história e estado eram ordenações de inspiração divina" (Prien, 1989, p. 416). Para aqueles pastores, Barth e seus seguidores não consideravam a premência da consolidação da união entre a igreja-mãe e as igrejas evangélicas no Brasil, um projeto idealizado desde havia muito pelo alto clero. Além disto, o "perigo vermelho" e os riscos da assimilação, como já analisamos anteriormente, eram inimigos que só ganhariam terreno em casos de dissensões doutrinárias, o que poderia resultar num mal ainda maior, qual seja, a politização da Igreja, como já ocorrera na Alemanha. Estas foram as razões que legitimaram o afastamento, senão o retorno compulsório para a Alemanha, de vários pastores vinculados à Igreja Confessante. A partir deste momento, as disputas de poder na esfera eclesiástica se dariam entre membros de um grupo ideologicamente homogêneo, o que não implicou todavia uma harmonização de interesses, mas em dissenções ainda mais radicalizadas.

Mas o que interessa ressaltar, e que impõe um estudo acerca do protestantismo nesta conjuntura, é o fato de que alguns conceitos-chave do universo religioso e, com maior destaque, do pietismo, sugerem-nos a existência de um vínculo mais profundo com diversos aspectos das elaborações pangermanistas e nazistas, não tão perceptível a uma história política que se deixe organizar somente pelo que os homens intentam reciprocamente, e pelas instituições que cristalizam suas práticas: *Volksgemeinschaft* (comunidade popular), *Volkskirche* (igreja popular), luteranismo e identidade étnica e a mística profana que sacraliza a nação, são algumas das formulações que impregnam o imaginário religioso alemão desde o século XVII e que ressurgem, no Sul do Brasil, como um "despertamento" para o passado, a um só tempo sagrado e secular. Como se os mesmos sonhos de libertação dos românticos à época da dominação napoleônica estivessem a irrigar as utopias nacionalistas daqueles imigrantes, a hipótese de um tempo escatológico que os redimisse de sua história parecia, na figura de Hitler e no movimento dos *Deutsche Christen*, se lhes anunciar.

Antes de analisarmos o universo cultural elaborado pelos pietistas, torna-se necessário realizar uma breve periodização sobre a trajetória institucional da Igreja Evangélica de origem alemã no Brasil.




ΩA
AΩ

5.1 A Igreja Evangélica de origem alemã no Brasil

Quando o pastor Schlegtendal realizou sua prédica de abertura da Conferência Sinodal em 1900 em Porto Alegre, confessou "estar orgulhoso pelo fato de seu povo ter se mantido fiel, ao longo de oitenta anos, às suas convicções evangélicas, o que para ele era mais uma prova de seu caráter alemão"; e declarou ainda, seguro de que seus ouvintes se sentiriam recompensados, que a "Igreja Evangélica Alemã se ocuparia, doravante, com a tarefa de educá-los, organizá-los e liderá-los, para que se tornassem um exemplo do *Deutschtum* entre outras raças no Brasil".[7]

E de fato, ainda que o termo *Deutschtum* não tivesse necessariamente o mesmo significado para os colonos (principalmente para aqueles há mais tempo no Brasil), a possibilidade de receberem tanto auxílio financeiro quanto assistência espiritual correspondia às expectativas dos fiéis, que se pautavam no exemplo da Igreja Católica. Acerca desta necessidade, citamos, à guisa de ilustração, o depoimento de um colono, que relembra seu ressentimento em face da indiferença de sua igreja para com os imigrantes:

> Fala-se da *Vaterland* e da Igreja-mãe, mas eu nunca me esquecerei quando nós, antes de partirmos da pátria, fomos pela última vez à igreja, e o que nos disseram as pessoas de lá do púlpito: "ides para o desconhecido, para viverdes entre um povo e uma língua estrangeira e que professa outra fé. Ninguém zelará por vós, ninguém vos terá interesse. Estareis abandonados a vós mesmos, nenhum pastor vos pregará o evangelho, nem dispensará os sacramentos, (...) mas permanecei firmes em vossa fé." Sim, isto se fez verdadeiramente; ninguém cuidou de nós, ninguém se interessou por nós durante os quarenta anos de nossa colônia. (1903, apud Prien, 1989, p. 91)

Estas duas posições, a de Schlegtendal e a do colono, simbolizam, de uma certa maneira, a história política e cultural da Igreja Luterana no Brasil. De um lado, a preservação da fé pelas comunidades, mesmo em condições adversas, como a ausência de um corpo pastoral permanente, a existência de uma religião oficial, falta de recursos para construção de templos. De outro, o protestantismo nacionalista que, à semelhança da Liga Pangermânica, enxergará na fidelidade dos crentes um compromisso com os interesses da nação e da cultura alemã; *Luthertum ist Deutschtum* – "luteranismo é germanidade", dir-se-ia à época.

Não se pretende com isto subscrever as teses que afirmam ser toda a ação da igreja alemã no Brasil condicionada a uma tática imperialista, nem concluir, por outro lado, que a religiosidade protestante se desenvolveria de forma totalmente diferente caso não se contasse com a interferência da igreja-mãe.

Qualquer instituição eclesiástica, independentemente de seus eventuais amalgamentos com os poderes seculares, orienta-se sempre por um enfoque de caráter espiritual. Neste sentido, estava em causa a irradiação da fé evangélica entre as gentes, uma tarefa que se apresentava como uma missão apostólica, para o que se predispunha a utilizar inclusive os supostos desejos de preservação da identidade cultural dos seus interlocutores.[8] Quando Schlegtendal e mesmo Rotermund recomendavam a endogamia, eles estavam certamente projetando aí a ideologia pangermânica, mas por casamento "misto" entendia-se também a união com os católicos, uma religião majoritária e hegemônica, a ameaçar a consolidação dessa fé neste país. Por outro lado, o surgimento de seitas (como foi interpretado o caso Mucker, bem como as atividades dos mórmons e dos adventistas que começavam a se estabelecer no Brasil) representava um risco constante para o protestantismo, tanto na Europa como nas Américas.

O que de fato ocorreu, de princípio, foi uma coincidência de linguagens e interesses entre boa parcela dos fiéis e a liderança institucional. Se, por um lado, os pastores nacionalistas pretendiam se impor àquelas comunidades, por outro, há que se levar em conta que a presença de um corpo pastoral formalmente constituído permitiu que o luteranismo ganhasse uma maior visibilidade, cooperando para o enfrentamento das querelas entre católicos e protestantes. Além disto, as diversas entidades criadas pela mediação da Igreja auxiliariam os imigrantes a se organizarem com maior eficácia em torno de seus interesses políticos e econômicos. Ressaltamos aqui, à guisa de ilustração, a chamada "era Rotermund", já mencionada nos capítulos anteriores, um período que se caracaterizou pelo esboçar de um projeto corporativo entre os teuto-brasileiros.

Com esta argumentação, queremos afirmar que sempre houve uma espécie de acordo tácito entre parte dos fiéis e o corpo pastoral, o que favoreceria, nesta ou em outras circunstâncias, uma ascendência alemã sobre os crentes. Se houve um retardamento no que diz respeito a uma atuação mais pronunciada, recorde-se que durante o Império o Brasil era um país oficialmente católico, e as recomendações que defendiam a não-intervenção doutrinária eram, em parte, respeitadas.

Mesmo a ausência de autoridades eclesiásticas nas primeiras fases da imigração não foi absoluta nem uma constante em todo o período, e variou de região para região. Nas colônias organizadas pelo governo imperial, destinaram-se de início alguns recursos para o sustento de pastores; uma iniciativa semelhante ocorreu nas colônias privadas. Nestas, previa-se a construção de templos que serviriam também para a instalação de escolas primárias. Somem-se a tais iniciativas aquelas oriundas dos imigrantes, que, com recursos próprios, edificaram suas paróquias e, em alguns casos, contrataram pastores e missionários.

É somente na virada do século que um número expressivo de pastores interferirá nas colônias, e daí, sim, podemos constatar uma destacada influência dos adeptos da Liga Pangermânica. Mas até este período, o crescimento de paróquias se deu de forma mais ou menos espontânea, quer pela eleição de pastores leigos, quer pelo envio de missionários.

A manutenção da fé evangélica nos primeiros oitenta anos da história dos imigrantes de origem germânica no Brasil foi favorecida também pelo fato de não ser a prática religiosa na cultura evangélica tão fortemente condicionada à presença de uma autoridade formal, como na Igreja Católica.[9] Entre as camadas populares da Europa central e mesmo de outros países como a Inglaterra, os Estados Unidos e Canadá, emergiram diversos movimentos religiosos independentes de um corpo pastoral organizado; menonitas, anabatistas, valdenses, *Herrenhuter*, Irmãos Unidos e outros são exemplos desta mentalidade. Algumas destas denominações se opuseram à Igreja Romana mesmo antes da Reforma, e muitos de seus membros questionaram os herdeiros de Lutero ou Calvino, uma vez que um dos elementos essenciais de sua doutrina fundamentava-se no combate ao "constantinismo" e à confissão nominal da fé cristã, bem como na defesa do sacerdócio universal, em virtude do que se opuseram também à oficialização da Reforma. É bem possível que tais experiências tenham inspirado e orientado os imigrantes; neste sentido, o alegado desrespeito aos pastores, segundo o julgamento de Rotermund ou Borchard, talvez não representasse um indício de irreligiosidade, mas sim a menor importância atribuída à figura do sacerdote.

Em decorrência deste processo, um outro desafio a ser enfrentado pela igreja-mãe ao enviar pastores acadêmicos para o Brasil consistiu na homogeneização de sua doutrina. As diversas regiões de origem dos emigrados e mesmo dos primeiros pastores (tanto aqueles que possuíam formação teológica quanto os demais) apontam para o pluralismo doutrinário que nortearia as práticas dos evangélicos. Por meio das biografias dos primeiros pastores enviados para o Brasil, podemos confirmar esta situação: alguns deles provinham da Igreja Reformada – corrente teológica luterana influenciada pelo calvinismo – resultado, em parte, da imigração de huguenotes franceses para a Prússia; outros eram missionários da Basiléia, de orientação rigidamente pietista, seguindo principalmente a doutrina de Wichern; outros, da Igreja da Reforma luterana, uma corrente mais fiel ao luteranismo tradicional, porém dividida, a partir do século XIX, entre ortodoxos e filopietistas, ou entre nacionalistas e social-democratas, e os liberais, dispersos nas mais variadas regiões. Há que se ressaltar ainda aqueles que procederam de organizações missionárias dos Estados Unidos, oriundos de movimentos fundamentalistas ou calvinistas. Embora muitos deles fossem responsáveis pela criação do Sínodo de Missouri, alguns se filiaram a outros sínodos, diretamente vinculados à política eclesiástica da igreja-mãe. Finalmente, os missionários e pregadores oriundos dos movimentos de "despertamento", que vinham para o Brasil isolada e espontaneamente, como que atendendo ao mandado divino.[10]

Esta multiplicidade de heranças culturais e doutrinárias desenha um quadro que os historiadores da Igreja denominam de independentismo intraconfessional, um conceito que podemos aceitar somente se ele não se restringir à prática evangélica do Sul do Brasil, pois muitas comunidades se caracterizaram, desde a Europa, pela sua independência e até aversão às autoridades eclesiásticas.

Neste sentido, o esforço pela centralização do protestantismo em torno de um determinado conjunto de doutrinas, como pretendiam os pastores acadêmicos, não se daria sem algumas resistências e nem se tornaria absoluta, mesmo nos dias atuais (Dreher, 1984).

A tensão e o pluralismo entre as comunidades e os pastores foi, portanto, uma constante na história da Igreja Evangélica alemã na Europa e no Brasil; em suas memórias, Hasenack, por exemplo, relata-nos que o envio de um pastor às colônias paranaenses em que se instalaram os imigrantes do Volga foi em princípio rejeitado, uma vez que ele fora contratado oficialmente pelo governo desse estado, um expediente compreendido como uma tática de vigilância semioficial aos colonos (Fugmann e Brepohl, 1927). Os pomeranos, por sua vez, estavam habituados a realizar o culto doméstico, uma reunião que se limitava apenas à família e cuja exegese bíblica era realizada ao livre juízo dos participantes (Prien, 1989). E não poucos vivenciavam apenas uma religiosidade formal, restrita ao culto dominical, batizados e casamentos, o que variava de acordo com a maior ou menor assimilação à sociedade receptora. Ainda assim, com o estreitamento dos contatos com a Igreja Alemã e o conseqüente aumento de auxílio financeiro, bem como o número de pastores missionários, as paróquias vão paulatinamente se organizando sob a influência dos sínodos, cuja direção passa a ser preponderantemente exercida por pastores orientados pela política eclesiástica de Berlim.

Mas se os conselhos superiores sinodais, tanto no Brasil como na Alemanha, eram dirigidos por pastores com uma formação teológica rigidamente acadêmica e diretamente orientados pela política eclesiástica da igreja-mãe, as bases do corpo pastoral (os demais pastores e missionários) agiam de acordo com as múltiplas orientações das entidades para-eclesiásticas que os enviavam. Suas práticas eram orientadas também por experiências cotidianas, resultantes do estreito contato que mantinham com seus paroquianos. Eram eles que se responsabilizavam pela assistência espiritual e pelo aconselhamento, enquanto que os membros dirigentes dos sínodos assumiam o papel de uma burocracia administrativa e, em que pese sua formação teórica, pouco se relacionavam com os fiéis.

Não dispomos de uma documentação sistematizada o suficiente para avaliar com maior precisão esta possível dissonância entre a cúpula e os demais integrantes do corpo pastoral. Mas alguns exemplos servem como indícios desta tensão; segundo as memórias dos primeiros líderes da *Gnadeauer Mission*, suas atividades foram vistas como uma ameaça contra a unidade da Igreja, uma vez que suas ênfases não eram consideradas coerentes com a Confissão de Augsburg (C.A.).[11] A *Marburger Mission*, por sua vez, foi criticada pelas mesmas razões da primeira, e por manter ainda uma ordem religiosa feminina (as diaconisas) que recomendava o celibato enquanto voto permanente, uma ordenação considerada igualmente contrária às orientações da C.A. (Art. 23). Ainda assim, a *Gnadeauer Mission* foi tolerada pelas organizações sinodais, mantendo-se filiados seus adeptos aos sínodos de orientação eclesial alemã; já a *Marburger Mission* desligou-se formalmente da Igreja Evangélica Luterana em 1932, criando, no Brasil, a denominação "Igreja de Cristianismo Decidido".[12]

O próprio Rotermund expressaria sua antipatia pelos pietistas, considerando-os fanáticos e temendo um novo processo de "muckerização" da experiência religiosa evangélica, já que uma de suas ênfases residia na esperança escatológica, o que introjetava neles uma tendência mística contrária às doutrinas originais do luteranismo.[13]

Os missionários, por sua parte, não enxergariam nos pastores acadêmicos a autoridade necessária para orientar suas práticas, de vez que suas idéias não refletiam as aspirações dos fiéis. Eles, sim, eram os autênticos representantes da igreja popular (*Volkskirche*), um conceito criado pelos pietistas do século XVII e extremamente valorado pelos seus seguidores, e que seria mais tarde incorporado pela cúpula da Igreja.[14]

Estas tensões, segundo a documentação encontrada, não chegaram a ameaçar a unidade dos sínodos, pelo menos até o final da década de 1930. Os missionários e pregadores foram, durante este período, tolerados e por vezes até aceitos para ocuparem cargos de destaque na direção da Igreja, pois as correntes pietistas e filo-pietistas exerciam uma forte influência sobre os fiéis, com eles interagindo no sentido de formar uma determinada cultura religiosa, cujas especificidades cooperaram para a manutenção de seu isolamento em face da sociedade receptora, e também para a construção de uma série de representações acerca de sua história.

Para percorrermos a trajetória da comunidade inspirada na cultura pietista, preterimos um procedimento metodológico que contemplasse um número quantitativamente expressivo de teses ou autores com o intuito de analisar a totalidade de suas manifestações, em favor de uma análise exaustiva de um único autor, não tanto pela sua originalidade, mas pela sua experência social como escritor e pastor. Friedrich Wilhelm Brepohl, autor de 151 impressos, entre livros, opúsculos, brochuras e panfletos, pastor protestante que serviu na Lapa e em Ponta Grossa, assessor do cônsul alemão de Curitiba e participante ativo em diversas entidades teutas, não foi o líder mais destacado da Igreja, nem o mais representativo teólogo de sua época no Brasil; não podemos afirmar ainda que, de todos, foi o mais comprometido com a doutrina pietista, se bem que formado por ela; muito menos que sua adesão ao pangermanismo e ao nazismo implicou procedimentos políticos de grande impacto para toda a comunidade teuto-brasileira. Contudo, seus discursos e ações se revelam como exemplares para os diversos aspectos abordados neste trabalho. Afinal, muitos pastores foram pietistas, alguns tão radicais que nem se interessaram pelos acontecimentos seculares, fosse do Brasil ou da Alemanha. Muitos pastores leigos identificaram-se com o pangermanismo e, em nome dele, apostaram numa vinculação excessivamente estreita com a pátria de origem, chegando inclusive a vislumbrar a hipótese do separatismo; e não poucos se deixaram seduzir pelo nazismo, entendendo-o como um desdobramento natural do pangermanismo, ou, pelo contrário, incorporando-o como uma novidade de caráter revolucionário, que lhes conferiria um poder decisivo e há muito tempo desejado. Mas não é nada fácil encontrar um único personagem que tenha sido, a um só tempo, pietista, pangermanista e nazista, escritor, pastor e jornalista, portando-se ora como mero espectador dos acontecimentos, ora como simpatizante do movimento, ora como um autêntico membro do partido. E que, ao final do processo, diferentemente de boa parcela dos pastores que tinham cidadania alemã, aos quais foi dado o privilégio de retornarem ao seu país de origem, quando se iniciaram as perseguições e prisões realizadas pela polícia, foi internado por três anos na "Colônia Penal Dalto Filho" do Rio Grande do Sul, sob a alegação de quinta-colunismo, momentos de sua história que ele mesmo registrou, ainda que de forma fragmentada e naturalmente parcial. Em que pese a tendenciosidade de seu testemunho, ele nos oferece indícios de uma experiência que nos aproxima do fenômeno nacional-socialista no Brasil por um outro caminho, qual seja, não apenas o de suas manifestações públicas ou suas palavras de ordem, mas da mentalidade política dos indivíduos que a ele aderiram, suas motivações objetivas, mas também suas intenções subjetivas.

A escolha de F. W. Brepohl não se deve apenas ao fato de dispormos de uma documentação exaustiva a seu respeito, o que é extremamente difícil de se encontrar sobre outros autores. O interesse por este autor reside no fato de ele deixar-se nutrir, em suas experiências concretas, por um conjunto de saberes que não pertenciam exclusivamente a um único estrato social; seu pietismo origina-se de uma cultura religiosa verdadeiramente popular, forjada entre as camadas subalternas da Alemanha, que não possuíam, por diversas razões, o acesso ao pensamento erudito ("a Bíblia é o esclarecimento dos pobres", manifestou-se uma vez um pietista que perseguia a religião como uma técnica de sobrevivência). Por outro lado, o pensamento erudito de caráter secular não lhe era totalmente desconhecido, pois, por meio da literatura e, em parte, da filosofia ministrada no Seminário Teológico, pôde selecionar alguns conteúdos que melhor atendessem, segundo seu juízo pessoal, as suas necessidades intelectuais; e, no que se referia à política, suas idealizações parecem estar calcadas nas diversas elaborações da cultura de massas, tal como ela se expressou na Alemanha de Weimar: o ódio aos partidos de classe, o anti-semitismo, um nacionalismo obsessivo e a reação epidérmica a tudo o que pudesse ser considerado sinônimo de modernidade. Com estes instrumentos, Brepohl defendeu um conjunto de idéias que refletiam suas aspirações utópicas de renovação social, permeadas por mitos de unidade irracionais.

Foram estas as constatações que nos conduziram até Carlo Ginzburg; partindo de Bakthin, ele se propõe a investigar, a partir da vida e obra de um único indivíduo,[15] as múltiplas e recíprocas influências entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante, defendendo a tese da circularidade, contra as noções que apontam para uma hegemonia irretorquível dos dominantes sobre os dominados (1987, p. 11-34). Ginzburg esclarece-nos sobre a vantagem de um estudo de caráter monográfico sobre aqueles traçados pelo enfoque estrutural. Segundo ele, o paradigma indiciário, que se lhe antepõe, auxilia-nos a sair das incômodas dicotomias entre o racionalismo e o irracionalismo, e a explicitar as relações entre a esfera privada e o poder, com todos os elementos que nela se presenciam: as paixões, os sentimentos pessoais, as crenças, os valores, os condicionamentos cotidianos (Ginzburg, 1989, p. 143-206). Ainda, segundo Hans Medick, um outro representante desta corrente historiográfica, torna-se necessário, e o modelo conjectural assim o permite, colocar em causa não somente as divergências entre as diferentes culturas, mas aquelas existentes entre os membros de uma mesma comunidade, que podem engendrar atitudes de dependência, resistência ou cooperação – as quais só são inteligíveis pela ação de indivíduos concretos, que interferem ativamente no processo de disputa por significações (Medik, 1984, p. 309).

Percorrer, sob esta orientação, a mesma trajetória que Brepohl traçou durante a sua vida significa, para nós, nos aproximarmos nos de um conjunto de pensamentos e sentimentos que procuraram dar conta de enfrentar as tensões a que estiveram sujeitos os teuto-brasileiros nas primeiras décadas deste século no Brasil. Mas significa também, e não num segundo plano, compreender os múltiplos fios que ligam um indivíduo à sua sociedade, os quais ele também tece, de forma sempre singular, e, portanto, impossível de ser plenamente reeditada.

5.2 Um intelectual pangermanista: Friedrich Wilhelm Brepohl

> *Sobre Lutero: um amigo dizia-lhe que ele era o libertador da cristandade. "Sim", respondeu ele, "sou-o e fui-o. Mas como um cavalo cego que não sabe para onde o seu dono o conduz".*

Friedrich Wilhelm Brepohl nasceu em 3 de abril de 1879, em Cartenberg, Essen, filho de um operário mineiro chamado Ludwig e de Louise, nascida Blum. Além de pastor, livreiro, editor, redator, consta em sua biografia que era pesquisador da imigração alemã para várias regiões, bem como da etnia e cultura ciganas. Some-se a estas atividades uma assessoria ao consulado alemão no Paraná, para onde emigrou em 1925.

Sua formação é de teólogo, mas dedicou boa parte de seu tempo a estudos de outras áreas, como a cultura de minorias étnicas e religiosas, história do povo germânico, associativismo e cooperativismo agrícola, seguridade social, literatura alemã. Escreveu também alguns poemas, que utilizava como epígrafe de seus escritos e prédicas.

O Brasil não foi o primeiro país estrangeiro em que residiu. Saiu da Alemanha ainda jovem, com vinte anos de idade, para estabelecer-se no Seminário Teológico de Florença, na Itália, contando com o apoio financeiro de um parente afastado de sua mãe, ela, descendente de huguenotes franceses, uma família profundamente marcada pelas experiências pietistas. Logo após a realização do curso, fixa residência em Locarno, na Suíça, onde inicia sua carreira de pastor e pregador, e conhece sua futura esposa, Julia Hofmann, com quem teria cinco filhos. Casa-se em 1903 e dali a três anos, segue para a Sérvia como pregador; de lá, para a Hungria, onde inicia, ao lado do pastorado, suas atividades de redator e escritor, ligado a organizações para-eclesiásticas que objetivavam a vulgarização e divulgação da doutrina evangélica entre os povos simples.

Retorna à Alemanha em 1912, residindo primeiramente em Wiesebaden, uma cidade próxima de Frankfurt. Desenvolve aí uma série de funções, a ele atribuídas possivelmente em virtude de sua experiência com missões dedicadas a alemães no exterior; é nomeado coordenador da comissão de trabalho para a exposição sobre germanidade e cultura alemã no exterior, funda e cria a *Vereinigung zur Verbreitung guter Deutscher Literatur* – VDL (Associação para Divulgação da Boa Literatura Alemã), torna-se diretor de missão para evangelização dos prisioneiros de guerra da Alemanha e Áustria e representante da Cruz Vermelha para captação de recursos destinados à aquisição de livros para esse mesmo grupo.

Sua experiência e seu desempenho durante a Primeira Guerra favoreceram-lhe o exercício de uma função mais destacada do que as anteriores, qual seja, a de coordenador do Departamento de Propaganda da Sociedade Prussiana de Pesquisa para a Agricultura; assim, transfere-se, em 1917, para Zossen, um subúrbio de Berlim, onde associa a esta atividade secular a tarefa de coordenador da Assistência Espiritual para refugiados alemães oriundos dos países vizinhos, mantendo-se ainda como coordenador da VDL.

Em 1925 é enviado à América Latina pelo Departamento de Missões para o Exterior da Igreja Evangélica Alemã. Inicia suas atividades na Lapa, no Paraná, e, daí a dois anos, transfere-se para Ponta Grossa, onde passa a assistir sete pequenas congregações nas circunvizinhanças da cidade, as quais, em sua grande maioria, são freqüentadas por imigrantes alemães procedentes da Europa Oriental. Veio como Coordenador da Missão Popular (*Volksmission*), uma atividade para-eclesiástica que se dedicava não apenas ao cuidado espiritual dos fiéis, mas os auxiliava também em suas necessidades materiais. É por meio desta que ele cria no Paraná dois órgãos de informações sobre os direitos sociais dos trabalhadores emigrados, a Assistência Social para Imigrantes Pobres e a Cooperativa Central de Agricultores de Língua Alemã. Apóia ainda a instalação da *Marburger Mission* no Paraná, com o objetivo de cooperar para o atendimento médico e assistencial dos fiéis.

Ao lado destas funções, Brepohl prossegue como redator e editor da VDL, o que lhe permite a publicação da maior parte de seus escritos, sob forma de panfletos e brochuras, bem como a criação de um jornal local em Ponta Grossa. Publica também inúmeros artigos nos periódicos religiosos e seculares de língua alemã, tais como a *Deutsche Zeitung, Kalender für die Deutschen in Brasilien, Volk und Heimat*.

Em 1933, retorna à Alemanha, com o intuito de familiarizar-se com a nova política de seu país e também para angariar fundos para as cooperativas agrícolas teuto-brasileiras e para a VDL, procurando ainda informar-se sobre os novos direitos sociais e políticos dos alemães residentes no exterior; de volta ao Brasil, ingressa em diversas associações de defesa do *Deutschtum*, estabelecendo, desde então, uma série de debates na imprensa acerca da germanidade, igreja, nova Alemanha, campanha de nacionalização, até ser preso com três de seus filhos. Ao final da guerra, afasta-se da maioria de suas atividades profissionais, bem como da liderança das associações por ele fundadas, passando a dedicar-se apenas à elaboração de suas memórias, à leitura e à organização de um arquivo sobre a emigração alemã para o Brasil, o qual não chegou a concluir. Morre em 1952 em Ponta Grossa.

A carreira profissional e eclesiástica de Brepohl, marcada por uma freqüente mobilidade geográfica e social, influenciará, naturalmente, sua vida pessoal; ao mesmo tempo, suas opções e comportamentos podem ser compreendidos como um reflexo de suas experiências individuais.

Desde a primeira infância, Brepohl teve de se confrontar com inúmeras e seguramente indesejáveis mudanças, além de adversidades inerentes à sua condição social. Seu pai ficou viúvo quando ele tinha apenas três dias, e se casaria ainda mais três vezes, tornando-se pai de sete filhos, um número muito grande para que pudesse arcar com o sustento, ele, um operário que enfrentava ainda diversos problemas políticos devido ao seu comprometimento com os movimentos de inspiração social-democrata. As dificuldades financeiras da família eram agravadas não apenas pelas posições políticas de Ludwig, mas também pelo seu vício de beber, o que afastou o menino, emocional e fisicamente, de seu pai. De acordo com suas memórias,

> Quando eu vi meu pai pela primeira vez, ele estava pesadamente embriagado, e na casa de meus avós, ele era considerado um filho perdido. Quando eu ouvia falar a respeito dele, só o mencionavam como embriagado ou social democrata (...) já a minha mãe, que não conheci, diziam-me que ela era uma moça religiosa, que se casou com ele por amor, e que tinha a certeza de que este amor ia transformá-lo.[16]

São estas as razões que levaram a que Wilhelm fosse criado pelos avós paternos, um casal de tradições e educação rígidas, cuja convivência fez com que ele experimentasse sentimentos muito ambíguos. O avô, segundo suas recordações, era um homem autoritário e mantinha uma relação conflituosa com o filho devido à bebida e à sua filiação partidária – Brepohl sempre se lembraria dele como um adepto ferrenho da monarquia, um homem que odiava os social-democratas. Para o avô, tudo que fosse incorreto, injusto, perturbador da ordem, era sinônimo de social-democracia. Trabalhava como chefe de uma mina de carvão, e se acostumara a tratar os operários como indivíduos permanentemente sob suspeita; além disto, tinha aversão a qualquer carreira intelectual, pois considerava uma atividade ineficiente e inútil. Mesmo os pastores, segundo esse luterano, enquadravam-se neste julgamento, ainda que fossem considerados um mal necessário, pois contribuíam para a manutenção da disciplina entre as classes subalternas; ainda assim, julgava-os pouco afeitos ao trabalho, e equiparava-os aos mascates e comerciantes, todos exploradores dos operários. Desejava que o neto o substituísse como mestre dos mineiros, motivo pelo qual implicava com seu gosto precoce pela leitura. Temia que o neto, como seu filho e o seu irmão, se tornasse um social-democrata. Já a avó, bem como seus dois irmãos, oriundos de uma família de camponeses da Westfália, eram extremamente religiosos e carinhosos com o menino Wilhelm; com eles, aprendeu as primeiras doutrinas de orientação pietista e, graças às suas intervenções, as resistências do avô à religiosidade cultivada por Wilhelm foram atenuadas. Deles ganha os primeiros presentes, conselhos, passeios, e neles se refugia das visitas à casa paterna e da severidade do patriarca daquela família.

Na adolescência, foi acometido pelo vírus da paralisia infantil, o que imobilizou parte de seu braço e perna direitos, obrigando-o ainda a ficar muitas semanas de cama. Apesar da doença, seu excelente desempenho como aluno da escola primária despertou a atenção de seus mestres, que enxergaram nele um futuro intelectual. Mas foi no ensino confirmatório da paróquia local que ele seria despertado para a missão pastoral.

Segundo seus escritos,

> (...) não tanto pelas aulas na escola dominical, que eram repetitivas e dogmáticas, mas porque conheci aí um amigo menonita, que me levou às reuniões de sua igreja; e tudo o que eu ouvia por lá, impregnava-se em mim de maneira convincente; era uma fé baseada na verdadeira palavra de Deus, e não em dogmas. Logo eu seria notado pelos professores como alguém que, pelos trabalhos que fazia, estava vocacionado à carreira missionária.[17]

A discordância do avô com as inclinações religiosas do neto foi responsável pela sua saída de Cartenberg. Foi colocado sob a tutela de um tio afastado, de nome Carl von Schmidtz, que se tornou responsável pelo seu sustento. Graças a este, ingressou no ensino secundário e, posteriormente, no seminário evangélico em Florença. Seu afeto pelo tio e seus ressentimentos para com o pai se refletiram no início de sua carreira como escritor, pois adotou o pseudônimo

Carl von Schmitz-Hofmann, quando publicou alguns textos sobre a cultura cigana, ainda na Hungria. Já do pai e do avô, Brepohl quase nunca faria menções explícitas em seus textos, mesmo quando relatava suas experiências sobre a saudosa época monárquica alemã, ou sobre acontecimentos ocorridos na região onde nasceu.

Na Suíça, seus primeiros vencimentos como pastor recém-formado deviam ser bastante modestos, pois precisou complementar sua renda exercendo as funções de jardineiro nas horas vagas, em residências das famílias mais abastadas. E é como jardineiro, uma tarefa braçal e subalterna, porém extremamente delicada – Brepohl mencionaria diversas vezes a profissão de jardineiro como uma metáfora do zelo à natureza e à mãe pátria –, que ele despertará as atenções de uma pintora dez anos mais velha do que ele, Julia Hofmann, sua futura esposa. Com ela, experimenta um universo que tanto para sua vida pregressa quanto para a Europa protestante, ascética e nacionalista, apresentava-se como totalmente *outro*: o ambiente cultural do Monte Verità. Tratava-se de uma pequena aldeia em Locarno, adquirida pela irmã de Julia, Ida Hofmann, ambas filhas de um dono de minas de carvão na Hungria, e de seu companheiro Henri Oedenkoven, filho de ricos industriais da Antuérpia; fundaram ali uma comunidade anarquista, uma espécie de falanstério, onde inicialmente oito ou nove amigos passaram a viver do seu próprio trabalho e de suas fortunas pessoais; criaram uma comunidade auto-suficiente, onde todos exerciam atividades as mais variadas, como as de apicultor, agricultor, *artista ou intelectual, sendo todas igualmente valorizadas*. Pregavam o naturismo, o estreito contato com a natureza, a liberação sexual, o vegetalismo e a fuga da civilização burguesa. Construíram uma sociedade alternativa, em que inexistiam autoridades, preconceitos ou necessidade de exploração econômica. Com o passar do tempo, consideraram necessário construir uma espécie de hospedaria para receber amigos e simpatizantes do movimento, um pequeno negócio que lhes facilitaria a sobrevivência enquanto grupo.

O Monte Verità foi visitado por artistas, filósofos, refugiados políticos e tantos outros, alguns por mera curiosidade, alguns como discípulos; dentre eles, mencione-se a presença de Hermann Hesse, Isadora Duncan, Bakunin, Lenine, Trotsky, Paul Klee e a própria Lily (Júlia) Hofmann, cuja carreira de pintora seria substituída pela de Frau-pastor (Landmann, 1979, p. 26 e ss.).

Não sabemos até que ponto a convivência com os anarquistas influenciou a mentalidade política de Brepohl, pois ele jamais fez qualquer menção a esta experiência, nem nos excertos encontrados de suas memórias, nem nos textos que escreve nos anos subseqüentes, quando o casal, já com dois filhos, deixa a Suíça para servir na missão evangélica da Hungria. É certo que os contatos com o casal Hofmann-Oedenkoven foram mantidos, quer pelos laços familiares que os uniam, quer pela ascendência econômica destes sobre aqueles, o que se deduz pelo fato de terem os anarquistas arcado com os custos da viagem dos Brepohl da Alemanha para o Brasil, bem como dos primeiros meses de sua estada em Curitiba, cidade para onde emigraram os líderes do Monte Verità em caráter definitivo no início da década de 1920.[18] De qualquer maneira, se Brepohl deixou-se conquistar por aquelas teorias, já nos anos que se seguiriam evidencia-se um afastamento radical; torna-se um entusiástico nacionalista e adepto do regime monárquico, dedicado às tradições religiosas aprendidas na infância e no seminário de Florença. Além do serviço religioso, dedicar-se-á à divulgação da boa literatura alemã, vale dizer, dos escritores românticos, e de inúmeros textos de formação moral. Desejava divulgar a cultura alemã, fosse de inspiração secular ou religiosa, para além de suas fronteiras territoriais, como um instrumento de preservação da identidade cultural.

É interessante comentar como Brepohl, segundo seu próprio relato, foi despertado para esta tarefa, a qual, segundo ele, "transformar-se-ia na missão de sua vida".[19] Ele se recorda de que em 1910 divulgou-se na revista *Die Lese* um artigo intitulado *Wie gewinnt man das Volk für gute Literatur?* ("Como se ganha o povo para a boa literatura?"), uma espécie de consulta ao público leitor, a qual foi respondida com um artigo de sua autoria, no qual o colaborador descreve as táticas utilizadas pelos editores responsáveis pela edição de textos vulgares, por ele denominados *Schundliteratur* (literatura pornográfica). Segundo sua avaliação, eles excitam o apetite do público através da propaganda e organizam suas vendas por meio de assinaturas, e, dado seu baixo custo de produção, decorrente da comercialização em grande escala, tornam-se mercadorias extremamente baratas, enriquecendo seus patrocinadores. Ainda, segundo seu parecer, esta prática era favorecida pelo fato de que

> "nosso povo sofria uma degradação moral de sua vida interior", pois havia se transformado em verdadeiras máquinas do processo de trabalho industrial.(...) Eram pessoas escravizadas pelo medo e por uma rígida disciplina escolar; (...) por esta razão, eram ávidos por uma leitura ou imagens que lhes permitissem fantasiar, esquecer o seu próprio cotidiano. (1917, p. 14)

Para contra-restar os efeitos destas tendências, sugeriu a utilização dos mesmos expedientes em favor dos impressos inspirados pela doutrina pietista ou pela literatura romântica.

Em 1912, seu projeto empresarial e pessoal sofreu um estímulo importante, algo que "o colocou a serviço da pátria". O ministro da Prússia promulgou um decreto contra os filmes pornográficos, e Brepohl foi contratado temporariamente para servir de censor. A realização desta função o alertou para "o pecado do povo alemão, seu lado clandestino e obscuro"; resolveu então propor a publicação de textos que esclarecessem o público sobre os malefícios do cinema e da literatura pornográficos. Com esta iniciativa, conseguiu subsídios para a organização de bibliotecas ambulantes e obteve auxílio da Cruz Vermelha para enviar gratuitamente aos prisioneiros esses mesmos panfletos e livros, novos ou usados, além de Bíblias e gravuras da terra natal. A esta altura, ele estava em Wiesebaden, a meio caminho do Monte Verità, onde o amor livre era praticado, e de Cartenberg, sua terra natal, onde talvez se encontrassem seus meio-irmãos, provavelmente operários, escravos daquelas máquinas empregadas no processo de trabalho industrial.

De Wiesebaden, ele segue para trabalhar em Berlim, assumindo um cargo no Departamento de Propaganda da Sociedade de Pequisa prussiana para a Agricultura, uma profissão secular e semi-estatal, não deixando de lado, contudo, suas atividades na VDL.

Embora sua situação profissional naquele momento lhe tivesse permitido uma certa ascensão socioeconômica, justamente nesse período ele decide emigrar para as Américas, como pastor da Missão de Evangelização para o Exterior. As razões de sua partida não são muito claras; em alguns momentos, ele afirma ter sido vítima dos intelectuais de Weimar, que lhe exigiram a filiação partidária – se bem que não mencione o nome da agremiação; em outros, ressalta que fora chamado à América para servir ao *Deutschtum* no exterior, ou que foi prejudicado em sua ascensão profissional pelos comunistas. Segundo dois de seus filhos, Brepohl estaria endividado por ter perdido boa parte da herança de sua esposa num empréstimo feito a um amigo.[20] O fato é que ele, voluntária ou involuntariamente, chega ao Brasil em 1925, com seus cinco filhos e esposa e, embora tencionasse assumir uma paróquia na metropolitana Buenos Aires, sua desejada região de destino, acaba por se fixar no Paraná, primeiramente na Lapa, e logo depois em Ponta Grossa, como coordenador da Missão Popular Evangélica Luterana.

Seu primeiro rebanho foi formado por teuto-russos; para assisti-los, Brepohl viajava constantemente de colônia para colônia, ou até Curitiba, em busca de auxílio e informações que lhes fossem úteis; mantinha contatos com autoridades oficiais da Alemanha e do Brasil, bem como com representantes da igreja-mãe, prestando conta do andamento das colônias, atendendo a seus pedidos e reivindicações. Como bom observador dos usos e costumes de todos os povos que visitava, registrou e publicou suas experiências com aquela comunidade em brochuras, livros e artigos de jornais, o que o tornaria conhecido como um especialista da cultura teuto-russa.

Esta intensa dedicação à tarefa missionária deveria resultar, como era de praxe entre os pastores ou funcionários públicos do exterior, na nomeação para um cargo de maior status na Igreja Evangélica, ou pelo menos numa bem remunerada aposentadoria e, em ambos os casos, num retorno à Alemanha. Mas os acontecimentos posteriores a 1933 fizeram com que seus planos se frustrassem; uma eventual remigração à pátria de origem tornou-se ainda mais improvável com o advento da Segunda Guerra.

Ao observarmos estes percursos, a vida de Brepohl nos parece, desde a infância, ter se caracterizado por permanentes migrações, se assim podemos dizer. Mas não só isto. O que é mais importante, por vivenciar diversas experiências que o colocaram sempre numa situação de fronteira, fosse de caráter econômico, social, psicológico ou político: entre o socialismo do pai e o conservadorismo do avô; entre a irreligiosidade destes e o pietismo da avó; entre monarquia e anarquismo, o status de nobre do padrasto e da esposa e a sua própria condição social. Caracteriza-se, ainda, por diversos deslocamentos para fora de seu país, como a Itália, Suíça, Hungria e o Brasil; da região de mineração do Ruhr para o Monte Verità ou para o subúrbio de Berlim; da capital do Paraná, onde residiam os teutos mais abastados do estado, para as colônias do interior; da firme certeza de que com a nova Alemanha seus serviços seriam reconhecidos, para um quase abandono na velhice.

Uma situação permanente de fronteira implica, concreta e miticamente, ter de olhar constantemente o mundo a que se deixou, e aquele a que deverá passar a chamar de seu. Calcular as perdas e ganhos decorrentes da mudança, enfrentar o medo do novo, os ressentimentos para com o velho, esquecer, recordar.

Mas Brepohl não era um imigrante qualquer; não era tão pobre que precisasse enfrentar as filas dos navios de uma empresa de colonização. Era um homem que havia estudado, e embora seus escritos pudessem vir a ser desprezados pela ilustrada burguesia berlinense, entre os teuto-brasileiros, ele seria provavelmente considerado um erudito, uma autoridade confiável, alguém que os ligava a outros ambientes para além de suas aldeias ou de suas atividades cotidianas.

Mas também como pastor ele experimentaria uma situação de fronteira. Não devia ser muito apreciado pela liderança do sínodo, em virtude do seu pietismo; no seio da Igreja Confessante não havia lugar para seu patriotismo radical; tampouco seria bem recebido pelos pastores leigos, pois era um *Reichsdeutsche* e, de resto, a própria comunidade a que servia situava-se na periferia da política eclesiástica evangélica. Tinha de deslocar-se todas as semanas para encontrar-se com seus paroquianos, com o cônsul, com a família.

E é nesta condição, de constantes deslocamentos, que Brepohl procura um diálogo solitário, mas ao mesmo tempo o único seguro; dedica-se à leitura e à produção de impressos, pois a literatura, fosse secular ou religiosa, era-lhe sempre uma companhia permanente.

5.2.1 O pietismo ou a vitória da religião esclarecida sobre a ciência e o iluminismo

Como já assinalamos, o pietismo acompanha toda a formação educacional e intelectual de Brepohl, desde a infância, com seus familiares afetivamente mais próximos, até sua formação no seminário de Florença. Mas este é também um fenômeno de seu tempo e da própria história eclesial alemã; enquanto a teologia acadêmica se dedicava, principalmente na virada do século, à exegese das Escrituras sob os critérios das ciências profanas, quer positivas, quer históricas, boa parte dos crentes passava por uma experiência de reavivamento de sua fé, inspirada por pastores e missionários itinerantes que pregavam de forma relativamente independente do alto clero, nos bairros pobres, nas praças públicas, em frente das fábricas. Falavam de suas necessidades imediatas, do arrependimento dos pecados, do amor de Deus por cada um dos ouvintes. Eram movimentos e manifestações religiosas que surgiram em reação ao materialismo e à teologia liberal, orientados pela mesma doutrina que inspirou os movimentos religiosos do século XVII.

Antes de procurarmos entender o pietismo conforme as leituras e as práticas de Brepohl, bem como sua influência nas comunidades teuto-brasileiras, consideramos interessante discorrer, ainda que brevemente, sobre os principais aspectos de sua história.

À diferença dos menonitas ou dos metodistas, o pietismo não provocou uma cisão na igreja da Reforma. Tratava-se de um movimento de caráter popular que se organizou nas paróquias e entre os pastores ligados às camadas pobres da sociedade, para questionar a política eclesiástica da ortodoxia luterana, a qual, segundo eles, elitizara a reflexão teológica e abandonara os fiéis às regras mundanas, legitimando assim a dominação senhorial e a exploração econômica. Esta doutrina pretendeu representar uma volta à religiosidade primordial do luteranismo, por meio de um despertamento, um chamado ao renascimento para a verdadeira fé.

Jacob Spenner (1635-1705), um dos fundadores do movimento, considerava, como Lutero, que a conversão ao cristianismo dependia de uma decisão pessoal de cada indivíduo, e que a Bíblia era a única norma de fé e prática, devendo os crentes se dedicar diariamente à leitura da Palavra; reforçava ainda, como Lutero, o caráter universal do sacerdócio e a necessidade de auxílio mútuo entre os fiéis.[21]

Contudo, enquanto que em Lutero postulava-se que a manifestação divina se revelava exclusivamente nos sacramentos e na Palavra, os pietistas dele se distinguem por enfatizarem a necessidade de uma experiência subjetiva com Deus, o que se processa na esfera íntima do indivíduo. Para Lutero, o "lugar" de Deus é a região celestial; para o pietista, Deus reside também no coração do homem. Assim, o crente é remetido para dentro de si mesmo, numa atitude de introspecção; esta o leva à substituição gradativa dos gestos rituais e das preces ritmadas (com eficácia autotélica), pela oração espontânea e pelo "sentir" a presença de Deus. Em Lutero, o crente é um cego num Deus longínquo; para o pietista, Deus fala ao crente, o que pode ser percebido por meio de uma sensibilidade cultivada (Kaiser, s/d, p. 7). Aliás, é o próprio Deus quem procura o homem, para nele infundir a sua graça:

> o novo nascimento é uma obra de Deus, do Espírito Santo, através do qual um homem torna-se, de filho da ira e da condenação, em filho da graça, (...) (através dela) renovam-se, iluminam-se e consagram-se o nosso coração, nossa mente, nosso ânimo, nosso entendimento, nossa vontade, nossos sentimentos; em nós, por Cristo, surge uma nova criatura. (Johann Arndt, 1555-1621, apud Sauberzweig, 1959, p. 25)

Mas esta nova criatura, dotada de uma tal sensibilidade, não nos deve levar a entender o pietismo como uma doutrina que se restrinja à vida contemplativa. O homem tem que dar o testemunho do amor de Deus, por meio de suas ações, tanto aquelas vinculadas ao seu próprio sustento quanto as que expressem, na prática, o amor entre os irmãos na fé. Há, portanto, uma oscilação entre o quietismo e o ativismo, introspecção religiosa e racionalização das atividades seculares, a intimidade com Deus e a intimidade com a família, o trabalho, os irmãos, com vistas ao amadurecimento espiritual e emocional, mas também ao desenvolvimento da vida material.[22] Este aperfeiçoamento tem de ser compartilhado entre todos os membros da comunidade. Daí emergirem formas de sociabilidade pautadas pela cooperação mútua, tais como as inúmeras associações beneficentes, de fomento à educação, saúde, seguridade. Segundo Kaiser, os pietistas podem ser considerados como uns dos autênticos precursores do estado de bem-estar social, já desde o final do século XVII.

Contudo, a ênfase no associativismo e a noção de comunidade os afastou historicamente das questões nacionais e políticas,[23] desinteresse favorecido, em boa medida, pela estrutura organizacional da esfera pública na Alemanha, onde as questões políticas foram encaradas, por muito tempo, como praticamente um sinônimo de ineficiência burocrática. Além disto, as instituições vinculadas à organização estatal eram vistas como excessivamente artificiais, baseadas nas noções de contrato, em que o debate acerca dos diversos interesses privados soava-lhes como meras disputas de força, e não no consenso, em que em nome do bem comum os homens deliberadamente abriam mão de suas vontades individuais ou corporativas.

Segundo um pietista do século XVII,

> Quanto menos as pessoas souberem que elas pertencem à sociedade, tanto melhor. Pois tão logo aos irmãos e irmãs sejam prescritas regras, a obra do Espírito Santo é cerceada. (apud Kaiser, s/d, p. 73)

Mas, se eles se desviam do poder político institucionalizado, isto não significa que não tenham um vínculo positivo com a nação; ao rei, considerado bom, porque fundador da pátria, como Deus fundou o cosmos, devotam respeito e obediência. Suas leis são obedecidas como expressão do poder temporal, de acordo com as recomendações de Lutero, mas é à atividade espiritual que dedicam sua maior atenção e zelo.

O movimento pietista conviveu sem cismas significativos com a igreja oficial até o início do século XX, e em muitos casos a *Volkskirche* (conceito por eles elaborado como sinônimo de comunidade popular) sobrepôs-se à *Landeskirche* (igreja territorial), interagindo, em diversos momentos, com suas concepções teológicas e sua ética. Mas quando a teologia liberal propõe um estreitamento intelectual com o racionalismo dos esclarecidos, uma "religiosidade de cabeça e não de coração", e os esclarecidos, por sua vez, declaram a morte da religião, os pietistas renovam suas utopias, reiterando a necessidade de um movimento que despertasse os fiéis para a centralidade da fé cristã, à qual quaisquer outras premissas deviam se subordinar. Neste contexto, organizam-se pregações, movimentos para o despertamento da fé individual, campanhas de evangelização e diversos departamentos da igreja exclusivamente direcionados para os fiéis da diáspora (os evangélicos residentes no exterior).

São estas organizações e entidades que mantêm seminários como o de Florença, bem como a produção da literatura religiosa com vistas à difusão da doutrina entre as camadas médias e populares da sociedade, da qual os impressos escritos e editados por Brepohl são um exemplo significativo. Neles, o autor, ainda na Europa, expressa seu compromisso ao lado daqueles que se opõem abertamente às novas tendências da teologia liberal.

Segundo um de seus artigos, Brepohl afirma que em nome da "verdadeira fé" (designação que se define pela negação radical à teologia dos liberais) torna-se inclusive legítimo atuar em movimentos transconfessionais que não incluam apenas as diversas denominações evangélicas, mas inclusive os católicos; "o novo *Kulturkampf* não se estabelece mais entre protestantes e católicos, como no século XIX, mas entre liberais e cristãos" (1913).

Em outro texto de divulgação, o autor explicita mais detalhadamente quais eram os "inimigos da fé" segundo sua ótica.[24] Em seu argumento inicial, indaga-se sobre a propriedade de se crer na existência do inferno em plena virada do século. A resposta é afirmativa, pois o inferno não deve ser compreendido como um espaço concreto e visível pelos olhos da sabedoria humana, mas sim como um espaço existencial, que se refaz no momento em que as pessoas sentem fome ou sede espiritual. E isto ocorre em diversas situações: quando deixam de ir ao culto, quando o pai não lê a Bíblia para a família, quando não se ora à mesa; mas também onde uma mulher está dançando, ou quando um jovem sai de casa e deixa sua mãe a chorar, ou ainda em meio a uma reunião de livres-pensadores; aí não está Deus, e onde não está Deus, eis o inferno, a escuridão, o sentimento de abandono. Nesta linha de raciocínio, a ausência de uma vida devocional, a rejeição dos padrões de moralidade estabelecidos, a sensualidade ou o contato com o pensamento secular são todos apresentados como sintomas de uma vida que se deixa levar pelos valores do inferno, uma condição existencial e não física.

Estas primeiras brochuras, escritas sob o impacto dos acontecimentos políticos e culturais que afetaram a Alemanha e inspiradas em uma linguagem que marca fortemente a presença do narrador,[25] constituem uma documentação importante para nossos estudos, porque nos permitem vislumbrar alguns aspectos do pietismo que seriam enfatizados também no Brasil, por Brepohl e muito provavelmente por outros pastores.

O termo *Volkstum*, por exemplo, originalmente concebido pelos românticos como sinônimo de comunidade popular, reveste-se, em Brepohl, de uma roupagem profundamente religiosa. *Volkstum* define uma comunidade apartada dos demais. Ora, quem são os demais? Os que não estão ainda ligados a ela, seja por uma atitude de rebeldia, fraqueza espiritual ou desconhecimento. Assim, o irreligioso, o homem fraco, mas também o capitalismo ou o marxismo, vale dizer, o poder temporal, ameaçam permanentemente a comunidade de cristãos. Com isso não quero dizer que se estivesse simplesmente reeditando as duas cidades de Agostinho ou de Lutero. Sua ênfase é outra: tornava-se imperativo absorver e, de preferência, eliminar a existência mesma do poder temporal, por meio da ampliação contínua do espaço da comunidade religiosa; esta expansão não se daria como um projeto previamente estabelecido, mas como uma resultante natural da ação evangelística, que gradativamente suprimiria o pensamento e a organização social de caráter secular. Podemos falar de um novo teocentrismo, ainda que não se postule a presença de um único líder espiritual, como na Igreja Católica.

Este teocentrismo não deveria estar presente apenas nas relações entre os diversos membros da comunidade, e tampouco restrito às suas atividades cotidianas; ele devia penetrar as esferas mais íntimas do indivíduo, como recomendaram os primeiros pietistas. A propósito, quando Brepohl escreve sobre a importância da liberdade interior (1916), discorre longamente acerca da descoberta da personalidade. Segundo ele, esta só é possível quando se tem uma vida de oração:

> Se sob a *influência* dos "esclarecidos" o ato de orar era considerado como um sintoma de uma doença patológica, com a grande guerra, esta tendência soçobrou pelo fato de que os homens passaram a sentir uma violenta necessidade de se recolherem em si mesmos. E quando assim procederam, eles oraram, e orando, ficaram a sós consigo mesmos (beisichselbstsein), e descobriram sua personalidade. (1916, p. 4 e 12)

Esta atitude solitária e ao mesmo tempo comum a boa parte do povo alemão provocou, segundo o autor, uma renovação de suas forças, quando ele precisou enfrentar inúmeros sofrimentos em virtude da grande guerra. Com ela, o povo tomou consciência da necessidade de Deus. Segundo Brepohl, o *Volkstum*, uma herança da Reforma, alimentou-lhes o espírito, tornando-se uma experiência particular entre os alemães. Uma experiência vivenciada simultaneamente, como se todos passassem, num determinado momento, devido às mesmas razões, a entoar uma mesma melodia; com a guerra e o sofrimento, renovaram-se os vínculos entre as pessoas, atenuaram-se os conflitos, desejos altruístas foram despertados.[26] Assim, a descoberta da vida interior, que cooperou para a elaboração da identidade individual, coincidiu historicamente com o despertamento para a identidade coletiva. Ao formular esta imagem de unissonância, o autor se deixa conduzir à reflexão sobre o sentimento patriótico.

Para ele, a pátria não pode ser concebida como um espaço neutro definido regionalmente, nem o sentimento patriótico confundido com a adoração ao Estado, pois, se assim o fosse, ele seria incompatível com a religião. A pátria define-se também como um espaço existencial, que pode ser recriado em quaisquer momentos e lugares; uma conversa entre amigos, um encontro com a família, um objeto de recordação, são situações que podem sugerir uma sensação de conforto:

> (...) de que estamos à vontade para exercitarmos nossa vida interior, e que estamos emocionalmente em casa (...) Por se tratar de um sentimento, podemos levá-lo para onde formos (...) por isto, pátria não é o mesmo que país (*Vaterland*). (...) Quando trabalhadores imigrantes de outras regiões terminam seu trabalho, e contam para os companheiros aquilo que diz respeito à sua terra natal, seus costumes e tradições, eles praticam o folclore (*Volkskunde*), eles estimulam o seu companheiro a permanecer alemão. (1922, p. 4 e 6)

E assim procedendo, ele estimula o outro a exercitar a quietude, e a quietude leva, por sua vez, à oração. A oração, ao despojamento, e o despojamento, a pensar no outro, daí ao sentimento patriótico. Mas para que este sentimento exista é necessário que os homens se fitem em seu passado, que se mirem no exemplo de seus pais. E não basta sentir-se ligado à terra natal, importa amá-la e transmitir para seus descendentes os bens espirituais que dela emanam.

As imagens e reflexões elaboradas nestes primeiros textos de F. W. Brepohl nos permitem apreender um conceito-chave por ele utilizado, e que permeia todas as temáticas trabalhadas; o termo *Volkstum* é aí utilizado para recobrir tanto a esfera individual (mais precisamente, a vida interior) quanto às relações sociais, mas também para definir o elo entre passado e presente – a pátria. Com ele, o autor opera um corte transversal ao tempo, que lhe possibilita entender a experiência de simultaneidade (relativa aos sofrimentos ocorridos com a guerra) para todo o povo de língua alemã.

Assim ele se dirigiria aos alemães da Hungria, Sérvia, França, tanto quanto aos alemães que residiam na Alemanha, ameaçados pelos liberais, pela pobreza, pela incredulidade, pela modernidade. E com estas mesmas lentes ele olharia para o seu primeiro rebanho no Brasil, coincidentemente ou não, "alemães" profundamente marcados pelos movimentos pietistas, pelas migrações, pelas ameaças inerentes ao pensamento irreligioso: os alemães do Volga, que fugiram do pan-eslavismo e da revolução bolchevista para o Paraná.

5.2.2 A nova Pátria[27]

Brepohl observa como escritor os alemães do Volga desde 1917. Seu interesse por eles se revela em suas brochuras desde quando parte deste grupo emigrou da Rússia para a Alemanha em virtude da fragmentação de suas terras por motivo de herança, deslocamento que se intensifica com a revolução bolchevique. Sobre tal acontecimento, ele redigirá diversos textos, explicando que a revolução provocou um verdadeiro massacre sobre a cultura e os bens materiais dos teuto-russos. Preocupa-se também em denunciar que os alemães do Volga estavam sendo discriminados na Alemanha porque muitos os julgavam estrangeiros. Por outro lado, comenta que o governo criou albergues para estes refugiados, dentre os quais, um foi instalado em Zossen, onde ele residia naquela época; muito provavelmente, os impressos da VDL foram distribuídos para aquele público, e o cargo que ele ocupava lhe favoreceu um maior estreitamento com os imigrantes.

O "massacre" aos alemães do Volga se deveu ao fato de representarem eles apenas uma minoria da população da Rússia e, apesar disto, ocuparem algumas das terras mais férteis daquele território. Quando os bolcheviques saem vitoriosos daquele conflito, eles são expulsos como capitalistas, e por terem lutado no exército branco ao lado dos defensores do Czar.

Quando fogem para a Alemanha, a assistência social mantida por entidades religiosas os auxilia de várias maneiras, mas principalmente, ajudando-os a encontrarem outras regiões de instalação, como na Holanda, Canadá, Suíça e Brasil, uma vez que a situação recessiva da economia nacional impedia que fossem absorvidos naquele mercado de trabalho. Foi por isto que muitos deles se deslocaram para o Paraná, onde se encontrariam com membros de sua própia etnia, os que emigraram em meados do século XIX em virtude das perseguições políticas advindas do nacionalismo pan-eslavo.

O interesse de Brepohl pelos alemães do Volga pode ser compreendido por outras razões. Primeiramente, recorde-se que seu melhor amigo de infância era um menonita, filho de um operário emigrado da Europa oriental, alguém que o estimulou indiretamente à carreira religiosa. Some-se o fato de que Brepohl era um estudioso de etnologia, e interessava-se sobremaneira por desvendar as peculiaridades das diferentes culturas, uma herança da literatura romântica que ele tanto apreciava. Outra razão foi a de terem se mantido fiéis às suas raízes, apesar de estarem há mais de um século fora da Alemanha, o que ele interpretará como um exemplo de germanidade. Finalmente, por terem sofrido diversas discriminações na Rússia, algo que para o pastor era encarado como um sacrifício em nome de sua fé.

O livro que tornou Brepohl conhecido como escritor versa precisamente sobre eles: *A história da imigração dos alemães do Volga para o Paraná*, publicada com Fugmann,[28] fora encomendado por ocasião do cinqüentenário da imigração desse subgrupo para o Brasil (1927), como boletim comemorativo do jubileu. Trata-se de uma narrativa em forma de epopéia sobre pequenos heróis que, a não ser por terem seus nomes inscritos no anexo da obra, jamais seriam lembrados. Contudo, para além de seu caráter monográfico, o livro enuncia uma determinada representação sobre a germanidade que habita a nova pátria. Eles são os fundadores de parte desta nação, e como tais, devem ser celebrados.

A publicação é dividida em três partes; a primeira, de autoria de Fugmann, traça a história desse subgrupo desde o século XVIII até sua instalação no Brasil, no século XIX, não se fazendo menção aos imigrantes que vieram em virtude da revolução bolchevista. A segunda, de Brepohl, intitula-se *O cotidiano dos alemães do Volga*, e a terceira arrola os nomes dos imigrantes teuto-russos pioneiros, bem como a data de sua chegada ao Brasil.

Inicia-se com uma estrofe do poema de Reinhold Braun, em homenagem à terra natal, a Alemanha; o curioso é que eles provinham da Rússia e lá estavam desde o século XVIII. Essa colônia situada no Volga foi, segundo Fugmann, vítima do perjúrio real, uma vez que em 1767, a Czarina Catarina II lhes havia prometido determinados privilégios, como o de jurisdição interna, autonomia administrativa e isenção do serviço militar, os quais não foram preservados pelos seus sucessores.

Essa reorientação política se deveu ao nacionalismo pan-eslavo, que levaria a que as autoridades russas vissem tais alemães como uma ameaça à nação. Várias medidas são adotadas para restringir os direitos por eles conquistados, até que fossem gradativamente eliminados; em 1874, é abolida a isenção do serviço militar, o que os obrigaria a se tornarem definitivamente cidadãos russos. Segundo Fugmann, houve também uma motivação de caráter religioso para que o ingresso no exército fosse recusado: muitos deles eram menonitas, uma denominação religiosa que proibia a participação de seus fiéis em conflitos armados. Seja como for, as duas formas de resistência, jurídica e religiosa, se mesclam na narrativa de Fugmann; tratava-se de servir a um deus estrangeiro.

Para o grupo como um todo, ou seja, os que pertenciam a outras práticas confessionais, o problema mais grave era a escassez de terras naquela região, o que ameaçava a sua concentração étnica e sua independência como camponeses. Restava-lhes a alternativa de se deslocarem para regiões menos férteis, como, por exemplo, a Sibéria, ou procurarem serviço nas cidades. Diante destas restrições, emigrar da Rússia pareceu a única saída para centenas daquelas famílias.

Fugmann atribui a escolha de muitos alemães pelo Brasil a Dom Pedro II. Este, conforme o autor, procurou estimular a agricultura num país de pecuaristas e prometeu respeitar o sistema agrário original da comunidade, a saber, o sistema *mir*, em que a propriedade era redistribuída de dez em dez anos entre os homens adultos, não havendo, portanto, propriedade individual nem o risco de concentração fundiária. O autor enfatiza o interesse de Dom Pedro II pelos colonos (em outras passagens o elogia por ser filho de uma mulher de origem alemã). Segundo ele, para o Imperador era necessário incentivar a produção de trigo. Ainda que as técnicas da época não favorecessem o cultivo deste cereal, este e outros produtos foram desenvolvidos.

Os alemães do Volga gozaram de privilégios quando de sua instalação, e manteriam o sistema coletivo de exploração da terra (sistema *mir*) até a queda do Império. Para os colonos, sua saída fora facilitada também pela intervenção de Bismarck junto ao governo eslavo, convicção não compartilhada por Fugmann.

As primeiras crises na colônia se deram principalmente por dois fatores: o primeiro, decorrente da pobreza do solo paranaense, se comparado ao do Volga; o segundo, pelos efeitos da mudança de regime da propriedade. Com a implementação gradativa da Lei de Terras no Brasil, a partir de 1854, seriam obrigados, gradativamente, a titular suas parcelas e a adotar o regime de propriedade individual, o que provocaria, por exemplo, a fragmentação das mesmas e a necessidade de adquirirem novas parcelas. Em decorrência, muitos deles se viram obrigados a remigrar, ameaçando a unidade social e cultural da comunidade. Os jovens, no momento em que a obra foi publicada, "estavam deixando de lado sua tradição, pois afastavamse de seus pais para trabalharem nas cidades". Neste sentido, o boletim comemorativo servia como uma exortação contra os perigos da perda das tradições. O sacrifício que seus pais realizaram, ao deixarem o Volga, devia ser honrado através de um esforço comum pela manutenção dos valores por eles cultuados.

Enquanto Fugmann se preocupa em descrever a história dos imigrantes alemães do Volga, Brepohl se ocupa em escrever sobre seus usos e costumes.

Vários aspectos da cultura dos alemães do Volga são ressaltados: por exemplo, o hábito de tocar o sino após o culto, e não nos momentos prescritos pela liturgia – um sinal para que as mulheres que estão em casa terminem de preparar o almoço; a veneração pelos velhos, tradição originária do Volga, quando da administração autônoma, em que se previa a eleição de um conselho de anciãos para dirigir a comunidade; a cerimônia de casamento, cuja festividade dura três dias, descrita como uma das comemorações mais importantes. Nela, a noiva deve representar um sacrifício ritual, simbolizando o abandono da casa paterna. Os convidados auxiliam o início da vida do casal por meio de pequenos donativos. Para Brepohl, o significado destas comemorações consistia numa alusão à preservação da identidade étnica.

São alheios à política e só discutem religião, escola e família; lêem muito, mas apenas textos religiosos (que eles adquirem, na maior parte das vezes, por assinaturas) ou o noticiário local.[29] Ligam-se ao mundo exterior somente quando há litígios judiciais, momento em que eles próprios, apesar do pavor que sentem por esses processos, realizam sua própria defesa.

Esse mundo equilibrado por si mesmo, repetitivo e obediente ao ciclo da natureza – conforme Brepohl, próprio do *Bauerngeist* (espírito camponês) –, só podia ser ameaçado por fatores externos. Aliás, a crise por que passava o Brasil, segundo ele, devia ser enfrentada em nome da necessidade de defesa daquela unidade produtiva, que era a base de sua identidade cultural.

Para conclamá-los a esta tarefa, recita um poema de sua própria autoria:

> Comecemos a trabalhar
> Os apetrechos estão aqui
> Martelos, trolhas e picaretas
> Carreguemos cal e pedras
> Todos devem trabalhar
> Não poderá haver ociosidade
> Indolência e tibieza.
> Debaixo do sol brilhante
> No meio das belas flores,
> É um prazer o trabalho
> E santo o dia festivo.
> (1927, p. 98)

São estes, em linhas gerais, os temas privilegiados pelo livro. Há dois anos no Brasil, Brepohl demonstra senso de observação e um conhecimento detalhado da comunidade a que servia.

Gostaríamos de ressaltar um aspecto desse livro, que se evidencia também em outros artigos dedicados a este grupo; referimo-nos à utilização da categoria "camponês" como um sinônimo de sua identidade social e cultural, quase tão imutável quanto sua germanidade. Num outro texto sobre as organizações camponesas (1933L), ele disserta sobre a existência de movimentos e organizações camponesas desde a Antiguidade até os dias atuais: afirma que as formas cooperativas de produção (cujo melhor exemplo, para ele, é o sistema *mir*) já estariam presentes entre os germânicos bárbaros, o que só foi abalado com a invasão napoleônica. E este sistema, do qual a Rússia teria se apropriado para fundar o socialismo ateu, chegara aos germânicos por meio dos "cristãos primitivos de Roma" (*sic*) que visitaram a região. Por isto, as organizações agrícolas alemãs se caracterizam pelo espírito comunitário e pela não-interferência nas questões políticas. Trata-se, portanto, de uma forma de organização que não se submete às regras inerentes ao mundo capitalista, e que persiste tanto entre os alemães do Volga como em outras cooperativas agrícolas da Europa germânica.

O coletivismo agrário integra, portanto, o *ethos* alemão; e o camponês prefigura sua identidade mais pura e primitiva. Por esta razão, eles se "distinguem dos comerciantes e dos burgueses, que só querem o lucro", e dos operários, que já perderam os valores originais (1923, 1930, 1932c). Ainda, por estas mesmas razões, eles não podem se integrar à cultura brasileira, em que uma estrutura camponesa jamais existiu (1933L). Daí a necessidade de autoproteção, auxílio mútuo e defesa, em nome do fortalecimento da família germânica no país.

5.2.3 Do *Volkstum* ao *Deutschtum*

Até o presente momento, vimos como o conceito de *Volkstum* é elaborado por Brepohl, no sentido de reorientá-lo, do universo romântico secular em que foi criado, para o universo religioso; para ele, *Volkstum* é a comunidade apartada do mundo secular, que encontra suas principais referências no passado, dele retirando as energias necessárias para sua sobrevivência em face das inúmeras adversidades a que estava subordinada: os riscos de pauperização, a sedução do mundo urbano-industrial, a pressão de culturas estrangeiras. Essa leitura leva ao entendimento de que tal comunidade se encontra fragilizada, menos pela incerteza de suas convicções, mas porque permanentemente ameaçada pelo mundo que lhe é exterior.

Nesta subunidade do capítulo, procuraremos evidenciar como a condição de minoria com que Brepohl interpreta os seus "representados" deixa de se constituir sua principal limitação para se tornar a sua maior força.

Já desde 1929, ou seja, apenas quatro anos depois de sua chegada ao Brasil, a presença de Brepohl começa a adquirir uma maior visibilidade, o que se pode inferir pelos seus próprios impressos.

Sua atenção para com os agricultores, por exemplo, não se limita àqueles ligados às suas congregações. Como representante de seus interesses, ele visita e disserta sobre regiões rurais de São Paulo, com o intuito de avaliar se são apropriadas para a instalação de colonos alemães. Redige um panfleto que deve ter sido distribuído tanto na Alemanha, com o objetivo de atrair novos emigrantes, quanto no Sul do Brasil, cujos colonos, devido à fragmentação de terras por motivo de herança, estavam interessados em adquirir novas parcelas (1929).

Para além de sua função de assistência social aos agricultores, é convidado pela comunidade teuta de Ponta Grossa para proferir palestra sobre um poeta alemão que viveu no Brasil, George Knoll, cujo conteúdo ele publicará mais tarde num periódico de Westerburg, na Alemanha, apresentando-se para os leitores de lá como coordenador de missões (1932a). Discursa também na sede da "Federação Alemã dos Camaradas de Campanha" de Ponta Grossa, num evento dedicado à consagração da bandeira da entidade (1932f). E aventura-se ainda ao papel de cronista, publicando dois contos acerca de D. Pedro II e sua visita aos imigrantes alemães ao Paraná, onde justifica toda a sua admiração por aquele personagem, e principalmente pelo regime monárquico, período em que os imigrantes eram tratados com maior dignidade (1933a e 1933b).

Estes convites e oportunidades de publicações se dão num período em que não somente Brepohl, mas o conjunto do pastorado estará a ampliar sua influência entre os teutos; segundo Prien (1984), a partir da década de 1930, generaliza-se o ensino religioso nas escolas de língua alemã, uma conquista da igreja, que entendia ser a confissão evangélica um dos elementos mais importantes para a preservação do *Deutschtum*, e o *Deutschtum*, um elemento indissociável da confissão luterana.

Segundo Wilhelm Fugmann, por exemplo,

> Cada povo tem seu caráter, e a prova disto é Lutero, que deu ao cristianismo um espírito alemão (...) Suas verdades têm de ser levadas a todos, mas isto só ocorrerá quando elas se impuserem e assumirem características étnicas, passando a ter uma forma étnica própria, por meio de homens que compreendam o espírito evangélico de Lutero, e ao mesmo tempo, a sua própria etnia, assim como Lutero compreendeu a alemã. (Fugmann, 1926, p. 59)

Esse entendimento levou ao estímulo do ensino religioso desde a infância e estará presente também no pensamento de Brepohl. Por esta razão, ele celebra a criação do *Cecilien-Heim*, um internato para crianças de Santa Catarina e do Paraná, filhas de colonos que não podiam pagar uma escola de bom nível. Para suprir esta necessidade, realiza gestões no sentido de obter uma doação filantrópica de uma princesa alemã para viabilizar a instalação da referida escola, o que se concretiza no início da década de 1930 (1933i). Mais importante ainda foi sua conferência realizada em Curitiba, no "Encontro de Escolas Teuto-brasileiras", onde ele se dirige aos professores de todas as escolas de língua alemã da Região Sul, ressaltando a tarefa precípua do professor. Segundo Brepohl,

> Ao professor não cumpre apenas ensinar a cultura da pátria natal, mas ensinar a conservá-la, porquanto o professor é um moldador do *Volkstum* na pátria hospedeira. (1933e)

Estes textos e eventos evidenciam que Brepohl não era mais um pastor limitado às aldeias onde residiam seus paroquianos, mas alguém reconhecido como um "erudito" em diversas áreas. Delas, a que nos parece mais constante, pelo menos até 1933, diz respeito à agricultura. Neste tocante, ele não se limitou à assistência social e espiritual, mas à orientação econômica e técnica: informa os agricultores sobre os dispositivos legais de interesse do agricultor existentes no Brasil, incentiva a criação de cooperativas agrícolas como uma arma contra a crise econômica que assolava o país (1930 e 1933n), e edita uma série de panfletos de instrução sobre o cultivo de cereais, instalação de apiários, criação de animais de pequeno porte etc. (1934 e s/d).

A quantidade de impressos dedicados aos agricultores não se deve apenas à região em que atua, ou às suas ligações formais com o governo do Paraná. Um outro fator que merece destaque é a sua ênfase pastoral no que se refere ao auxílio mútuo (*Selbsthilfe*); e ele mesmo esclarece sobre a origem desta doutrina. Seu mentor é Wichern, que desde 1849 estimulou na Alemanha a criação de associações privadas de auxílio mútuo, quer de caráter filantrópico, quer de caráter cooperativo. Autor do conceito de missão interna (*Innernmission*), Wichern entende que a fé resulta no amor, e o amor deve se renovar interna (entre os fiéis) e externamente (com aqueles que caíram na fé). Assim, aos pobres dispensa-se, de forma prática, o sentimento de comoção, o mesmo sentimento que Deus dispensa a todos os homens.

Para Brepohl, a melhor forma de seguir aquelas ordenações no mundo contemporâneo era através do cooperativismo, e não nas formas empresariais capitalistas (1932d). Daí seu empenho em criar um espírito associativo, que levasse ao aperfeiçoamento patriótico, moral, religioso e econômico do *Volkstum*.

As associações se tornam também um local privilegiado para o estímulo das relações sociais não-políticas; ali se intensificam a amizade, o companheirismo e a fraternidade; ali eles reforçam sua coesão social, ao abrigo das vicissitudes do mundo exterior.

Esta mentalidade é também uma herança da cultura alemã. Segundo Nipperdey (1976, p. 174 e ss.), o associativismo se generaliza na Alemanha desde o século XVIII, possibilitando um convívio para além das necessidades imediatas de seus membros; é nestas múltiplas e diversificadas entidades que os indivíduos encontram ocasião para se comunicarem subjetivamente, expressando nestes pequenos espaços o seu próprio eu, passando a ser reconhecidos pela sua arte, seu caráter, talentos e necessidades emocionais, e contribuindo, aos seus próprios olhos, para o progresso cultural (*geistliche Fortschritt*). Neste sentido, "o associativismo se apresenta como um corretivo necessário contra os perigos da vida moderna", em que o indivíduo se transforma em um mero dado estatístico de uma massa despersonalizada.

Tendo em vista estas experiências, Brepohl estimulava não apenas as iniciativas voltadas às necessidades econômicas de seus paroquianos ou leitores, mas também a criação de inúmeras *Vereine*, que favorecessem a união dos teutos de acordo com suas aptidões e gostos pessoais.

A popularidade conquistada por Brepohl nas colônias menos importantes para o conjunto da sociedade teuto-brasileira, e portanto menos visitadas pelos agentes "oficiais" da Liga Pangermânica, devia ser estimulada, em parte, por alguns membros dos poderes locais, pois suas atividades, em logrando sucesso, inibiriam outras formas de organização de caráter representativo, já que suas orientações não pressupunham quaisquer reivindicações políticas. Contudo, este agente informal de controle social não deixaria de afetar, ainda que marginalmente, os interesses dos segmentos sociais mais abastados, pertencentes ou não à comunidade teuta.

Seyferth em 1974 demonstra que, pelo menos em Santa Catarina e no Paraná, o desenvolvimento econômico deste subgrupo provocou diferenciações sociais significativas: segundo a autora, a partir da década de 1930, quando a produção dos colonos passa a ser mercantilizada com maior intensidade, ferramentas agrícolas e outros instrumentos para a abertura de estradas e construção de moradias passam a ser comercializadas com maior dinamismo, em estabelecimentos que os colonos chamavam de venda. Estas funcionavam como órgãos financiadores, uma vez que realizavam empréstimos a juros no período de entressafra, e armazenavam os produtos, a título de hipoteca. Esta transação permitiu-lhes o acúmulo de uma renda que seria aplicada no setor urbano (fábricas, comércio e serviços). Com o empobrecimento dos colonos, decorrente de seu endividamento e da fragmentação de terras, eles migravam para as cidades, transformando-se em mão-de-obra de baixo custo nas empresas de seus "camaradas de etnia". Este mecanismo foi indiretamente contestado por Brepohl, que o interpretava como a ante-sala do processo de proletarização dos emigrados (1932c). Sua atitude não deixa de encontrar uma certa oposição, e o próprio Brepohl faz referência a isto. Em alguns de seus panfletos, menciona que tem recebido muitas críticas por estar interferindo nos negócios seculares, ele, que deveria se restringir às tarefas vinculadas exclusivamente à fé. Além disto, era um estrangeiro a interferir em questões relativas à política nacional. Mas há ainda uma outra acusação, que parece provocar em Brepohl uma indignação mais violenta; a de que ele não era verdadeiramente um pastor, pois não tinha freqüentado nenhuma universidade na Alemanha (1933g). O nome do autor desta denúncia não é declarado por Brepohl em sua réplica, apenas o título do seu artigo, a saber, "Pestilência nas Trevas", publicado no jornal *Neue Deutsche Zeitung*. Não se sabe se a referida crítica foi realizada por um agente do mundo secular, insatisfeito com a sua atuação em favor dos colonos, ou por um pastor acadêmico, descontente com a liderança do outro. Fosse quem fosse, a resposta de Brepohl é incisiva: reconhece, muito ofendido, que efetivamente "é um pastor independente da *Landeskirche* (Igreja Territorial), não sendo emissário do Supremo Conselho Eclesiástico de Berlim", e que se filiou ao sínodo de Santa Catarina e Paraná por "opção própria, recebendo uma renda anual da Alemanha equivalente a apenas mil dólares". Confirma que não pôde freqüentar uma universidade porque seu pai era um pobre mineiro, mas que, mesmo assim, estava consciente de que cumpria com absoluta dedicação a sua tarefa, que era a de ser fiel a Deus, servir ao *Volkstum* e ao *Deutschbrasilianertum*[30](1933g).

Nesta mesma conjuntura insinua-se também, segundo suas próprias referências, que o pastor Brepohl não apenas ousa interferir nos negócios seculares, mas também mantém um negócio próprio, qual seja, o comércio de livros. Para responder a tais comentários, Brepohl redige um artigo extremamente polêmico, o qual reeditará por diversas vezes e em vários periódicos, em parte ou na íntegra:

aí, ele não se limita a fazer sua defesa pessoal, mas estende as agressões de que foi alvo a toda a coletividade de origem germânica, denunciando por fim seus reais adversários.

Nesse impresso, coloca-se contra um outro grupo étnico, a saber, o povo judeu. *Minha luta contra os engodos judeus ao idealismo dos alemães no exterior* (1931) aborda a questão judaica e suas conseqüências para a comunidade de alemães no Brasil. Descreve detalhadamente suas estratégias contra as armadilhas preparadas por eles para prejudicar os teuto-brasileiros. Mas em que consistem tais armadilhas? O autor esclarece sobre uma propaganda de um clube de leitura pretensamente criado para a divulgação da cultura alemã na América do Sul, nos anos de 1929 e 1930. Na realidade, segundo o autor, não se tratava de um clube, mas de uma empresa fundada pelo judeu polonês Ivan Rothgiesser, em Berlim. Segundo ele o *Deutschtum* estava sendo utilizado como "vaca leiteira" para os interesses financeiros daquela empresa; aliás, seu proprietário só conseguiu consolidar seus negócios porque na República de Weimar muitos juristas eram de origem judaica e a *Deutschbuchgemeinschaft* – DBG (Clube de Livros alemães) foi por essa razão vitorioso em diversos processos que perpetraram contra ele. Recebiam donativos para editar livros a serem vendidos no exterior, mas destinavam-nos à sua própria recuperação financeira. Acusa os membros do DBG de estarem filiados ao judaísmo mundial, numa clara alusão ao mito da conspiração judaica, difundido pelos "Protocolos dos Sábios de Sião".

O desenvolvimento econômico dessa empresa prejudicava outros livreiros alemães, graças às suas características oligopólicas. Se, para efeitos de propaganda, ele se colocava como uma entidade sem fins lucrativos, juridicamente não o era, pois, seus oito mil sócios não tinham direito de voto nas suas deliberações. E pior, realizava uma propaganda fraudando autores alemães (cometendo crime de falsificação), como é o caso da obra de Gustav Freitag, *Soll und Haben*.[31]

No Brasil, Rothgiesser também tinha seus representantes (homens de confiança). O mais importante deles era o senhor Alfred Hodtke, membro da Ordem da Juventude Alemã, que escrevia num jornal de tendência comunista, cujo nome não é citado. Este representante teria formulado críticas contra as denúncias feitas pelo autor em questão. Nela, observa que o cristianismo de Brepohl se permite agredir judeus (contra a prática da tolerância, preconizada pelos protestantes). Argumenta ainda que o importante era a tarefa de divulgar a literatura alemã e não de investigar a origem étnica de seus autores. Além disto, do sucesso do mesmo dependia o sustento de centenas de alemães. Segundo Hodtke, a DBG não discriminava seus sócios; pelo contrário, oferecia abatimentos àqueles na compra de livros.

Em relação a esse artigo, Brepohl recorre à crítica à mentalidade burguesa, própria dos judeus e desse seu seguidor; pois, em nome das vantagens oferecidas pela DBG, relevam-se as origens de seus proprietários. Lembra um poema alemão, o qual menciona que "Lutero, Gotsched, Goethe e Bismarck não pedem conselho a estrangeiros" (1931, p. 18).

À acusação de que não possui uma postura cristã ao discriminar judeus, argumenta:

> Nós alemães podemos verdadeiramente deixar judeus e outros povos viverem entre nós em paz (...) eu não sou anti-semita. Deixo para os judeus o que a eles lhe pertence. (1931, p. 17)

Ainda,

> Isto se trata de algo mais relevante do que um debate religioso entre judaísmo e cristianismo, algo totalmente diferente de uma mera maledicência de um cristão contra judeus. Trata-se da arte e sabedoria alemã. A questão não é religiosa, mas ética, é uma questão racial (*Rassenfrage*). (p. 22)

Contra estas e outras acusações de que foi alvo, Brepohl cita ainda o pronunciamento do editor da *Neue Deutsche Zeitung* a seu favor. Este afirma a legitimidade do anti-semitismo e alerta as autoridades constituídas (no caso, o Consulado alemão) para que se tomem providências cabíveis contra tais atividades. Há várias menções de outros jornalistas que tentaram publicar artigos contra a DBG; no entanto, eles foram censurados pela "Juventude", que ameaçou boicotar quaisquer publicações que criticassem a referida entidade. Isto se deve, segundo o autor do panfleto, ao fato de estar essa Ordem sob a influência das idéias da "Rosa Vermelha".

Finalmente, Brepohl conclui pela condenação da DBG, solicitando aos alemães do sul que não comprem seus livros, pois, assim procedendo, estarão colaborando para que quinhentos mil judeus continuem a explorar os sessenta milhões de alemães espalhados em todo o mundo.

Em síntese, são essas as preocupações que o texto levanta: um conjunto de denúncias e uma exortação contra um grupo étnico que praticamente não existia no interior dos estados sulinos. Por que, então, tanto estardalhaço contra uma pequena empresa? Suas referências são claramente as de Berlim, não as de Curitiba ou mesmo do Rio de Janeiro. Com certeza, considerava importante narrá-las aos teuto-brasileiros, principalmente porque tanto Ivan Rothgiesser como Rosa Luxemburgo faziam parte, conforme sua ótica, de uma conspiração mundial que poderia afetar aquela comunidade, dada sua estratégia internacionalista. E que, bem poderia ser, já a estava afetando, não somente com a venda de livros fraudados, como pelo espírito capitalista e explorador que contaminava a muitos, alguns inclusive alemães de origem.

Mas talvez, e não de forma excludente, Brepohl quisesse chamar a atenção de outros interlocutores que não apenas os teuto-brasileiros. Para tanto, o cenário principal de onde partia sua narrativa tinha de ser necessariamente Berlim, onde anti-semitas como ele suspeitavam, igualmente, das reais intenções dos livreiros que possuíam negócios no exterior. E o título do artigo é bastante sugestivo; "Minha luta..." pode estar a enunciar a identificação do autor com as idéias nacional-socialistas. Afinal, *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, e seu anti-semitismo voraz, tinha sido publicada na Alemanha em 1927, e possivelmente já chegara às suas mãos, assíduo leitor que era dos textos compostos em seu país de origem, e em cujos periódicos tinha conseguido, algumas vezes, publicar suas próprias idéias.

Se esta era a geopolítica de Brepohl, tornava-se absolutamente procedente alertar para o fato de que o espírito capitalista, que adquiria conexão de sentido com as atividades dos industriais sedentos pelo lucro em Santa Catarina, Paraná e Berlim, bem como o perigo comunista, que se infiltrou na Ordem da Juventude Alemã de Porto Alegre e entre os adeptos da "Rosa Vermelha", estavam todos a conspirar contra a pátria, e os germânicos precisavam estar prontos para a defesa. Mesmo que aqui não existissem tantos judeus, as suas ações na Alemanha já eram bastantes para que os imigrantes se integrassem na luta a favor do *Deutschtum*; afinal, como já postulara a Liga Pangermânica, não se tratava apenas de uma etnia entre as demais, mas de uma raça superior.

5.2.4 A abolição das fronteiras

Num panfleto de 1933,[32] Brepohl anuncia:

> O liberalismo está morto. E com ele, todas as suas formas de manifestação foram também enterradas. Ao invés de se pensar nos interesses individuais, agora se pensa coletivamente, não no bem estar individual, mas coletivo.
> Os social-democratas, que em nada diferem dos liberais, e que serviram como médicos à beira da cama do paciente agonizante, também estão enterrados.
> A política está eliminada, e com ela, uma economia pautada no princípio corporativo.
> A influência do judaísmo deixará de existir; eles correspondem a apenas um centésimo da população, e como um centésimo devem ser tratados;
> Renasce uma nova visão, que não é política, e que na verdade já existia na Idade Média, época em que a Alemanha não estava influenciada pela revolução francesa, e que é o sentimento de *Volksgemeinschaft* (comunidade étnica) e de *Blutsgemeinschaft* (comunidade de sangue). (p. 5-8)

Assim apresenta o jornalista a novidade da vitória do nacional-socialismo a seus leitores. O liberalismo, o marxismo, os judeus e a política, ou seja, o mundo exterior, desapareceu. Tudo o que ameaçava o *Deutschtum* perdeu sua relevância, pois a revolução de 1933, ao contrário de 1918, é verdadeiramente uma revolução. Não se trata da mudança de uma forma de Estado para outra, mas

> Ela supera o estado e incorpora a vida espiritual e intelectual de nossos camaradas da Alemanha, para forjar os fundamentos para suas ações. Esta revolução, segundo Goebels, não é só nacionalista, mas nacional-socialista; é feita para o povo, e são os pobres que estão agora no poder. (p. 16)

Para Brepohl, e isto particularmente no que se referia aos teuto-brasileiros, aquele que se julgar um nacional-socialista tem de abrir mão de suas riquezas. Só os pobres interessam à revolução.

O ano de 1933 é um ano em que Brepohl se dedicará intensamente à atividade de redator. Reedita alguns panfletos sobre ciganos (um dos primeiros temas de seu interesse),[33] sobre os alemães do Volga e até escreve sobre um tema para ele novo, a saber, a história do Brasil, em que indivíduos como Maurício de Nassau – na realidade, um alemão, e não um holandês –, D. Pedro II, filho de uma austríaca, e os cientistas alemães que vieram com Cabral para o Brasil são os personagens privilegiados. Edita também discursos e poemas de escritores alemães, informa sobre o sucesso econômico da Alemanha e comenta suas visitas a diversos acampamentos de jovens, torneios e campeonatos esportivos, a organização de sociedades femininas, encontros de entidades teuto-brasileiras. Mas, curiosamente, os textos relativos à doutrina pietista parecem ficar num segundo plano, reaparecendo apenas no final dessa mesma década. E, é claro, dentre estas brochuras, os acontecimentos relativos ao ascenso de Hitler e do nacional-socialismo merecem o maior destaque.

Em outro destes panfletos (1933f), Brepohl esclarece as razões por que os teuto-brasileiros devem celebrar o evento; para o autor, a vitória "deste herdeiro de Bismarck" diz respeito também ao povo alemão no exterior. Porquanto, além de ter sido responsável por estabelecer um marco decisivo na história alemã, possui semelhanças com os *Auslanddeutschen*, uma vez que ele também foi um homem que não nasceu no *Reich* e que teve de lutar para que sua cidadania fosse aceita. Segundo o próprio Hitler, conforme citação de Brepohl,

> Cada homem de sangue alemão, independentemente de onde ele tenha nascido, é indiscutivelmente alemão do *Reich*. (1933f, p. 5)

Isto significa que o *Führer* reconhece que os alemães do exterior têm os mesmos direitos em face da pátria-mãe – daí sua promessa de ampliação do espaço vital, com o que, embora não se mencione como tal projeto será concretizado, deve ficar evidente que os principais beneficiários serão os *Auslandsdeutschen*.

Em seguida, nesse mesmo panfleto, cita os trechos mais importantes, segundo seu próprio entendimento, do discurso de posse do novo chanceler, que são:

> -Generoso aperfeiçoamento da pensão dos idosos, por meio da estatização destes serviços;
> -Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e co-responsabilidade na concretização das tarefas administrativas do empreendimento;
> -Confisco ou eliminação de bens adquiridos de forma ilegal, ou seja, que não correspondam ao trabalho honesto, sendo tais recursos aproveitados para a assistência social;
> -Educação da juventude, liberdade de religião e pensamento, com proteção especial à religião cristã;
> -Proibição do ensino de doutrinas que sejam contrárias à moral alemã e cujo conteúdo venha a ferir o caráter do povo;

> -Repressão contra todas as más influências, veiculadas pela imprensa, artes cênicas, artes em geral e cinema;
> -Ensino público que forme o jovem para o exercício da liderança. (1933f, p. 11-2)

Os pontos por ele assinalados não comportam nada de espetacular. O ensino público, ou a pensão para idosos, por exemplo, inscreviam-se como *slogans* já banalizados em diversos partidos e programas europeus havia algum tempo. Particularmente na Alemanha, eles estavam presentes desde o século XIX, quando, sob a pressão por reformas sociais, Bismarck inaugurou uma série de medidas favoráveis à ampliação de benefícios à classe trabalhadora, para reduzir o efeito da propaganda de seus opositores.

O conflito ou eliminação de bens adquiridos de forma ilegal nos sugere, numa primeira leitura, uma medida que o Estado, mais especificamente, a polícia, já arreglara para si desde sua institucionalização, e que independia relativamente de um programa partidário. Quanto à proibição do ensino de "doutrinas contrárias à moral alemã" e a "repressão às más influências", ainda que possa aparentemente representar uma inovação em face da democrática e liberal República de Weimar, eram medidas que já constituíam uma tarefa de governo em diversas instâncias oficiais; lembre-se que o próprio Brepohl fora nomeado pelo Ministério da Cultura prussiano na década de 1910 como censor de filmes e de literatura "pornográficos". Mesmo o anti-semitismo já se alojara no imaginário social europeu nas últimas décadas, e neste tocante as medidas efetivamente inovadoras do governo de Hitler contra este grupo étnico só ficariam claras para Brepohl um pouco mais tarde.

Essa mesmice, que soa ao autor como uma novidade, não pode ser pensada como um dos sinais de fragilidade do movimento totalitário. Pelo contrário, é aí que reside uma de suas forças: afinal, esses discursos não só podiam ser entendidos por qualquer um, como podiam ser proferidos por qualquer um. Nesse período, encontra-se uma infinidade de impressos que se dedicavam a veicular a necessidade de atender os pobres, as crianças, os desempregados, a moral cristã etc. e que se prestavam como retórica para diversos políticos, até certo ponto, independentemente de sua filiação partidária.

A propósito deste mecanismo, Adorno afirmou, com toda a propriedade, que o líder das massas nos regimes fascistas representa menos a figura de um super-homem, e mais a projeção coletiva do ego impotente de cada indivíduo. Assim, quanto maior for sua semelhança com o homem comum, maiores as garantias de sua popularidade. Atento às funções desempenhadas por Hitler no jogo de sedução do regime, ele relembra Charlie Chaplin, no filme *O Grande Ditador*, ao sugerir a semelhança entre o *Führer* e o barbeiro do gueto (1985, p. 220-1).

E o próprio Brepohl parece seguir este modelo. Se até então, os impressos se caracterizavam pela diversificação de temas, citações de autores eruditos e uma densa retórica, naqueles que se dedicam a anunciar a vitória de Hitler são utilizadas apenas algumas dezenas de palavras e dois ou três argumentos, repetidos insistentemente e válidos como solução para os mais diversos problemas, fossem políticos ou pessoais. Em síntese, ele afirma que o nacional-socialismo reforça o *Deutschtum*, o *Deutschtum* é a nação, a nação, uma grande família, o *Führer* o pai, ou, mais precisamente, o primeiro irmão de todos os alemães (1933, p. 10-1).

Já no que se refere ao aspecto religioso, em face do racismo explícito da "nova doutrina", sua linguagem se reveste de um caráter peculiar, pois não se limita ao mero repetir das palavras do *Führer*, ainda que as reforce indiretamente. Para ele, com a vitória do nacional-socialismo, a raça germânica se eleva à categoria de raça eleita, com uma missão que não se limita somente ao seu próprio clã, mas deve se estender a todos os povos.

E nisto Brepohl não está sozinho. Recorde-se que a preservação da integridade da raça como um mandato divino eram "verdades" amplamente aceitas e correntes entre os pastores teuto-brasileiros havia algum tempo. Se, de início, o *Deutschtum* foi um sentimento que se buscava emular com o luteranismo para garantir a preservação de uma confissão religiosa, aqui ele é pervertido em favor da idolatria à nação alemã.

Ressaltemos as palavras de Hermann Dohms, presidente do Sínodo Riograndense, proferidas nessa mesma conjuntura:

> O novo conhecimento que Hitler e seu nacional socialismo 'presenteou o mundo, esclarece que a humanidade não consiste de homens, mas de diferentes etnias, povos, raças. Humanidade é pois mediada pela comunidade de sangue, do povo com sua alma, seu próprio caráter, sua especial peculiaridade e dons naturais. Isto determina o conceito de missão no Rio Grande do Sul, o qual pode ser compreendido pelo conceito de *Volksmission* (missão popular). (Dohns, 1933, p. 91-2)

Numa linguagem menos elegante, este mesmo raciocínio poderia ser traduzido pelas palavras de Hitler, num texto mencionado de forma elogiosa por Brepohl quando tenta explicar a seus leitores por que os judeus se caracterizam como uma anti-raça:

> Cada animal só se associa a um companheiro da mesma espécie. O abelheiro cai no abelheiro, o tentilhão com o tentilhão, a cegonha com a cegonha, (...) Esse instinto que vigora em toda a natureza, (...) tem por conseqüência não só levantar uma barreira poderosa entre cada raça e o mundo exterior, como também uniformizar as disposições naturais. (Hitler, 1983, p. 185-6)

Ou ainda,

> O germano do continente americano elevou-se até a dominação deste, por se ter conservado mais puro e sem mistura; ali continuará a imperar, enquanto não se deixar vitimar pelo pecado da mistura do sangue. (idem, p. 186)[51]

A semelhança destes discursos com os de Brepohl reforça nossa hipótese de que ele aboliu de vez as fronteiras entre a Alemanha e o Brasil. Este espaço imaginário da germanidade, que transcende os limites territoriais, é decorrente, segundo nossa opinião, de suas próprias experiências: Brepohl se encontrava na Alemanha quando eclodiu a grande guerra, foi testemunha dos efeitos psicológicos do Tratado de Versalhes sobre as classes médias, sentiu-se igualmente humilhado com a situação econômica dos desempregados e emigrantes. Depois, já no Brasil, assistiu a uma comunidade formada por uma parte deste mesmo segmento social, indivíduos que "não puderam ficar em seu país enquanto tantos outros sangues estrangeiros gozavam do direito de cidadãos" (1933, p. 4), e, ele próprio, não ascendeu a cargos no meio secular ou eclesiástico graças às intrigas de caráter político-partidário. Em suas elaborações sobre o processo histórico que lhe concernia, o Brasil não desempenhava senão o papel de domicílio, oxalá provisório.

Além disto, podemos detectar uma identificação pessoal do narrador com o narrado: num de seus escritos, assim como na seleção dos pontos programáticos do NSDAP no poder, Brepohl seleciona também episódios da vida do *Führer*, os quais, mesmo arriscando uma certa especulação de nossa parte, parecem-nos representar uma determinada projeção da própria vida do escritor.

Na biografia que realiza sobre Hitler (1933f), apresenta-o, como já se mencionou, como um *Auslanddeutscher*, alguém que, embora "alemão", vivia à margem dos principais acontecimentos de seu país.

O *Führer* procedia de uma família pobre; seus avós eram simples camponeses, o pai, um operário e a mãe, uma carinhosa senhora. Embora o pai, pelos seus próprios esforços, tivesse conquistado um emprego pouco melhor remunerado como funcionário da alfândega, logo veio a falecer, o que também ocorreu três anos depois com a mãe. A única herança que lhe deixaram os "humildes pais" (*sic*) foi o amor à pátria e o gosto pela literatura alemã.

Hitler é admirado também por ter se alistado voluntariamente na guerra; mas, apesar de toda a sua coragem, não foi reconhecido. Como não foram reconhecidos seus talentos de autodidata, pois à época, só importavam as formas de conhecimento autorizado como critério de ascensão social.

Todavia, quando um professor bem instruído foi por ele superado, dada sua capacidade de discursar, já se podia prever aquilo que viria em seguida. Nas palavras do autor:

> Quisesse a inteligência triunfar sobre os funcionários e oficiais e ela estaria perdida, senão oficialmente expulsa. Hoje, estes falsos eruditos têm que aceitar um cabo como chanceler. (1933f, p. 8)

A herança deixada pelos pais de Adolf, segundo a interpretação do biógrafo, qual seja, o amor à pátria e o gosto pela literatura, chamou-nos sobremaneira a atenção; a pátria mãe (*Heimat*) sempre fora, desde que Brepohl era jovem, descrita como merecedora de um amor ilimitado e sacrificial, mas também terno e por vezes passional, um sentimento que ele não pôde vivenciar em seus laços familiares. Todavia, esta não era uma experiência exclusiva e restrita ao indivíduo Wilhelm; ela está muito próxima daquilo que o psicanalista Wilhelm Reich concebe como o fundamento psicológico do narcisismo nacional, típico do pequeno burguês proletarizado, que se reencontra a si próprio no chefe, experimentando-se a si mesmo como defensor do povo (*Volkstum*) (1974, p. 61 e ss.).

Além da similaridade nas origens sociais de ambos, Brepohl, como Hitler, julgava-se também um autodidata, que teve de se defrontar com os eruditos da Igreja Territorial, tanto quanto com políticos dos meios seculares. Mas agora, se ele pudesse ser reconhecido como um representante do movimento no Brasil, teria finalmente a chance de ampliar seu próprio espaço vital. E, embora o pastor não tenha sido um soldado na grande guerra, ele experimentou, como funcionário da Cruz Vermelha, os sofrimentos de seus co-cidadâos fora dos campos de batalha.[35]

Mas voltemos ao aspecto religioso. Afirmamos que, ao rastrearmos as publicações editadas no período imediatamente posterior ao ascenso de *Hitler*, não encontramos nenhum impresso vinculado às reflexões sobre a doutrina pietista, sua principal temática até então. Mas esta ausência é aparente; ou, se ela de fato ocorreu, isto se explica porque os artigos de fé por ele defendidos foram substituídos na sua função por alguma outra coisa que parecia ter a mesma eficácia; e é ele mesmo quem define sua nova soterologia.

Das ganze Deutschtum soll es sein (Deve prevalecer a germanidade integral, 1933) celebra a unidade do povo alemão, unidade que até então "só podia ser conhecida em sonhos, ou na memória dos ancestrais" – precisamente, aqueles que venceram os romanos na floresta de Teutoburgo no ano 9 d. C. Unidade que se manifesta nas pequenas e grandes associações, mas também individualmente, "pois corpo e alma estão ligados agora por uma mesma vontade".

Em seguida, retoma um de seus temas favoritos, qual seja, os malefícios do capitalismo, interpretando-os como um sintoma do domínio do deus Mamon sobre o mundo. Este atuava por meio dos homens de negócios internacionais, os governantes corruptos, os desordeiros. Contra ele, o velho Deus, "que não abandona um alemão em suas necessidades", enviou Hitler, um homem de autêntico sangue alemão, o verdadeiro Fausto sonhado por Goethe, um soldado que derramou voluntariamente seu sangue na guerra, operando um sacrifício em honra de seu povo, e tornando-se assim o herói há tanto tempo esperado.

Mais adiante, Brepohl realiza um outro comentário inspirado nas Escrituras; afirma que, desde tempos imemorais, o número sete é um número sagrado, e que foram exatamente sete pessoas que fundaram o movimento de libertação da Alemanha.[36] E foi graças à perseverança destes sete homens que aqueles ideais foram se multiplicando até que, em 12 de novembro de 1933, data do plebiscito que concedeu plenos poderes ao chanceler, 40.588.800 pessoas disseram sim a Hitler. Daí nasceu a unidade, unidade que já produziu os seus efeitos; "agora, até os franceses reconhecem que a Alemanha não pode ser tratada como um negócio dos aliados" (p. 5). E acrescenta ainda que "ninguém mais duvida que Hitler exerce o domínio sobre o caos. Agora, é hora de trabalhar, trabalhar com todas as energias, pois o proletariado unido exercerá, com toda a certeza, o poder" (p. 8-9).

Eis aí algumas passagens que estão a enunciar um pietismo que perdeu sua inocência: A unidade não se limita a uma condição existencial, que traz consigo a alegria pelo sentimento de fraternidade, mas exerce uma função objetiva, que é a de gerar força e, da força, o poder. Doravante, não seria mais suficiente a liberdade interior, e nem se esperaria somente uma atitude de obediência em face do poder temporal, mas uma submissão ardente e voluntária, mesmo porque nenhum poder temporal resiste a uma autoridade que lhe é transcendente. Ao adotar esta cosmovisão, o pietista rompe com Lutero e revela uma outra face: o desejo de um *kayròs* profano e o sentimento de vingança contra aquele que não compartilha de seu mundo.

Numerologia, sacrifício de sangue, um salvador que procede do próprio clã, são excertos da mística judaica que inauguram a chegada de um outro salvador, que destruiria a história e, segundo a fé milenarista, reinaria sobre toda a terra:

> Desperta, Alemanha, teu salvador se aproxima,
> O amado servo, o arrimo dos pobres
> Conduzirá o proletariado unido
> Como o primeiro irmão de todo o mundo.
> (...)
> Povo alemão, aproxima-te de Hitler!
> Da força, a unidade: ele é o herói
> Que conduz à vitória o proletariado alemão,
> para salvar todo o mundo!
> (1933, p. 10-1, estrofes de um poema de autoria não mencionada, que finaliza a narrativa de Brepohl.)

Todavia, para que a Teonomia imaginada por Brepohl chegasse aos teuto-brasileiros, era necessário que aquele povo aclamasse um líder e formasse um Estado. Ou, de outra maneira, que o Senhor dos Exércitos enviasse uma força militar para impor-lhes um governo. Mas Deus ficou em silêncio.

5.2.5 A chegada ao Brasil

No dia 9 de janeiro de 1934, Brepohl envia uma carta a um funcionário do Ministério de Propaganda, solicitando material para divulgação da literatura alemã na América do Sul. Apresenta-se como um homem já conhecido como nacional-socialista desde a década de

1920. Como prova da sinceridade de suas palavras, envia em anexo o panfleto *Nationalsozialistische Revolution und Volksgemeinschaft*, publicado no Brasil. Em seguida, encomenda cinqüenta exemplares do *Mein Kampf*, livros de contos dos irmãos Grimm e outros livros que porventura tenham sido publicados sobre a revolução, além de revistas e almanaques para entretenimento do público leitor feminino.

Como resposta, recebe uma correspondência assinada por Rosenberg, que o parabeniza pela divulgação do nazismo no exterior. A partir daí, mantém correspondências regulares com os funcionários do regime, e passa a publicar no periódico que edita (*Deutsches Volksblatt für Paraná und Santa Catarina*) as matérias que recebe da *Auslandsorganization* e os discursos de Goebels, Rosenberg, Hitler e Cossel, este último, líder do NSDAP no Brasil.

De 1935 a 1941, as publicações deste autor vão se tornando cada vez mais raras; as medidas coercitivas do Estado Novo, que restringiram tais atividades, não deixariam de afetar também a editora de Brepohl. Deste período, pouco se sabe a seu respeito, a não ser que até mesmo os membros do consulado alemão passaram a considerar os escritos de Brepohl com relativa reserva, pois poderiam prejudicar as boas relações diplomáticas entre os dois países.

Em 1943, quando o Brasil já estava em estado de guerra com a Alemanha, seu filho mais velho envia, através da Cruz Vermelha Internacional, alguns mantimentos para a irmã, que se casara e residia na Alemanha. Na encomenda anexa um bilhete, informando que seus pais ansiavam por notícias, pois o marido havia sido recrutado pelo exército alemão. Por meio deste, os Brepohls são localizados pela polícia política e internados na Colônia Penal Agrícola de Porto Alegre em 8 de junho de 1943. Dos quatro, só o pastor ficaria preso por mais tempo e, mesmo quando solto, seria posto sob o regime de liberdade vigiada até o final do ano de 1945.

Os motivos que levaram à sua prisão são publicados na revista "Vida Policial" de Porto Alegre, um impresso que manteve durante toda essa conjuntura uma coluna intitulada "Cortando as asas do nazismo". Nesta, relatavam-se numa linguagem sensacionalista, a "luta do governo brasileiro contra o quinta-colunismo", matérias ilustradas com fotografias, caricaturas, nomes e endereços de "nazistas notórios". Um dos alvos prediletos da revista eram os pastores protestantes. Esta escolha não se deveu apenas à efetiva adesão deste subgrupo ao movimento,[37] mas principalmente por serem eles um instrumento extremamente eficaz de contra-propaganda; como reagir a um povo em que até mesmo os religiosos, formados para defenderem a fraternidade e o amor, pregavam o racismo, a guerra, a violência?

O artigo sobre Brepohl é um exemplo desta prática. Neste, intitulado "O Bispo protestante jubilar Friedrich Wilhelm Brepohl; um cérebro brilhante sepultado nas densas trevas do nazismo", são descritas as razões pelas quais ele foi detido.

Inicialmente, a vida privada do autor é exposta a público, com dados coletados provavelmente de seu caderno de memórias, e interpretada a gosto do jornalista. Ele narra, por exemplo, episódios de sua infância, como os efeitos do alcoolismo do pai sobre a criança, a morte precoce da mãe, devido, segundo o periódico, às privações que o marido lhe fez passar, a convivência com os avós, sua paralisia nos membros superior e inferior direitos, seu fanatismo religioso e pela germanidade, e seu casamento com a filha do patrão.[38] No que se refere a este último comentário, considera-se que tal escolha se deveu a problemas psicológicos ("os quais somente Freud e Lombroso podem explicar"), pois sua família sofria de um complexo de inferioridade crônico, ambiente natural para que o vírus do marxismo se instalasse (p. 81).

Afirma-se ainda que veio para o Brasil em 1924, tão-somente para divulgar seu germanismo delirante e próprio de um elemento mentalmente desequilibrado; nessa ocasião, começou a manter correspondências com os nazistas, oferecendo-se espontaneamente para divulgar sua doutrina no Brasil. Na década de 1930, relata a reportagem, é recebido como hóspede oficial do *III Reich* e torna-se um representante do NSDAP; dada a relevância de sua tarefa como intelectual do nacional-socialismo, é dispensado de filiar-se formalmente ao partido, para não despertar suspeitas das autoridades gaúchas. Integrava um grupo que, não fosse a destemida eficácia da polícia, ganharia o Brasil para Hitler.

Para finalizar, a revista transcreve o conteúdo de diversas de suas correspondências, das quais, ainda que não tenhamos certeza da fidedignidade das fontes, são citadas aqui algumas partes à guisa de ilustração:

> De F. W. Brepohl a Adolf Hitler:
>
> Excelência! Por uma casta de mexeriqueiros propalou-se, aqui, entre o elemento germânico, que Vossa Excelência bem como o nacional-socialismo em geral, tinha, de social, apenas a aparência.

> (...) Tal notícia provocou inquietação entre o povo germânico. As inúmeras perguntas apreensivas foram por mim respondidas em meu jornal (...) Meu jornal, desde o início de seu aparecimento, apesar de não ser um órgão do partido, manifestou-se decididamente, ao serviço de Vossa Excelência (...) (apud Vida Policial, jul-43, p. 126)

Da chancelaria do Reich a F. W. Brepohl:

> O senhor *Führer* manda transmitir os seus melhores agradecimentos pela vossa carta de 27 de julho (...) ele ficou muito satisfeito, (...) por verificar que V. S. é incansável em publicar, em vosso semanário, as verdades que encerram os pontos de vista do nacional-socialismo. Também expressa os seus agradecimentos pelo fato de haver V. S. comprado elevado número de exemplares da obra *Minha luta*, a fim de propiciar aos trabalhadores alemães aí residentes uma oportunidade de se familiarizarem com o nacional-socialismo. (idem, p. 126)

O jornalista conclui com a afirmativa de que o pastor não deveria nunca mais sair da prisão, pois já era muito idoso para se recuperar. Afinal, o governo não podia aceitar que células doentes ou estranhas contaminassem o corpo da nação.

Posto em liberdade, Brepohl não escreveria mais para nenhum *público leitor; refazia suas memórias*, lia trechos da Bíblia e os livros que restaram de sua biblioteca, anotava, dia a dia, em seu calendário, suas devocionais, o dia do nascimento dos netos, datas de aniversário de amigos e parentes, o falecimento de pessoas conhecidas.

NOTAS

[1] Esta região era composta pelo Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná e pelo Sínodo Evangélico de Santa Catarina, Paraná e outros estados, o qual englobava também as comunidades do estado do Espírito Santo.

[2] Grupos mais ou menos informais de diversas comunidades luteranas organizadas em virtude da pastoral especificamente ligada ao cuidado espiritual com os jovens. Surgiu em 1924 no Brasil, e buscava a formação de grupos de convívio para lazer, estudo da Bíblia e acampamentos, com o intuito de promover uma maior coesão destes indivíduos à igreja e à fé de seus pais, ameaçados pela sedução do mundo moderno e pelo risco da assimilação. (Ver: Deutsche Evangelische Blätter, 1924,1925,1926.)

[3] O termo liberal neste contexto não designa necessariamente uma contraposição ao socialismo ou ao conservadorismo no que se refere às questões sociais, econômicas ou políticas, mas à ortodoxia da Reforma e ao fundamentalismo. Segundo esta corrente, as revelações bíblicas devem se sujeitar às exigências da razão, o que implicou um maior estreitamento da teologia com as ciências humanas (Mondin, 1978). Sendo os *Deutsche Christen* adversos ao pensamento acadêmico e, de resto, à reflexão teórica em geral, dadas suas origens culturais, tais teólogos foram interpretados como inimigos da revolução.

[4] Esta corrente foi desenvolvida por Karl Barth, de quem trataremos a seguir, e influenciou, mais tarde, a "Teologia da Esperança" e a "Teologia da Libertação" na América Latina. (Ver: Mondin, 1978.)

[5] Karl Barth (1886-1968) atuava como professor de Teologia na Universidade de Bonn quando, em 1935, devido aos postulados que defendia, foi obrigado a retornar à Suíça, sua terra natal, onde continuou a influenciar seus seguidores. (Ver: Kupisch, 1971.)

[6] Carta de Karl Barth ao Pastor Giessel do Brasil, 1933, apud Prien, 1989, p. 414-5.

[7] Em maio de 1900, por sugestão da Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América, foi decretada uma lei eclesiástica que permitiu a

filiação individual de comunidades à Igreja Territorial da Prússia, o que facilitou a cooperação econômica daquela para com as comunidades da diáspora, e seria ainda um primeiro caminho para o estreitamento oficial da IECLB com a IECLA – o qual se consolidaria, como já mencionamos, na década de 1930. (Prien, 1989, p. 151.)

[8] Citamos, como contraponto a este comportamento, a política eclesiástica do Sínodo de Missouri, composto por diversas paróquias existentes na Região Sul e orientado por pastores luteranos dos Estados Unidos. Este jamais se comprometeu com a ideologia étnica e nem sequer aceitou filiar-se à Liga dos Sínodos Luteranos no Brasil.

[9] Escapa aos objetivos deste trabalho a análise da emergência de outros movimentos religiosos evangélicos no Brasil. Cite-se, apenas como exemplo, a Assembléia de Deus, que surgiu em Belém, por iniciativa de dois imigrantes suecos, e a Congregação Cristã do Brasil, composta por imigrantes italianos de São Paulo, nos anos 20, confissões que não contaram com qualquer sorte de apoio ou incentivo das igrejas institucionais de seus países de origem. (Sobre estas e outras correntes, ver: Hollenweg, 1976.)

[10] Acerca desta diversidade confessional dos primeiros pastores, ver: Dreher, 1984; Fugmann e Brepohl, 1927; Prien, 1989; Anais do II Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã, 1976; Anais do IV Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã, 1980; Encontro de História da Igreja, 1978; e, Haarbeck et alii, 1957.

[11] A *Gnadeauer Mission* foi uma entidade pietista paraeclesiástica que sofreu um processo de reavivamento espiritual, uma experiência que atingiu várias confissões evangélicas da Europa desde meados do século XIX. Pregava a conversão individual, uma intensa vida devocional e a propagação do evangelho; antepunha-se à ortodoxia luterana pela ênfase que dispensava à atuação do Espírito Santo (Confissão de Augsburg, Art. 5) e por não considerar o batismo infantil como uma garantia da salvação espiritual. (C. A., Art. 9)

[12] A *Gnadeauer Mission* iniciou suas atividades missionárias entre os imigrantes e seus descendentes nas regiões de colonização alemã de Santa Catarina, a partir de 1927. No final dessa mesma década, a *Marburger Mission* estaria desenvolvendo suas atividades no Paraná. Ambas as entidades inspiravam sua pastoral no corpo doutrinário pietista de orientação luterana e calvinista. (A respeito de seu desenvolvimento no Brasil, ver: Fuchs, 1982 e Haarbeck et alii, 1957.)

[13] O aguardo da segunda vinda de Cristo – o *kayròs* (intervenção decisiva de Deus na história, que se dá no final dos tempos) – não foi uma doutrina rejeitada por Lutero. Mas a crença no milenarismo, pregada pelos anabatistas e pelos pietistas do século XIX, que entendia que antes da ressurreição dos mortos os crentes dominariam o mundo por mil anos, foi condenada por Melanchton, que a concebia como uma doutrina exclusivamente judaica, e não cristã. (Ver: C.A., art. 17) (Sobre a fé dos pietistas no milenarismo, ver: Sauberzweig, 1959 e Legoff, 1986, p. 425-57.)

[14] Referimo-nos aqui em particular às falas de Hermann Dohms, o substituto de Rotermund, que se manteve no cargo de presidente do sínodo riograndense até 1956, e que defendia a tese de que a *Volkskirche* justificava a existência de uma doutrina religiosa com bases étnicas. (Cf.: Dohms, 1932 e 1933.)

[15] O livro *O queijo e os vermes* trata de um processo inquisitorial contra Menochio, um moleiro que viveu no norte da Itália no século XVI, e foi condenado como herético por antepor-se à hegemonia dos saberes eruditos da Igreja Católica.

[16] F. W. Brepohl,/Memórias/1941-43. Os manuscritos relativos às memórias de F. W. Brepohl foram apreendidos pela polícia política de Porto Alegre e parcialmente destruídos, restando apenas aquelas páginas dedicadas às suas experiências de infância e adolescência, e que foram preservadas pelo seu filho Teófilo Brepohl.

[17] Brepohl/Memórias...

[18] Landmann, 1979, e Maria Kötter/Entrevista, 1988.

[19] Os comentários aqui realizados se pautam principalmente em duas brochuras: *Wie gewinnt man das Volk für gute Literatur?*, 1917, e *Deutsche Kulturpflege im In und Auslande in den letzten 15 Jahren*, 1925.

[20] Maria Kötter/Entrevista/1989 e Teófilo Brepohl/Entrevista/1989.

[21] Dos escritos de Spenner, *Pia Desideria*, princípios sobre a fé cristã, constitui-se no principal documento do movimento, cf. Sauberzweig, 1977, p. 34-5.

[22] Não estamos nos referindo aqui à racionalização do trabalho com o objetivo de incrementar a produtividade e o lucro, uma mentalidade que se impregna, segundo Nipperdey, com o puritanismo calvinista, mas não com o pietismo de origem luterana. Segundo este autor, "o trabalho para Lutero é uma tarefa educadora, de caráter religioso, moral e social (...) o trabalho é antes de mais nada um serviço (...) e não está associado ao princípio do desempenho e do sucesso. (1986, p. 39)

[23] Dada a multiplicidade e diversidade dos movimentos pietistas, e das diferenças culturais de acordo com as regiões em que emergiram, não podemos deixar de assinalar que esta tendência não foi absoluta nem válida para todos os casos. Muitos de seus segmentos optaram por uma ação dirigida aos governos, reivindicando reformas sociais nas áreas de educação, saúde e outras. Sua doutrina, vinculada a uma cultura política que valorizava a simplicidade e condenava a pobreza, contribuiu para que seus membros se orientassem, em diversos momentos, em favor de práticas e discursos contrários aos dogmas da economia política, o que os levou a criar também, coerentemente a esta cosmovisão, inúmeras entidades que visassem à promoção do bem-estar social.

[24] Estes comentários são realizados a partir de um panfleto divulgado no Brasil, de autoria não mencionada. Mas, pelo conteúdo e citações, pode-se inferir que se tratava de uma prédica proferida por um pastor pietista da Alemanha, possivelmente na década de 1910, cujas idéias Brepohl assume como suas. (Brepohl, 1933*m*)

[25] Este estilo de narrativa é observado não apenas nos primeiros escritos de Brepohl, mas em todos aqueles que resultam de suas prédicas. Aí, ele descreve fatos concretos, como seu encontro com outras pessoas, ou impressões acerca de um determinado acontecimento ("eu mesmo presenciei...", "eu próprio estive lá"...). Assim procedendo, o narrador fixa sua autoridade enquanto um escritor que não se baseia apenas em informações ou teorias, mas como um efetivo ator do processo histórico em que pretende interferir.

[26] Ver ainda: Brepohl, 1917a.

[27] Textos selecionados para esta análise: Brepohl, 1917a, 1921, 1923a, 1932b, 1933a, 1939 e Fugmann e Brepohl, 1927.

[28] Wilhelm Fugmann foi também um pastor protestante, autor de diversos artigos e de dois livros acerca da imigração alemã. Era também pastor em Ponta Grossa e como Brepohl, um estudioso de etnologia e da cultura alemã. (Ver, a exemplo: Fugmann, 1926 e 1929.)

[29] O autor arrola as seguintes publicações, adquiridas por aquela comunidade: *Der Kompass* (A Bússola), *O Estado de S. Paulo*, *Deutsche Tagezeitung für Süd-Brasilien* (Jornal Alemão para o Sul do Brasil), *Stadt Gottes* (Cidade de Deus), *Ev. Lut. Gemeindeblatt* (Boletim da Comunidade Evangélica Luterana), *Christenbote* (O Mensageiro Cristão), *Glocken der Heimat* (Sinos da Pátria), *Nachrichten von Lapa* (Notícias da Lapa), *Wolgadeutschen Monatshefte* (Boletim Mensal dos Alemães do Volga), *Der Volksbote* (O Mensageiro Popular, editado por Brepohl em Ponta Grossa), *Die Neue Heimat* (A Nova Pátria, também de Ponta Grossa), *Deutsches Leben in Russland* (A Vida Alemã na Rússia).

[30] Não podemos concluir se estas duas designações são aqui utilizadas como sinônimos, ou se ele se refere ao povo enquanto seu rebanho por um lado, e à nacionalidade deste mesmo povo, por outro. De qualquer forma, esta é a única vez em que Brepohl faz menção ao teuto-brasileirismo. Nos textos que se seguiriam, ele abandona esta linguagem, cujo enunciado pressupõe uma dupla cidadania, e passa a adotar, como a Liga Pangermânica, os termos *Deutschtum* e *Auslandsdeutschtum*.

[31] No original, *Dever e haver*; Brepohl denuncia que o livro não foi editorado segundo os escritos originais, mas distorcido em favor de idéias judaicas.

[32] *Nationalsozialistische Revolution und Volksgemeinschaft*, 1933o.

[33] Não encontramos as primeiras publicações de Brepohl sobre os ciganos, editadas no período em que ele viveu na Hungria. Mas os impressos da década de 1930 demonstram que um de seus interesses por esta etnia residia no fato de ela possuir um comportamento endogâmico – para ele, um símbolo do valor que davam à preservação de sua raça. (Ver: Brepohl, 1932g e 1938a.)

[34] Embora o autor não faça uma citação explícita deste trecho, o capítulo "Povo e Raça", do livro *Mein Kampf*, parece ser um dos prediletos de Brepohl, pois ele entende serem aquelas teses inspiradas no discurso protestante de sua época. (Ver: Brepohl, 1931, 1932i, 1933f, 1933h e Fugmann, 1926.)

[35] Nesta função, Brepohl teve de viajar freqüentemente para os territórios ocupados da Alemanha, e mantinha correspondências com os prisioneiros de guerra, devido à sua tarefa de divulgador da literatura alemã. Segundo seu filho, "esta foi uma experiência que o marcou decisivamente, pois pôde testemunhar o tratamento dispensado a seus co-cidadãos pelos países inimigos, principalmente a França". (Brepohl, Teófilo/Entrevista...)

[36] O termo utilizado para referir-se à história da fundação do NSDAP, o qual, conforme o livro *Minha luta*, iniciou suas atividades com sete pessoas, não é partido, mas movimento; nas palavras do autor: "um pequeno grupo de apenas sete trabalhadores conscientes de seu *Volkstum* criou a célula germinadora, a qual, sob a liderança do *Führer*, fez nascer o *poderoso*

movimento que traria ao povo alemão a verdadeira liberdade" (1933, p. 4, grifos nossos).

[37] Segundo Martin Dreher (informação oral), embora a maioria dos pastores protestantes que aderiram ao nacional-socialismo fossem cidadãos alemães, e entre eles se encontrasse a liderança do movimento no Brasil, não foram estes os mais atingidos, pois, devido às ligações que mantinham com as autoridades ligadas à representação diplomática alemã, e, em alguns casos, com autoridades brasileiras, conseguiram obter visto de saída do país, ou mesmo a garantia de sua liberdade. Investigamos, sem muito sucesso, sobre os motivos que impediram Brepohl de usufruir dos mesmos privilégios. Por meio de uma fonte indireta, constatamos que desde 1934 a chancelaria do próprio *Reich* colocara Brepohl sob suspeita, por duvidarem que suas publicações objetivassem exclusivamente a divulgação da doutrina nacional-socialista, ou, em outros momentos, por serem excessivamente comprometedoras. (Memorando da chancelaria alemã ao consulado alemão em Curitiba, em 7/11/1934. Arquivo Nacional de Koblenz. Devo esta informação à especial deferência do Professor René Gertz.)

[38] Não dispomos de todos os manuscritos de Brepohl relativos à sua autobiografia, mas por meio de outras fontes não se confirma que Julia era filha de um dono de minas de Essen, mas de um proprietário da Hungria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e teses

ABECK, Helmut. *Colaboração germânica no Paraná nos últimos cinqüenta anos* (1929-1979). Entre Rios, 1980, 150 p.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, 254 p.

———. et al. *The authoritarian personality*. New York, John Wiley & Sons, 1964, 2 v.

———. *Adorno: sociologia*. São Paulo, Ática, 1986, 207 p.

AIÇOBERRY, Pierre. *La question nazie: les interpretations du national-socialisme; 1922-45*. Paris, Seuil, 1979, 316 p.

AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker*. São Paulo, Símbolo, 1978, 303 p.

ANDERSEN, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989, 191 p.

ANDRADE, Mário. *Amar, verbo intransitivo*. 10. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, 155 p.

ARANHA. *Canaã*. São Paulo, Ouro, 1954, 282 p.

ARENDT, Hannah. *O sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1978, 622 p.

———. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed., São Paulo, Perspectiva, 1972.

———. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983, 338 p.

BADE, Klaus. *Vom Auswanderungsland zum Einwanderungsland.* Berlin, Colloquium Verlag, 1983, 133 S.

BANTON, Michael. *A idéia de raça.* Lisboa, Setenta, 1987, 199 p.

BARRETO, Tobias. *Estudos allemães.* Rio de Janeiro, Laemmert, 1892, 708 p.

————. *Estudos de filosofia.* Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1966, 4 v.

BAYRISCHE. Landeszentralstelle für politische Bildungsarbeit. *Der Nationalsozialismus: Machtergreifung und Machtsicherung.* A-72. München, 1982. 352 S.

————. *Der Nationalsozialismus: Friedenspropaganda und Kriegsvorbereitung.* A-73. München, 1989. 352 S.

BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie.* São Paulo, Cultrix; Edusp, 1986, 201 p.

————. *Obras escolhidas.* São Paulo, Brasiliense, 1985, 253 p.

BOLLEME, Geneviève. *O povo por escrito.* São Paulo, Martins Fontes, 1988, 243 p.

BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e submissão.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, 208 p.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira.* 2. ed., São Paulo, Cultrix, s/d, 571 p.

BRACHER, Karl Dietrich. *La dictadura alemana: genesis, estructura y consecuencias del nacional-socialismo.* Madri, Alianza, 1973, 2 v.

BRESCIANI, Maria Stella. *Liberalismo; ideologia e controle social: um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910.* São Paulo, 1975. Tese. (Doutorado). Universidade de São Paulo, 413 p.

BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien; 1889-1914.* Köln: Böhlau, 1971, 316 S.

CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sylvio Romero.* São Paulo, Edusp, 1988, 144p.

CARNEIRO FILHO, José. *Karl von Koseritz.* Porto Alegre, Cadernos do Rio Grande, 1959, 55 p.

COHN, Norman. *Protocolos dos sábios de Sião: mito ou realidade?.* São Paulo, Símbolo, 128 p.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil.* São Paulo, Livraria Martins, 1941, 223 p.

DECCA, Edgar S. de. *1930; o silêncio dos vencidos.* São Paulo, Brasiliense, 1981, 209 p.

DREHER, Martin. *Igreja e germanidade.* Caxias do Sul, Sinodal, 1984, 287 p.

DUMÉZIL, Georges. *Les Dieux des germains.* Paris, Presses Universitaires de France, 1959, 128 p.

DUMONT, Louis. *O individualismo.* Rio de Janeiro, Rocco, 1985, 278 p.

ELIADE, Mircéa. *Mitos, sonhos e mistérios.* Lisboa, Setenta, 1989, 195 p.

———. *O mito do eterno retorno.* Lisboa, Setenta, 1969, 140 p.

ENCONTRO de História da Igreja. 1980: São Leopoldo. *Anais.* São Leopoldo, 1978, 127 p.

ENTRES, Gotfried. *Gedenkbuch zur Jahrhundert-Feier deutscher Einwanderung in Santa Catarina.* Florianópolis, Livraria Central, 1929, 300 S.

FAYE, Jean Pierre. *Langages totalitaires.* Paris, Hermann, 1973, 769 p.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero; um destino.* Lisboa: Bertrand, 1976, 270 p.

———. e MARTIN, Henri Jean. *The coming of the book: the impact of printing, 1450-1800.* New Left Books, 1986.

FELICE, Renzo. *Explicar o fascismo.* Lisboa, Setenta – São Paulo, Martins Fontes, 1976, 313 p.

FEST, Joachim. *Hitler.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976, 1028 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* 2. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1981, 295 p.

FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão.* São Paulo, Instituto Hans Staden, São Leopoldo, Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1974, 259 p.

FREYRE, G. *Casa grande & senzala.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, 573 p.

FUCHS, Hans Udo. *A associação das igrejas de Cristianismo Decidido.* Curitiba, Luz e Vida, 1982, 23 p.

GAY, Peter. *A cultura em Weimar.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 143 p.

————. *Freud para historiadores.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, 225 p.

GEHSE, Hans. *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart.* Münster in Westphalen, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1931, 175 s.

GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo.* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, 204 p.

————. *O perigo alemão.* Porto Alegre, UFRGS, 1991, 87 p.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes.* São Paulo, Companhia das Letras, 1987, 281 p.

————. *Spurensicherungen.* München, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1988, 260 S.

————. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.* São Paulo, Companhia das Letras, 1989, 309 p.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas.* São Paulo, Companhia das Letras, 1988, 212 p.

HAARBECK, Hermann et al. *Lasse dein Boot über das Wasser fahren.* Offenbach, Gnadeauer Verlag, 1957, 127 S.

HABERMAS, Jürgen. *Habermas; sociologia.* São Paulo, Ática, 1980, 216 p.

————. *Mudança estrutural na esfera pública.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, 343 p.

————. *Teoría de la acción comunicativa.* Madrid, Taurus, 1987, 2 v.

HERING, M. Luiza R. *A industrialização no Vale do Itajaí: contribuição ao estudo do modelo catarinense de desenvolvimento.* São Paulo, 1985. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, 461 p.

HITLER, Adolf. *Minha luta.* São Paulo, Moraes, 1983, 426 p.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 447 p.

————. *A era dos impérios; 1875-1914.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, 546 p.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, 230 p.

HOLLENWEGER, Walter. *El pentecostalismo.* Buenos Aires, La Aurora, 1976, 530 p.

HOERDER, Dirk. *Why did you come? The proletarian mass migration.* Bremmen, Universität Bremmen, 1986, 123 S.

HUNSCHE, Carlos. *O biênio de 1824-25 da imigração e colonização no Rio Grande do Sul.* 2. ed., Porto Alegre, 1975, 785 p.

JACOBSEN, Hans-Adolf. *Nationalsozialistische Aussenpolitik; 1933-1938.* Frankfurt, Alfred Metzner, 1968, 841 S.

KNIESTEDT, F. *Memórias de um imigrante anarquista* (tradução e organização de René Gertz). Porto Alegre, Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Fransiscana, 1989, 167 p.

KOCKA, Jürgen. *Geschichte und Aufklärung.* Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1989, 198 S.

KOHN, Hans. *Die idee des Nationalismus.* Heildelberg, 1950, 318 S.

KRUCK, Alfred. *Geschichte des Alldeutschen Verbandes; 1890-1939.* Wiesebaden, Franz Steiner, 1954, 224 S.

KUPITSCH, Karl. *Karl Barth in Selbstzeugnissen und Bilddokumenten.* Hamburg, Rowohlt, 1971, 155 S.

LANDMANN, Robert. *Ascona-Monte Verità.* Wien, Ullstein, 1979, 253 S.

LEBON, Gustave. *Psicología de las masas.* Madrid, Morata, 1920.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo.* 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1987, 2487 p.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política.* Campinas, Papirus, 1986, 216 p.

LEXICON zur Parteien Geschichte. Köln, Pahl Rugenstein Verlag, 1983, 2 Bände

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho.* São Paulo, Perspectiva, 1971, 282 p.

LUEBKE, Frederick C. *Germans in Brazil: a comparative history of cultural conflict during World War I.* Louisiana, Louisiana State University Press, 1987, 248 p.

LUKÀKS, Georg. *El assalto à la razòn.* Barcelona, Grijalbo, 1976, 705 p.

LUIZIETTO, Flavio Venâncio. *Os constituintes em face da imigração.* São Paulo, 1975. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 184 p.

MANN, Golo. *Deutsche Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts.* Frankfurt, Fischer, 1989, 1064 S.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Imprensa e capitalismo.* São Paulo, Kairòs, 1984, 211 p.

MARSCHALK, Peter. *Deutsche Überseewanderung im 19. Jahrhundert.* Stuttgart, Ernst Lettverlag, 1973.

MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres.* São Paulo, Duas Cidades, 1979, 210 p.

MARTINS, Romário. *O Paraná antigo e moderno.* Coritiba, Typografia da Livraria Economica, 1900, 67 p.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente.* 2. ed. São Paulo, T. A. Queiroz, 1989, 470 p.

MIX, York. *Die deutschen Musen-Almanache des 18. Jahrhunderts.* München, C.H. Beck, 1987, 281 S.

MOMMSEN, Hans. *Arbeiterbewegung und Nationale Frage.* Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1979, 429 S.

MONDIN, Batista. *As teologias do nosso tempo.* São Paulo, Paulinas, 1978, 226 p.

MOOG, Vianna. *Um rio imita o Reno.* 3. ed., Porto Alegre, Globo, 1940, 269 p.

MOREIRA, Silvia Levi. *A liga nacionalista de São Paulo.* São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 172 p.

MUELLER, Lauro Telmo. *Colônia alemã: 160 anos de História.* Porto Alegre, Escola Superior de Teologia Lourenço Brindes, 1984, 127 p.

NADALIN, Sergio Odilon. *Clube Concórdia.* Curitiba, 1972, 32 p. (mimeo)

————. *Une paroisse d'oriogine germanique au Paraná.* Paris, 1977. Thèse (Doctorat de IIIème. Cycle). Université de Paris.

NEVES, B. e GERTZ, René. *A nova historiografia alemã.* Porto Alegre, UFRGS; Instituto Goethe, 1987, 137 p.

NIPPERDEY, Thomas. *Gesellschaft, Kultur: Theorie*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1976, 466 S.

————. *Nachdenken über die Deutsche Geschichte*. München, C. H. Beck, 1986, 234 S.

————. *Religion im Umbruch*. München, C. H. Beck, 1988 (a), 165 S.

NOVAK, Kurt. *Evangelische Kirche und Weimarer Republik: zum politischen Weg des deutschen Protestantismus zwischen 1918 und 1932*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1981, 258 p.

OBERACKER Jr., Carlos H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro, Presença, 1968, 579 p.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, 386 p.

————. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989, 317 p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo, Brasiliense, 1989, 207 p.

PAIVA, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Hamburg, 1984. Dissertation (Doktor). Universität Hamburg, 269 S.

PELASSY, Dominique. *Le signe nazi*. Paris, Fayard, 1982, 340 p.

PETERS, Karl. *Gesammelte Schriften*. München u. Berlin, C.H. Beck, 1943, 493 S.

POLIAKOV, León. *O mito ariano*. São Paulo, Perspectiva, USP, 1974, 323 p.

PRIEN, Hans J. *Evangelische Kirchwerdung in Brasilien*. Gütersloh, Güterslöher Verlaghaus, Gerd Mohn, 1989, 640 S.

PROKOP, Dieter. *Prokop; sociologia*. São Paulo, Ática, 1986, 208 p.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 209 p.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massa do fascismo*. Porto, Escorpião, 1974, 194 p.

RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis, USCC – Blumenau, FURB, 1986, 88 p.

RIEDEL, Dirce Côrtes. *Narrativa: história e ficção.* Rio de Janeiro, Imago, 1988, 324 p.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Globo, 1969, 806 p.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica.* 3. ed., São Paulo, Nacional, 1969, 493 p.

ROMERO, Sylvio. *Discursos.* Porto, Chardon, 1904, 316 p.

————. *O allemanismo no sul do Brasil.* Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1906, 67 p.

SAUBERZWEIG, Hans von. *Er der Meister Wir die Brüder.* 2. Auf. Denkendorf, Gnadeauer Verlag, 1959, 502 S.

SCHORSKE, Carl. *Viena fin de siècle: política e cultura.* São Paulo, Companhia das Letras, 1988, 373 p.

SEITENFUS, G. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos; 1930-42.* São Paulo, Nacional, 1985, 488 p.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim.* Porto Alegre, Movimento, 1974, 102 p.

————. *Nacionalismo e identidade étnica.* Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982, 223 p.

SIMPÓSIO de História da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. 2. 1976: São Leopoldo: *Anais.* São Leopoldo, 1976, 182 p.

SIMPÓSIO de História da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. 4. São Leopoldo: *Anais.* São Leopoldo, 1980, 133 p.

SNYDER, Louis. *Macro-nationalism: a history of the pan-movements.* Westport, Connecticut, Grewnwood Press, 1984, 308 p.

STROBEL, Gustav Hermann. *Relatos de um pioneiro da imigração alemã.* Curitiba, Estante Paranista, 1987, 142 p.

STYRON, William. *As confissões de Nat Turner.* Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

THIMME, A. *Flucht in den Mythos.* Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, 195 S.

THOMPSON, Edward P. *Miseria de la teoría.* Barcelona, Critica, 1981, 301 p.

VERÍSSIMO, Érico. Um lugar ao sol. In: *Obras Completas* (vol. 1). Rio de Janeiro, José Aguilar, 1966, p. 579-876.

————. Saga. In: *Obras completas* (vol. II). Rio de Janeiro, José Aguilar, 1966(a), p. 13-262.

————. O tempo e o vento. In: *Obras completas* (vol. III-V) Rio de Janeiro, José Aguilar, 1966(b).

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história.* Lisboa, Setenta, 1983, 350 p.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais no Brasil.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, 2 v.

————. *Ensaios inéditos.* Campinas, Editora da Unicamp, 1991, 388 p.

VITA, Luís Washington. *Antologia do pensamento social e político no Brasil.* São Paulo, Grijalbo, 1968, 484 p.

VOIGT, Rüdiger. *Politik der Symbole, Symbole der Politik.* Opladen, Leske & Budrich, 1989, 291 S.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil.* 2. ed. São Paulo, Nacional – Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1976, 319 p.

Artigos

AMADO, Janaína. Contribuição ao estudo da imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: *Ciência e cultura.* São Paulo, v. 29, nº 7, p. 735-70, jul., 1977.

BALHANA, Altiva P. e NADALIN, Sérgio. A imigração e o processo de urbanização de Curitiba. In: *Anais do XVII simpósio de professores universitários de história.* Belo Horizonte, Associação Nacional de Professores Universitários de História, 1973, p. 527-36.

BARIÉ, Ottavio. Les nationalismes totalitaires. In: *L'Europe du XIX. Et du XX. Siècle.* Paris, Fischbacher, s/d, p. 155-227.

BASZCO, Bronislau. Imaginação social. In: *Enciclopédia: Antropos-Homem.* Lisboa, Einaudi, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BIDEAU, Alain e NADALIN, Sérgio Odilon. Étude de la fécondité d'une communauté évangelique luthérienne à Curitiba

(Brésil) de 1886 a 1939. In: *Population,* Paris, v. 6, p. 1035-64, 1988.

BLANCPAIN, Jean Pierre. Des visés pangermanistes au noyautage hitlérien. In: *Revue Historique.* Paris, v. 570, p. 433-82, juin, 1990.

BREPOHL DE MAGALHÃES, M. D. Velhos e novos nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastland. In: *História: Questões e debates.* Curitiba, jun./dez., 1989, v.10, nº 19-20, p. 77-112.

BRESCIANI, Maria Stella. Século XIX: a elaboração de um mito literário. In: *História: Questões e debates.* Curitiba, dez. 1986, v.7, nº 13, p. 209-44.

————. O cidadão da república: liberalismo versus positivismo. Brasil: 1870-1900. In: *REVISTA DA USP,* 1992.

————. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna, cientista social. In: *Congresso das Américas: raízes e trajetórias.* São Paulo, 1992 (a). (mimeo).

BRETTEL, Caroline. Travel Literature, etnography and etnohistory. In: *Etnohistory.* Durham, 1986, v. 33, nº 2, p. 127-38.

DECCA, Edgar S. de. A ciência da produção: fábrica despolitizada. In: *Revista brasileira de história.* São Paulo, set. 1983, v. 3, nº 6, p. 47-79.

GERTZ, René. Os operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão. In: *Revista brasileira de história.* São Paulo, set. 1985, v. 6, nº 11, p. 75-84.

————. Um jornal anarquista em Porto Alegre; der Freie Arbeiter. Porto Alegre, *Veritas,* dez. 1990, v. 35, nº 140, p. 606-17.

GIL, José. Poder. In: *Enciclopédia: Estado-Guerra.* Lisboa, Einaudi, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 58-103.

————. Nação. In: *Enciclopédia: Estado-Guerra.* Lisboa, Einaudi, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 276-305.

HABERMAS, Jürgen. Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In: Marcondes Filho, Ciro. *Imprensa e capitalismo.* São Paulo, Kairòs, 1984 (b), p. 139-58.

HALL, Michael. Trabalhadores imigrantes. In: *Trabalhadores.* Campinas, Fundo de Assistência à Cultura, 1989, p. 1-15.

HAREVEN, Tamara. Tempo da família e tempo histórico. In: *Histórias, questões e debates*. Curitiba, jul., 1984, v. 5, nº 8, p. 3-26.

HOBSBAWM, Eric. The revival of narrative: some comments. In: *Past and present*. Oxford, 1980, nº 86, p. 3-8.

————. *Sobre o conceito de raça*. Palestra proferida na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 6 jun., 1988 (a) (mimeo).

————. *Sobre o conceito de cidadania*. Palestra proferida na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 6 jun., 1988 (b). (mimeo).

HOERDER, Dirk. Arbeitswanderung und Arbeitsbewusstsein im athlantischer Wirtschaftsraum; Forschungsansätze und Hypothesen. In: *Archiv Für Souzialgeschichte*. Bonn, 1988, v. 28, nº 391-425.

HÜTTENBERGER, Peter von. Nationalsozialistische Polykratie. Göttingen, *Geschichte und Gesellschaft*. 1976, nº 2, p. 417-42.

IANNI, Octavio. Escravidão e história. In: *Debate & crítica*. São Paulo, 1975, nº 6, p. 131-44.

KOCKA, Jürgen. Zurück zur Erzählung? Göttingen. In: *Geschichte und Gesellschaft*, 1984, v. 10, nº 84, p. 395-408.

KOTHE, Mercedes Gassen. Os alemães no Brasil: preservação da língua, dos usos e costumes. In: *Migracione*. Münster, fev., 1991, v. 2, nº 1, p. 2-17.

KUDER, Manfred. Die Deutschbrasilianisches Literatur und das Bodenständigkeitsgefühl der deutschen Volksgruppe in Brasilien. In: *Iberoamerikanisches Archiv*. Berlin, Jan., 1937, nº 10, p. 395-494.

LAURA, Keith e GANDOLFO, Romulo. Carlo Ginzburg: an interview. In: *Radical history*, 1984, nº 35, p. 89-111.

LE GOFF, Jacques. Calendário. In: *Enciclopédia: memória-história*. Lisboa, Einaudi: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p. 260-91.

————. Escatologia. In: *Enciclopédia: memória-história*. Lisboa, Einaudi: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p. 425-57.

MAACK, Reinhard. The Germans of South Brazil. In: *The quartely journal of the inter-American relations*. 1939, nº 1, p. 8-28.

MAI, Gunther. Warum steht der Deutscher Arbeiter zu Hitler? In: *Geschichte und Gesellschaft*. Göttingen, 1986, nº 12, p. 212-33.

MEDICK, Hans. Missionare im Ruderboot? Erkenntnisweisen als Herausforderung an die Sozialgeschichte. In: *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen, 1984, nº 10, p. 303-9.

MEIER, Christian. Sobre o conceito de identidade nacional. In: *História: questões e debates*. Curitiba, jun./dez., 1989, v. 10, nº 18-9, p. 329-47.

NIPPERDEY, Thomas. Religion und Gesellschaft. München, In: *Historische Zeitschrift*, 1988(b), nº 246, p. 529-792.

PAES, José Paulo. As idéias filosóficas em Canaã. In: *Revista da USP*. São Paulo, 1989, nº 3, p.169-75.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 1989, v. 2 , nº 3, p. 3-15.

RAISON, Jean Pierre. Migração. In: *Enciclopédia: região*. Lisboa, Einaudi: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986. p. 488-517.

ROTERMUND, Guilherme. O pastor Wilhelm Rotermund. In: *Anais do Encontro de História da Igreja*, 1978, p. 27-45.

SEYFERTH, Giralda. A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil; a tese de João Batista de Lacerda. In: *Revista do museu paulista*. São Paulo, 1985, v. 30, nº 5, p. 81-98.

———. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. In: *Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais*. Rio de Janeiro, 1988, nº 25, p. 3-55.

———. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil; análise de dois discursos étnicos irredutíveis. In: *História: questões e debates*. Curitiba, jun./dez., 1989, v. 10, nº 18-19, p. 113-55.

STOLCKE, Verena e HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo. In: *Revista brasileira de história*. São Paulo, set., 1983, v. 3, nº 6, p. 80-120.

STONE, Lawrence. The revival of the narrative; reflection on a new old history. In: *Past and present*. Oxford, 1979, nº 85, p. 3-24.

TENFELDE, Klaus. Schwierigkeiten mit dem Alltag. In: *Geschichte und Gesllschaft*. Göttingen, 1984, nº 10, p. 76-394.

TENFELDE, Klaus. *Wirtschaft und Bevölkerung.* Innsbruck, 1988. (mimeo)

WEHLER, H. Ulrich. Bismarck's imperialism 1862-1890. In: *Past and present*, Oxford, aug., 1970, nº 48, p. 119-55.

WEIMER, Günter. As profissões dos imigrantes alemães do século XIX. In: *Anais do II Simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul.* São Leopoldo, set., 1976, p. 307-19.

————. A imigração alemã vista por algumas teorias racistas brasileiras. In: *IV Simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul.* São Leopoldo, set., 1980, p. 69-83.

Fontes primárias publicadas

A Platéia. São Paulo, 1917.

AULICH, Werner. *Paraná und die Deutschen.* Curitiba, 1953, 216 p.

BOTACINI, R. *Nazistas na América.* São Paulo, Athos, 1964, 93 p.

BRANDENBURGER, Clemens von. Dr. Wilhelm Rottermund. *Kalender für die Deutschen in Brasilien.* Porto Alegre, 1923. S.17-35.

BREPOHL, Friedrich Wilhelm.

Die Wahrheit über Jesus von Nazareth. Wiesebaden: Gerdes & Hodel, 1911.

Auf das Sie alle Eins seien. Wiesebaden: Das Havelland, 1913.

Persönlichkeit, Heldensinn und Gebetsleben. Stuttgart: Lämmle & Müllerschön, 1916, 27 S.

Briefe unserer Gefangenen. Bad Nassau, Lahn: 1916 (a), 55 S.

Wie gewinnt man das Volk für gute Literatur? Neuhof: Zentralstelle zur Verbreitung guter deutschen Literatur, 1917, 25 S.

Bauerkolonien in Südrussland. Bad Nassau: Zentralstelle zur Verbreitung guter deutschen Literatur, 1917 (a), 43 S.

Opfer des Bolchevismus. Neuhof: Zentralstelle zur Verbreitung guter deutschen Literatur, 1921, 12 S.

BREPOHL, Friedrich Wilhelm.

Der Drahtzawn. Neuhof, Zentralstelle zur Verbreitung guter deutschen Literatur, 1921 (a), 14 S.

Heimatpflege und Religion. Neuhof: Zentralstelle zur Verbreitung guter deutschen Literatur, 1922, 24 S.

Wirtschaftliche Selbsthilfe und den Weg dazu. Neuhof, Zentralstelle zur Verbreitung guter deutschen Literatur, 1923.

Den Armen wird das Evangelium verkündert. Neuhof, Zentralstelle zur Verbreitung guter deutschen Literatur, 1923 (a).

Deutsche Kulturpflege im In- und Auslande in den letzten 15 Jahren. Post Neuhof, Zentralstelle zur Verbreitung guter deutschen Literatur, 1925, 43 S.

Die Nach Nationalitäten trennte Kolonisation des Dr. Labieno da Costa Machado im Urwaldgebiet in der Alto-sorocabana – Zone im brasilianischen Staat São Paulo. São Paulo, Empreza de Terras e Colonisação,1929, 30 S.

Prof. Dr. Heinrich Sohnren, der Vater der deutschen Heimatpflege; ein Festgruss, 1929 (a).

Die Selbsthilfe des kolonisierenden Bauerntums in Brasilien. Brusque, Mercúrio, 1930.

So sei fleissig und in Busse. Ponta Grossa, Verlag d. Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission, 1930 (a), 16 S.

Mein Kampf in der deutschbrasilianischen Presse gegen judischen Misbrauch des Auslanddeutschen Idealismus im Jahre 1931. Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission, 1931, 38 S.

Georg Knoll; ein Nassauliches Dichterleben in fernen Brasilien. Westerburg: Kaesberger, 1932 (a). 24 S.

Flüchtlinge in Brasilien. Ponta Grossa, Hilfskomitee z. Ansiedlung russlanddeutscher Flüchtilinge in Brasilien, 1932 (b), 20 S.

Genossenschaft oder Handelsgesellschaft? Ponta Grossa, Flugblätter deutsch-brasilianischen Genossenschaftswesen, 1932 (c), 4 S.

Christentum und wirtischaftliche Selbsthilfe. Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission, 1932 (d).

BREPOHL, Friedrich Wilhelm.

(Hrsg). *Die Deutschen Invaliden Versicherung.* Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission, 1932 (e).

Treue, Tapferskeit, Kameradschaft. Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission, 1932 (f), 4 S.

Bei den brasilianischer Zigeunern. Ponta Grossa, Neue Heimat, 1932 (g), S. 82-91.

Die Deutschen in Übersee. Ponta Grossa, Raschel, Raicosk & Cia, 1932 (h).

Missbrauch klingender Bezeichnungen. Santa Cruz, 1932 (i), S. 10-12.

Das ganze Deutschtum soll es sein. Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission in Brasilien, 1933, 30 S.

Kaiser Dom Pedro II im Verkehr mit Einwanderen; eine wahre Begebenheit aus der Zeit der Wolga Deutschen Einwanderung. Ponta Grossa, Raschel, Raicosk & Cia, 1933 (a).

Dom Pedro II und sein deutscher Page. Ponta Grossa, Raschel, Raicosk & Cia, 1933 (b).

Die Einwanderung der wolgadeutscher Katholiken in Brasilien. Ponta Grossa, Raschel, Raicosk & Cia, 1933 (c), 29 S.

Die Deutsche Lehrer und seine Aufgaben als Volkstum und Heimatpfleger. Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission in Brasilien, 1933 (d).

Heimatpflege und Lehrschaft. Curitiba, Volkstum und Heimatpflege, 1933 (e), 25 S.

Reichskanzler Adolf Hitler und das Ausland-Deutschtum. Ponta Grossa, Raschel, Raicosk & Cia, 1933 (f), 22 S.

Scheinen oder Wirken? Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission in Brasilien, 1933 (g), 8 S.

(Hrsg). *Glaube und Volksgemeinschaft.* Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission in Brasilien, 1933 (h), 7 S.

BREPOHL, Friedrich Wilhelm.

Cecilien-Heim für deutschsprechende Schüler und Schülerin aus Paraná und Santa Catarina. Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission in Brasilien, 1933 (i).

Pfingstgnade: Schriftgemässe Zeugnisse. Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission in Brasilien, 1933 (j), 31 S.

Landwirtschaftliche Organisation; ihre Gegner und ihr drohende Gefahren. Brusque, Mercúrio, 1933 (l).

(Hrsg). *Wir rufen dich.* Ponta Grossa, Verlag der Deutschen Vereinigung für Evangelisation und Volksmission in Brasilien, 1933 (m).

Richtlinien zur Anwendung des brasilianischen Gesetzes zum Schutze der Landwirtschaft. Ponta Grossa, Bund Deutschsprechender Landwirte in Brasilien, 1933 (n).

Nationalsozialistische Revolution und Volksgemeinschaft. Ponta Grossa, Vereinigung zur Evangelisation und Volksmission, 1933 (o), 16 S.

(Hrsg). *Bismarck und wir.* Ponta Grossa, Vereinigung zur Evangelisation und Volksmission, 1934, 32 s.

(Hrsg). *Kulturanweisung für Brau- und Malzgerste.* Ponta Grossa, Bund deutschsprechender Landwirte in Brasilien, 1934 (a), 8 S.

(Hrsg). *Die Bienenweide in Paraná.* Ponta Grossa, Bund deutschsprechender Landwirte in Brasilien, s/d, 6 S.

Der deutsche Anteil an Cabrals Entdeckung Brasiliens nach dem neusten Urkundenfund in Lissabon. Leipzig, Post Neu-Würtemberg, 1937, 4 S.

Mauricio von Nassau. *Kalender für die Deutschen in Brasilien.* Porto Alegre, 1937 (a), S. 22-5.

Jugentag in neu-Würtemberg. Neu-Würtemberg, Leipzig, Kittler i. Kamm, 1937 (b).

Was ist Volkstum? Was ist Volksgemeinschaft? *Neue Deutsche Zeitung.* Porto Alegre, 1938.

BREPOHL, Friedrich Wilhelm.

Der König der Zigeuner. *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, Porto Alegre, S. 47-57, 1938 (a).

Dom Pedros Hühner. *Kalender der Serra Post.* Ijuhy, 1939, S. 77-86.

Wahrheit in Liebe. *Volk und Heimat.* São Paulo, Deutsche Morgen, 1941, S. 13.

CONFISSÃO de Augsburgo. Confissão de fé apresentada ao Invictíssimo Imperador Carlos V, César Augusto, na Dieta de Augsburgo, no ano de 1530. São Leopoldo, Sinodal, 1980, 123 p.

CENTENARIO da Colonisação allemã. Rio Negro, Mafra – 1829-1929. Obra commemorativa ao 1º Centenário da Colonnisação allemâ. Curitiba, Oliveiro, 1929, 112 p.

DARCANCHY, P. *O pangermanismo no sul do Brasil.* Rio de Janeiro, s/e, 1915.

DEUTSCHE Zeitung. Porto Alegre, 1901, 1906, 1914.

DEUTSCHE Post. Porto Alegre, 1886, 1915.

DER Kompass. Curitiba, 1913-1915.

DIARIO da Tarde. Curitiba, 1914, 1916, 1917, 1941, 1942, 1943.

DOHMS, Hermann. Das neue Deutschland und wir. *Deutsche Ev. Blätter für Brasilien.* Porto Alegre, Heft 6, Juni, 1933, S. 91-9.

————. Zum 25. July. In: *Kalender für die Deutschen in Brasilien.* Porto Alegre, 1932, S. 18-21.

————. Sind völkische Minderheiten in Südamerika möglich? *Kalender für die Deutschen in Brasilien.* Porto Alegre, 1922, s. 32-4.

FUGMANN, Wilhelm. Glaube und Volkstum. *Ev. Luth. Gemeindeblatt,* 1926, 20, S. 58-60.

————. *Das Deutsche Jahrhundertbuch.* Curityba: Oliveiro, 1929, 324 S.

FUGMANN, Wilhelm e BREPOHL, Friedrich Wilhelm. *Die Wolgadeutschen im brasilianischen Staate Paraná. Festschrift zum Fünfzig-Jahr-Jubiläum ihrer Einwanderung.* Stuttgart, 1927, 152 S.

HANDWERKER-Unterstützung-Verein; Gedenk und Festschrift zum 50. Järigen Stfung am 19., Juli, 1934.

KAHLE, Maria. *Siedler in Itajahy.* Reutlingen, 1934, 168 S.

KALENDER für die Deutschen in Brasilien. Druck und Verlag Rotermund, Porto Alegre: 1906-1941.

KOSERITZ' deutscher Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1874-1877, 1906-1908, 1924, 1926, 1936.

KOSERITZ, Karl von. *Imagens do Brasil.* Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, Edusp, 1980, 305 p.

KOSERITZ, Karl von. *Resumo da economia nacional aplicado às circunstâncias atuais do país.* Porto Alegre, Typografia do Commercio, 1870.

KRAWIELITZKI, Martin. *Im Sonnenland Brasilien.* Marburg: Spener, 1938, 96 S.

LAHRER hinkenden Boten für den Bürger und Landmann. Lahr in Breisgau, Moritz Schauenburg, 1936.

MARTINS, Mário. *Hitler guerreia o Brasil há dez anos.* Curitiba: Separata do jornal O Dia, s/d, 204 p.

O COMBATE. São Paulo, 1917.

O COMMERCIO do Paraná. Curitiba, 1917.

OBERACKER, Karl Heinrich. *Die völkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul.* Jena, 1936, 203 S.

OS ALLEMÃES nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Curitiba, Boletim Comemorativo do 1º Centenário de sua entrada no sul do Brasil; 1829-1929, 180 p.

PY, Aurélio da Silva. *A quinta coluna no Brasil.* Porto Alegre, Globo, s/d, 407 p.

RATTON, Antonio Carlos M. *O punhal nazista no coração do Brasil,* Editora do autor, 1943, 168 p.

SOMMER, F. Beiträge zur Siedlungs-Sippen- und Familiengeschichte der Deutschen in Brasilien. *Volk und Heimat,* Deutsche Morgen Verlags, São Paulo, 1936, S. 41-83.

VIDA Policial. Semanário da Polícia Estadual do Rio Grande do Sul. 1942-1943.

VOLK und Heimat. São Paulo, Deutsche Morgen, 1932-35.

Fontes inéditas

ANUARIO da Organização para o Exterior do NSDAP. 1938, 1939, 1941. Arquivo de História Contemporânea, Munique.

BOLETIM Informativo Auslanddeutschen Wochenspiegel da Organização para o Exterior do NSDAP. 1932-1942. Arquivo de História Contemporânea, Munique.

BREPOHL, Teófilo. *Entrevista concedida a Marionilde Dias Brepohl de Magalhães*. Ponta Grossa, 1989.

CORRESPONDÊNCIA Secreta da Organização para o Exterior do NSDAP. 1934-1939. Arquivo de História Contemporânea, Munique.

CORRESPONDÊNCIAS da Liga Pangermânica para a América do Sul – Seção Hamburgo. Hamburgo, Arquivo Público de Hamburgo.

KÖTTER, Maria. *Entrevista concedida a Marionilde Dias Brepohl de Magalhães*. Curitiba, 1989.

KÖTTER, Friedrich. *Entrevista concedida a Marionilde Dias Brepohl de Magalhães. Curitiba, 1989.*

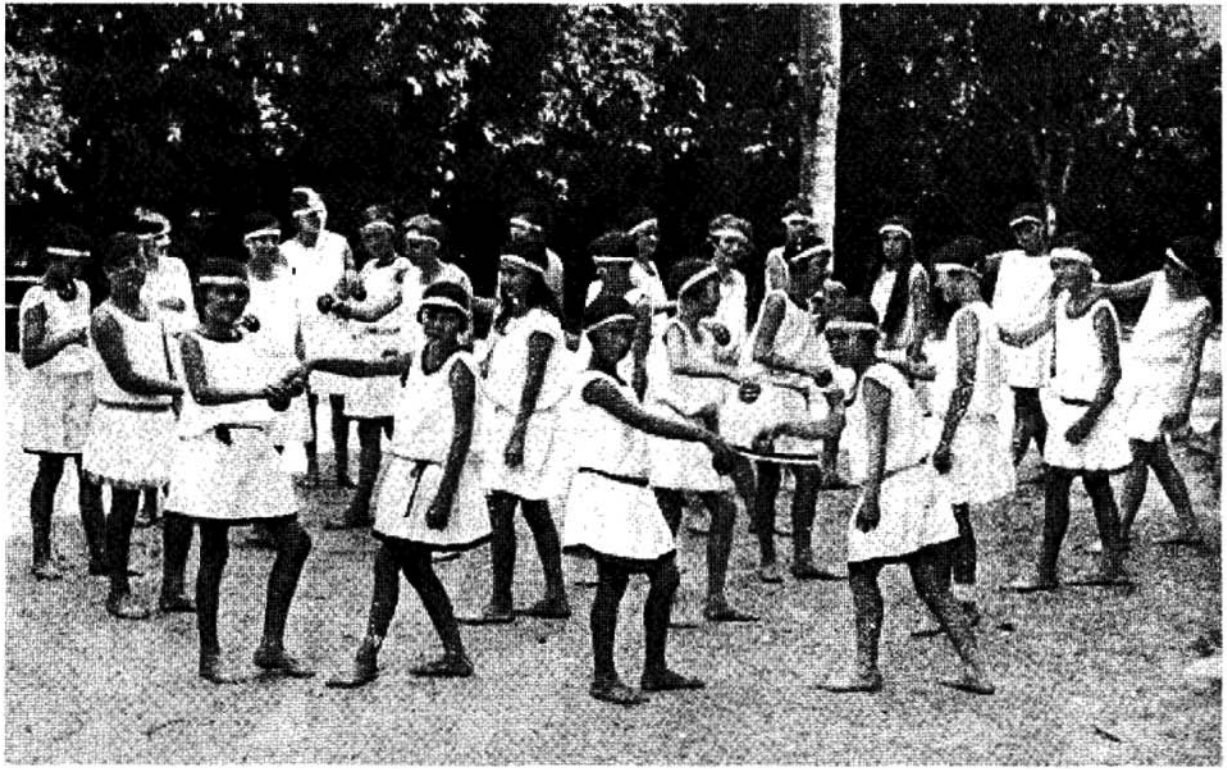
LISTA de passageiros dos navios contratados pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo para transportar imigrantes à Colônia dona Francisca. 1852-1862. Joinville, Arquivo Histórico de Joinville.

RELATÓRIO da Liga pela Germanidade no Exterior – Seção Hamburgo. 1925-1929, Arquivo Histórico de Hamburgo.

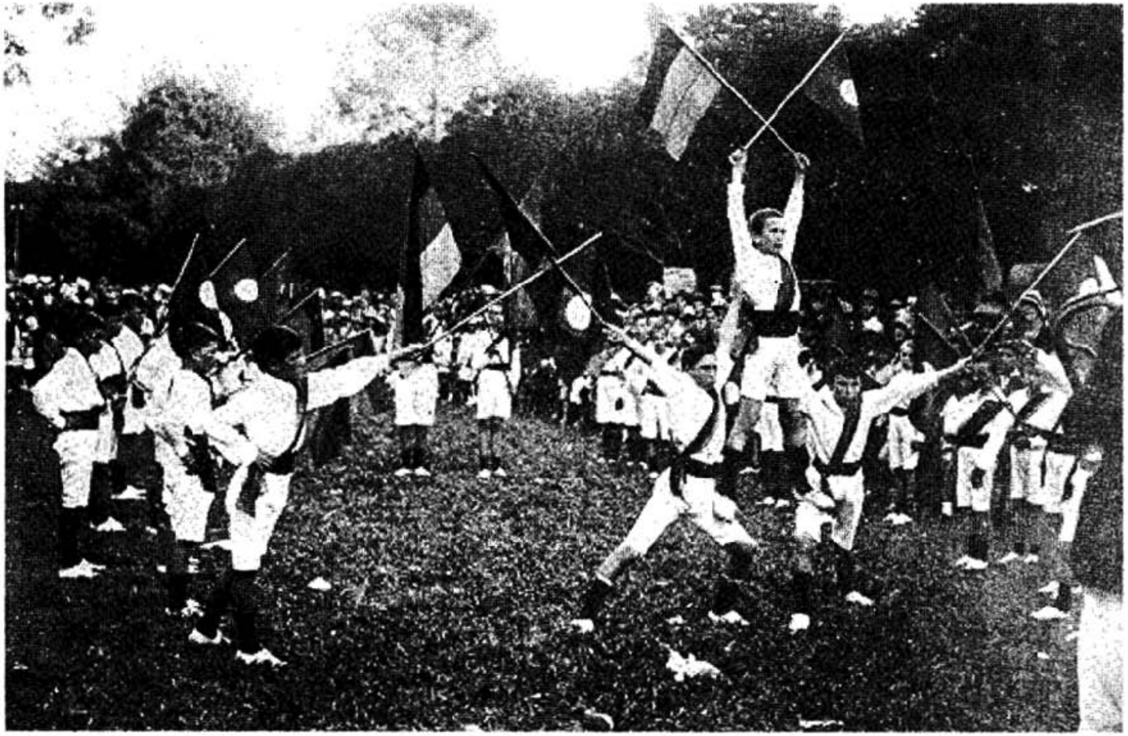
Tagung – Memórias de Friedrich Wilhelm Brepohl; da infância aos 14 anos; por Friedrich Wilhelm Brepohl. Ponta Grossa, coleção particular.

ÁLBUM FOTOGRÁFICO

Cenas de um comício em apoio ao *Führer*
(BAYRISCHE Landeszentrallstelle, A-73, 1989, p. 313)



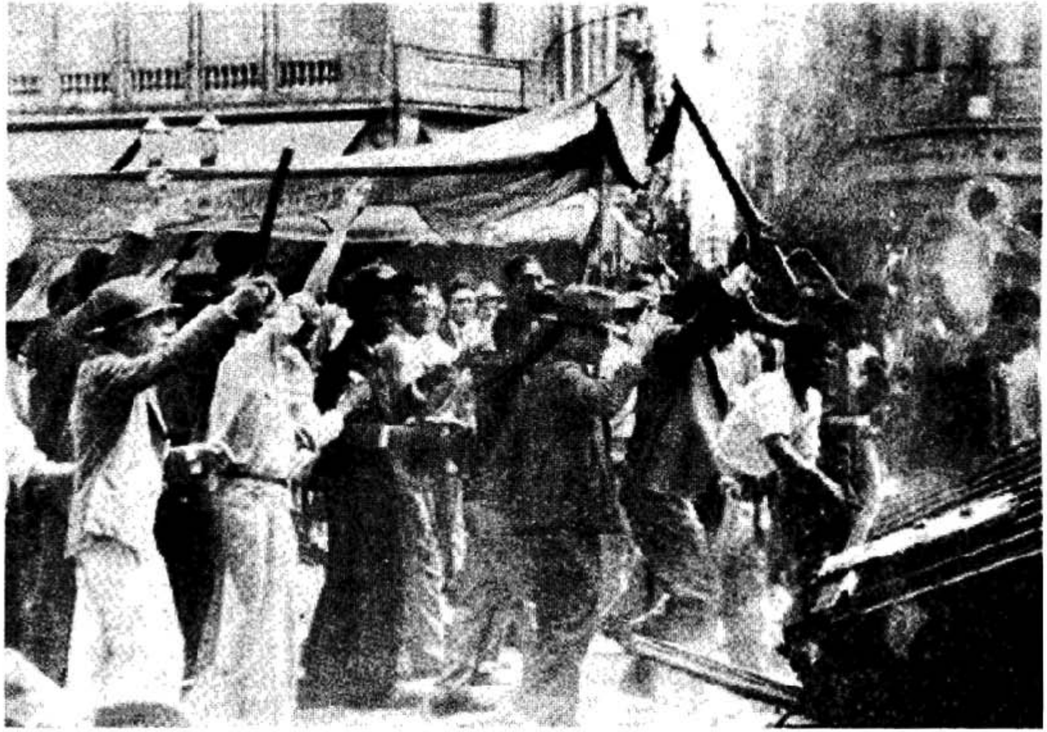
Aula de ginástica numa escola teuto-brasileira em Curitiba
(KDB, 1930, p. 96)



Aula de ginástica numa escola teuto-brasileira em Curitiba
(KDB, 1930, p. 96)

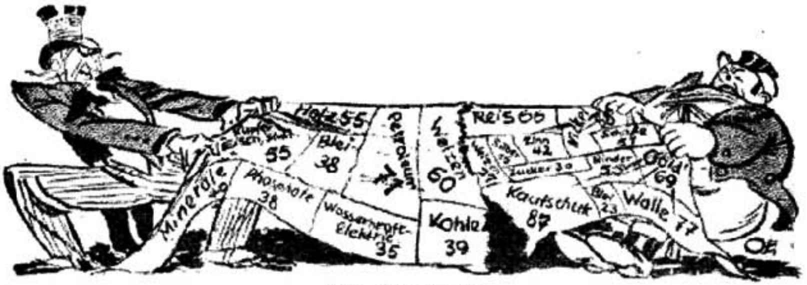
Getúlio Vargas,
Presidente do Brasil
(KDB, 1932, p. 122)

Adolf Hitler,
Chanceler da Alemanha
e líder do movimento
nacional-socialista
(KDB, 1934, p. 136)



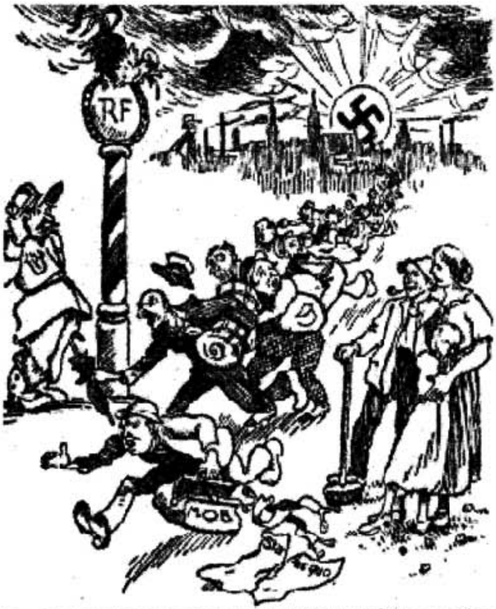
Manifestações de apoio ao movimento que levaria Vargas ao
governo. Rio de Janeiro, 1930
(KDB, 1932, p. 123)

Entrada de tropas alemãs na Renânia
(KDB, 1937, p. 134)


Holz 55
55
Blei 38
Petroleum 71
Weizen 60
Reis 65
Zinn 42
Zucker 30
Rinder 55
Gold 69
Mineralöle
Phosphate 38
Wasserkraft-Elektrik 35
Kohle 39
Kautschuk 87
Blei 23
Wolle 77
Öl

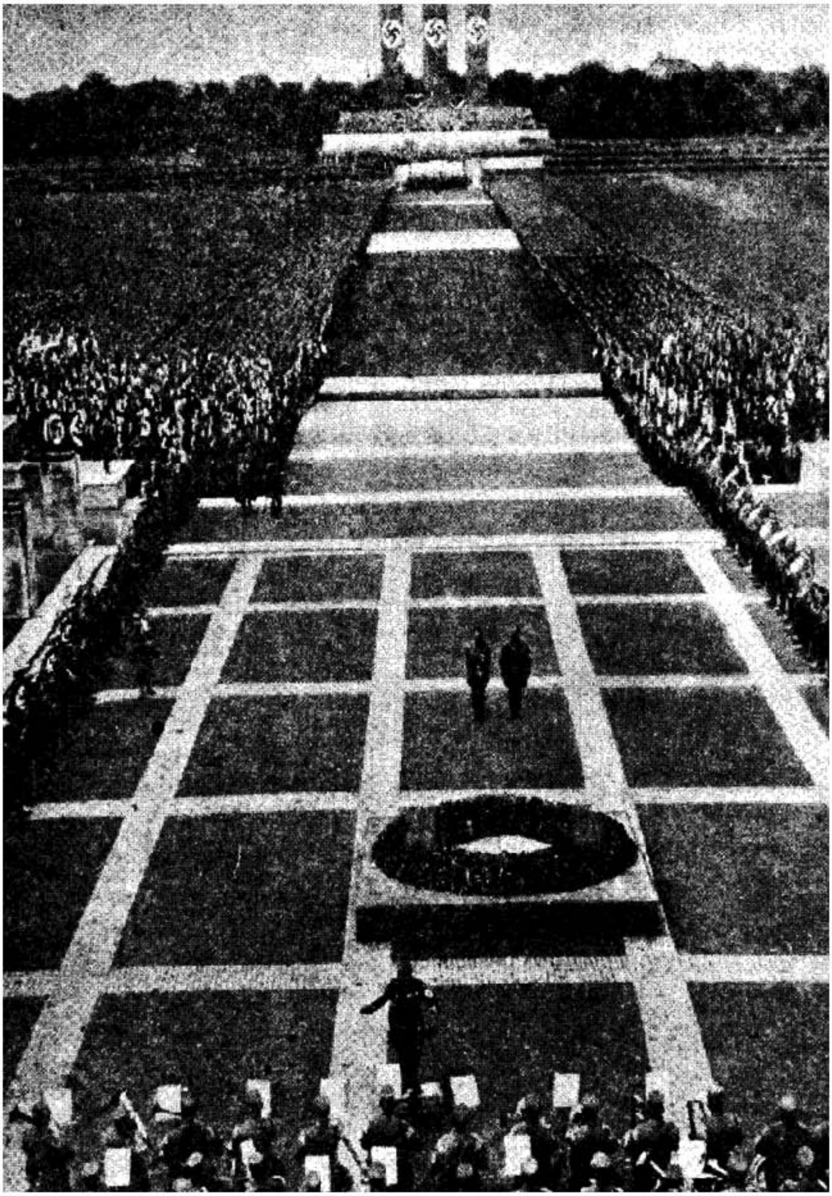
Wer iſt ſtärker?

Charge alusiva sobre a disputa imperialista entre
os Estados Unidos e a Inglaterra
(KDB, 1932, p. 125)

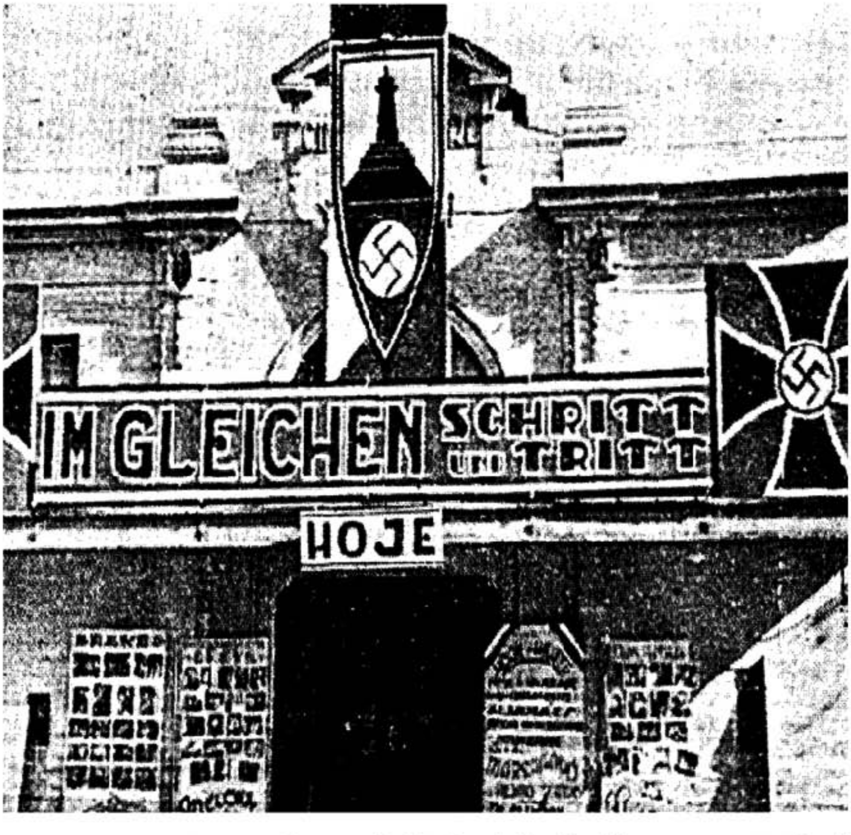


Den „Emigranten" war der deutſche Boden zu heiß geworden

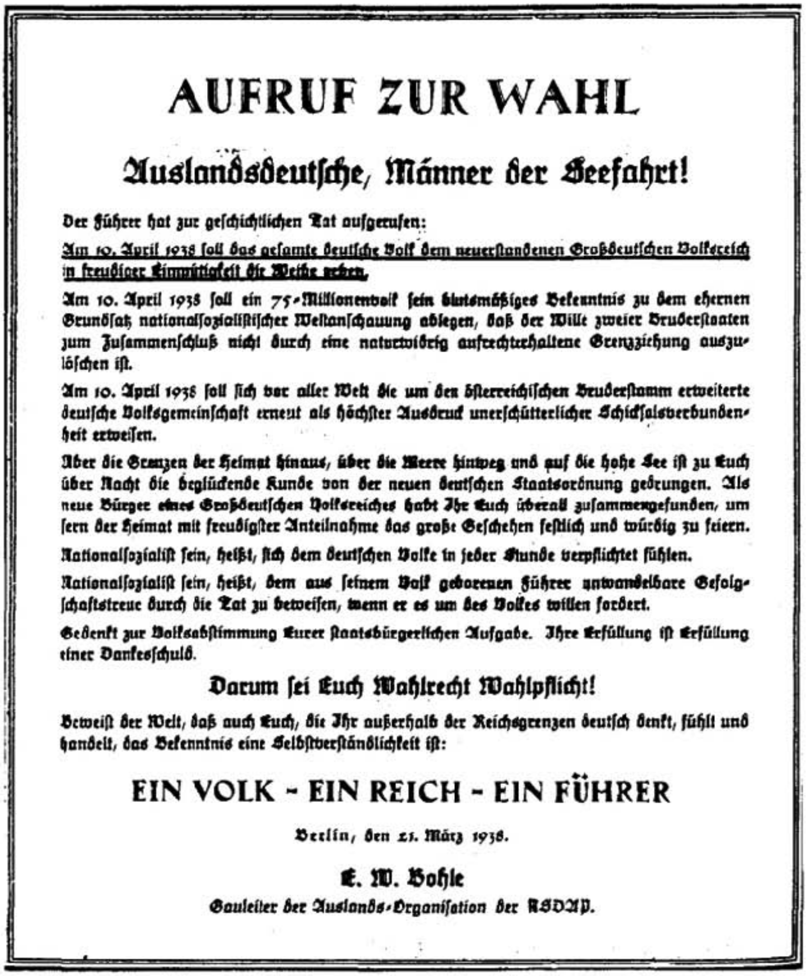
Charge alusiva à saída de estrangeiros da Alemanha
(Lahrer hinkenden Kalender, 1936, p. 42)



Comemoração alusiva ao dia do Partido em Nuremberg
(KDB, 1935, p. 136)


IM GLEICHEN SCHRITT UND TRITT
HOJE

Cine Cruzeiro, Porto Alegre, 1938. O título do filme, numa tradução livre: *No mesmo andar e passo*



AUFRUF ZUR WAHL

Auslandsdeutſche, Männer der Seefahrt!

Der Führer hat zur geſchichtlichen Tat aufgerufen:

Am 10. April 1938 ſoll das geſamte deutſche Volk dem neuerſtandenen Großdeutſchen Volksreich in freudiger Einmütigkeit die Weihe geben.

Am 10. April 1938 ſoll ein 75-Millionenvolk ſein blutsmäßiges Bekenntnis zu dem ehernen Grundſatz nationalſozialiſtiſcher Weltanſchauung ablegen, daß der Wille zweier Bruderſtaaten zum Zuſammenſchluß nicht durch eine naturwidrig aufrechterhaltene Grenzziehung auszulöſchen iſt.

Am 10. April 1938 ſoll ſich vor aller Welt die um den öſterreichiſchen Bruderſtamm erweiterte deutſche Volksgemeinſchaft erneut als höchſter Ausdruck unerſchütterlicher Schickſalsverbundenheit erweiſen.

Über die Grenzen der Heimat hinaus, über die Meere hinweg und auf die hohe See iſt zu Euch über Nacht die beglückende Kunde von der neuen deutſchen Staatsordnung gedrungen. Als neue Bürger eines Großdeutſchen Volksreiches habt Ihr Euch überall zuſammengefunden, um fern der Heimat mit freudigſter Anteilnahme das große Geſchehen feſtlich und würdig zu feiern.

Nationalſozialiſt ſein, heißt, ſich dem deutſchen Volke in jeder Stunde verpflichtet fühlen.

Nationalſozialiſt ſein, heißt, dem aus ſeinem Volk geborenen Führer unwandelbare Gefolgſchaftstreue durch die Tat zu beweiſen, wenn er es um des Volkes willen fordert.

Gedenkt zur Volksabſtimmung Eurer ſtaatsbürgerlichen Aufgabe. Ihre Erfüllung iſt Erfüllung einer Dankesſchuld.

Darum ſei Euch Wahlrecht Wahlpflicht!

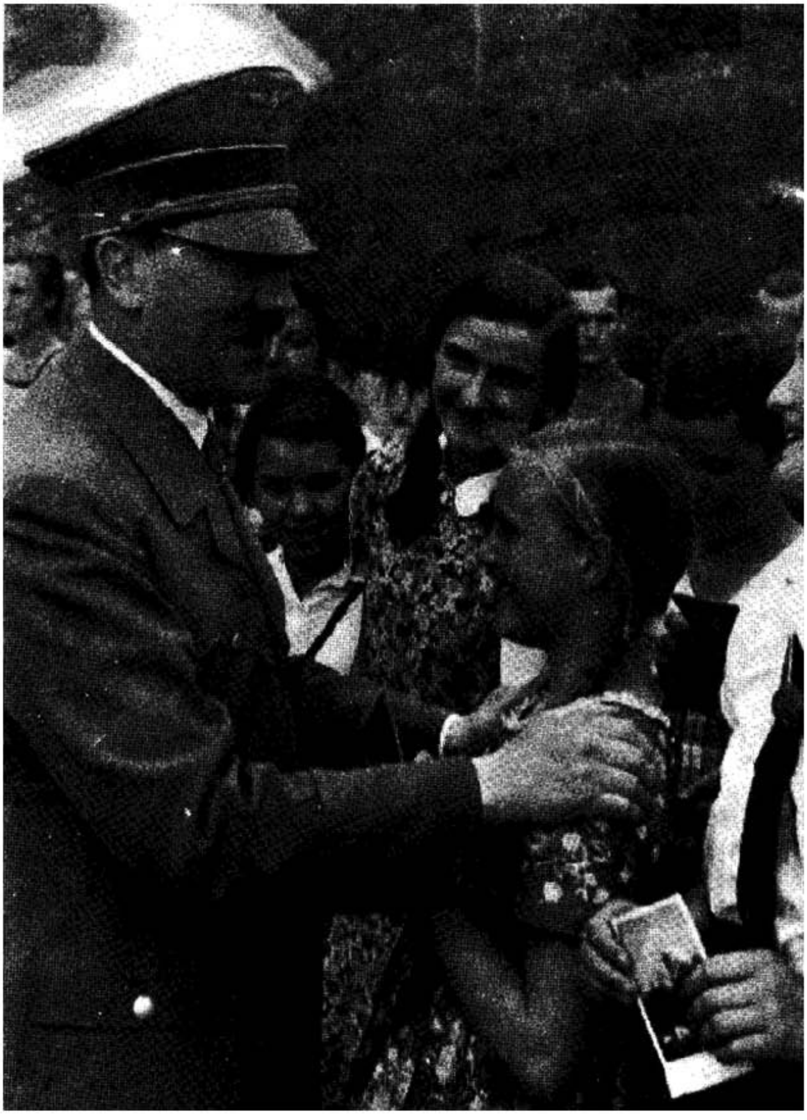
Beweiſt der Welt, daß auch Euch, die Ihr außerhalb der Reichsgrenzen deutſch denkt, fühlt und handelt, das Bekenntnis eine Selbſtverſtändlichkeit iſt:

EIN VOLK - EIN REICH - EIN FÜHRER

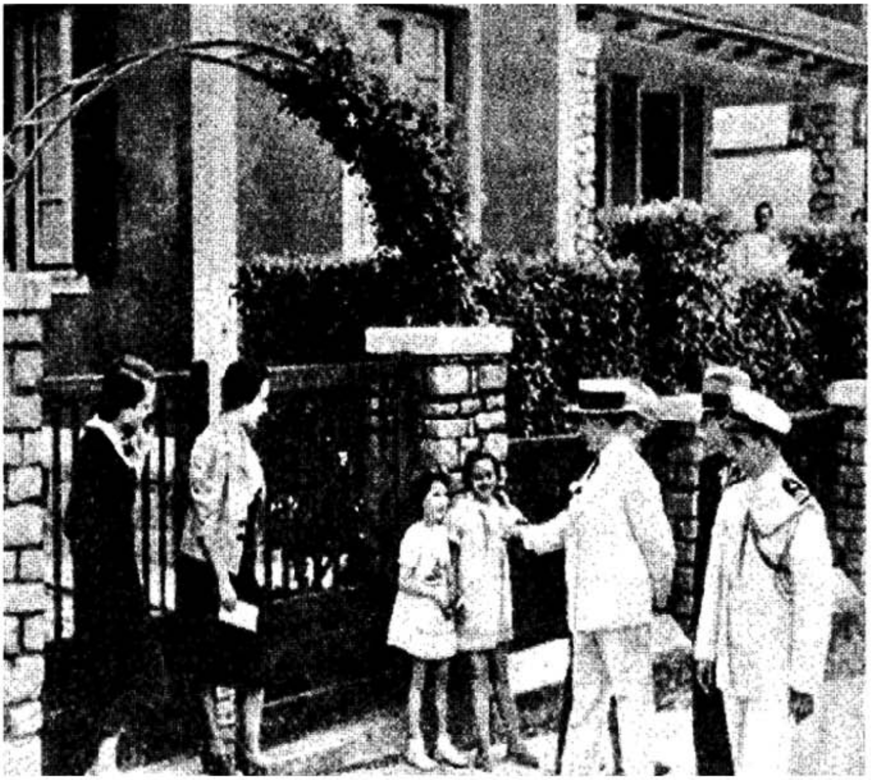
Berlin, den 21. März 1938.

E. W. Bohle
Gauleiter der Auslands-Organiſation der NSDAP.

Chamada à Eleição. Panfleto de divulgação da primeira eleição geral na Áustria anexada. Orienta que todos os austríacos, com exceção dos croatas e judeus, morando ou não nesse território, têm direito ao voto (Boletim informativo da AO, 10/04/1938)



Hitler saúda criança
(BAYRISCHE Landeszentarllstelle, A-73, 1989, p. 298)



Getúlio Vargas saúda crianças
(KDB, 1939, p. 126)

Foto de Getúlio Vargas publicada no almanaque Kalender für die Deutschen in Brasilien no ano de 1941 (p. 117 e 121). Ilustração de uma matéria redigida, pela primeira vez na história deste impresso, em língua portuguesa

Foto de Getúlio Vargas publicada no almanaque Kalender für die Deutschen in Brasilien no ano de 1941 (p. 117 e 121). Ilustração de uma matéria redigida, pela primeira vez na história deste impresso, em língua portuguesa